



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 25

QUINTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 26ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE JUNHO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADA ETEVALDA GRASSI DE MENEZES — Rejeição do veto presidencial apostado ao art. 6º da Lei nº 8.029.

DEPUTADO CHICO AMARAL — Homenagem póstuma ao artista plástico Geraldo Mayer Jurgensen.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI — Solidariedade à manifestação da Deputada Etevalda Grassi de Menezes.

1.2.2 — Apreciação de matérias

Projeto de Resolução nº 1/93-CN, em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 93/93-CN. **Aprovado**, nos termos do Substitutivo apresentado nesta oportunidade, tendo usado da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, José Luiz Maia, Nelson Marquezelli e Valdomiro Lima. Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para a redação final.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 1/93-CN. **Aprovada**. A promulgação.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 95/93-CN, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando a criação de uma Comissão Especial Mista, constituída de 12 Senadores, igual número de Deputados Federais e 14 suplentes (sete Senadores e sete Deputados Federais), para, no prazo de seis meses, "reavaliar o Projeto Calha Norte, visando seu revigoramento no sentido da integração da população setentrional brasileira aos níveis do desenvolvimento das demais regiões, bem como propor novas diretrizes ao projeto que definam uma política de ocupação racional do norte amazônico, notadamente nas faixas de fronteiras". **Aprovado**.

— Nº 96/93-CN, subscrito pelo Sr. Deputado Vivaldo Barbosa e outros parlamentares, solicitando a constituição de Comissão Especial Externa para acompanhamento de todos os procedimentos a cargo de diversas instituições encarregadas de processarem e julgarem os envolvidos no chamado "esquema PC", inclusive o ex-Presidente da Re-

pública, Fernando Collor de Mello, tais como Polícia Federal, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Receita Federal e Supremo Tribunal Federal.

1.2.4 — Parecer

Proferido pela Deputada Etevalda Grassi de Menezes, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 322/93, de 26 de maio de 1993, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de 24 horas para apresentação de recurso, nos termos do disposto no inciso I do parágrafo 1º do art. 5º da Resolução nº 1/89-CN.

1.2.6 — Parecer

Proferido pelo Senador Wilson Martins, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 323/93, de 26 de maio de 1993, que define o plano de equivalência salarial para reajuste das mensalidades de financiamentos para aquisição de casa própria no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de 24 horas para apresentação de recurso, nos termos do disposto no inciso I do parágrafo 1º do art. 5º da Resolução nº 1/89-CN.

1.3 — Ordem do Dia

Medida Provisória nº 320/93, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências. **Aprovada**, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 9/93-CN, ficando a votação do destaque constante do Requerimento nº 97/93-CN adiada por falta de quorum, tendo usado da palavra os Srs. Jabes Ribeiro, Edésio Passos, Luiz Salomão e João Tomé.

Medida Provisória nº 321/93, que dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 26ª Sessão Conjunta, em 2 de junho de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência do Sr. Chagas Rodrigues****ÀS 20 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Amir Lando _ Antônio Mariz _ Aureo Mello _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

[E OS SRS. DEPUTADOS

RORAIMA

**ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES**

**BLOCO
PDC
BLOCO
PMDB**

**JULIO CABRAL
LUCIANO CASTRO
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO**

**PP
PDS
PP
BLOCO**

AMAPA

**AROLD GOES
ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
GILVAM BORGES
LOURIVAL FREITAS
MURILO PINHEIRO
VALDENOR GUEDES**

**PDT
PDS
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO
PP**

PARA'

**ALACID NUNES
CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINEO
HILARIO COIMBRA
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
SOCORRO GOMES
VALDIR GANZER**

**BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB
PDS
PDT
PMDB
BLOCO
PP
PMDB
PMDB
PDS
PT
PCdoB
PT**

AMAZONAS

ATILA LINS
BETH AZIZE
EULER RIBEIRO

EZIO FERREIRA
JOAO THOME
JOSE DUTRA
PAUDERNEY AVELINO
RICARDO MORAES

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
CARLOS CAMURCA
MAURICIO CALIXTO
NOBEL MOURA
PASCOAL NOVAES
RAQUEL CANDIDO
REDITARIO CASSOL

ACRE

ADELAIDE NERI
CELIA MENDES
FRANCISCO DIOGENES
JOAO MAIA
JOAO TOTA
RONIVON SANTIAGO
ZILA BEZERRA

TOCANTINS

DARCI COELHO
DERVAL DE PAIVA
EDMUNDO GALDINO
HAGAHUS ARAUJO
LEOMAR QUINTANILHA
OSVALDO REIS
PAULO MOURAO

MARANHAO

CESAR BANDEIRA
CID CARVALHO
COSTA FERREIRA
DANIEL SILVA
FRANCISCO COELHO
HAROLDO SABOIA

JAYME SANTANA
JOSE BURNETT
JOSE REINALDO
MAURO FECURY
NAN SOUZA
ROSEANA SARNEY

CEARA

BLOCO AECIO DE BORBA
PDT ANTONIO DOS SANTOS
PMDB ARIOSTO HOLANDA
CARLOS BENEVIDES
BLOCO CARLOS VIRGILIO
PMDB EDSON SILVA
PMDB ETEVALDO NOGUEIRA
BLOCO GONZAGA MOTA
PT JACKSON PEREIRA
JOSE LINHARES
LUIZ GIRAO
MARCO PENAFORTE
MARIA LUIZA FONTENELE
PP MAURO SAMPAIO
BLOCO MORONI TORGAN
PP PINHEIRO LANDIM
BLOCO SERGIO MACHADO
BLOCO UBIRATAN AGUIAR
PP VICENTE FIALHO

PDS
BLOCO
PSB
PMDB
PDS
PDT
BLOCO
PMDB
PSDB
PP
PDT
PSDB
PSB
PSDB
PSDB
PMDB
PSDB
PMDB
BLOCO

PIAUI

PMDB
PDS
PDS
PP
PDS
PDS
PMDB

B. SA
CIRO NOGUEIRA
FELIPE MENDES
JESUS TAJRA
JOAO HENRIQUE
JOSE LUIZ MAIA
MURILO REZENDE
MUSSA DEMES
PAES LANDIM
PAULO SILVA

PP
BLOCO
PDS
BLOCO
PMDB
PDS
PMDB
BLOCO
BLOCO
PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

BLOCO
PMDB
PSDB
PMDB
PDC
PP
PDS

ALUIZIO ALVES
FLAVIO ROCHA
HENRIQUE EDUARDO ALVES
IBERE FERREIRA
JOAO FAUSTINO
LAIRE ROSADO
NEY LOPES

PMDB
PL
PMDB
BLOCO
PSDB
PMDB
BLOCO

PARAIBA

BLOCO
PMDB
PP
PDS
BLOCO
PT
PSDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PP
BLOCO

EFRAIM MORAIS
FRANCISCO EVANGELISTA
IVANDRO CUNHA LIMA
JOSE LUIZ CLEROT
JOSE MARANHAO
LUCIA BRAGA
RAMALHO LEITE
ZUCA MOREIRA

BLOCO
PDS
PMDB
PMDB
PMDB
PDT
BLOCO
PMDB

PDT
PRONA
BLOCO
BLOCO
PCB
PDT
PV
BLOCO
PDT
PT
BLOCO

PMDB
PMDB
PP
PCdoB
PT
PDS
PL
PDT
BLOCO
PMDB
PMDB
PDS
PDS
PL
PT
S/P
BLOCO
PSDB
PDS

BLOCO
PT
BLOCO
PSDB
BLOCO
PT
PMDB
PT
PMDB
PSDB
PSDB
PT
PT
PT
PDC
PSDB
PSDB
PDT
PT
PSDB
PMDB
PDS
PMDB
PMDB

MAURICIO NAJAR
MENDES BOTELEO
NELSON MARQUEZELLI
OSWALDO STECCA
PAULO LIMA
PAULO NOVAES
PEDRO PAVAO
ROBERTO ROLLEMBERG
TADASHI KURIKI
VALDEMAR COSTA NETO
WALTER NORY

MATO GROSSO

ITSUO TAKAYAMA
JOAO TEIXEIRA
JONAS PINHEIRO
JOSE AUGUSTO CURVO
RICARDO CORREA
RODRIGUES PALMA
WELINTON FAGUNDES

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO
BENEDITO DOMINGOS
CHICO VIGILANTE
JOFRAN FREJAT
MARIA LAURA
OSORIO ADRIANO
PAULO OCTAVIO
SIGMARINGA SEIXAS

GOIAS

ANTONIO FALEIROS
DELIO BRAZ
HALEY MARGON
JOAO NATAL
LAZARO BARBOSA
LUIZ SOYER
MARIA VALADAO
MAURO BORGES
MAURO MIRANDA
PAULO MANDARINO
PEDRO ABRAO
ROBERTO BALESTRA
RONALDO CAIADO
VILMAR ROCHA
VIRMONDES CRUVINEL
ZE GOMES DA ROCHA

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO
GEORGE TAKIMOTO
JOSE ELIAS

PDS
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO
PMDB
PDS
PMDB
PDS
PL
PMDB

BLOCO
PL
BLOCO
PMDB
PL
BLOCO
PDS

PCB
PP
PT
BLOCO
PT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSDB

PSDB
BLOCO
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PP
PMDB
PDC
PP
PDC
BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO

NELSON TRAD
VALTER PEREIRA
WALDIR GUERRA

PARANA

ANTONIO BARBARA
ANTONIO UENO
BASILIO VILLANI
CARLOS ROBERTO MASSA
CARLOS SCARPELINI
DELCINO TAVARES
DENI SCHWARTZ
EDESIO PASSOS
EDI SILIPRANDI
ELIO DALLA-VECCHIA
FLAVIO ARNS
IVANIO GUERRA
JONI VARISCO
JOSE FELINTO
LUCIANO PIZZATTO
LUIZ CARLOS HAULY
MAX ROSENMANN
MOACIR MICHELETTO
MUNHOZ DA ROCHA
ONAIRES MOURA
OTTO CUNHA
PAULO BERNARDO
PEDRO TONELLI
PINGA FOGO DE OLIVEIRA
REINHOLD STEPHANES
RENATO JOHNSON
SERGIO SPADA
WILSON MOREIRA

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN
CESAR SOUZA
DEJANDIR DALPASQUALE
DERCIO KNOP
EDISON ANDRINO
HUGO BIEHL
LUCI CHOINACKI
LUIZ HENRIQUE
NELSON MORRO
NEUTO DE CONTO
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
RUBERVAL PILOTTO
VALDIR COLATTO
VASCO FURLAN

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO
ADROALDO STRECK

BLOCO
PMDB
BLOCO

PMDB
BLOCO
PDS
PP
PP
PP
PSDB
PT
PDT
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PP
BLOCO
PP
PDT
PMDB
PSDB
PSD
BLOCO
PT
PT
PP
BLOCO
PP
PP
PSDB

PDS
BLOCO
PMDB
PDT
PMDB
PDS
PT
PMDB
BLOCO
PMDB
BLOCO
PDS
PDS
PMDB
PDS

PT
PSDB

ADYLSO MOTA
ALDO PINTO
AMAURY MULLER
ARNO MAGARINOS
CARLOS AZAMBUJA
CELSO BERNARDI
EDEN PEDROSO
FERNANDO CARRION
FETTER JUNIOR
GERMÃO RIGOTTO
HILARIO BRAUN
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOÃO DE DEUS ANTUNES
JORGE UEQUED
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
PRATINI DE MORAES
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCIANI
WALDOMIRO FIORAVANTE

PDS
PDT
PDT
PDS
PDS
PDS
PDT
PDS
PDS
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PDS
PDT
PDS
PT

escândalo, assim como antes aconteceu com os escândalos da Centralsul e da Capeme, segue empurrado para debaixo do tapete da impunidade.

Em outras palavras, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a afronta à ética e à moral administrativas, iniciada no governo afastado por corrupção, resiste no caso do BNCC. A demora do Congresso Nacional em apreciar e derrubar o veto a que me refiro vem contribuindo para que maus brasileiros, confiantes na impunidade, sigam se valendo da equivocada extinção do BNCC para a prática de ações que contrariam os interesses nacionais.

A extinção do BNCC é, agora, fato irremediável. Contudo, impedir a transferência das atribuições do BNCC para o Banco do Brasil é cometer equívoco ainda maior do que aquele praticado pelos "colloridos" de ontem. Impedir essa transferência é acender a fogueira para a queima de vários arquivos que inquietam líderes que se aproveitam do sistema cooperativo, e até atores deste cenário congressual. Não é, porém, dos bastidores cavernosos em que se desenrolaram tais fatos que desejo me ocupar agora.

Desejo ressaltar que a derrubada do veto ao art. 6º é um ato reparador do qual o Congresso não pode se furtar. Ademais, a transferência das atribuições e funções do BNCC para o Banco do Brasil tem múltiplos aspectos positivos. Com suas mais de cinco mil agências e postos, no dia seguinte o Banco do Brasil estará apto a atender ao sistema cooperativo em todo o território nacional, desempenho que o BNCC nunca conseguiu a contento, com suas trinta e oito agências. Mais ainda, o Governo não gastará um centavo na montagem dessa estrutura. Ela está pronta, com pessoal treinado e longamente habituado a lidar com o cooperativismo. Aliás, vale dizer, onde o cooperativismo é mais forte no País, ele nasceu nas agências do Banco do Brasil.

Louvo, por isso, o saber e a conduta democrática do Relator da Medida Provisória nº 151, Senador Cid Sabóia de Carvalho S. Exª, valendo-se da melhor técnica legislativa, deu ao art. 6º e a seu parágrafo único as configurações que permitirão ao Governo, primeiro, reparar atos precipitados e de efeitos danosos, restabelecendo o respeito à Constituição; segundo, contar com condições até melhores para cumprir suas obrigações constitucionais de apoio ao cooperativismo.

A pendência não pode persistir, sob pena de o Congresso ser inculcado pela sociedade de suas consequências negativas. Temos a obrigação de derrubar, nesta sessão, o veto ao art. 6º da Lei nº 8.029, uma incompreensível pendência de quase dois anos. E temos essa obrigação por um motivo a mais: as razões que embasaram o veto não subsistem, pois o próprio Presidente do Banco do Brasil, refletindo também o pensamento do Ministério da Fazenda e de outras áreas governamentais, recomenda sua derrubada.

Retardar essa decisão favorecerá argumentos e críticas desfavoráveis ao Congresso, freqüentemente acusado de moroso e ineficaz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Chico Amaral.

O SR. CHICO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o mundo das artes, no Brasil, no Estado de São Paulo e, particularmente, na cidade de Campinas, lamenta o desaparecimento de Geraldo Mayer Jurgensen, um dos mais brilhantes entre os artistas plásticos deste nosso imenso País.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — As listas de presença acusam o comparecimento de 71 Srs. Senadores e 440 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra à nobre Congressista Etevalda Grassi de Menezes.

A SRA. ETEVALDA GRASSI DE MENEZES (Bloco. PTB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, congratulo-me com o ilustre Presidente, Senador Humberto Lucena, pela iniciativa de propor a imediata desobstrução da pauta do Congresso, mediante a apreciação, em bloco, de todos os vetos presidenciais. Ao todo, são 36 dispositivos vetados pelo ex-Presidente Fernando Collor e 28 pelo Presidente Itamar Franco.

Preocupa-me, especialmente, o primeiro item dessa pauta. Com o veto que após ao art. nº 6º da Lei de Conversão nº 8.029, impedindo a transferência das atribuições e funções do Banco Nacional de Crédito Cooperativo para o Banco do Brasil. O Presidente afastado cometeu outro grave equívoco contra os interesses nacionais. Um ato voluntarioso e inconsequente, entre tantos outros, até hoje não reparado pelo Congresso Nacional. Tanto quanto o veto, tem me intrigado a demora na reparação desse resquício das "atrapalhadas colloridas."

Sobre a extinção do BNCC e sobre o veto que impediu a transferência de suas funções e atribuições para o Banco do Brasil, ficaram faltando explicações claras e transparentes. O BNCC era uma instituição saneada, com missão singular e de extrema relevância para a ação do Governo no apoio ao cooperativismo. Não obstante, foi extinto. Denúncias não apuradas dão conta de que fatos estranhos continuam acontecendo na fase de liquidação extra-judicial do BNCC. Esse

Nascido em Campinas nos idos de 1927, Geraldo Jurgensen jamais perdeu contato com sua Campinas que, agora, prepara-se para reverenciar sua memória, dando a um de seus logradouros — ou a um Centro de convivência, o nome ilustre do artista que a morte colheu quando ainda era fértil na produção de quadros, esculturas e tapeçarias. Proposição, neste sentido, tramita na Câmara Municipal de Campinas por iniciativa do Vereador Romeu Santini.

A arte de Jurgensen era notável, pois, conforme bem afirmado por Romeu Santini, ele, “nos quadros conseguia transmitir um romantismo que brotava do fundo do seu coração. Nas esculturas, demonstrava senso de equilíbrio, harmonizando formas e embelezando os artefatos, transformando tudo à sua volta num misto de fantasia e beleza. Tapeçarias, retalhos de couro, arames, sucatas de ferro, acrílico, tudo ganhava vida e uma nova dimensão, graças ao seu toque de talento, que só os verdadeiros artistas conseguem demonstrar”.

Era também arquiteto e, como tal, sabia associar toda sua sensibilidade a este ofício e às artes, de modo que de suas mãos surgiam projetos inovadores, que encantavam pelo ineditismo de formas e pela leveza da concepção.

Fui seu amigo ao longo de muito tempo. Pude verificar nele sempre um espírito inovador, uma personalidade forte, atuando em defesa dos direitos humanos e das liberdades individuais, tendo marcado presença nos embates contra o regime de exceção, sobretudo no que tange à censura à artes e à manifestação livre do pensamento.

Seu modo de ser não lhe permitia conviver com a violência política, com o regime ditatorial, com toda forma de poder que não proviesse da democracia.

Sua trajetória artística o fez presente em mais de setenta exposições coletivas e cinquenta individuais; concorreu a cinco Bienais de São Paulo e a duas de Salvador; realizou e promoveu a I Exposição de Arte Contemporânea de Campinas em 1957. Expôs em Washington, Nova York, Paris e Moçambique.

Geraldo Mayer Jurgensen ganhou, em 1961 o Prêmio Governador do Estado de Escultura. Em 1974 ganhou outro Prêmio, o de Governador do Estado, na categoria Objeto.

Lamento e choro, Sr. Presidente, esta perda irreparável. Entretanto, crendo na vida eterna, sei que Geraldo Jurgensen eternizar-se-á não apenas nos páramos eternos, mas, também, entre os que vivem ao longo do tempo futuro, pois sua arte é imorredoura e seus feitos não se apagarão jamais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas.

O Sr. Nelson Marquezelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queria aproveitar essa oportunidade, pela Liderança do PTB, para ser solidário com a manifestação da nossa colega, Deputada Etevalda Grassi de Menezes. É importante que apreciemos esse veto ao art. 6º, para que possamos restabelecer a prioridade ao cooperativismo no nosso País.

Há o apoio total da Bancada do PTB à colocação da nobre Congressista Etevalda Grassi de Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Encerrado o período de Breves Comunicações.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 93, DE 1993-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 1/93-CN, que “modifica a Resolução nº 1, de 1991-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — (Seguem-se Assinaturas.)

gus

HL6

Luiz Inácio
(PFL)

PT

DEL

PTB

ROBERTO TURCATI

PMDB

PCUBB

PSD

PP

PP

PP

PPS

PDT

PSDB

PV

PPR

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Srs. Congressistas, trata-se de matéria da maior importância, que recebeu a manifestação unânime dos Srs. Líderes de Partidos no Senado e na Câmara.

O Sr. Cid Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. CID CARVALHO (PMDB — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, os Presidentes da Câmara e do Senado acordaram em instituir uma comissão que fizesse estudos em profundidade sobre a própria estrutura da Comissão de Orçamento. Essa Comissão mal iniciava os seus trabalhos e houve o problema emergencial de se a instalar em função da LDO e do próprio orçamento. Essa comissão, por decorrência, fez um propositura de emergência — não é a definitiva — só para o fim de instalação. A formulação nasceu na própria Mesa do Senado que, em consonância com a Mesa da Câmara, fez essa proposição, que mereceu, durante mais de uma semana, estudos de todas as correntes partidárias. Esse documento é uma decorrência de um consenso de todas as lideranças partidárias em uma condição emergencial.

Sr. Presidente, é esse o motivo que me fez falar pela ordem para prestar um esclarecimento ao Plenário do Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Votação na Câmara dos Deputados do requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 1/93-CN, que tem o apoio de todos os Srs. Líderes do Senado e da Câmara, assim como das respectivas Mesas.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à apreciação do Projeto de Resolução nº 1/93-CN, do Congresso Nacional, que, como foi esclarecido, trata-se de matéria da maior importância e urgência.

Em discussão. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria apenas de ressaltar a importância de o Congresso Nacional poder compensar esse atraso no exame da LDO, para que possamos cumprir o calendário.

De forma especial, desejo conlamar todos os parlamentares para que possamos até o dia 30 de junho apreciar, analisar e aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua a discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1993, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

Em discussão o projeto e o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, substitutivo que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

EMENDA Nº 1 (SUBSTITUTIVO)

Ao Projeto de Resolução nº 1, de 1993-CN

Modifica a Resolução nº 1, de 1991-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 1991-CN passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º A Comissão compõe-se de 84 (oitenta e quatro) membros titulares, sendo 63 (sessenta e três) Deputados e 21 (vinte e um) Senadores.

§ 1º Os suplentes serão em número de 28 (vinte e oito), sendo 21 (vinte e um) Deputados e 7 (sete) Senadores.

§ 2º Com exceção do Presidente, cada membro titular da Comissão será membro efetivo de (duas) das subcomissões temáticas de que trata o art. 21 desta Resolução, excluída a subcomissão referida no seu § 5º

Art. 5º

§ 2º O mandato da Comissão se encerrará com a instalação da Comissão subsequente.

Art. 15. Cada Parlamentar poderá apresentar, a qualquer título, até 50 (cinquenta) emendas, excluídas as previstas no inciso II do art. 16.

Art. 16.

§ 3º O parecer preliminar será apresentado pelo Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual até o quinto dia do prazo final estabelecido para apresentação de emendas e votado, na Comissão, nos cinco dias que se seguirem.

Art. 18.

II —

b) vinte dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos.”

Art. 2º Acrescentem-se, onde couber, no inciso II do artigo 18 da Resolução nº 1, de 1991-CN, as seguintes alíneas:

“Art. 18.

II —

— até dez dias para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão, a partir do recebimento;

— até cinco dias para a votação do parecer preliminar pela Comissão, a partir de sua apresentação.”

Art. 3º Acrescente-se um artigo, a ser numerado como 16 remunerando-se os demais, com a seguinte redação:

“Art. 16. Poderão ser também apresentadas Emendas Coletivas, cuja iniciativa caberá:

I — às Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam pertinentes regimentalmente, devidamente acompanhadas da Ata da reunião em que as mesmas foram deliberadas, até o limite de 3 (três) emendas por Comissão Permanente;

II — aos Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional, que serão encabeçadas por seus líderes e assinadas pela maioria absoluta das respectivas bancadas, na proporção de 1 (uma) emenda para cada grupo de 10 (dez) Parlamentares ou fração, garantido o mínimo de 1 (uma) emenda por Partido;

III — a Parlamentares que representem um terço da bancada do respectivo Estado no Congresso Nacional e totalizem no mínimo 5 (cinco) subscritores, sobre projetos de interesse estadual, podendo cada Parlamentar encabeçar até 3 (três) emendas.”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. —

Humberto Lucena — Inocêncio Oliveira — Luiz Salomão — Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em discussão o projeto e o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que seja colocado em votação, ressalvado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Perfeitamente. O destaque já está registrado na Mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 94, DE 1993-CN

Sr. Presidente,

Requeremos destaque para votação em separado para a expressão “até o limite de 3 emendas por Comissão Permanente”, constante do inciso I do art. 16, in fine da Resolução. — Deputado José Luiz Maia.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra para justificar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo palavra a V. Ex^a

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS-PI. Para justificar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fiz esse destaque porque há nesta Casa uma idéia de se limitar o número de emendas que deveríamos apresentar à Comissão de Orçamento — até para facilitar o trabalho —, criando-se, com isso, condições de cumprirmos os prazos que a lei nos impõe.

Entendemos que é importante esse destaque porque ele preservaria, dentro daquela cota à que cada parlamentar teria direito, a possibilidade de se apresentar 5 ou 10 emendas coletivas de Bancadas, o que resulta em mais credibilidade para a apreciação da Comissão de Orçamento.

A emenda coletiva é muito importante, Sr. Presidente. Ela, simplesmente, parece-me, torna mais transparente e cria condições de se moralizar ainda mais os trabalhos da nossa Comissão. Aliás, moralizar não, porque estamos aqui também nos autolimitando, quando renunciamos ao direito de apresentar emendas à proposta do Orçamento.

Já que se chegou a um consenso nesta Casa de que poderíamos estabelecer esse limite. É importante que, dentro dele, seja permitida a apresentação de 8 ou 10 emendas coletivas, para que se tenha mais transparência no processo de apreciação do Orçamento da República.

É o destaque que faço, suprimindo aquela expressão “três emendas coletivas”.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continuam em discussão o projeto e o substitutivo.

O Sr. Nelson Marquizezelli. — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (BLOCO — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queria apenas fazer uma observação sobre essa emenda. Acho que esta Casa é específica e sempre acerta em seus projetos, em suas ações. Estamos penalizando, neste momento, aqueles parlamentares que apresentam uma quantidade maior de emendas. Às vezes, a base eleitoral do parlamentar é extensiva — ele tem, por exemplo, em torno de 70 a 80 Municípios e procura fazer um atendimento melhor aos seus eleitores, às suas bases. E essa emenda restringe o atendimento político-eleitoral e até administrativo. Faz com que haja um escoamento melhor dos recursos da União para atender aos municípios do nosso País. Não concordo, em hipótese alguma, com esse limite. Foi um erro limitarmos e ainda colocarmos as coletivas também dentro do limite de 50 emendas.

Tudo isso vai fazer com que a Casa atenda apenas à grande imprensa, àqueles comentaristas que criticam a atuação do parlamentar, a atuação daquele que quer trabalhar, apresentando emendas nobres e construtivas. Deveríamos fazer, isso sim, com que a Comissão não se reunisse só no final do ano, mas a partir de julho ou agosto, e se começasse a dar oportunidade aos Parlamentares de analisarem suas emendas já em agosto, setembro, outubro. E quando chegássemos a novembro ou dezembro, teríamos já analisado 90%

das emendas apresentadas. Isso evitaria que houvesse aquela corrida no final dos trabalhos, no final da apreciação das emendas. Já fui contra a redução do número de Parlamentares e sou muito mais contra ainda à redução do número de emendas por parlamentar.

Faria um apelo aos que hoje estão presentes no plenário do Congresso Nacional no sentido de que parem para pensar. Não se pode penalizar aquele que quer trabalhar, não se pode penalizar aquele parlamentar que quer apresentar um número maior de emendas e sugestões. É um trabalho construtivo, é um trabalho do seu gabinete, da sua assessoria, daqueles que militam nos Municípios. Acho que poderíamos fazer uma apreciação melhor.

Faço a ressalva quanto ao número de emendas. Poderíamos, então, deixar esse ponto livre, para que cada parlamentar apresente a quantidade de emendas que julgue suficiente para atender àqueles que representa.

O Sr. Valdomiro Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues). — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. VALDOMIRO LIMA (PDT-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero solidarizar-me com o Deputado Nelson Marquizezelli. Penso que S. Ex^a tem razão.

Na realidade, o que ocorreu no Orçamento este ano, com relação ao atraso de votação, no meu entender, não tem nada a ver com o tamanho da Comissão de Orçamento nem com a quantidade de emendas. Não é nada disso, em absoluto. Sabemos muito bem que houve interesse do próprio Executivo em amarrar, em postergar a votação do Orçamento. Várias vezes o Senador Mansueto de Lacerda, Relator da matéria, dizia que não seria votado o Orçamento antes de se aprovar o ajuste fiscal.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^s e Srs. Deputados, isso é algo que parece estar ocorrendo até agora. O Orçamento foi votado com vários meses de atraso, sem necessidade nenhuma. Poderia ter sido votado em dezembro ou janeiro, no máximo, e não o foi porque o Relator não quis, porque isso — parece-me — atendia a interesses do Executivo.

E, agora, o que vem ocorrendo? O Orçamento que aprovamos nesta Casa não está sendo executado. Entendo que isso, inclusive, é uma agressão ao Congresso Nacional. Não sei se não estão executando o Orçamento com as emendas, com as modificações que aqui fizemos porque estão esperando a votação do IPMF; ou se não o estão executando, e sim a mensagem que o Executivo mandou, porque a burocracia que faz o Orçamento, ainda na área econômica, não se conforma com as alterações que o Congresso Nacional faz. Talvez seja isso. Há várias vertentes. Ou se realmente essa mudança constante de Ministros faz com que cada um queira fazer o orçamento que bem lhe aprouver. Mas é preciso que se diga, Sr. Presidente, ou à burocracia, ou à tecnocracia deste Governo, ou ao próprio Governo que o autoritarismo terminou. É preciso respeitar o Orçamento que esta Casa aprova.

Congratulo-me com o Deputado Nelson Marquizezelli. Não vejo motivo para se reduzir o tamanho da Comissão, como também para se reduzir o número de emendas. Isso realmente é só para atender a críticas que a macroimprensa aí faz. Na verdade mesmo, quanto maior for a Comissão, maior é a participação de todas as regiões deste País. Quando

o Orçamento vem para este Plenário com o parecer da Comissão, entre quase seiscentos Parlamentares dificilmente irá se resolver ou modificar alguma coisa. Por isso, é importante que a Comissão seja a mais ampla possível, para que tenha maior representatividade em relação a toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Encerrada a discussão.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI) — Sr. Presidente, retiro o destaque que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está deferido o pedido de V. Exª

Em votação o substitutivo, que tem preferência sobre o projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Nelson Marquizezelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI — (BLOCO PTB — SP) (Pela ordem.) — Sr. Presidente, gostaria que V. Exª relatasse o que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O substitutivo já foi lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. NELSON MARQUEZELLI — Perfeito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para a redação final da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte redação final:

PARECER Nº 18, DE 1993-CN

Das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados apresentando a Redação Final do Projeto de Resolução nº 1, de 1993-CN, que modifica a Resolução nº 1, de 1991, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

Relator: Wilson Campos

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados apresentam, em anexo, a Redação Final do Projeto de Resolu-

ção nº 1, de 1993-CN, que “modifica a Resolução nº 1, de 1991-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — **Humberto Lucena** — **Inocêncio Oliveira** — **Chagas Rodrigues** — **Lavoisier Maia** — **Fernando Lyra** — **Nabor Júnior** — **Adylson Motta** — **Wilson Campos** — **B. Sá.**

ANEXO AO PARECER Nº 18, DE 1993-CN

Redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 1993-CN.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1993-CN

Altera a Resolução nº 1, de 1991-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 1991-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º A Comissão compõe-se de 84 (oitenta e quatro) membros titulares, sendo 63 (sessenta e três) Deputados e 21 (vinte e um) Senadores.

§ 1º Os suplentes serão em número de 28 (vinte e oito), sendo 21 (vinte e um) Deputados e 7 (sete) Senadores.

§ 2º Com exceção do Presidente, cada membro titular da Comissão será membro efetivo de duas das subcomissões temáticas de que trata o art. 21 desta Resolução, excluída a subcomissão referida no seu § 5º

Art. 5º

§ 2º O mandato da Comissão se encerrará com a instalação da Comissão subsequente.

Art. 15: Cada Parlamentar poderá apresentar, a qualquer título, até 50 (cinquenta) emendas, excluídas as previstas no inciso II do art. 16.

Art. 16.

§ 3º O parecer preliminar será apresentado pelo Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual até o quinto dia do prazo final estabelecido para apresentação de emendas e votado, na Comissão, nos cinco dias que se seguirem.

Art. 18.

I —

II —

a)

b) até dez dias para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão, a partir do recebimento;

c) até cinco dias para votação do parecer preliminar pela Comissão, a partir da sua apresentação;

d) vinte dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

e) até dez dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para sua apresentação;

f) até quarenta dias para conclusão da votação dos pareceres parciais, setoriais e final pela Comissão;

g) até vinte dias para a sistematização do parecer final sobre o projeto e as emendas, e encaminhamento do parecer final consolidado à Mesa do Congresso Nacional."

Art. 2º Acrescente-se um artigo, a ser numerado como 16, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. 16. Poderão ser também apresentadas Emendas Coletivas, cuja iniciativa caberá:

I — às Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam pertinentes regimentalmente, devidamente acompanhadas da Ata da reunião em que as mesmas foram deliberadas, até o limite de 3 (três) emendas por Comissão Permanente;

II — aos Partidos Políticos com representações no Congresso Nacional, que serão encabeçadas por seus líderes e assinadas pela maioria absoluta das respectivas bancadas, na proporção de 1 (uma) emenda para cada grupo de 10 (dez) Parlamentares ou fração, garantido o mínimo de 1 (uma) emenda por Partido;

III — a Parlamentares que representem um terço da bancada do respectivo Estado no Congresso Nacional e totalizem no mínimo 5 (cinco) subscritores, sobre projetos de interesse estadual, podendo cada Parlamentar encabeçar até 3 (três) emendas."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em discussão. (Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A eminente Senadora Marluce Pinto encaminhou à mesa requerimento, através do qual solicita a criação de Comissão Mista Especial destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 95, DE 1993-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, a criação de uma Comissão Especial Mista, constituída de 12 Senadores, igual número de Deputados Federais e 14 suplentes (sete Senadores e sete

Deputados Federais), para, no prazo de seis meses, "Reavaliar o Projeto de Calha Norte, visando seu revigoramento no sentido da integração da população setentrional brasileira aos níveis do desenvolvimento das demais regiões, bem como propor novas diretrizes ao projeto que definam uma política de ocupação racional do Norte Amazônico, notadamente nas faixas de fronteiras".

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — Senadora Marluce Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica criada a comissão, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 96 DE 1993-CN

Exmº, Sr. Presidente do Congresso Nacional.

Os abaixo assinados que este subscrevem requerem a V. Exª a constituição de Comissão Especial Externa para acompanhamento de todos os procedimentos a cargo de diversas instituições encarregadas de processarem e julgarem os envolvidos no chamado "esquema PC", inclusive o ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, tais como Polícia Federal, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Receita Federal e Supremo Tribunal Federal.

Justificação

O Congresso Nacional, através do memorável trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao desvendarem a participação de Paulo César Farias em processo de corrupção junto a altas esferas da República, inclusive do próprio Presidente, acarretando o seu **impeachment**.

O trabalho da CPI não apenas engrandeceu o Congresso Nacional, mas, acima de tudo, fez o Congresso Nacional responsável pela adequada conclusão das investigações próprias decorrentes das apurações da CPI e consequente punição dos responsáveis e culpados.

O envolvimento do Congresso nestas apurações exige o acompanhamento até o final de todos os procedimentos para que nada escape da apuração nem da punição.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1993. — Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 322, de 26 de maio de 1993, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado.

Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989-CN, solicito à nobre Deputada Etevalda Grassi de Menezes que profira o seu parecer.

A SR. ETEVALDA GRASSI DE MENEZES (BLOCO PTB-ES). Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas pela Mensagem nº 37, de 1993 — CN (nº 288/93, na origem), o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República, com base no art. 62, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 322, de 26 de maio de 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, do dia seguinte, a qual “Dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado”.

2. A Exposição de Motivos MF nº 166/93, que acompanha a Medida Provisória em exame, informa que a mesma se propõe à reedição da Medida Provisória nº 317, de 24 de abril de 1993 e, verbis:

“... tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, em face da falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.”

3. Por sua vez, a Exposição de Motivos MF nº 140/93, que então acompanhou a citada MP nº 31/93, informou que ela visava “ao equilíbrio das contas orçamentárias, no corrente exercício, uma vez que agiliza os mecanismos de cobrança dos créditos tributários”, ao facilitar aos contribuintes inadimplentes o pagamento de crédito tributário, adotando-se, porém, a cautela de favorecer com a redução apenas os contribuintes que apresentaram declarações e não efetuaram oportunamente os respectivos pagamentos.

4. A admissibilidade das Medidas Provisórias, nos termos do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989 — CN, tem como pressupostos constitucionais a relevância e a urgência. No caso presente, afigura-se inequívoca a relevância da matéria, já que a proposta insere-se no rol das providências necessárias ao equilíbrio das contas orçamentárias da União e, por outro lado, possibilita a realização de créditos do Governo que restariam inertes, à espera de demoradas demandas judiciais.

5. Quanto à urgência, decorre ela, diretamente, da necessidade de reedição da Medida Provisória nº 137, de 1993, que visava obter recursos imediatos para implementação do plano proposto pelo Executivo, de grande alcance econômico e social. Os mesmos objetivos estão, pois, ainda presentes, a justificar essa urgência.

Em razão do exposto, somos pela Admissibilidade total da Medida Provisória nº 322, de 26 de maio de 1993, eis que atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer concluiu pela admissibilidade da Medida Provisória.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 24 horas para apresentação do recurso ali previsto.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 323, de 26 de maio de 1993, que define o Plano de Equivalência Salarial para reajuste das mensalidades de financiamentos para aquisição de casa própria no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.

Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989-CN, solicito ao nobre Senador Wilson Martins que profira o seu parecer.

O SR. WILSON MARTINS (PMDB-MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 323, de 26 de maio de 1993, que define o Plano de Equivalência Salarial para reajuste das mensalidades de financiamento para aquisição da casa própria no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Esta Medida provisória visa tão-somente reiterar os dispositivos contidos em Medida Provisória anterior que não foi apreciada pelo Congresso Nacional, nos prazos definidos pela Constituição.

Como se sabe, a presente Medida insere-se no contexto do programa econômico recentemente divulgado pelo Governo Federal e que tem na dinamização do setor da construção civil um dos seus elementos fundamentais.

Ademais, dentro da atual estratégia de estabilização econômica, que procura conciliar controle do processo inflacionário e crescimento econômico apoiado em setores seletivos da economia, fazem-se necessárias e urgentes as redefinições das condições de financiamento para a aquisição da casa própria.

Como se sabe, o modelo anterior incorpora desequilíbrios estruturais que comprometem a eficácia dessa modalidade de financiamento.

O déficit no FCVS e a paralisação dos financiamentos habitacionais são reflexos daquela inadequação. Há que se corrigir tais distorções com vistas à estipulação de novos planos de financiamento que não apenas possibilitem ao agente do sistema financeiro a atuar na área habitacional, mas também que promova a garantia ao mutuário quanto à estabilidade do comprometimento de sua renda, e, por conseguinte, de sua capacidade de pagamento.

As experiências recentes de controle do processo inflacionário foram particularmente perversas no que diz respeito ao crescimento econômico e ampliação do nível de desemprego na economia.

Dá a relevância e a urgência da Medida Provisória nº 323, de 26 de maio de 1993.

Valé ressaltar que, recentemente, o Congresso Nacional aprovou texto de Medida Provisória relativa à nova metodologia de cálculo da TR que corresponde a uma ação complementar, eis que tende a ampliar o montante de recursos financeiros disponíveis para financiamento no setor.

À vista disso, os pressupostos de relevância e urgência, necessários à adoção do instituto da Medida Provisória, encontram-se atendidos, o que nos faz concluir, em face do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, favoravelmente à tramitação da Medida Provisória nº 323, de 26 de maio de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer concluiu pela admissibilidade da Medida Provisória.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 24 horas para apresentação do recurso ali previsto.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 320, de 13 de maio de 1993, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

À medida foram apresentadas 64 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 16, de 1993-CN, concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 1993, incorporando total ou parcialmente as Emendas de nºs 2, 5, 6, 10, 11, 13 a 15, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 29, 32, 40 a 56, 59, 64 e pela rejeição das demais.

Em discussão a medida, as emendas e o projeto de conversão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de destaque, de autoria do nobre Deputado Luís Eduardo, Líder do PFL, que será lido pelo Sr. 1º Secretário:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 97, DE 1993-CN

Requeiro destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 2º da Emenda nº 33, do Sr. Deputado LUIZ ROBERTO PONTE, à MP nº 320/93.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — Deputado Luís Eduardo, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Houve, portanto, apenas um requerimento de destaque.

Em votação o projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental sobre a medida inicial.

Em votação o projeto de lei de conversão, ressalvado o destaque, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Jabes Ribeiro — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JABES RIBEIRO (PSDB — BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Medida Provisória nº 320, que teve como Relator o ilustre Congressista Euler Ribeiro, mereceu uma negociação por demais exaustiva e, como resultado, o projeto de conversão, elaborado pelo ilustre Relator e votado pela Comissão, foi resultado de um acordo amplo, que envolveu todos os partidos presentes naquela Comissão.

Portanto, o PSDB encaminha o voto favorável ao projeto de conversão.

O Sr. João Thome — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOÃO THOME (PMDB — AM. Para encaminhar.) — Sr. Presidente, o PMDB também vota favoravelmente ao projeto.

O Sr. Jaques Wagner — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JACQUES WAGNER (PT — BA. Para encaminhar.) — Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente ao Projeto de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Em votação o Projeto de Conversão na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Projeto de Conversão no Senado Federal, ressalvado o destaque.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 1993

Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Fundo de Desenvolvimento Social — FDS, rege-se por esta Lei.

Art. 2º O FDS destina-se ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular e projetos complementares de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos comunitários.

Art. 3º Constituem recursos do FDS:

I — os provenientes da aquisição compulsória de quotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil;

II — os provenientes da aquisição voluntária de quotas de sua emissão por pessoas físicas e jurídicas;

III — o resultado de suas aplicações;

IV — outros que lhe venham a ser atribuídos.

Parágrafo único. O total dos recursos do FDS deverá estar representado por:

a) cinquenta por cento, no mínimo, e noventa por cento, no máximo, em financiamentos dos projetos referidos no art. 2º;

b) dez por cento em reserva de liquidez, sendo cinco por cento em títulos públicos e cinco por cento em títulos de emissão da Caixa Econômica Federal — CEF.

Art. 4º O valor da quota do FDS será calculado e divulgado, diariamente, pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. O FDS estará sujeito às normas de escrituração expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Art. 5º Fica criado o Conselho Curador do FDS, integrado por:

I — Ministro do Bem-Estar Social,

II — Ministro da Fazenda;

III — Ministro do Planejamento;

IV — Presidente da Caixa Econômica Federal;

V — Presidente do Banco Central do Brasil;

VI — 1 (um) representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras;

VII — 1 (um) representante da Confederação Nacional do Comércio;

VIII — 1 (um) representante da Confederação Nacional da Indústria;

IX — 1 (um) representante da Confederação Geral dos Trabalhadores;

X — (um) representante da Central Única dos Trabalhadores;

X — 1 (um) representante da Força Sindical.

§ 1º A presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Bem-Estar Social.

§ 2º Cabe aos representantes dos órgãos governamentais a indicação de seus suplentes ao presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e empregadores e seus suplentes serão escolhidos respectivamente pelas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Bem-Estar Social, tendo mandato de 2 (dois) anos.

§ 4º O Conselho Curador reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, por convocação de seu presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de 7 (sete) de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até 1 (um) ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo administrativo.

Art. 6º Compete ao Conselho Curador do FDS:

I — definir as diretrizes a serem observadas na concessão de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e respectivos retornos, atendidos os seguintes aspectos básicos:

a) conformidade com as políticas setoriais implementadas pelo Governo Federal;

b) prioridade e condições setoriais e regionais;

c) interesse social do projeto;

d) comprovação da viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto;

e) critérios para distribuição dos recursos do FDS;

II — estabelecer limites para a concessão de empréstimos e financiamentos, bem como plano de subsídios na forma desta lei;

III — estabelecer, em função da natureza e finalidade dos projetos:

a) o percentual máximo de financiamento pelo FDS, vedada a concessão de financiamento integral;

b) taxa de financiamento que não poderá ser inferior ao percentual de Atualização dos Depósitos em Caderneta

de Poupança menos doze por cento ao ano ou superior a esse percentual mais doze por cento ao ano;

c) taxa de risco de crédito da Caixa Econômica Federal, respectiva taxa de remuneração e condições de exigibilidade;

d) condições de garantia e de desembolso do financiamento, bem assim da contrapartida do proponente;

e) subsídio nas operações efetuadas com os recursos do FDS, desde que temporário, pessoal e intransferível;

IV — dispor sobre a aplicação dos recursos de que trata o art. 3º, parágrafo único, alínea a, enquanto não destinados ao financiamento de projetos;

V — definir a taxa de administração a ser percebida pelo agente operador dos recursos do FDS;

VI — definir os demais encargos que poderão ser debitados ao FDS pelo agente operador e, quando for o caso, aos tomadores de financiamento, bem assim os de responsabilidade do agente;

VII — aprovar, anualmente, o orçamento proposto pelo agente operador e suas alterações;

VIII — aprovar os balancetes mensais e os balanços anuais do FDS, devendo ser estes últimos acompanhados de parecer de auditor independente;

IX — aprovar os programas de aplicação do FDS;

X — autorizar, em caso de relevante interesse social, a formalização de operações financeiras especiais, quanto a prazos, carência, taxas de juros, mutuário, garantias e outras condições, com a Caixa Econômica Federal, para atender compromissos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sendo vedada a alteração da destinação referida no art. 2º e respeitada a competência do Banco Central do Brasil;

XI — acompanhar e controlar os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do FDS;

XII — apreciar recursos encaminhados pelo órgão gestor ou pelo agente operador referentes a operações não aprovadas ou não eleitas pelas respectivas entidades;

XIII — adotar providências cabíveis para a apuração e correção de atos e fatos que prejudiquem o cumprimento das finalidades do FDS ou que representem infração das normas estabelecidas;

XIV — divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FDS e os respectivos pareceres emitidos;

XV — definir a periodicidade e conteúdo dos relatórios gerenciais a serem fornecidos pelo órgão gestor e agente operador;

XVI — aprovar seu regimento interno;

XVII — deliberar sobre outros assuntos de interesse do FDS.

Art. 7º O Conselho Curador disporá de uma Secretária Executiva, subordinada diretamente ao seu Presidente, cabendo ao Ministério do Bem-Estar Social proporcionar os meios necessários ao exercício de suas funções.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a criar os cargos necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva, podendo, para tal fim, requisitar servidores da Caixa Econômica Federal, mantidos os seus direitos e vantagens, na forma do Estatuto da Caixa Econômica Federal.

Art. 8º Ao Ministério do Bem-Estar Social, na qualidade de gestor da aplicação dos recursos do FDS, compete:

I — praticar todos os atos necessários à gestão do FDS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;

II — propor ao Conselho Curador critérios e programas para a aplicação dos recursos do FDS;

III — regulamentar, quando for o caso, as deliberações emanadas do Conselho Curador;

IV — regulamentar os procedimentos disciplinadores do credenciamento, da atuação, da fiscalização e da avaliação das entidades que atuam no âmbito do FDS;

V — autorizar a contratação dos projetos a serem financiados com recursos do FDS, dentre aqueles aprovados pelo agente operador dos recursos, atendidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Curador;

VI — subsidiar o Conselho Curador com parâmetros técnicos para a definição do conjunto de diretrizes;

VII — cumprir a fazer cumprir a legislação e deliberações do Conselho Curador, informando-o de todas as denúncias de irregularidades que tomar conhecimento.

Art. 9º. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador dos recursos do FDS, compete:

I — praticar todos os atos necessários à operação do FDS, de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidos pelo Conselho Curador e pelo órgão gestor do FDS;

II — adquirir, alienar, bem assim exercer os direitos inerentes aos títulos integrantes da carteira do FDS, abrir e movimentar contas bancárias, praticando todos os atos necessários à administração da carteira;

III — analisar, emitir parecer a respeito dos projetos apresentados e aprová-los, enviando todos os pareceres ao órgão gestor, inclusive os não aprovados;

IV — contratar as operações eleitas pelo Ministério do Bem-Estar Social, respeitados os limites estabelecidos na forma do art. 6º;

V — acompanhar, fiscalizar e controlar os empréstimos e financiamentos, buscando assegurar o cumprimento dos memoriais descritivos e cronogramas aprovados e contratados;

VI — elaborar os balancetes mensais e os balanços anuais do FDS, submetendo-os à aprovação do Conselho Curador, acompanhados de parecer de auditor independente;

VII — cumprir as atribuições fixadas pelo Conselho Curador.

Art. 10. Os recursos do FDS somente serão emprestados aos tomadores que estiverem regulares com seus compromissos perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 11. Fica ratificada a operação de empréstimo concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Social — FDS, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, nos termos do Decreto nº 640, de 26 de agosto de 1992.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua promulgação, ouvido o Conselho Curador do FDS.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passaremos, agora, à votação do requerimento de destaque. Antes, porém, procederemos outra vez à leitura do referido requerimento.

Requeiro destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 2º da Emenda nº 33 à Médida Provisória nº 320, de 1993. Autor: Deputado Luís Roberto Ponte.

O parágrafo único está assim redigido:

“O FDS tem por finalidade o financiamento de projetos de iniciativa de empresas ou entidades do setor

privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da administração direta, autárquica ou fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto.”

Em votação o destaque.

Como vota o Líder do PT?

O SR. EDÉSIO PASSOS (PT — PR) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota contra o requerimento, assim como votará o mérito, se for aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Já estamos apreciando o mérito.

O SR. EDÉSIO PASSOS — Portanto, peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª

O SR. EDÉSIO PASSOS (PT — PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Partido dos Trabalhadores entende que não é possível aceitar o parágrafo único ao art. 2º, porque elimina a possibilidade de concessão de financiamento a projetos de órgãos da Administração Direta Autárquica Nacional da União.

Ora, evidentemente, é absurdo o privilégio ser concedido apenas à iniciativa de natureza privada, impossibilitando que esse fundo seja aplicado em investimentos em órgãos de administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores, entendendo a proposta como inadmissível, vota contra o destaque e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ) — Sr. Presidente, o PDT também encaminha contra o destaque do Deputado Luís Eduardo, com pesar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. JABES RIBEIRO (PSDB — BA) — Sr. Presidente, compreendemos que o Congressista Luís Eduardo, sempre que apresenta destaque dessa natureza, tem o objetivo de, sob sua ótica, aperfeiçoar, melhorar e enriquecer o projeto.

Mas, neste caso, acreditamos que esse destaque é extremamente negativo e prejudica todo o projeto. Penso que essa questão deveria ter sido discutida quando na comissão se discutiu o projeto de conversão.

Portanto, o PSDB encaminha contra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. JOSÉ THOME (PMDB — AM) — Sr. Presidente, o PMDB, pelas mesmas razões — apesar de reconhecer a pureza e a ingenuidade do companheiro Luís Eduardo — votará contra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O PFL é o autor da emenda.

Como vota o líder do PDS?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI) — Voto a favor do destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Como vota o Líder do PP? (Pausa.)

Não há membro do PP presente.

Como vota o Líder do PDC? (Pausa.)

Não há membro do PDC presente.

Como vota o Líder do PSB? (Pausa.)

Não há membro do PSB presente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Por informação da Mesa, com relação ao número de Deputados integrantes de cada bancada, o destaque foi rejeitado.

O SR. LUÍS EDUARDO (BLOCO PFL — BA) — Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — É regimental o requerimento de V. Ex^a

V. Ex^a insiste, nobre Líder?

O SR. LUÍS EDUARDO — Como tenho dificuldade, Sr. Presidente, de certificar-me, neste instante, se a maioria do Plenário está ou não apoiando o meu pedido de destaque, mantenho meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — É um direito regimental de V. Ex^a

Sendo assim e não havendo, evidentemente, número, fica a votação adiada.

O SR. LUÍS EDUARDO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 2:

O Sr. Jaques Wagner — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (PT — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, se não houve *quorum* para votação anterior, não há como prosseguir na votação de outra matéria.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a teria razão, mas a matéria constante do Item 2 da pauta está em fase de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 321

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 321, de 14 de maio de 1993, que dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências.

À medida foram apresentadas 14 emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 17, de 1993-CN, concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 1993, incorporando parcialmente o texto das Emendas nº 4, 9, 10 e pela rejeição das demais.

Em discussão a medida, as emendas e o projeto de lei de conversão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Não havendo *quorum*, fica adiada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — É evidente a falta de *quorum* regimental para o prosseguimento da sessão. Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas.*)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

1ª Reunião, de instalação, realizada em 28-4-93.

Às dezesseis horas do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e noventa e três, presentes os Senhores Parlamentares Amir Lando, José Thomaz Nonó, Jaques Wagner, Pedro Valadares, Paulo Ramos, Divaldo Suruagy, Darcy Coelho, Nelson Wedekin, Edson Menezes, Ézio Ferreira, Rubem Medina, Pedro Simon, José Anibal, Gilberto Miranda, Dirceu Carneiro e Elísio Curvo, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização. Havendo número regimental, o Sr. Presidente eventual, Senador Divaldo Suruagy declara abertos os trabalhos, informando que a presente reunião destina-se a eleição do Presidente e Vice-Presidente da CPMI. Inicialmente, o Sr. Presidente esclarece que segundo um acordo interpartidário, ficou decidido que o cargo de Presidente ficaria com o PFL, que indicou o nome do Deputado Ézio Ferreira e a Relatoria ficaria com o PMDB, o autor do requerimento de criação da CPMI, o Senador Amir Lando. Prosseguindo, informa o Sr. Presidente que em relação ao nome do Vice-Presidente, existe uma dúvida quanto ao partido que irá indicar o seu representante para compor a chapa e, desta forma, sugere que a Comissão resolva o impasse antes da votação. Após a discussão pelos Senhores Parlamentares Amir Lando, Ézio Ferreira, Jaques Wagner, Pedro Valadares e José Thomaz Nonó, é obtido o consenso, sendo indicado o Sr. Deputado Paulo Ramos para a Vice-Presidência. Em seguida, procede-se a votação obtendo-se o seguinte resultado: Presidente — Deputado Ézio Ferreira, com 12 votos; Vice-Presidente — Deputado Paulo Ramos, com 12 votos. Usando a palavra, já como Presidente eleito, o Sr. Deputado Ézio Ferreira agradece em seu nome e em nome do Sr. Deputado Paulo Ramos, a confiança depositada para presidir esta importante CPMI e indica o Senador Amir Lando como Relator. Com a palavra, o Senador Amir Lando propõe que, inicialmente, a Comissão convoque para depor no dia 5/5 o Presidente da ABI, Jornalista Barbosa Lima Sobrinho e para o dia 6/5 o Presidente da FIESP, Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Colocada em discussão a proposta, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Presidente submete à deliberação requerimentos apresentados pelo Sr. Relator, Senador Amir Lando, solicitando ao Sr. Ministro da Fazenda, informações relativas ao aporte de recursos destinados às empresas já privatizadas ou em processo de privatização nos últimos 10 anos e ao Sr. Presidente do BNDES, solicitando os documentos relativos às avaliações das empresas constantes do Programa de Desestatização. Após a discussão, são os mesmos aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, indo à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

Anexo à Ata da primeira reunião, de instalação, da CPMI/PRI, realizada em 28 de abril de 1993, às

16 horas, na sala nº 2, da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal.

Presidente: Deputado Êzio Ferreira

Vice-Presidente: Deputado Paulo Ramos

Íntegra do Acompanhamento Taquigráfico da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Divaldo) — Solicito aos Srs. Parlamentares que integram a comissão para tomarem assento no plenário.

Tendo em vista a criação através do Requerimento nº 2, DE 1993, de autoria do nobre Senador Amir Lando, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar fatos decorrentes da execução do Programa Nacional de Desestatização, a Presidência, de acordo com as indicações das lideranças, designa para integrar a referida comissão os Srs. Senadores: Amir Lando, Divaldo Suruagy, Pedro Simon, Gilberto Miranda, Raimundo Lira, Elcio Alvares, Teotônio Vilela Filho, Luiz Alberto, Saldanha Derzi, Nelson Wedekin e Irapuan Costa Júnior.

E os seguintes Srs. Deputados: José Thomaz Nonó, Marcelo Barbieri, Êzio Ferreira, Rubem Medina, Fetter Júnior, Paulo Ramos, José Aníbal, Jaques Wagner, Pedro Valadares, Nelson Marquezelli e Elísio Curvo.

O Srs. Senadores suplentes são: Ronan Tito, Márcio Lacerda, Iram Saraiva, Onofre Quinan, João Rocha, Guilherme Palmeira, Dirceu Carneiro, Jonas Pinheiro, Ney Maranhão, Meira Filho e Darcy Ribeiro.

Os Srs. Deputados suplentes são: Haley Margon Weiss(?), Luís Roberto Ponte, Paes Landim, Darcy Coelho, Roberto Campos, Marino Clinger, Jackson Pereira, Edson Menezes da Silva, Francisco Silva, Peres Nader e Haroldo Cedrazzi(?).

Segundo informações da assessoria, 15 parlamentares estão presentes, o que dá o quórum necessário para a instalação da CPI.

Segundo um acordo interpartidário, ficou decidido que a Presidência ficaria com o PFL, que sugere o nome do Deputado Êzio Ferreira e a Relatoria ficaria com o PMDB, com o autor do requerimento, que criou a CPI, que é o nobre Senador Amir Lando.

Existe apenas uma dúvida em torno da Vice-Presidência, o nobre Deputado Êzio Ferreira traz a orientação da Liderança do seu Partido para propor um nome do PMDB; no caso, S. Ex^a estava sugerindo o meu nome, mas declino deste privilégio, dessa honra, em favor da tentativa de uma conciliação para que outro partido integre a Mesa Diretora dos trabalhos. Para não ficar apenas com o PMDB e com o PFL.

Então, o nobre Senador Amir Lando sugere o nome do Deputado Paulo Ramos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — SR. Presidente, gostaria de agregar alguns esclarecimentos do porquê dessa indicação.

Sou homem de palavra, sou homem de empenhar e honrar a minha palavra. Quando colhi as assinaturas, ainda no Senado, para depois dirigir-me à Câmara, encontro já uma coleta de assinaturas realizadas pelo nobre Deputado Paulo Ramos, na Câmara dos Deputados, Tivemos um contato para somar esforços. Isso daria ao nobre Deputado Paulo Ramos, inclusive, a titularidade de um requerimento quanto o meu, sendo que S. Ex^a declinou de qualquer titularidade e eu, naquele momento, empenhei-me para que S. Ex^a fosse o Vice-Pre-

sidente, já que é uma tradição, como V. Ex^a mesmo disse. Eu me sentiria extremamente honrado com o nome de V. Ex^a, inclusive pode substituir esse relator na relatoria, eu até declino da relatoria, não há problema nenhum. Mas o que eu gostaria, tanto quanto possível, e faço um apelo aos membros dessa CPI, já que V. Ex^a declina da indicação de que pudesse ser honrada essa tratativa, porque não foi um acordo de liderança, evidentemente que não, foi um acordo entre nós que estávamos empenhados nesta luta. Propus uma CPI da privatização, ainda em 13 de março de 1992 e que infelizmente não foi implantada. Espero que a compreensão do nobre Deputado Êzio Ferreira, entendendo a sua posição perfeitamente, mas para mim que assumi esse compromisso, infelizmente não tenho como voltar atrás.

Saio até da CPI, mas não desonro a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Gostaria de agradecer as referências que o nobre Senador Amir Lando faz a nosso respeito, mas evidentemente que o espírito, a alma dessa CPI, foi V. Ex^a.

Então, acho que em momento algum, nenhum dos companheiros aqui presentes, sem nenhum demérito para os parlamentares que integram esta CPI, o nome de V. Ex^a se impõe diante de todos nós.

Todos nós ouvimos os argumentos do Senador Amir Lando e eu, então, perguntaria ao Deputado Êzio Ferreira se S. Ex^a aceita as ponderações formuladas pelo Senador Amir Lando ou se submete à votação a indicação de outro nome, já que por razões de ordem ética, já que estou presidindo a implantação da CPI, jamais poderia colocar o meu nome em julgamento.

O SR. ÊZIO FERREIRA — Sr. Presidente, gostaria apenas que outros partidos, que fazem parte da CPI, se manifestassem a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Pois não!

Então, atendendo a solicitação do Deputado Êzio Ferreira, a palavra fica à disposição dos Srs. Parlamentares.

O SR. JAQUES WAGNER — Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, quero me somar às ponderações do Senador Amir Lando no sentido de que possamos sair daqui fechando um conjunto, que vai dirigir os trabalhos, que seja harmônico e absorvido por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Apenas para efeito de registro na Ata, solicitaria que cada parlamentar ao pronunciar as suas palavras fizesse a sua auto-apresentação.

O SR. PEDRO VALADARES — Sou do Estado de Sergipe e pertencço ao PP. Como seu representante, depois de ouvir a explanação do nobre Senador Amir Lando, concordo plenamente no sentido de que a Vice-Presidência desse trabalho seja entregue a partidos que já estão fazendo parte da Mesa, que são o PMDB e o PFL. Como coube ao PDT, já de um acordo de cavalheiros entre o Senador Amir Lando e o Deputado Paulo Ramos, o PP endossa tudo aquilo que foi acertado entre os dois.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Continua franqueada a palavra.

O SR. ÊZIO FERREIRA — Vamo então para o consenso.

O SR. JAQUES WAGNER — Eu queria só agradecer o consenso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Eu também me associo a V. Exª e agradeço a todos. Infelizmente, senti-me compelido a fazer essas ponderações, mas desejando que isso não fosse necessário.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO — Acho que havendo uma chapa já escolhida consensualmente, quer dizer, sendo Presidente o Deputado Ézio Ferreira, Vice-Presidente o Deputado Paulo Ramos e sendo o relator de indicação do Presidente, na forma regimental, parece-me dispensável proceder à votação por cédulas. Pergunto se se pode votar por aclamação ou por qualquer modo semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — As informações que estou recebendo é que regimentalmente se faz necessária a votação.

Eu convidaria então, para escrutinadores, os Deputados José Thomaz Nonô e Pedro Valadares, porque Sergipe e Alagoas têm que estar bastante unidas.

Vamos passar à chamada.

A medida que a chapa for entregue, vou proceder à chamada.

Procedê-se à chamada. (Pausa.)

Votaram 13 parlamentares.

Os escrutinadores vão proceder à apuração.

O SR. PEDRO VALADARES — São 12 votos para Ézio Ferreira e Paulo Ramos e 1 Voto em branco para Presidente e Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy) — Anunciado o resultado pelos escrutinadores, Deputados José Thomaz Nonô e Pedro Valadares, eu convidaria os Deputados Ézio Ferreira e Paulo Ramos para assumirem a direção dos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, iniciando nossos trabalhos, designo o Senador Amir Lando para a Relatoria.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Sr. Presidente, preliminarmente, gostaria que V. Exª colocasse à apreciação do Plenário o horário de funcionamento desta CPI, pois aí nos ficaríamos com essa preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — O nosso Relator, o Senador Amir Lando, propôs que essa CPI se reunisse às quarta-feiras, às 15 horas e às quinta-feiras, às 10 horas, ou seja, duas vezes por semana. Às 18 horas também há sessão da Câmara dos Deputados, em seguida sessão do Congresso Nacional. Então, vamos nos reunir às terças-feiras às 15:00 horas, porque nós temos que nos reunir duas vezes por semana.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — Sr. Presidente, permita-me uma sugestão? Veja bem, aí é a luz da experiência na Casa e o quorum sempre complicado. V. Exª poderia determinar, ou melhor, consultar os companheiros que, de início, se marque os dias de terça, quarta e quinta-feiras, e vou sustentar as quartas, às 15:00 horas. Na Câmara, temos usado

a seguinte praxe: enquanto não começa a votação, a reunião avança.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Isso aí é problema do Senado.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONO — Eu não sei a ordem, o elenco das coisas que irão ser sugeridas como roteiro inicial. Mas, presumo, que essa vai ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito bastante divertida, divertida no sentido cívico, pois vamos ter aqui grandes discussões. Não tenho a menor dúvida que vamos ter muita audiência e, se nós já começarmos, eu sugiro que, de início, se marque terça, quarta e quinta. Se não funcionar, por qualquer motivo, a Mesa adapta de acordo com a circunstância. É uma sugestão que eu queria ponderar com os meus pares. Na Câmara é possível desde que comecemos, evidentemente, às 3 horas, prosseguirem algumas exceções. É claro que serão interrompidas, em alguns casos, como costuma acontecer com todas as Comissões Parlamentares de Inquérito. Mas, em princípio, não impede que marquemos para terça, quarta e quinta. Era esta a sugestão que eu deixaria à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Eu pergunto aos nobres Srs. Senadores sobre o problema da reunião às quartas-feiras, às 15 horas?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Há outros Srs. Senadores, aqui, e eu não quero apenas defender esse ponto de vista. Eu não sei qual é o pensamento dos Senadores Amir Lando, Gilberto Miranda ou Dirceu Carneiro.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — Penso que é impossível realizar a reunião às terças, quartas e quintas-feiras às 15 horas.

O SR. PAULO RAMOS — A impressão que tenho, caro Presidente e Sr. Senador, é que poderíamos acolher a sugestão do Deputado José Thomaz Nonô. O próprio Relator, ao apresentar o roteiro de trabalho da CPI, procurará fazer as adaptações em termos de esforço para determinado dia e, aí, no desenvolvimento dos trabalhos, nós teríamos a oportunidade de ver o que seria melhor. Ficaria a sugestão de terças-feras, às 15 horas; quarta-feira às 15 horas e, quinta-feira às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Realmente, essa proposta teria o meu endosso. Não quis sobrecarregar, por isso a idéia inicial era a de funcionar às quartas e quintas-feiras. Evidentemente, reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente a qualquer momento. De qualquer sorte, acredito que essa proposta nos dá uma mobilidade maior para atender a demanda das investigações. E concordo, plenamente, com a proposta do Deputado José Thomaz Nonô, e poderemos suspender sempre que tiver matéria mais importante.

Fica, então, marcada para terça-feira, às 15 horas, quarta-feira às 15 horas e quinta-feira às 10 horas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de fazer algumas ponderações.

Nós, na condição de Relator, entendemos que esta CPI poderia ser dividida em duas partes bem distintas: numa primeira, uma discussão doutrinária sobre essa matéria que tem causado tanta polêmica na imprensa, e porque não dizer, na vida brasileira. A nossa proposta, antes de nos aprofundarmos na eventual irregularidade, ilicitude, adentrar na in-

investigação, propriamente dita, eu propunha uma discussão sobre esse tema, sempre dentro de uma perspectiva do contraditório; os que estão contra e os que estão a favor, porque assim poderemos buscar elementos essenciais para a informação legislativa, pois esta CPI tem, fundamentalmente, como qualquer CPI, uma preocupação com a informação legislativa, uma publicidade dos atos, ou seja, tornar transparente as licitações ou os leilões havidos. Enfim, apurar eventual irregularidade. Eu não saio, no início, com qualquer irregularidade, devidamente comprovada ou concretamente demonstrada. Na verdade, nós temos uma série de denúncias, mas essas denúncias não me permitem, aqui, fazer qualquer acusação a quem quer que seja. Então, na condição de Relator, a minha proposta inicial seria, não um plano, um projeto preestabelecido, onde eventuais convocados já estarão se preparando, ouvindo os seus advogados, consultando as pitonisas, para melhor dar uma versão a esta CPI, e na medida em que nós tivermos um fato nós endereçaremos à investigação para desvendar uma eventual irregularidade ou ilicitude. Tanto é que, nessa primeira fase, eu propunha a audiência — e, assim, requeiro ao Sr. Presidente para que submeta ao Plenário — o depoimento do Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI, para o dia 5 de maio, que terá que ser às 15 horas, porque a reunião seria à tarde. No dia seguinte, dia 6 de maio, seria o Presidente da FIESP; aí teria que ser às 10 horas da manhã. Começaria assim e, claro, o Relator está aqui para receber qualquer indicação. Teriam outros nomes posteriormente, mas seriam outros dois nomes representativos de dois segmentos bem distintos da sociedade, um representando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, outro representando um paladino da luta, no que se refere à privatização, Barbosa Lima Sobrinho.

Eram essas as colocações iniciais e, evidente, se quisermos estabelecer outros nomes para a reunião da outra semana, podemos defini-los. Entretanto, no momento, temos esses dois nomes.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — V. Ex^a se manifestou aberto às sugestões e eu gostaria de trazer alguma coisa como contribuição à ideia de V. Ex^a

Esta Comissão é, em alguma coisa, bastante diferente da que averiguou os ilícitos do Dr. Paulo César Farias e outras coisas semelhantes. Ela vai, como disse V. Ex^a, contrapor ideias favoráveis ou contrárias à privatização como tese, como ideia. Submeto à consideração de V. Ex^a, ainda nesta fase doutrinária, que nas reuniões, até para ganharmos tempo, não colocássemos apenas uma pessoa favorável ao princípio, mas sim convocarmos duas pessoas no mesmo dia, se possível do mesmo setor, um luminar do setor público favorável ao processo de privatização, e em tese, uma pessoa do setor público contrária ao processo de privatização. Um industrial da FIESP ou de qualquer outro conglomerado análogo favorável ao processo de privatização. Se possível, um divergente do seu próprio universo, mas os dois na mesma reunião. Por exemplo, os nomes que V. Ex^a submete à consideração da Comissão são prá lá de adequados para darmos início aos nossos trabalhos.

Nós conhecemos, por exemplo, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, é um homem erudito e tenho certeza que sua palestra será produtiva, substancial, agradável, posto que é um homem que domina muito bem o vernáculo. Se ouvirmos só o Barbosa Lima e na outra reunião outra pessoa, não se fará com muita clareza o jogo do contraditório, que sei que é o objetivo primeiro do ilustre Relator.

Submeto primeiro à sua ponderação, que V. Ex^a nos ofereça um roteiro na terça-feira vindoura, se possível com os colegas colaborando, sugerindo nomes, etc. e segundo, que na medida do possível, marcássemos — é apenas uma sugestão — duas pessoas em cada reunião, porque o contraditório ficaria muito claro, não apenas na parte dos parlamentares, mas, sobretudo, na parte dos expositores.

Na patologia — aí é outra questão — quando formos adentrar os casos concretos: o que houve na venda da empresa X, aí sim, precisamos reservar uma reunião inteira para um senhor. Mas na fase doutrinária, parece-me que seria muito interessante contrapor. Era essa a sugestão que eu trago a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Nobre Deputado Thomaz Nonô, Sr. Presidente, apenas quis dar, nesses primeiros dois depoimentos, evidentemente, uma certa excelência, uma dimensão maior. Foi essa minha preocupação. Mas também não é o essencial. É porque pela figura, pela personalidade que representa Barbosa Sobrinho, pela representatividade do Presidente da Fiesp, se nós os trouxéssemos aqui — concordo plenamente que adiante podemos acentuar; penso que a proposta de V. Ex^a é inteligente porque, sobretudo, dá celeridade aos trabalhos. Mas nessas primeiras, sugiro, se não for vencido...

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Marquizezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI — Sr. Presidente, apenas quero discordar do Relator. Como é uma orientação proposta por ele, acho que devemos acatá-la. Entretanto, penso que o primeiro a ser ouvido nesta Comissão deveria ser André Franco Montoro, que é o Presidente da Comissão, um elemento que deu — para colocar o quadro como deve ser feito —, o acompanhamento. Uma outra pessoa que eu iria propor era João Agripino, também é importante, deve ser ouvido e acompanhado e um terceiro nome é o Dr. Eduardo Modiano. São três nomes que eu gostaria que esta Mesa deixasse anotado como sugestão do PTB.

Agora, sobre a ordem de convocação, penso que a Mesa é que deve intercalar e ver, dentro da oportunidade, o convite desses nomes. São três nomes que, em hipótese nenhuma, devemos deixar de lado, mas sim convocá-los para depoimentos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Proponho a esta Comissão que o primeiro nome a ser convocado seja do André Franco Montoro, que é o Presidente da Comissão Diretora de Estatização. Depois, ouvirmos o Senador Amir Lando, e fazemos as composições. Concordo plenamente que esses nomes sejam ouvidos, mas o senso de oportunidade...

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Como Relator, entendi que abrimos uma discussão iminentemente declinária, vamos ouvir outras personalidades, duas ou três no mesmo dia, por quê? Porque já temos algumas denúncias contra Franco Montoro. Nessas circunstâncias vamos ouvi-lo, assim como também José Agripino, mas isso já seria numa fase de investigação. Essa primeira fase seria doutrinária, filosófica, um lançamento das teses, como o nobre Deputado José Thomaz Nonô falou, mas na hora em que começarmos a investigação propriamente dita vamos ter que ouvir, em primeiro lugar, Franco Montoro, Modiano e José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — A sugestão dos nomes é registrada pela Presidência, que fará o acompanhamento do melhor modo possível.

Com a palavra o Deputado José Nicolas.

O SR. JOSÉ NICOLAS — Sr. Presidente, concordo com o Deputado Nelson Markezelli, devemos ouvir em primeiro lugar André Montoro Filho.

Em segundo lugar, o Relator sugeriu, do ponto de vista doutrinário, que escutemos o Barbosa Lima Sobrinho e em seguida o Mário Amato.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Falei o atual Presidente da FIESP, não Mário Amato, o Manoel Moreira Ferreira.

O SR. JOSÉ NICOLAS — Sugiro, do ponto de vista doutrinário, que conseguíssemos não o Presidente da Fiesp, mas um outro nome que estivesse no mesmo universo em que está o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, alguém mais ligado à Academia, ao jornalismo. Insisto com a idéia de que o primeiro seja o André Montoro Filho.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Com a palavra o Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Na questão da oportunidade da convocação das personalidades citadas, tenho percebido que quando se convoca logo nas primeiras reuniões as figuras mais envolvidas com o mérito da Comissão, os depoimentos não são bem aproveitados. Porque no início, a Comissão ainda não detém um conjunto de informações e questões que são postas a cada reunião, e às vezes ocorre que tem que se buscar a personalidade mais envolvida uma segunda vez.

Por isso penso que não é conveniente convocar André Franco Montoro, uma das personalidades mais envolvidas nessa questão, como primeiro depoente, e sim situar a Comissão dentro de um conjunto de informações, de uma visão, até de questionamento, e assim a Comissão mais instrumentalizada de informações pode enfrentar as personalidades mais envolvidas na questão com mais eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Com a palavra o Deputado Pedro Valadares.

O SR. PEDRO VALADARES — Sugiro que convoquemos o Dr. Ênio Barreto, Diretor do Sindipetro do Rio de Janeiro, para uma posterior deliberação, e o coordenador do Dieese, conhecedor profundo das questões de privatização, já tendo feito debates por todo Brasil sobre o modelo do Estado e sobre a privatização.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS — Obviamente não vamos esgotar todo um roteiro de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na reunião da instalação. A observação feita pelo Senador Dirceu Carneiro é muito oportuna, parece-me que seria razoável, por todos nós termos sugestões de nomes e de providências, iniciativas outras que poderão ser tomadas pela Comissão. Mas seria razoável que avançáramos, hoje, na decisão o seguinte: apoiar a proposta do Relator, fariamos a sugestão de nomes que encaminharíamos ao próprio Relator para que ele pudesse, em função dessa linha de trabalho, primeiro, fazer uma análise doutrinária e, depois, o trabalho de investigação, e assim enquadraria cada um dos nomes sugere-

dos no rol que fosse mais conveniente à elucidação dos fatos e à condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Então, fica decidido que vamos no dia 5 de maio convocar o Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Agora, vamos marcar uma reunião antes do trabalho e também vou trazer um roteiro de trabalho para que possamos discuti-lo na próxima terça-feira, às 15h.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Sr. Presidente, tenho em mãos um requerimento que vou submetê-lo à consideração do Plenário, que tem o seguinte teor:

“Requeiro, nos termos regimentais, ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Elizeu Resende, para que, no prazo de dez dias, preste informações relativas ao aporte de recursos destinados às empresas já privatizadas ou em processo de privatização nos últimos dez anos”.

Sr. Presidente, justifico o meu requerimento, porque quero saber onde foi o dinheiro investido nas estatais. Quero saber se esse prazo de dez anos, tendo em vista o período de depreciação do capital, para que tenhamos referência quanto à avaliação. Isso para mim é importante. Quero saber onde foi o dinheiro. O que temos são denúncias de que foram investidas fortunas e esse dinheiro, de repente, para as empresas não vale nada. Não vale nada, mas pode empreender realmente prejuízos, enfim, apreciar um diagnóstico dessas empresas, um espectro dessas empresas.

Sr. Presidente, submeto também à consideração do Plenário um outro requerimento que tem o seguinte teor:

“Requeiro, nos termos regimentais, ao Sr. Presidente do BNDES, para que, no prazo de dez dias, preste informações no sentido de oferecer a esta Comissão os documentos relativos às avaliações das empresas constantes do Programa de Desestatização.”

Seriam esses dois requerimentos que submeto, inicialmente, à consideração de V. Ex^a. Depois, poderemos discutir, no momento oportuno, na terça-feira, outros detalhes. É apenas para que a Comissão não fique num vazio que são essas primeiras convocações. E nas demais, vamos discutir abertamente sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Também vou pedir à Ministra Yeda Crusis a relação de todas as empresas estatais de capital misto, daquelas em que o Governo é majoritário, quero ter tudo isso na Comissão para saber o tamanho do Estado dentro da economia brasileira.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ — Sr. Presidente, só para ver se entendi bem. Veja bem, o nosso cronograma está da seguinte forma: na terça-feira vindoura uma reunião de O&M para acertarmos o procedimento e, aí, sugeriremos, se possível, nomes, etc. Na quarta-feira vindoura, de hoje a oito dias, ouviremos o Dr. Barbosa Lima Sobrinho. E o Relator, ou a Presidência, ou ambos, oferecerão um esboço de roteiro, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Não, na terça-feira, já vamos oferecer um esboço do roteiro do trabalho.

O SR. PEDRO VALADARES — Sr. Presidente, como sugestão, neste roteiro que V. Ex^a vai fazer, queria que V. Ex^a ao convidar uma determinada personalidade para fazer uso da palavra aqui no sentido de expor, uns, a favor da privatização e, outros contra, que chame os dois. Porque, pelas sugestões de vários Parlamentares é que há diversas personalidades ligadas só ao setor da privatização. Então, que haja as duas pessoas aqui para falar, para que haja o contraditório, dando uma maior transparência à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Essa reunião que faremos na terça-feira é justamente para acertarmos todos os nossos pontos de vista.

O SR. RELATOR (Amir Lando) — Sr. Presidente, gostaria que ficasse também deliberada a convocação do Presidente da Fiesp. Entendo que é uma personalidade importante e que ele representa todo o pensamento. Não quer dizer que não possamos convocar outros expertos nessa matéria, acadêmicos que tenham posição diferente. Mas já ficaram liberados para próxima quarta e quinta-feiras esses depoimentos. E daí para a frente, vamos estudar um cronograma, evidentemente, em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ézio Ferreira) — Os Srs. Congressistas que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Comparecerão a esta Comissão, na quarta-feira o Dr. Barbosa Lima Sobrinho e, na quinta-feira, o Presidente da Fiesp.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h18min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO,

Criada através do Requerimento nº 2, de 1992-CN, destinada a "examinar a situação do setor farmacêutico".

1ª Reunião (instalação), realizada em 29 de abril de 1993.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas e trinta minutos, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Nabor Júnior, Dario Pereira, Carlos Patrocínio, Almir Gabriel, Garibaldi Alves, Júlio Campos, Jonas Pinheiro, Eva Blay, Deputados Gonzaga Mota, Jofran Frejat, Marino Clinger, Elias Murad, Mario Chermont e Ubaldo Dantas, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "examinar a situação do setor farmacêutico". De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Nabor Júnior, e declara instalada a Comissão. Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, a Presidência convida os Senhores Senador Almir Gabriel e Deputado Jofran Frejat para funcionarem como escrutinadores. Realizada a eleição, verifica-se o seguinte resultado: para Presidente, Senador Carlos Patrocínio, 16 votos; para Vice-Presidente Deputado Elias Murad, 16 votos. São declarados eleitos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senador Carlos Patrocínio e Deputado Elias Murad. Assumindo a Presidência o Senhor Senador Carlos Patrocínio, agradece a honra com que foi distinguido e designa o Senhor Deputado Gonzaga Mota para relatar a

matéria. Finalizando o Senhor Presidente solicita aos demais membros que encaminhem sugestões ao Senhor Relator no sentido de auxiliar na elaboração do roteiro dos trabalhos da Comissão, convocando reunião a realizar-se dentro de quinze dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e para constar eu, José Augusto Pariste Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

2ª Reunião, realizada em 19 de maio de 1993.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezesseis horas, na Sala 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Carlos Patrocínio (Presidente), Dario Pereira, Deputados Gonzaga Mota, Marino Clinger, Elias Murad, Mario Chermont e Edinho Ferramenta, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "examinar a situação do setor farmacêutico". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião é destinada à apreciação e votação do roteiro de trabalhos. Com a palavra, o Senhor Relator, Deputado Gonzaga Mota, procede à leitura da proposta de roteiro de trabalho e solicita que seja distribuído aos demais membros o referido documento juntamente com o Requerimento que criou a Comissão. Aborda ainda a sistemática das reuniões no que diz respeito às Audiências Públicas. Com a palavra o Senhor Deputado Elias Murad sugere ainda que seja incluído o item 9, com o tema Análise dos Projetos em tramitação no Congresso Nacional. Não havendo mais quem queira discutir, o Senhor Presidente submete à votação o referido roteiro, que é aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se no próximo dia vinte e cinco do mês em curso, quando, na oportunidade, será ouvido, em audiência pública, o Senhor Senador Jamil Haddad, Ministro de Estado da Saúde. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 1992-CN, destinada a examinar a situação do setor farmacêutico, destinada a apreciar, discutir e votar o roteiro dos trabalhos da comissão, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da comissão.

Presidente: Senador Carlos Patrocínio

Relator: Deputado Gonzaga Mota

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Gonzaga Mota.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Tenho cópias suficientes desse relatório, que passarei às mãos de V. Ex^a para serem encaminhadas, formalmente, aos demais membros da CPI, aos quais pergunto se há alguma sugestão a apresentar.

Creio que, da parte dos que estão aqui presentes, pelo que já percebemos na conversa preliminar, há uma aceitação bastante razoável. Este seria o primeiro ponto a ser observado.

Também passarei às mãos de V. Ex^a, Sr. Presidente, o requerimento inicial da constituição desta CPI, que pediria

fosse também encaminhado, juntamente com o roteiro de trabalho, aos demais membros. Fizemos esse requerimento no ano passado, mas a CPI não foi implantada.

Agora, o terceiro ponto da nossa reunião, para que possamos desenvolver o nosso trabalho, é com relação à sistemática de nossas reuniões, principalmente aquelas que dizem respeito a audiências públicas.

Daria a sugestão, Sr. Presidente, de fazer a primeira audiência pública com S. Ex^a, o Ministro da Saúde, que é a maior autoridade do setor no País. Provavelmente S. Ex^a não conhece, com profundidade, os oito itens, mas poderia dizer-nos oficialmente qual é a posição do Governo, o que o Governo está pensando. Isso é importante deixar registrado nos Anais da CPI. Ele aqui vem representando o Governo. Essa seria a minha primeira sugestão para a audiência pública.

Tive a oportunidade de ouvir alguns nomes que V. Ex^a ressaltou e de que o Deputado Murad falou. O Ministro da Saúde, seria, na nossa opinião, o primeiro a ser ouvido e faria a abertura dos trabalhos, para dar uma idéia bastante ampla, geral, não precisando descer a detalhes do roteiro, porque isso será feito ao longo do tempo. Podemos, inclusive, reajustá-lo ou não, dependendo das conveniências.

Tomaria a liberdade de também indicar — já sabendo os nomes que V. Ex^a e o Deputado Murad vão sugerir — o Ministro Andrade Vieira, que é o responsável pelas Câmaras Setoriais. S. Ex^a é o Presidente das Câmaras Setoriais, inclusive a do setor farmacêutico.

Outro nome que também gostaria de sugerir é o do Ministro da Justiça ou de uma pessoa indicada por S. Ex^a, para falar a respeito da série de processos, do acompanhamento de defesa do consumidor e de assuntos inerentes ao CADE e ao Ministério da Justiça.

São três os setores importantes a serem ouvidos: o Governo, através de vários representantes, entre os quais já citei alguns; o setor produtor, tanto o nacional, como o estrangeiro e o oficial. E, por último, os Conselhos Regionais e Federais de Medicina e Farmácia.

Eu veria assim, de uma maneira bem ampla. Creio que essa relação, de que V. Ex^a dispõe, Sr. Presidente, já existe essa abrangência: representantes do Governo, representantes do setor, envolvendo o subsector nacional, o subsector internacional, o subsector oficial e produção e o de comercialização e distribuição.

E um terceiro segmento seria, digamos assim, o das universidades, o dos Conselhos Federais, para que possamos ter uma visão bem ampla, compatível com esse roteiro que aqui está.

Com isso, tenho a impressão de que dá para se fazer um relatório objetivo, bastante conclusivo, sobre a problemática e a situação do setor farmacêutico no Brasil.

Só para concluir, porque V. Ex^a e o Deputado Elias Murad vão realmente enumerar as pessoas que virão à Comissão, eu diria o seguinte: inicialmente seria ouvido o Ministro da Saúde; depois, de acordo com o desenvolvimento do trabalho, a Câmara Setorial, através de um representante ou do próprio Ministro; e o Ministro da Justiça ou seu representante. Para o relatório, gostaria de contar com a colaboração de pessoas dos três segmentos já citados: produção, distribuição e comercialização, aí incluídos tanto os laboratórios nacionais, como os estrangeiros e os oficiais, além da parte do setor oficial, que pode ser complementar, e também a dos Conselhos.

Eram essas as colocações que gostaria de fazer bem como as sugestões concretas em relação aos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Agradeço ao ilustre Relator e submeto as sugestões à apreciação dos Srs. Membros da Comissão. Se houver alguma dúvida ou se V. Ex^{as} desejarem acrescentar qualquer sugestão, está franqueada a palavra para discussão.

Concedo a palavra ao eminente Vice-Presidente da Comissão, Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD — Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, demais pessoas presentes: em primeiro lugar, quero elogiar a iniciativa do Deputado Gonzaga Mota ao propor esta CPI Mista, que encontrou apoio, como podemos ver no Aulso do Congresso Nacional, Requerimento nº 2 de 1992, de quase duas centenas de Parlamentares. A hora é mais do que oportuna. Essa questão de medicamentos no País está preocupando a todos e, como sabemos, até o próprio Presidente da República.

Gostei muito do roteiro apresentado pelo ilustre Relator, Deputado Gonzaga Mota. Praticamente, não tenho nada a acrescentar ou a sugerir, a não ser um item que, salvo engano, foi levantado agora há pouco pelo próprio Presidente. Talvez pudéssemos colocá-lo em um dos subitens. Trata-se dos projetos de lei relacionados à farmácia e à indústria farmacêutica, de um modo geral. Sabemos que há vários, e V. Ex^a mesmo, salvo engano, é Relator de um deles aqui no Senado. Temos, por exemplo, um tramitando na Câmara dos Deputados, que regulamenta a profissão de farmacêutico?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Seria feita uma análise dos projetos?

O SR. ELIAS MURAD — Sim. Seria feita uma análise crítica desses projetos que estão em andamento, porque há vários e alguns até extremamente polêmicos. Seria a oportunidade para que esta CPI os analisasse.

Eu deixaria a critério de V. Ex^{as} a escolha do item. Talvez o item 3º — “Perfil do mercado farmacêutico brasileiro” — seja o mais indicado.

Acho que o assunto seria mais pertinente ao item 4º, ao qual poderíamos acrescentar um subitem e fazer uma análise crítica dos projetos em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Acho que o item 4º está muito limitado à comercialização e à distribuição.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Poderia haver o item 9º, Sr. Presidente.

O SR. ELIAS MURAD — Sim, talvez fosse melhor.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Poderíamos abrir o item 9º. Acho que seria mais racional.

O SR. ELIAS MURAD — Essa sugestão é boa. Poderíamos enquadrar no item da Comercialização, mas o projeto que regulamenta a profissão farmacêutica não é propriamente só comercialização.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Há que são vários projetos, abriríamos o item 9º. Análise dos projetos em tramitação.

O SR. ELIAS MURAD — Acho que isso seria uma coisa boa, porque a CPI poderia dar a sua colaboração.

Dentro da linha da sugestão de nomes — não sei se seria oportuno — já sugeri alguns a V. Ex^a e só restaria confirmá-los: em primeiro lugar, Elísio Carline, Professor Titular da Esco-

la Paulista de Medicina, que é Presidente da SOBRAVIME — Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos e do CEBRID — Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas; o Dr. Thiers, Presidente do Conselho Federal de Farmácia, que foi sugestão de V. Exª e quero apenas ratificá-la; e, ainda, o Presidente ou a Vice-Presidente do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais.

No Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, já foram realizados, neste ano, dois seminários sobre medicamentos, e vai ser realizado, agora em junho, mais um terceiro. Então, ele está bem atuante nessa área, particularmente relacionada com os laboratórios oficiais e também com os preços dos medicamentos no País.

Depois encaminho os nomes a V. Exª
Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Acho que todos estão de acordo com o roteiro traçado pelo eminente Relator, agora com mais um adendo — o item 9º —, para analisar todos os projetos que versam sobre a matéria, em tramitação no âmbito do Congresso Nacional.

Acho que isso é consenso.

Gostaria apenas de sugerir que encerrássemos os trabalhos no prazo estabelecido para o seu término, ou seja, no dia 25 de outubro, embora seja possível a prorrogação através de requerimento.

Eu gostaria também de marcar as reuniões para as terças-feiras, à tarde, porque acho que na quarta-feira é praticamente impossível, quer pelo número de comissões que funcionam pela manhã, quer pelo funcionamento do plenário à tarde. Ficaria, então, marcada para terça-feira, por volta das 15h30 min, para começarmos, pelo menos, às 16h.

Eu gostaria também que as primeiras reuniões fossem feitas quinzenalmente. Poderíamos colocar, então, inicialmente, o Ministro Jamil Haddad, que, evidentemente, virá com todo o seu staff. Vamos encaminhar a S. Exª o roteiro, para que possa inteirar-se e verificar quem traria também para fazer parte dessa primeira explanação, que seria, por assim dizer, a abertura oficial da parte de audiências.

Temos de pensar também se devemos fazer ou não alguma diligência, ir a algum laboratório ou setor. Isso, com o andamento do nosso trabalho, será posteriormente passado aos Srs. membros da Comissão.

Fariamos convite ao Ministro Jamil Haddad para que comparecesse à Comissão na terça-feira, daqui a 15 dias. Comprometo-me a fazer a comunicação a S. Exª pessoalmente e, se alguém quiser, também poderá ir comigo. Já tive oportunidade de falar com S. Exª, que se manifestou muito receptivo e acha que essa CPI deve ser instaurada e mostrar resultados.

É isso que pretendemos.

Então, ficaria o Ministro Jamil Haddad, se até lá S. Exª ainda for o Ministro da Saúde. Gostaríamos que assim o fosse, porque é uma pessoa muito interessada e tem desempenhado muito bem as suas funções no Ministério.

A nossa segunda audiência seria com o Ministro José Eduardo Andrade Vieira ou uma outra pessoa da Câmara Setorial. Nessa oportunidade, trataríamos exclusivamente da parte relacionada às Câmaras Setoriais. E poderíamos também, já que o assunto é muito extenso — eu até poderia falar com o Ministro Eduardo Andrade Vieira — convocar para essa mesma reunião o Ministro da Justiça e/ou a pessoa do CADE, que irá falar sobre os direitos econômicos do cidadão.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Isso ocorreria nas duas primeiras audiências? Primeiro seria ouvido o Ministro da Saúde e a Câmara Setorial e, em segundo lugar, o CADE?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Sim. Fariamos tudo isso em uma só reunião. Posteriormente, além daqueles nomes já aceitos e eventualmente dos que aparecerem e forem incluídos, procuraremos inserir, no roteiro de trabalho, o nome de quem estiver mais adequado para expor sobre cada item perante esta CPMI do Congresso Nacional.

De maneira geral, o que tínhamos a tratar era somente isso. Já que para marcar para a próxima terça-feira.

A princípio, marcaremos para a próxima terça-feira, à tarde. Se houver qualquer eventualidade, comunicarei aos membros da Comissão.

Se possível, vou entrar em contato ainda hoje com o Ministro. Vamos formalizar o ofício?

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Eu já entreguei as cópias à Secretaria e pediria que fosse acrescentado o item 9º — “Análise dos projetos em tramitação na Câmara e no Senado”, antes que fossem distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Agradeço a participação de todos.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Então, duas audiências já estão definidas: na próxima terça-feira, o Ministro da Saúde e, depois, os Ministros Andrade Vieira e Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Também, já na próxima reunião da Comissão, estabeleceremos as audiências posteriores e as personalidades que deverão aqui comparecer.

Eu gostaria de pedir a todos os Srs. membros desta Comissão que façam gestões junto aos Colegas do Congresso Nacional para que compareçam. Seria muito bom se até pudéssemos dar uma certa conotação à imprensa para poder atraí-los.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Só para concluir, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, quero registrar o apoio que estamos recebendo do Dr. Jackson, da Assessoria Legislativa. V. Exª vai solicitar também a Assessoria do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Já está solicitada.

O SR. RELATOR (Gonzaga Mota) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Muito obrigado, está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

18ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 1992

Às oito horas e cinquenta minutos do dia dezessete de novembro de mil novecentos e noventa e dois, no Auditório do Palácio Araguaia, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada em Audiência Pública realizada em Palmas — TO, presentes os senhores Congressistas: Senador Beni Veras e

Deputados Marco Penaforte, Leomar Quintanilha e Edmundo Galdino. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. O Cerimonial do Palácio, convida os senhores Moisés Avelino, Governador do Estado do Tocantins, Senador Beni Veras, Deputados Leomar Quintanilha e Marco Penaforte, Antônio Cunha, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Carlos Gilberto Gonçalves Caetano, Diretor Financeiro do BASA, Antônio José Guerra, Secretário da Assessoria de Planejamento do Estado do Tocantins, Francisco Cunha, Presidente da Valec, Rogério Barzerlay, Superintendente da AHITAR — Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia e Flávio Peixoto, Secretário de Planejamento do Estado de Goiás, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o Cerimonial passa a palavra ao senhor Governador Moisés Avelino, que fala das dificuldades enfrentadas pelo seu estado em buscar o desenvolvimento. Em seguida, o Cerimonial passa a Presidência da reunião ao senhor Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Presidente cumprimenta todos os presentes e fala a respeito dos trabalhos realizados pela Comissão, a qual representa um esforço para rever o quadro de descaso em que se encontra a política de desenvolvimento regional do País. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Antônio José Guerra, que fala sobre o "Elo Geográfico Estratégico para Integração Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste". Concluída a exposição, o Cerimonial informa que o senhor Governador, terá que ausentar-se devido a compromissos já agendados anteriormente, passando a palavra ao senhor Presidente. Em seguida, o senhor Presidente convida os senhores Paulo Sidney, Vice-Governador do Estado do Tocantins e o Deputado Edmundo Galdino, para tomarem assento à mesa. Após, o senhor Presidente anuncia a próxima exposição que tem como tema "Os Efeitos de um Sistema Eficiente de Transportes na Região Araguaia-Tocantins para a Economia Nacional" e como expositores, os senhores Francisco Cunha e Rogério Barzerlay, passando a palavra aos mesmos. Concluídas as exposições, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Antônio Cunha, que fala sobre as "Oportunidades e Entraves para Investimento Industrial na Região Araguaia-Tocantins". Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Flávio Peixoto, que fala sobre a "Importância da Integração Norte para o Estado de Goiás". Não havendo mais expositores, o senhor Presidente faz comentários sobre as exposições e dá início à fase de interpelações, onde fazem uso da palavra os senhores Deputados Leomar Quintanilha, Edmundo Galdino e Marco Penaforte, João Francisco de Oliveira, Secretário de Infra-Estrutura do Estado do Tocantins, Alejandro Pereira da Silva, Diretor de Planejamento Estatístico da Asplan-TO e Paulo Sidney, Vice-Governador do Estado do Tocantins. Terminada à fase de interpelações, o senhor Presidente solicita ao seu assessor, Alfredo Lopes Neto, que faça a leitura da "Declaração de Palmas" (resumo da reunião). Em seguida, o senhor Presidente faz comentários finais a respeito da reunião, agradece a presença dos senhores Parlamentares, autoridades e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerrar-se a reunião, lavrando eu, **Adalberto de Menezes Dantas**, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo a ata da 18ª Reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991 — CN, de autoria do senhor Senador Beni Veras, desti-

nada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

COMISSÃO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO

REUNIÃO 17-11-92

Presidente: Beni Veras

O SR. APRESENTADOR — Vamos dar início aos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista que analisa o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

Para compor a Mesa, convidamos o ilustre Presidente da Valec, o Dr. Francisco Cunha.

Convidamos também o ilustre Superintendente da AHITAR — Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia, o Dr. Rogério Barzerlay.

Convidamos o ilustre Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Tocantins, o Dr. Antônio Cunha.

Queremos também convidar para tomar parte da Mesa o Diretor Financeiro do Banco da Amazônia S.A., Dr. Caetano.

Convidamos, neste momento, o ilustre Deputado Federal Marco Penaforte.

Convidamos o Exmº Sr. Relator da Comissão Mista para o estudo do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, o Senador Beni Veras, ao mesmo tempo, em que convidamos S. Exª, o Sr. Governador do Estado do Tocantins, o Dr. Moisés Nogueira Avelino.

Queremos convidar também — pedindo permissão ao Sr. Governador do Estado do Tocantins, para quebra de protocolo — o Exmº Sr. Deputado Federal Leomar Quintanilha.

O SR. APRESENTADOR — Com a palavra o Sr. Governador.

O SR. MOISÉS AVELINO — Na abertura destes trabalhos, queremos dar nossas boas-vindas a todos aqueles que nos visitam neste instante, dizendo da satisfação do Governo do Estado e da nossa sociedade em tê-los conosco neste dia. Nesta oportunidade que todos têm de conhecer a nossa capital, poderão sentir de perto aquilo que acontece no Estado de Tocantins.

Dentro deste contexto, quero dizer da importância deste trabalho da Comissão Mista do Congresso Nacional, que se reúne em várias capitais para discutir os desequilíbrios e as desigualdades regionais existentes do País.

O Estado do Tocantins, hoje fazendo parte da região Norte, é uma das regiões mais sofridas do País e enfrenta as maiores dificuldades para buscar o seu desenvolvimento. Com este trabalho realizado pelo Congresso Nacional, tenho certeza de que sairão frutos no futuro, na medida em que se possa, a passos largos, diminuir esses desequilíbrios. Com este trabalho, o Congresso Nacional poderá, a partir de agora, junto com o Governo Federal, tecer critérios para uma melhor distribuição de recursos entre os Estados da Federação.

Sabemos como é difícil essa situação para os estados com menor poder político, como é o caso do nosso Estado de Tocantins e muitos outros; sabemos como é desigual a distribuição de recursos e quanto poder político é necessário para se conquistar esses recursos, tão necessários para se promover

o desenvolvimento dos estados, especialmente os menos favorecidos. Tenho certeza de que esta Comissão, no final dos seus trabalhos, apresentará propostas ao Congresso Nacional, no sentido de que se estabeleçam critérios mais adequados na distribuição de recursos aos Estados.

Acho que esta é a meta principal desta Comissão: buscar alternativas para que, no futuro, este País seja governado olhando lá de cima, enxergando todos em condições de igualdade, para que se possa sentir, ver e exercitar a igualdade de direitos; e também levar ao Governo Federal e ao Congresso Nacional a necessidade de que é preciso investir nas regiões menos favorecidas, mas com grande potencial de riqueza, como é o caso do Tocantins, da Amazônia, enfim, de todos os estados do Norte e Nordeste do País. Mas, para que essas riquezas revertam em benefícios para a sociedade, precisamos de investimentos.

Dá a nossa luta de muito tempo, que não é só nossa, mas dos parlamentares deste estado e desta região, especialmente Tocantins, Maranhão e Goiás. Para esses estados, a Ferrovia Norte-Sul é muito importante e necessária, por isso se torna urgente o reinício de sua construção.

Fazemos aqui sempre a comparação com outros países desenvolvidos, que sempre se preocuparam com a implementação de ferrovias. Hoje, neste Brasil tão imenso, não temos praticamente nenhuma ferrovia na região Norte. Suas riquezas estão esperando por uma mensagem e um trabalho que possam trazer benefícios ao seu povo. Num país rico, uma região riquíssima, mas com um povo faminto, pobre e, até certo ponto, miserável. O Brasil precisa acordar para isto.

A nossa esperança é de que o Congresso Nacional, com este trabalho, possa, num futuro bem próximo, mudar a mentalidade política e administrativa de muitos homens públicos deste País, para que não precisemos ir lá, como temos feito, mendigar recursos, procurar apadrinhamento para conseguir benefícios, mas que cada estado, que cada região tenha por direito o seu quinhão no "bolo" dos recursos do País.

Parabenizamos a Comissão Mista, na pessoa do seu Relator, Senador Beni Veras, pela iniciativa e pelo trabalho que está desenvolvendo. Dizemos a todos da Comissão que o Governo do Tocantins quer contribuir, quer participar desse trabalho, para que amanhã possamos, juntos, bater palmas pela nova filosofia político-administrativa dos homens públicos desta Pátria.

Registramos aqui a nossa gratidão, as nossas boas-vindas e o nosso desejo de que, com a visão que têm agora de Palmas, constatem que o Estado de Tocantins precisa, mais do nunca, do apoio do Governo Federal para a implantação da sua Capital e, principalmente, para poder criar infra-estrutura nas várias áreas do Estado.

Aproveitamos a oportunidade para fazer nosso apelo aos Parlamentares da Bancada Federal do Estado de Tocantins, aqui representada pelo Deputado Leomar Quintanilha, e aos companheiros dos demais partidos, para que se juntem a nós, que nos dêem as mãos na luta pela construção da Ferrovia Norte-Sul e na busca de recursos para o Estado do Tocantins, a fim de que possamos implantar suas obras prioritárias.

À Comissão deixamos o nosso pedido de apoio, no Congresso Nacional, aos nossos companheiros que lutam pelo Estado de Tocantins, mesmo que sejam de outros estados. O nosso Estado é uma célula deste grande País, que também precisa se desenvolver urgentemente para buscar solução para os seus problemas sociais que se agravam a cada dia.

O nosso muito obrigado e os nossos votos de sucesso neste trabalho. (Muito bem! Palmas.)

O SR. APRESENTADOR — Com o pronunciamento de abertura do Exmº Sr. Governador, mais uma vez gostaríamos de pedir permissão para a quebra de protocolo, a fim de anunciarmos a presença do Exmº Sr. Secretário do Planejamento, do Estado de Goiás, Dr. Flávio Peixoto, ao mesmo tempo em que o convidamos para participar da Mesa de trabalhos. (Palmas.)

Passamos a palavra ao Exmº Sr. Relator da Comissão Especial Mista do Congresso, Senador Beni Veras.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Exmº Sr. Governador do Estado de Tocantins, Dr. Moisés Avelino; Srs. Deputados Federais Leomar Quintanilha e Marco Penaforte; Dr. Antônio Cunha, Presidente da Federação das Indústrias de Tocantins; Dr. Caetano, Diretor Financeiro do Basa; Sr. José Guerra, Secretário da Asplan, que nos recebeu com tanto calor e desvelo; Dr. Francisco Cunha, Presidente da Valec; Dr. Rogério Barzerlay, Superintendente da AHITAR — Administração de Hidrovias do Tocantins-Araguaia; Dr. Flávio Peixoto, Secretário de Planejamento de Goiás.

Fômos convidados pelo Governo do Estado de Tocantins para conhecer esta região e, ao mesmo tempo, com ela adquirir maior afinidade. Tivemos a grande oportunidade de conhecer uma região com grande potencial, mas que necessita de esforço e de apoio para encontrar o seu caminho, que está à vista. É fácil ver a potencialidade desta região e como ela poderá prestar um grande serviço ao País.

O que me chamou a atenção foi a qualidade das pessoas envolvidas no Governo estadual, o seu conhecimento e o interesse pelo desenvolvimento do Estado, o que muito nos auxiliou na realização de um diagnóstico mais correto sobre os seus problemas.

O Brasil tem passado por um momento muito estranho. Éramos, até alguns anos atrás, um país em que se planejava completamente — o planejamento era o dono do País. Tudo era planejado. Em dado momento, passou a não haver mais nada planejado; cessou o planejamento federal. Foi uma atitude maniqueísta: foi de um lado para outro; e, não planejando, o País deixou realmente de ter condições de realizar um projeto para o seu futuro.

A falta desse projeto é muito sentida; notamos isto quando viajamos, por exemplo, pelo Tocantins, pelo Centro-Oeste. Vemos quanto há de potencialidades nessas regiões que não estão sendo aproveitadas; às vezes, bastaria um pequeno apoio, e obter-se-ia uma grande resposta para o País. Isto salta à vista.

Outro aspecto que muito nos chama a atenção e nos preocupa é que os parlamentares, via de regra, não conhecem bem o País. Alguns conhecem só o seu estado e, no Parlamento, assumem a defesa só do seu estado, não têm uma visão global do País, o que os impede de ter uma maior visão a respeito das prioridades. O parlamentar vê apenas a realidade do seu estado, e esta é uma atitude que não corresponde às necessidades do País; é necessário que eles tenham um conhecimento maior dos problemas nacionais, a fim de poderem melhor avaliar as prioridades, não só com a paixão natural de quem defende o seu estado, mas com a sabedoria de quem pode avaliar qual o melhor caminho para a Nação. Às vezes, para um parlamentar do Ceará, por exemplo, pode ser mais conveniente um investimento em outro estado, por ter um

maior reflexo sobre o nosso estado até do que o investimento direto nele.

Essa visão do País é uma coisa que me desperta, e esta Comissão tem feito esforços para conhecer o melhor possível o País, a fim de que tenhamos condições de pensar o Brasil como um todo. Isto convém a todos os companheiros do Parlamento, pois melhorará o desempenho desse Colegiado.

Nos últimos anos, tivemos uma década perdida; já está se completando a segunda década perdida, ou seja, uma década e mais alguns anos perdidos. Agora estamos em face de problemas muito sérios. O país vive dificuldades muito grandes de ordem econômica, mas ainda se pode especular a respeito de sua realidade. Volto do Ministério do Planejamento, onde verifiquei que o Governo está preocupado em rediscutir a Nação.

A Comissão Mista do Congresso Nacional, que realiza esta audiência em Palmas, representa um esforço para rever o quadro de descaso em que se encontra a política de desenvolvimento regional do País. Particularmente a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste deixaram de ser pensadas.

Através da contribuição de técnicos e da discussão dos problemas dos estados, buscamos ouvir a sociedade civil e as forças vivas do País, de tal maneira a podermos formar uma idéia mais precisa a respeito do valor e da potencialidade dessas regiões em relação ao desenvolvimento do País.

A Comissão visa estudar todo o território nacional, porque só poderemos pensar nos problemas de uma região se tivermos presente toda a Nação. Não podemos pensar isoladamente no Nordeste, ou no Tocantins, ou em qualquer outra região; precisamos pensar a partir de uma visão global do País, onde estão inseridas essas regiões.

Usamos muito uma política chamada nacional, mas que se centrava no Sudeste: O que se fez no Brasil em termos de siderurgia, petroquímica e indústria automobilística foram programas ditos nacionais, mas que, na verdade, têm a sua ação circunscrita ao Sudeste do País. Não era uma política nacional: eram políticas setoriais apelidadas de política nacional.

Hoje, a política nacional deveria estar voltada para corrigir a diferença que existe entre essas regiões desenvolvidas e as regiões subdesenvolvidas do País. É isto que convém à Nação. Não convém apenas ao Norte, ao Nordeste ou ao Centro-Oeste o seu desenvolvimento: convém ao País, porque é através do equilíbrio que um país se desenvolverá melhor.

Não podemos continuar a ser uma nação capenga, onde uma região é bem servida a nível econômico e o resto do País abandonado à sua própria sorte. Temos regiões com menos da metade da renda média do País, com 52% de analfabetos, como é o caso da região Nordeste. Esses analfabetos estão lá, apesar de a região só ter 28% da população. Isto é negativo; essas regiões tendem a estagnar o País, devido ao desequilíbrio que causam.

A nossa Comissão procura analisar esses desequilíbrios regionais. Já realizamos reuniões em Fortaleza, Belém, Manaus e Cuiabá, e as próximas ocorrerão em Porto Alegre e Recife. Partimos do pressuposto de que precisamos definir um projeto nacional de desenvolvimento. Não é possível mais continuar a ver o Brasil isoladamente. A visão da Comissão é, assim, globalizante, na medida em que entende que os problemas regionais têm que ser estudados a partir de uma ótica nacional.

Estamos vendo decisões a nível nacional nas áreas tributária, financeira, cambial, bancária, de despesas públicas e

conforme o padrão de concentração e desconcentração econômica, em consequência do desenvolvimento regional do País. Entendemos que a visão estritamente regional do problema das desigualdades é parcial e insuficiente, tanto para quem o avalia numa direção centro-periferia, como do ponto de vista das regiões periféricas.

Assim é que nós, que nos preocupamos com os problemas das regiões, não podemos deixar de considerar o contexto mais amplo dos graves problemas nacionais que nos afligem no momento, como a crise fiscal, a estagnação econômica e a renegociação da dívida externa.

O País vive a braços com enormes problemas, mas se agora não podemos investir muito nas regiões periféricas, por outro lado, podemos discutir o problema das regiões periféricas, achar um diagnóstico correto e, no devido tempo, fazer um esforço, inclusive necessário, para a correção dessas desigualdades. O que não pode é deixar de levar o problema em conta, parar de pensar nele.

Em segundo lugar, a busca de soluções para os nossos problemas tem que ser feita de forma participativa. Hoje, já não podemos mais fazer planejamento a partir de uma prioridade suprema; ele tem que ser feito a partir de sugestões da população dos estados, que, aliás, fazem questão de participar, e com muita razão.

Temos que discutir em profundidade os problemas e as potencialidades de zonas de transição também no Amazonas e no Nordeste, voltados para o seu desenvolvimento e buscando identificar as suas potencialidades.

Nós, parlamentares, consideramos simbólica essa audiência pública, já que o Estado do Tocantins é uma área aberta à nova etapa de expansão da economia brasileira. Salta aos olhos a potencialidade desta região: se for ajudada pelo País, ela terá condições de dar um retorno extraordinário.

Esse desenvolvimento será naturalmente capitaneado por atividades mais rápidas, dando uma sólida resposta às condições de integração competitivas nos fluxos internacionais de comércio, privilegiando as atividades agropecuárias, em algumas das quais o Tocantins apresenta vantagens comparativas no contexto brasileiro e mundial, quer por permanecer como área de fronteira agrícola, quer por suas condições naturais favoráveis: solo, água, clima, quer pela posição estratégica que ocupa.

No estudo de uma política de ocupação desta região, precisamos reunir todos os esforços para, sem preconceitos, viabilizar formas de desenvolvimento que assegurem o bem-estar das populações atuais e futuras, sem depredar o meio ambiente. O desenvolvimento sustentado desta região deve ter como objetivo básico favorecer as condições de ocupação do território e melhorar as condições de vida da população regional.

Para consolidar o processo de desenvolvimento regional, aumentando seus benefícios, reduzindo, com isso, a sua dependência de fatores externos da região e atribuindo-lhe condições de sustentação a longo prazo, urge conceber e implementar uma estratégia de desenvolvimento tecnológico, ampliando os avanços já obtidos no aproveitamento racional e eficiente de vastas extensões de terra.

Hoje, a questão ambiental é importantíssima. O desenvolvimento de uma região como a nossa precisa levar em conta a necessidade de compatibilizar esse desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, que é fundamental aqui na região, porque, se tratarmos mal a nossa natureza,

seguramente a depredaremos a curto prazo, com largos prejuízos para o nosso futuro.

Neste particular, inclui-se uma atenção maior para o aproveitamento do potencial hidroviário da região. Nesse contexto, dentro de um plano estratégico para o País, impõe-se a viabilização da interligação da Amazônia Oriental com a região Centro-Oeste do País, através do Plano de Desenvolvimento do Ecossistema Araguaia-Tocantins. Não dá para entender por que esse sistema não foi feito há mais tempo.

Isto é de uma lógica meridiana: se se faz a correção para a utilização da hidrovia do Tocantins-Araguaia, teremos recursos extraordinários para passar à produção dessa região, que teria condições de competir no mundo inteiro. A hidrovia Tocantins-Araguaia, vista nacionalmente, deve ser uma prioridade, escolhida no primeiro momento. Não é preciso ser muito criativo para ver isso. O lugar é importante para o País, e principalmente para essa região de larga prosperidade, que é o Centro-Oeste.

A Comissão pretende elaborar o seu relatório final ainda neste ano; esperamos que ele possa ajudar na revisão constitucional de 1993, introduzindo na Constituição a obrigatoriedade de um tratamento da política regional que leve o País a atender a todas as regiões.

Temos, hoje, situações muito estranhas: por exemplo, há uma norma constitucional pela qual os investimentos públicos devem buscar corresponder à distribuição da população. No entanto, temos regiões que têm 28% da população e apenas 11% de investimentos públicos federais, ou seja, menos da metade da sua população. Isso é condenar a região a um subdesenvolvimento permanente. Se, a cada dia, ela recebe menos contribuição orçamentária em relação à participação da sua população, ela será uma região cada vez mais pobre.

Essa conta nem se tem, porque não convém a certos estados do País que ela seja vista. Estamos procurando agora, com o novo Ministério do Planejamento, tentar estabelecer uma forma de controle, de tal forma que o Governo Federal possa informar a cada momento quanto do seu Orçamento é gasto em cada estado, percentualmente, para que se possam analisar os números em relação à população.

Existe uma forte expectativa de que o documento, já em início de elaboração, possa ser enriquecido com as posições aqui apresentadas e com os debates que seguirão.

Buscamos conhecer a região. Os esforços de vários companheiros e os trabalhos apresentados serão levados em conta, para que eles possam, realmente, nos ajudar a abordar a questão com propriedade.

Temos a perfeita convicção de que não conhecemos os problemas da região; mas queremos conhecê-los, e estamos aqui com esta intenção, como também a de manter contato permanente, de forma que os companheiros possam nos alimentar com informações que ajustem o nosso trabalho no sentido da defesa dos interesses do País.

É necessário evitarem-se ocorrências de ocupação na escala de velocidade presumida, a fim de que elas não venham a ser feitas de forma desordenada, provocando a destruturação do Estado, enquanto unidade econômica integrada, eventualmente levando ao desenvolvimento áreas polarizadas por centros de influência fora do Estado. O conhecimento deve ser buscado de tal maneira que aproveite toda a potencialidade do Estado.

Não seria bom que um estado, embora tendo suas potencialidades, desenvolvesse projetos com potencialidades externas, antes de aproveitar as suas próprias.

Torna-se clara, portanto, a necessidade da estruturação do acesso ao acervo de tecnologias e a sua difusão, combinando a produtividade desejada com as peculiaridades da região e com a preservação do meio ambiente.

A montagem de um sistema de transporte, segundo as opções mais rápidas, conjugando adequadamente rodovia, hidrovia e ferrovia, assegurará economicidade no escoamento da produção. Para isso, é preciso sensibilizar a iniciativa nacional e internacional no sentido da mobilização de agentes econômicos para o aproveitamento das potencialidades da região.

A propósito, tenho um comentário muito interessante a fazer: quando foi pensada a Ferrovia Norte-Sul, dizia-se que era uma aberração, porque iria para uma região que não tinha nada para transportar. Eu lembraria o seguinte: nos Estados Unidos, um país fundado em cima de trilhos de trem, todas as ferrovias foram construídas em regiões não colonizadas. Construiu-se a ferrovia, e, à medida que se desenvolvia a sua implementação, financiavam-se projetos de colonização na área, criando-se riquezas que seriam transportadas pela ferrovia.

Esse sistema é muito mais lógico do que promover-se um grande progresso numa certa região e, depois, criarem-se nela os meios de transporte. Claro que isso não está correto, não vai redundar em nada. De que adianta poder produzir, se não se pode transportar?

Então, salta aos olhos que a Ferrovia Norte-Sul é uma ferrovia própria e adequada a essa região. Tão logo ela seja completada, dará à região condições de ocupação plena, de tal maneira a combinar uma produção agrícola poderosa com meios de transportes adequados.

Temos problemas conjunturais muito sérios: dívida externa, inflação, a falência do Estado brasileiro, a desmobilização que foi feita nos nossos órgãos públicos, que foram praticamente destruídos; mas temos que, apesar disso, buscar soluções para os problemas do País; e essa busca de soluções tem que ser feita agora, sem delongas. A resposta a esse desafio, esperamos encontrar aqui, no Tocantins mesmo, discutindo aqui os problemas do Estado, fixando-os e procurando ajudar, na medida do possível, para que o Parlamento possa trabalhar adequadamente no sentido da superação dessas dificuldades.

Quero agradecer pela atenção de que fomos alvo aqui no Estado do Tocantins, pela gentileza do Sr. Governador do Estado e dos seus Secretários. Colocamo-nos hoje à disposição, somos todos ouvidos, para conhecer bem os problemas do Estado do Tocantins. Temos o maior desejo de conhecê-los, para podermos, nós e os nossos companheiros parlamentares de Tocantins e de outros Estados, trabalhar adequadamente para que o Estado possa encontrar ouvidos para as suas questões. Este é o nosso objetivo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Passo a palavra para o Dr. Antônio José Guerra, que vai falar sobre o elo geográfico estratégico para a integração regional entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ GUERRA — Exm^o Sr. Governador do Estado do Tocantins, Dr. Moisés Avelino; Exm^o Sr. Senador Beni Veras, Relator da Comissão Especial Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional; Exm^o Sr. Deputado Federal pelo Estado do Ceará Marco Penaforte; Exm^o Sr. Deputado Federal Leomar Quintanilha; Exm^{as} Srs. Deputados Estaduais, que aqui saúdo na pessoa do Líder Deputado Abrão; Sr. Presidente da VALEC, Dr.

Francisco Cunha; Sr. Superintendente da AHITAR, Rogério Barzerlay; Sr. Diretor do Banco da Amazônia, Dr. Carlos Gilberto Gonçalves Caetano; Sr. Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Dr. Antônio Cunha, Srs. Secretários de Estados e dirigentes de órgãos; senhoras e senhores, gostaria, em primeiro lugar, de externar a minha satisfação por ter-me sido dada a honra de dirigir-me a tão ilustre platéia para apresentar uma modesta contribuição ao trabalho desta Comissão Especial do Congresso Nacional, que trata de um tema tão importante para o destino de nossa Nação, que pretendemos desenvolver harmonicamente e de forma socialmente justa, o que só será possível com o combate tenaz e persistente de todo o País contra as grandes desigualdades inter-regionais.

O Brasil de hoje pode rejubilar-se por ter consolidado, pela primeira vez na sua História, uma democracia plena. Os graves acontecimentos recentes o comprovam. Nunca as instituições democráticas se mostraram tão sólidas. Embora se tenha obtido essa conquista fundamental para a sociedade brasileira, o exercício dos governos democráticos até então não conseguiu reverter os processos e agravamentos dos crônicos problemas sociais brasileiros; tampouco conseguiu formular uma nova política capaz de diminuir as enormes diferenças sociais e regionais e de conduzir o País a um processo sólido de desenvolvimento econômico de forma a inseri-lo destacadamente no novo cenário da economia internacional, pois não conseguimos ainda romper o velho modelo do milagre econômico, naufragado pelo choque do petróleo, na década de 70, pela decorrente elevação das taxas de juros internacionais e pela interrupção dos fluxos de capitais para o nosso País.

Aqui fica um alerta: o esfacelamento dessa base econômica contribuiu decisivamente para a derrubada do regime autoritário.

A insistência na continuidade do modelo poderá conduzir o País, por não se visualizarem alternativas de futuro, a um processo incontrolável de desordem social. Estão aí os arrastões, as superlotações nos presídios, as multidões desempregadas nas periferias das cidades. Precisamos urgentemente de um projeto para o Brasil; precisamos ter propostas claras e inovadoras capazes de romper definitivamente com esse modelo e desfaldar, mais uma vez ao nosso povo, a bandeira da esperança.

Para tanto, torna-se necessário buscar os consensos sobre a natureza estrutural da crise brasileira e sua ligação com a questão da inserção da economia do País na economia mundial. A revolução científico-tecnológica da década de 80 do mundo desenvolvido criou uma necessidade de modernização de tal nível que se torna difícil ao setor industrial brasileiro como um todo alcançá-lo sem a ajuda desses capitais e dessas tecnologias. O que mais caracteriza a longa crise da década de 80 é a interrupção dos fluxos de capitais para o Brasil e, de modo geral, para toda a periferia do sistema econômico mundial, abortando um processo que, desde o final da Segunda Grande Guerra, vinha produzindo altos níveis de crescimento econômico, criando, no Terceiro Mundo, as chamadas novas economias industrializadas, dentre as quais o Brasil ocupou lugar de destaque.

Entretanto, a nova inserção que se delinea parece tornar muito difícil a integração competitiva através das atividades industriais pelo fosso tecnológico que se aprofundou na década de 80. Deve-se considerar, no entanto, que, pelo lado das atividades agropecuárias, o Brasil goza de vantagens compa-

rativas importantes no contexto mundial, que não permitirão ao mundo prescindir do Brasil como produtor de alimentos e de insumos agrícolas em larga escala.

Por outro lado, no setor agrícola, as barreiras tecnológicas são menores; além disso, o Brasil dispõe de uma boa capacidade de pesquisa aplicada. Claro que, mesmo na agropecuária, a integração internacional aos fluxos de mercadorias também passa por importante modernização das atividades, privilegiando índices como a engenharia genética, a irrigação, a mecanização para a produção. Enfim, é preciso considerar que essa busca de competitividade passa também pela necessidade da diminuição dos custos do transporte desses produtos para os mercados consumidores.

É dentro desse contexto que se coloca que a tese de um projeto para o Brasil deverá necessariamente contemplar, nessa vertente, a saída norte para as nossas exportações com a ocupação produtiva do cerrado setentrional brasileiro e a integração do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões historicamente deprimidas, mas de enorme potencial econômico.

Na transparência, essa área abrange o nordeste baiano, o leste de Mato Grosso, o norte goiano, o sul do Piauí e do Maranhão e quase todo o Estado do Tocantins. Essas são ações integradas que se objetivam na otimização das condições de exportação dos nossos produtos agrícolas, tornando-os mais competitivos no mercado internacional, no barateamento dos alimentos nas regiões Norte e Nordeste e na dinamização dos setores produtivos dessas economias e do Brasil central como um todo.

A saída de grãos pelo Porto da Ponta da Madeira representa, em relação aos portos do Sudeste, uma economia de 30 dólares por tonelada. Uma tonelada de soja produzida em Mato Grosso tem um custo superior a 40 dólares até atingir os portos do sul e sudeste; e, caso fosse escoada pela hidrovía Araguaia-Tocantins, esse custo se reduziria em quatro vezes: 10 dólares por tonelada.

As regiões Norte e Nordeste somam juntas 40% do total da população brasileira. O Nordeste caracteriza-se como região importadora de alimentos e exportadora de insumos agrícolas e produtos industrializados. Hoje vai buscar arroz no extremo sul, milho em Goiás e demais Estados do Sul e do Sudeste, batata inglesa e carne bovina em Minas Gerais, aves e suínos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, produtos que poderiam ser produzidos aqui no cerrado setentrional brasileiro, com economia de frete capaz de proporcionar uma redução significativa no preço final desse produto.

Para que isso venha ocorrer é necessária a retomada dos investimentos na infra-estrutura econômica, telecomunicações, energia e transportes, com ênfase especial nesse último, promovendo sistemas eficientes de integração dessas regiões, principalmente nas áreas que já demonstram fôlego para participar desse esforço produtivo.

A subutilização das modernas instalações graneleiras do Porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, e da Estrada de Ferro Carajás com a não-continuidade da Ferrovia Norte-Sul acarreta a não utilização desses investimentos. Fato similar ocorre com a paralisação das obras das reclusas de Tucuruí, principal obstáculo para que o centro do Brasil tenha acesso direto ao mar pela hidrovía Tocantins-Araguaia.

Será o Brasil o caso único no mundo disposto a prescindir dessa modalidade de transporte, mesmo com toda a oferta de que a natureza o douou? Deve-se observar ainda as inúmeras possibilidades de integração desses sistemas na região. Se olharmos o mapa do nosso País claramente constataremos

também que mesmo a tradicional infra-estrutura rodoviária apresenta densa economia para essas regiões.

O sistema existente apresenta a formação radial, convergente para o foco na região Sudeste e a única interligação pavimentada entre esses raios ao norte de Brasília se dá a quase dois mil quilômetros de distância. A ausência de uma malha rodoviária de sentido leste-oeste praticamente impossibilita o que deveria ser um vantajoso fluxo de mercadorias e de integração do Nordeste brasileiro com a Amazônia Meridional e de toda a área dos cerrados potencialmente produtivos dessa porção do Brasil.

Para demonstrar essa dificuldade, presto aqui um depoimento: Industriais e beneficiadores de arroz da região do Formoso e Gurupi, ao sul do nosso Estado, afirmaram, há poucos dias atrás, não poderem colocar os seus produtos no mercado nordestino porque a rota de acesso teria que passar, necessariamente, pelo Estado de Goiás, não alcançando condições de competitividade. Enquanto isso, os consumidores daquela região buscam o abastecimento do produto no extremo sul do País ao dobro ou mais da distância em relação ao eixo da BR-242, considerando-se o trajeto Gurupi-Salvador, da Bahia.

O que impossibilita a existência desse fluxo é a interrupção de um pequeno trecho de pouco mais de 300 quilômetros e mais ainda, o que impossibilita mesmo esse tráfego é um trecho de 70 quilômetros em território baiano, ligação Mimosa, à divisa do Estado de Tocantins que apresenta condições de extrema precariedade de trânsito na estação seca e se interrompe totalmente quando das chuvas.

As rodovias estaduais, mesmo rudimentares, possibilitam essa interligação, por apresentarem condições permanentes de trafegabilidade. Mas, como vinha dizendo, um projeto para o Brasil necessariamente terá de valer-se desse enorme potencial do cerrado setentrional brasileiro e para isso o primeiro passo é a superação das economias existentes.

Estima-se que, com investimentos da ordem de US\$2 bilhões seria possível implantar-se a estrutura básica de transportes na região, o que representa cerca de 1% do Orçamento da União para 1993; deve-se considerar que esses investimentos se realizariam no espaço de quatro anos, significando, portanto, um quarto do orçamento anual. Para que se tenha melhor ordem de grandeza, é um número similar ao associado ao escândalo PC.

Quando se pensa que um investimento dessa ordem interessa não só à integração inter-regional, como também é fundamental à própria inserção da economia brasileira na mundial, tem-se uma idéia da enorme viabilidade do País ao qual só parece faltar um correto entendimento do significado da crise que o atinge, em decorrência da reestruturação da economia mundial, bem como maior racionalidade na priorização dos seus investimentos.

Os US\$600 milhões aplicados no metrô de Brasília, por exemplo, dariam para iniciar uma arrancada significativa no desenvolvimento dessa região. Ao se situar o Estado de Tocantins nesse contexto, podemos afirmar que esse Estado tem papel de fundamental importância; no ambiente predominante do cerrado, os solos agrícolas podem ser construídos, pois há abundância de recursos hídricos em consonância com as condições climáticas, que resultam em um balanço hídrico favorável de mais de 150.000 Km² de solo agricultáveis, podem dar suporte a uma agricultura irrigada, moderna e extremamente produtiva, capaz de criar as condições básicas para o desenvolvimento de um parque agroindustrial, fator esse

que o diferencia dos demais estados dessa posição territorial brasileira.

Pode-se afirmar, sem exagero, ser aqui o local com maior potencial de produtividade para os investimentos agrícolas, não só da região mas do País como um todo. Merece ser ainda destacado o fato de o estado possuir um potencial básico de hidroeletricidade de cerca de 10.500Kw, sendo de aproveitamento o rio Tocantins, o de menor potencial de danos ambientais e mais próximo das principais regiões consumidoras do País.

Entretanto, hoje aqui falta energia, como falta na rica região do oeste baiano, no sul do Piauí, tão próximos de grandes regiões já eletrificadas, e poderá faltar proximamente ao Brasil, caso não sejam feitos investimentos nos setores.

Pode-se, portanto, afirmar que a não realização do conjunto desse potencial constitui-se em uma deseconomia que um país voltado para um futuro melhor não pode aceitar. Tenho certeza de que a grande decisão a ser tomada para iniciar essa transformação é dotar essa região de infra-estrutura básica, cuja carência constitui não só o principal fator do desequilíbrio inter-regional como navegação de um futuro melhor para a população brasileira.

O Tocantins representa um elo geográfico imediato para a integração econômica inter-regional brasileira. Sua incorporação na economia nacional significa a ruptura do atrelamento monopolista das regiões Norte e Nordeste aos grandes centros do País ao proporcionar a realização de grupos diretamente (Inaudível) e pode-se dizer, um passo decisivo para a verdadeira integração nacional.

Por isso dizemos aqui, Srs. Parlamentares, que o Tocantins, devido à sua estratégica localização é o coração do Brasil e que, na angústia de todos os males que afligem o nosso País, é prudente cuidar bem do seu coração. Finalizando, considero importante afirmar que a maior crise que uma Nação pode apresentar é a falta de boas propostas e bons projetos de fé e de esperança. A humanidade jamais teria evoluído sem sonho e utopia, sem o uso do seu poder de imaginação que se vem gradativamente tornando realidade, desmascarando os célicos.

A tese que levantamos poderá, para muitos, ser considerada uma utopia. Entretanto, nosso País só levantará a cabeça perante si mesmo e a comunidade internacional se tivermos a coragem e objetivarmos a utopia, porque ela será um fator decisivo para nos colocarmos nos trilhos do desenvolvimento.

As propostas aqui feitas, se transformadas em projetos equilibrados, sem desperdícios e sem corrupção, são, com certeza, viáveis. Os benefícios decorrentes serão de tal magnitude, que os investimentos necessários parecerão pequenos. Com idéias claras e amadurecidas e com obstinação encontraremos os recursos necessários, para a realização desta vontade. Para isso o primeiro passo é de juntos tomarmos a decisão de prosseguir e de renovar o espírito de luta, para a consecução desses objetivos, consolidando e ampliando nossa vontade política.

O futuro não é algo distante. O futuro que queremos só acontecerá se tomarmos decisões aqui e agora.

Por isso não podemos aceitar que o Governo Federal e o Congresso Nacional, ao aprovarem o orçamento da união, deixem de considerar os seguintes aspectos:

1 — a implantação da infra-estrutura básica a que nos referimos anteriormente é fundamental não só para o desenvolvimento do Tocantins mas para os das regiões Norte e Nordeste e para o País;

2 — o Estado do Tocantins sozinho não é capaz de promover o seu desenvolvimento sem a ajuda do Governo Federal, que por força de dispositivo constitucional teria que ter o mesmo tratamento que tiveram os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul quando de sua divisão;

3 — as questões relacionadas com a divisão patrimonial Goiás/Tocantins e com a dívida remanescente, contraída pelo Estado de Goiás para a realização de investimentos no território do Tocantins devem ser solucionados, sob pena de inviabilizar o desenvolvimento do Estado;

4 — o Tocantins deve ser tratado de forma diferenciada por ser um Estado em formação, por não ter recebido a atenção do poder público como já receberam as outras unidades federadas e ainda pelo papel que poderá vir a desempenhar no contexto do desenvolvimento do país. O aspecto populacional, previsto na Constituição para efeito de distribuição de recursos deve ser considerado levando em conta o processo de ocupação que ainda está se dando no Estado.

Todos esses aspectos, senhores Parlamentares, devem ser considerados, insistimos, tanto na alocação das chamadas transferências negociadas para o Estado e para os seus Municípios, como também na realização de investimentos do Governo Federal na Tocantins.

OSR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Engenheiro Francisco Cunha Júnior, Diretor-Presidente da Valec.

O SR. FRANCISCO CUNHA JÚNIOR — Sr. Presidente, Sr. Parlamentares e demais participantes desta reunião.

Introdução

O SR. FRANCISCO CUNHA JÚNIOR — Em quase 500 anos de colonização e desenvolvimento, o movimento econômico nacional ficou restrito à região litorânea, com penetrações para o interior através de rios naturalmente navegáveis.

A região central brasileira, que não apresentava estes meios naturais de transporte, ficou alienada do processo de desenvolvimento nacional e, hoje, abrange apenas cerca de 5% do seu movimento econômico.

Essa região, equivalente a 38% do território brasileiro, compreende os Estados do Mato Grosso; Rondônia e Tocantins; norte de Goiás e Mato Grosso do Sul; sul do Maranhão, Piauí e Pará, oeste de Minas Gerais e Bahia; interior do Ceará, Paraíba e Pernambuco.

A notável riqueza de recursos naturais da região — solo, topografia, clima, hidrografia e vegetação — não impede a existência de uma densidade demográfica inferior a 5 hab/km², equivalente a zonas desérticas, apesar de não haver qualquer fator restritivo a sua ocupação, como acontece na região amazônica.

A proposta do presente estudo é analisar as condições em que pode ser feita a integração dessa região ao cenário nacional e seus prováveis efeitos, para que, então, se possa definir, de maneira correta, a sua viabilidade.

Rumos para a retomada do desenvolvimento:

A integração da Região Central Brasileira à economia Nacional

País de vocação agrícola, com grandes extensões de terras cultiváveis e abundantes riquezas minerais, o Brasil não tem concedido ao setor primário a importância devida, apesar de ser esse o que exige menores investimentos e de retorno mais rápido, por prescindir de tecnologia sofisticada.

A região central do país é um exemplo concreto dessa situação. Uma das últimas reservas agropecuárias do mundo, o Brasil Central situa-se como área privilegiada para a implantação de uma nova fronteira agrícola, seja pelas prioridades físicas do seu solo, pela topografia plana, propícia à agricultura mecanizada, condições climáticas e hidrográficas favoráveis, aliadas à grande extensão de terras agricultáveis disponíveis.

A existência de um meio de transporte eficaz e barato é indispensável ao desenvolvimento dessa região, pois, além das distâncias consideráveis a serem percorridas, a produção agrícola exige uma movimentação de cargas em grande escala, tanto do produto final para os centros de consumo, quanto dos insumos — combustível e aditivos agrícolas a partir dos pontos de origem.

O sistema de transporte do Brasil Central, a exemplo do restante do País, é essencialmente rodoviário, tendo como espinha dorsal para a movimentação de cargas as rodovias construídas a partir da década de 50, quando se promoveu a primeira iniciativa de interiorização da economia brasileira.

Esse predomínio do transporte rodoviário, sistema de custo três vezes superior aos demais e inadequado para movimentação de cargas em grande escala, retira a competitividade dos produtos agrícolas, transformando-se em instrumento inibidor do desenvolvimento regional.

Os prejuízos decorrentes deste sistema de transporte são constatados, freqüentemente, através de notícias jornalísticas sobre perdas de safras agrícolas nos pontos de origem; congestionamento de rodovias com caminhões supercarregados em épocas de safras, resultando na deterioração dos pavimentos e acidentes de tráfegos; e ainda, produtos agrícolas importados por via marítima chegando aos consumidores litorâneos a preço inferior aos produtos da região central, geograficamente muito mais próxima.

A freqüência com que fatos como esses ocorrem, torna imprescindível uma mudança no nosso sistema de transporte, de forma a permitir a perspectiva de integração econômica de extensas áreas ao processo produtivo nacional.

Evidentemente, as alternativas para a substituição do transporte rodoviário por modais mais adequados têm que levar em conta os recursos disponíveis e as características regionais.

No caso do Brasil Central, a precariedade de seu sistema hidroviário inibiu o desenvolvimento. O sistema da Bacia do Prata situa-se em seu extremo oeste, podendo tornar-se um meio de integração com as nações limítrofes, mas não atendendo a ligação com os grandes centros consumidores nacionais.

No seu extremo norte, encontra-se o sistema hidroviário da Bacia Amazônica, nela penetrando através dos rios Araguaia e Tocantins. O seu funcionamento, entretanto, depende da conclusão da eclusa de Tucuruí e da construção da barragem de Santa Isabel e respectiva eclusa. Essa barragem foi retirada da programação da Eletrobrás devido aos problemas ambientais que causaria, invadindo extensas áreas, por situar-se numa região plana, incluindo reservas indígenas.

Conforme estudos desenvolvidos pela extinta Portobrás, esse sistema hidroviário — se e quando concluído — terá um custo final de transporte similar ao de um sistema ferroviário, sendo sua capacidade limitada a 10 milhões de toneladas/ano. Quantidade insuficiente para atender as possibilidades de produção agrícola da região, podendo, no entanto, servir como eficiente meio suplementar de transporte.

Por outro lado, as condições topográficas da região permitem a construção de ferrovias sem túneis e com índices reduzidos de obras de artes especiais (pontes e viadutos), tornando a sua implantação extremamente barata, a custo quilométrico similar ao de rodovias, que têm eficiência bem inferior. Sendo que essas ferrovias já fazem parte de contratos de concessão assinados pelo Governo Federal com a Valec (estatal) e a Ferronorte (privada), estando em diferentes níveis de implantação.

Devido aos problemas financeiros nacionais, essas ferrovias foram consideradas não-prioritárias, por atenderem a regiões com baixa disponibilidade de carga, consequência de seu baixo nível de desenvolvimento, causado, justamente, pela falta de transporte.

Este conceito considera a ferrovia um investimento social a fundo perdido, gerando o círculo vicioso do que deve vir primeiro: a carga ou a ferrovia?

A teoria difundida de que primeiro deve haver a carga para, depois, se construir a ferrovia é um sofisma, pois o transporte é parte integrante do sistema de produção agrícola. Seria o mesmo que se colocar o fornecimento de energia elétrica na dependência da prévia existência de indústria consumidora.

Dentro deste conceito, o Projeto Carajás, situado nas proximidades do extremo norte da região, nunca teria sido implantado, pois a exploração de minério-de-ferro depende da existência da ferrovia para transportá-lo e, esta, do minério beneficiado e de um porto de exportação. O impasse foi resolvido pela Companhia Vale do Rio Doce que, após uma avaliação do sistema integrado mina-ferrovia-porto, considerou-o um investimento viável, dentro dos padrões utilizados pelos organismos internacionais que a apoiaram técnica e financeiramente.

De modo similar, é necessário analisar o resultado da integração econômica do país através da construção dessas ferrovias, para, então, definir se esse é um programa a ser implantado a curto prazo, ou se essa região será deixada como uma reserva estratégica de fornecimento de produtos agrícolas para gerações futuras, dentro de um cenário internacional.

A viabilidade da integração da região à economia nacional

Para analisar a viabilidade da integração da região central na economia nacional, partimos de uma amostragem na região do Araguaia-Tocantins que, com cerca de 1.200.000 quilômetros quadrados, localiza-se mais próxima dos centros consumidores do Sul e Sudoeste e de importantes portos de escoamento de seus produtos no mercado internacional.

Apesar dessa potencialidade ter sido intensamente estudada e comprovada pelo Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), com a participação do Governo Federal, dos estados à época ali existentes (Mato Grosso, Goiás, Pará e Maranhão) e da organização dos Estados Americanos (OEA), essa região permanece isolada da economia nacional, devido a inexistência de um meio econômico e eficiente de transporte que torne seus produtos economicamente competitivos nos mercados consumidores nacional e internacional.

O transporte por via rodoviária para os portos de exportação leva o custo de uma produção agrícola consorciada de soja e milho para US\$191/t de grãos, incompatível com o mercado internacional, com preço médio de US\$174/t, isto

resulta, atualmente, em compras governamentais com transporte subsidiado ou perdas da produção nos pontos de origem.

No momento, a CVRD propõe-se a transportar por sua linha de minério da Estrada de Ferro Carajás, até o porto da Ponta da Madeira, a produção agrícola da região, captando-a em Imperatriz (MA), no trecho já construído da Ferrovia Norte-Sul. Essa medida permitirá à produção de grãos local atingir o preço de US\$161/t, compatível com o mercado internacional. Esse sistema, porém, fica limitado à capacidade ociosa das rodovias de acesso àquela cidade, estimada em dois milhões de toneladas/ano.

Para possibilitar o desenvolvimento regional, estudou-se um sistema integrado transporte-agricultura para o aproveitamento de 24.000.000 ha de terras agricultáveis, através da produção mecanizada de um consorciado de milho e soja, na região situada à distância de até 400km do eixo da Ferrovia Norte-Sul. Para efeito de análise, esta transportará, exclusivamente, os insumos e produtos agrícolas envolvidos nesse sistema, entre os terminais ferroviários e o porto de Ponta da Madeira, em São Luís (Maranhão).

A área considerada representa cerca 20% da disponível, dentro dos limites estabelecidos. A distância de 400km corresponde a faixa de utilização econômica do transporte rodoviário, necessário na distribuição dos insumos e concentração dos grãos entre os terminais ferroviários e os núcleos de produção. Estão previstas também as condições de armazenagem desses produtos nos pontos de captação, aplicação e transferência.

O estudo prevê, ainda, a implantação progressiva do sistema, na base de incorporação anual de 2.000.000ha, atingindo as condições pleno funcionamento no prazo de 15 anos.

O custo de produção consorciada de soja e milho, calculado com base nestas considerações será de US\$125/t de grãos, altamente competitivo no mercado internacional, onde o preço mais baixo situa-se em US\$150/t de grãos (safra de 1986).

Os valores de custos apresentados não têm nenhum subsídio embutido e todas as despesas de investimentos operacionais necessárias estão computadas nas análises econômicas efetuadas. Inclusive os custos dos investimentos já feitos em rodovias e ferrovias, a manutenção das rodovias, assistência técnica e administrativa aos produtores agrícolas, alojamento e assistência médica e social a todos os participantes do sistema.

O menor preço unitário apresentado pelo sistema proposto é esperado, devido a utilização de um meio de transporte reconhecidamente mais barato.

Porém, além do menor preço, outra vantagem do sistema estudado é sua capacidade de expansão com baixo nível de investimento. Projetado para 15 milhões t/ano poderá se expandir até 100 milhões t/ano, ao custo de US\$8/t através da construção de desvios, até sua total duplicação.

Os sistemas com base nas rodovias ficam limitados a sua atual capacidade ociosa, estimada em dois milhões de toneladas/ano. E, qualquer expansão se dá a custo elevado (US\$300/t), pois exige a construção integral de novas rodovias.

Esta vantagem adicional é o que torna o sistema realmente atraente, pois possibilita uma expectativa de receita de US\$14 bilhões, com um lucro previsto na faixa de 30%, e, principalmente, a criação de 1.100.000 empregos, com baixa taxa de investimento (US\$34.000/emprego).

Evidentemente que esses resultados exigem investimentos proporcionais, como a seguir é indicado:

RESUMO DOS INVESTIMENTOS
VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES

	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTOS		INVESTIMENTOS		
			UNITÁRIO (US\$)	GLOBAL (US\$ MILHÕES)	EFETUADOS A	EFETUAR	CENTRALIZADOS
							DISPENSOS
MÚLTIPLAS AGRÍCOLAS							
AGLUTINAC DE TERRAS	HA	2400000	100	2400,00	1200,00	1200,00	2400,00
MELHORIA DO SOLO							
TRATOR DE ESTEIRA	H	48000000	40	1920,00	0,00	1920,00	1920,00
TRATOR AGRÍCOLA	H	28800000	20	5760,00	0,00	5760,00	5760,00
MAC-DE-OBRA	M.H.	48000000	1	480,00	0,00	480,00	480,00
CALÇAREC	T	9600000	25	2400,00	0,00	2400,00	2400,00
FOSFATO	T	2400000	200	4800,00	0,00	4800,00	4800,00
CONSTRUÇÕES	NUCLEO	19200	70000	1344,00	0,00	1344,00	1344,00
EQUIPAMENTO AGRÍCOLA							
TRATOR AGRÍCOLA	UM	76800	35000	2688,00	0,00	2688,00	2688,00
COLHEITADEIRA	UM	19200	67000	1286,40	0,00	1286,40	1286,40
IMPLEMENTO AGRÍCOLA	CJ	38400	34500	1324,80	0,00	1324,80	1324,80
PLATAFORMA DE MILHO	UM	19200	14000	268,80	0,00	268,80	268,80
APÓIO							
CONSTRUÇÕES	POLO	480	1690000	811,20	400,00	411,20	811,20
VEÍCULOS LEVES							
UTILITÁRIO	UM	4800	12000	57,60	0,00	57,60	57,60
CAMINHONETE	UM	960	25000	24,00	0,00	24,00	24,00
AMBULANCIA	UM	480	80000	38,40	0,00	38,40	38,40
CAMINHÃO LEVE (10 T)	UM	480	80000	38,40	0,00	38,40	38,40
TRANSPORTE RODOVIÁRIO							
RODOVIA	EM	14400	130000	1872,00	1900,00	372,00	1872,00
CAMINHÃO GRANELEIRO	UM	12794	120000	1535,28	0,00	1535,28	1535,28
CAMINHÃO DE CARGUEIRO	UM	2864	110000	227,04	0,00	227,04	227,04
TRANSPORTE FERROVIÁRIO							
INFRA-ESTRUTURA BASE	EM	1600	1200000	1920,00	200,00	1720,00	1920,00
DESVIOS DA FMS	UM	64	3000000	198,00	0,00	198,00	198,00
DESVIOS DA E.F. CARAJAS	UM	83	3000000	249,00	0,00	249,00	249,00
LOCOMOTIVA	UM	382	2500000	955,00	0,00	955,00	955,00
VAGÃO GRANELEIRO	UM	15070	70000	1054,90	0,00	1054,90	1054,90
VAGÃO DE CARGAS GERA.	UM	532	100000	53,20	0,00	53,20	53,20
ARMAZENAMENTO							
SILÓ CENTRAL	NUCLEOS	19200	37000	710,40	70,00	640,40	710,40
SILÓ LOCAL	NUCLEOS	19200	119400	2292,48	0,00	2292,48	2292,48
TOTAL				36708,90	3370,00	33338,90	7982,10
							28726,80

Para permitir a avaliação dos resultados, o estudo do sistema foi desenvolvido de modo semelhante à viabilidade preparada pela Companhia Vale do Rio Doce para implantação de um sistema integrado transporte-minério-de-ferro da Serra de Carajás, área interligada com a região em análise e projeto considerado de absoluto sucesso.

A viabilidade econômica do sistema é dada pela comparação entre as Taxas Internas de Retorno, calculada em condições semelhantes (financiamento total com taxa de juros de 8% ao ano, vida útil de 30 anos e preço médio de mercado), na qual foram obtidos os seguintes itens:

Projeto Carajás: 10,02%

Projeto em Estudo: 10,57% (incluindo os investimentos efetuados)

11,35% (excluídos os investimentos efetuados)

A expressividade dos valores apresentados exige alguns comentários:

- a produção de 74 milhões de toneladas de grãos, da ordem de grandeza da atual produção nacional, resulta do fato da área, dentro dos limites estabelecidos ser de 1.200.000km², correspondendo a 80% da área conjunta das regiões Sul e Sudeste — 1.500.000km² onde hoje se concentra a produção de grãos;

- a garantia de um mercado mundial para esses 74 milhões de toneladas será dada pelo crescimento do consumo vegetativo, ao longo dos 15 anos de implantação do projeto e pelo reduzido custo com que esses produtos serão colocados no mercado mundial. Este valor decorre do custo operacional com que o produto chega ao porto de Ponta da Madeira, aliado às possibilidades dadas por este porto na redução do preço do transporte marítimo para os centros consumidores. Situado quase no hemisfério norte, próximo à América do Norte e Europa e capacitado a receber navios de 300.000t, este porto permite que o minério de ferro originário de Carajás possa competir no Japão com o originário da Austrália, muito mais próxima;

- o valor global do empreendimento — US\$36,7 bilhões — é equivalente ao de um projeto apresentado pelo Governo argentino à Comunidade Econômica Européia para a atração de 300 mil imigrantes do leste europeu, à região sul daquele país, com um investimento previsto de US\$30 bilhões;

- a implantação do projeto é função da iniciativa privada, pois quase 80% do investimento será aplicado na agricultura e no transporte rodoviário, atividades empresariais típicas de pequeno e médio empresário, nas quais o setor estatal nacional jamais se aventurou;

- os investimentos centralizados englobam a ferrovia, as rodovias, os silos centrais de armazenagem e as instalações e veículos de uso comum (assistência técnica, administrativa, médica, etc). O principal deles é ferrovia, no qual a infraestrutura e material rodante correspondem a 12% do total, as rodovias — quase totalmente implantadas — representam 5% e os demais itens — com um índice razoável de implantação — ficam com os 4% restantes;

- os valores envolvidos no projeto correspondem a 4% do produto Nacional Bruto e significam triplicar a atual participação da região na economia nacional.

Por esses dados, ficam evidente que a região é economicamente viável, se adotadas condições de transporte eficiente e de baixo custo, podendo integrar-se, de maneira positiva, ao sistema econômico nacional. Porém, sem essas condições, a região permanecerá marginalizada.

No entanto, os recursos disponíveis na região não se limitam às suas possibilidades agrícolas. Uma outra atividade adaptável à região e que também depende de um meio eficiente de transporte é o reflorestamento.

Através do reflorestamento é possível o aproveitamento de solos inadequados à produção agrícola, resultando em uma possibilidade anual de carga cinco vezes maior, por área plantada — 16 t/ha contra 3t/ha. Como inconveniente, apresenta um tempo de maturação mais lento do que a produção agrícola — de 7 a 15 anos contra 1 ano — e maior custo por hectares implantado — US\$2.000/ha contra US\$1.200/ha. Este tempo de maturação do projeto, que depende da espécie vegetal plantada, exige maior disponibilidade de capitais, tornando-se de difícil atuação para pequenos e médios empresários.

A madeira, produto natural do reflorestamento, tem utilidade *in natura* para a indústria de construção civil, mobiliário e outras, podendo ser transformada em celulose para a indústria de papel e também ser usada como energia renovável, sob forma natural como carvão vegetal, metanol ou outro bioenergético, substituindo recursos fósseis não renováveis.

A utilização nestas atividades da madeira proveniente de reflorestamento preservará florestas naturais que, atualmente, têm sido devastadas para estas finalidades. Além disso, como contribuição adicional, o reflorestamento funciona como fonte de absorção do CO₂ da atmosfera, diminuindo o efeito estufa no globo terrestre.

Com a implantação de 30.000.000 ha — 25% da área da região — de reflorestamento, terem a possibilidade de criar 1.950.000 empregos, com um investimento de US\$60 bilhões. O investimento necessário para criação de um emprego, US\$31.000/emprego, é similar ao da agricultura.

Construída a ferrovia e implantadas a agricultura e o reflorestamento, pode-se, num segundo estágio, introduzir-se na região atividades industriais de transformação dos bens primários produzidos. Uma vez que a região tem potencial energético disponível, no rio Tocantins, da ordem de 10 milhões de kw, o suficiente para atender essas atividades industriais. No caso dos grãos, poderemos ter a produção de óleo vegetal e farelo e, com o reflorestamento, bitolas padronizadas de madeira, carvão vegetal, metanol, cavacos energéticos e celulose.

A ferrovia possibilitará, também, condições para o aproveitamento econômico dos recursos minerais da região, em especial, a indústria cimenteira, aproveitando-se as abundantes jazidas de calcário.

Com a introdução dessas indústrias a região terá capacidade para criar o expressivo número de 3.600.000 empregos, ao custo de US\$70.000 emprego, valor ainda bem reduzido, quando comparado com as possibilidades do Sul e Sudeste. Por outro lado, a participação da região na economia nacional passará para US\$82 bilhões anuais, cerca de 20% do Produto Nacional Bruto.

O estudo limitou-se a análise da área em torno da Ferrovia Norte-Sul, que representa 37% do total da região central brasileira.

No restante dessa região, o problema é similar: alta capacidade de produção agrícola, áreas disponíveis para reflorestamento e recursos minerais não aproveitados, pela falta de um meio eficiente de transporte.

Um sistema de transporte adequado, implantando novas ferrovias e integrando-as às já existentes, às hidrovias e aos portos, permitirá, de modo similar, o desenvolvimento do restante da região central do país.

Projetando os dados da fração analisada da região para todo o seu conjunto, incluindo a possibilidade das atividades agregadas e serviços indiretos, poderíamos falar, com segurança, na criação de 10 milhões de empregos, de reduzido investimento e acréscimo de 60% no Produto Nacional Bruto, dependentes apenas da implantação na região de meios de transporte adequados.

Benefícios Nacionais da Implantação do Empreendimento

Uma das principais objeções à implantação da Ferrovia Norte-Sul baseia-se na argumentação do expressivo volume de recursos financeiros aplicado em benefício de uma única região. Vale destacar, no entanto, que, além da área por ela servida corresponder a 15% do território nacional e se estender a oito estados — Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso — os efeitos sócio-econômicos decorrentes da sua implantação não se limitarão à região, atingindo profundamente todos os setores da sociedade brasileira.

Dois desses efeitos já foram apresentados:

- criação de 1.100.000 empregos,
- aumento de US\$14 bilhões — 4% do PNB.

Outros aspectos importantes podem ser visualizados a partir do fluxo financeiro do empreendimento nas fases de implantação e de operação:

- encomendas no parque industrial nacional, correspondendo a US\$16,5 bilhões, na fase de implantação e US\$1,8 bilhão anuais, na fase de operação. Durante a primeira fase, essas encomendas representam 45% do custo global de implantação e envolvem a compra de locomotivas (382), vagões (15.802), caminhões (15.338), veículos leves (6.240), tratores agrícolas (76.800) e colheitadeiras (19.200). Além de materiais de construção, depreciação e peças de reposição de equipamento pesados incorporados na infra-estrutura. Na fase de operação haverá a compra para a reposição de equipamentos inservíveis e de peças de consumo, correspondendo a 20% do custo operacional.

Como o parque industrial nacional situa-se nas regiões Sul e Sudeste, estas serão as grandes beneficiadas durante a implantação do sistema, enquanto que a região central participará com apenas 30%, resultantes da aquisição de terras, materiais locais (calcário, areia bruta, etc.) e mão-de-obra. O saldo de 25% corresponderá aos importados (fosfato e combustível);

- saldo na balança comercial de US\$10 bilhões anuais, correspondente a diferença entre a receita de exportação de grãos, US\$14,14 bilhões e os gastos com importações de combustíveis e insumos agrícolas, US\$4,17 bilhões;

- recolhimento de impostos da ordem de US\$1 bilhão anual.

Estes dois últimos itens representam um benefício importante para as finanças do Estado, tornando-o um dos grandes beneficiários econômicos do empreendimento;

- geração de um lucro anual de US\$3 bilhões, que ficará concentrado entre proprietários de transportadoras e rurais, permitindo o aumento da poupança interna e retomando como investimento neste ou em outros setores da economia;

- criação de um mercado consumidor com os 1.100.000 empregos permanentes criados. Como a estrutura agrícola tem tendência a agregar pessoas de mesmas famílias nos empregos, haverá a formação de uma renda anual familiar em torno de US\$10.000, com reduzidas despesas em itens básicos — habitação, alimentação e transporte — formando um expres-

sivo mercado para as indústrias de bens de consumo situadas na região Sul e Sudeste;

- a criação desses empregos possibilitará o deslocamento para essa região do país do fluxo migratório que, atualmente, se dirige aos grandes centros urbanos; aliviando as tensões que se generalizam nesses locais.

Tendo em vista os benefícios apontados, fica claro que, em hipótese alguma, este empreendimento pode ser encarado como regional.

A Implantação do Empreendimento

Estabelecida a viabilidade do desenvolvimento da região central do Brasil, seus efeitos positivos para a nação, em seus aspectos sócio-econômicos, torna-se necessário definir as responsabilidades por sua implantação.

O empreendimento depende da existência de ligações ferroviárias entre as regiões produtoras e os complexos portuários exportadores — Ponta da Madeira (MA), Recife (PE), Tubarão (ES), Sepetiba (RJ) e Santos (SP) — cuja responsabilidade de implantação é de competência da União, também responsável pela elaboração e execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social, a parte mais positiva dos resultados apresentados. (Constituição Federal, Capítulo II, art. 21, inciso IX e XII, alínea D).

No entanto, a existência de uma tendência internacional de retirar do Estado o exercício de atividades econômicas e a escassez de recursos para investimentos do Governo Federal dificultam a aplicação da solução mais simples, dar à União a responsabilidade pela implantação desta ligação ferroviária, reforçando a intenção de optar-se pela privatização do empreendimento.

Por outro lado, os benefícios que esta ligação trará à sociedade e à economia nacional não permitem que o Governo Federal permaneça na posição de mero expectador, no aguardo dos acontecimentos que, se por ventura não acontecerem, serão motivo de lamentação.

Para melhor orientar a atuação do Estado na implantação desta ligação ferroviária, são feitas, a seguir, algumas considerações sobre este meio de transporte e as condições peculiares desta ligação:

- O transporte ferroviário, ao contrário dos demais modais, mantém uma relação biunívoca entre a propriedade da infra-estrutura e a operação. Na ferrovia, o proprietário do leito é quem possui as composições ferroviárias. Nos demais modais há uma nítida distinção entre a propriedade da infra-estrutura — rodovia, aeroporto, porto — e dos inúmeros proprietários dos veículos transportadores — caminhão, avião, navio. Esta tradicional relação biunívoca da ferrovia não tem razão de existir e já começa a ser superada em alguns países.

• Estabelecida a possibilidade de diferentes proprietários para a infra-estrutura e a operação ferroviária, é preciso distinguir os tipos de investimentos por cada uma delas exigidos. A primeira precisa ser construída de forma definitiva para uma projeção de tráfego futuro, tornando-se um investimento de longo prazo, com baixo retorno imediato, porém, com melhoria sensível ao atingir ou ultrapassar a previsão de demanda. A operação ferroviária mantém uma relação mais próxima entre investimento e demanda, tendo um retorno financeiro uniforme e mais rápido.

- As ligações ferroviárias previstas não são independentes, correspondendo à continuação de ferrovias já implantadas, de propriedade das empresas estatais — CVRD, RFFSA e FEPASA. Por estas passarão toda a carga captada ao

longo das novas ligações, resultando que o tráfego nos trechos existentes será superior à média das novas ligações, com acentuados benefícios financeiros às estatais proprietárias.

Nos quilômetros iniciais de sua implantação, decisivos para deslançar a rentabilidade do empreendimento, as novas ferrovias sofrerão intensa competição do transporte rodoviário, subsidiado pelo Governo. Esse subsídio é dado no preço fixado para o óleo diesel — inferior ao da gasolina com poder calorífico similar — no tráfego em rodovias governamentais, sem nenhum ônus direto para cobrir o investimento inicial e as despesas de manutenção, aumentadas por cargas transportadas além do limite previsto que ampliam o lucro dos transportadores e reduzem a vida útil do pavimento.

• A rentabilidade das ferrovias depende do transporte efetivo da carga que, sendo agrícolas, não têm ligação direta com a atuação do proprietário do leito, subordinadas que estão à definição dos proprietários rurais, aos esquemas financeiros montados, às condições climáticas locais e nas regiões concorrentes no mercado internacional e outros.

Estes fatores impossibilitam que investidores privados tenham interesse em aplicar seu capital em investimento de retorno lento, não garantido e concorrendo com alternativas subsidiadas, para possibilitar rendimentos sensíveis em ferrovias estatais já implantadas.

Nessas condições, torna-se necessária uma intervenção do Governo para que sejam construídas as ferrovias indispensáveis à incorporação altamente positiva da região central do país à economia nacional.

A intervenção do Estado na implantação do empreendimento poderá ser feita de três maneiras: investimento direto, subsídio ou incentivo à iniciativa privada.

O investimento direto ocorre quando o Governo aplica o capital e se torna proprietário. Este investimento pode ser feito em três níveis:

- apenas na infra-estrutura, ficando a iniciativa privada com todo o transporte, remunerando o capital aplicado pelo Governo;

- na infra-estrutura e no material rodante, cabendo à iniciativa privada apenas a operação do sistema de transporte, também remunerando o investimento público;

- na infra-estrutura e no transporte, não havendo participação da iniciativa privada, ficando o Governo responsável pelos aportes complementares que se fizerem necessários na fase operacional.

O subsídio ocorre quando o Governo transfere o capital à iniciativa privada, em condições favoráveis — a fundo perdido ou com juros subsidiados. Isto pode ocorrer na fase de implantação ou já na operação, em períodos críticos, para garantir a manutenção do sistema.

O incentivo ocorre quando o Governo quer atrair investimento para o setor, podendo ser feito de várias formas:

- garantia de retorno do capital empregado com as taxas de mercado;

- garantia de participação nos benefícios decorrentes da implantação da ferrovia;

- prioridade na exploração dos recursos naturais da região;

- taxa de melhoria rural aplicada sobre terras beneficiadas não produtivas;

- prioridade na utilização futura.

O investimento direto do Estado na implantação dessas ferrovias não é a fundo perdido. Pois, além do retorno decorrente da utilização deste tipo de transporte, haverá um retorno

adicional e mais importante através da arrecadação adicional, resultante do aumento da produção local, incentivada pela implantação da ferrovia.

Convém ressaltar que as ferrovias estatais apresentam alta eficiência empresarial, em trechos de carga concentrada, como deverão ser as ferrovias necessárias à região. A imagem deficitária transmitida decorre de serviços subsidiados, patrocinados pelo Estado, por interesse social ou econômico local, em linhas de pequeno tráfego, assumidas diretamente pelas empresas ferroviárias e transformadas em compensações contábeis, jamais acertadas entre o estado proprietário e o estado patrocinador de benefícios sociais.

As ferrovias em análise não são homogêneas em relação aos estados envolvidos, às ferrovias de ligação existentes e aos portos de exportação, podendo, portanto, ter soluções absolutamente diferentes quanto aos critérios de implantação, levando-se em conta os acertos isolados a serem feitos.

Na definição dessas soluções deverá haver um acerto entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e as entidades locais, em especial os futuros usuários, para se traçar o esquema financeiro que efetive a implantação do sistema ferroviário.

Para se chegar a esse estágio final, será necessário superar as dificuldades que serão levantadas ao empreendimento e à participação do Governo Federal em sua implantação.

No plano nacional, a escassez de recursos federais o colocará em confronto com outros projetos que buscam estes recursos, levando desvantagem perante a opinião pública, devido ao absoluto desconhecimento das possibilidades da região e ao preconceito existente contra investimentos feitos fora das regiões concentradoras de população, que são sempre apresentados como visando beneficiar, irregularmente, grupos restritos.

No plano internacional, os principais prejudicados seriam os produtores e exportadores de grãos, em especial os americanos que passariam a ter um concorrente competitivo e com condições de dominar este mercado. O tema, inclusive, já foi debatido na American Soybean Association que, apesar de preocupada, considerou que o pretexto do aumento da dívida externa inviabilizaria a construção de ferrovias, indispensáveis ao escoamento competitivo das safras de novas regiões produtoras no Brasil.

Para afastar a participação do Governo Federal no empreendimento, poderão ser utilizados os mais diferentes pretextos: escassez de recursos, outros projetos prioritários, ineficiência operacional das ferrovias estatais, corrupção na aplicação de recursos, benefício de grupos locais, falta de carga, dimensão faraônica do plano, demissões em setores alternativos, dívida externa, etc.

No entanto, a participação do Governo Federal é indispensável a eficiente implantação do empreendimento e, para que esta se dê sem retrocesso, é necessária a aprovação nacional ao projeto.

O empreendimento em questão tem méritos suficientes para obter esta aprovação nacional e internacional. Dificilmente, no mundo atual outro projeto poderá trazer melhor relação custo-benefício, no aspecto econômico e social.

No campo nacional, os seus efeitos foram aqui apresentados. Internacionalmente seu benefício básico será a redução do custo dos alimentos, em um mundo onde a fome, em determinadas regiões, tornou-se um problema endêmico, decorrente do alto custo de grãos, motivado por manobras especulativas e subsídios internos nos países mais desenvolvidos. Outros benefícios importantes são os decorrentes do flores-

tamento: redução do efeito estufa, a preservação de florestas naturais em todo o mundo e a diminuição do consumo de recursos fósseis não-renováveis.

É necessário, porém, que esses méritos ultrapassem o restrito esquema regional, onde representam uma unanimidade política, e sejam divulgados à opinião pública nacional, através dos diferentes esquemas políticos existentes.

Este será o passo primordial para a sua efetiva implantação.

Conclusões

1. A região central do país é economicamente viável e sua integração ao projeto de desenvolvimento nacional possibilitará a criação de 10 milhões de empregos, aumento de 60% no Produto Nacional Bruto.

2. Este desenvolvimento beneficia economicamente as demais regiões brasileiras, com as encomendas substanciais ao parque industrial nacional e a possibilidade de mudança nos fluxos migratórios, liberando os grandes centros urbanos das atuais tensões sociais.

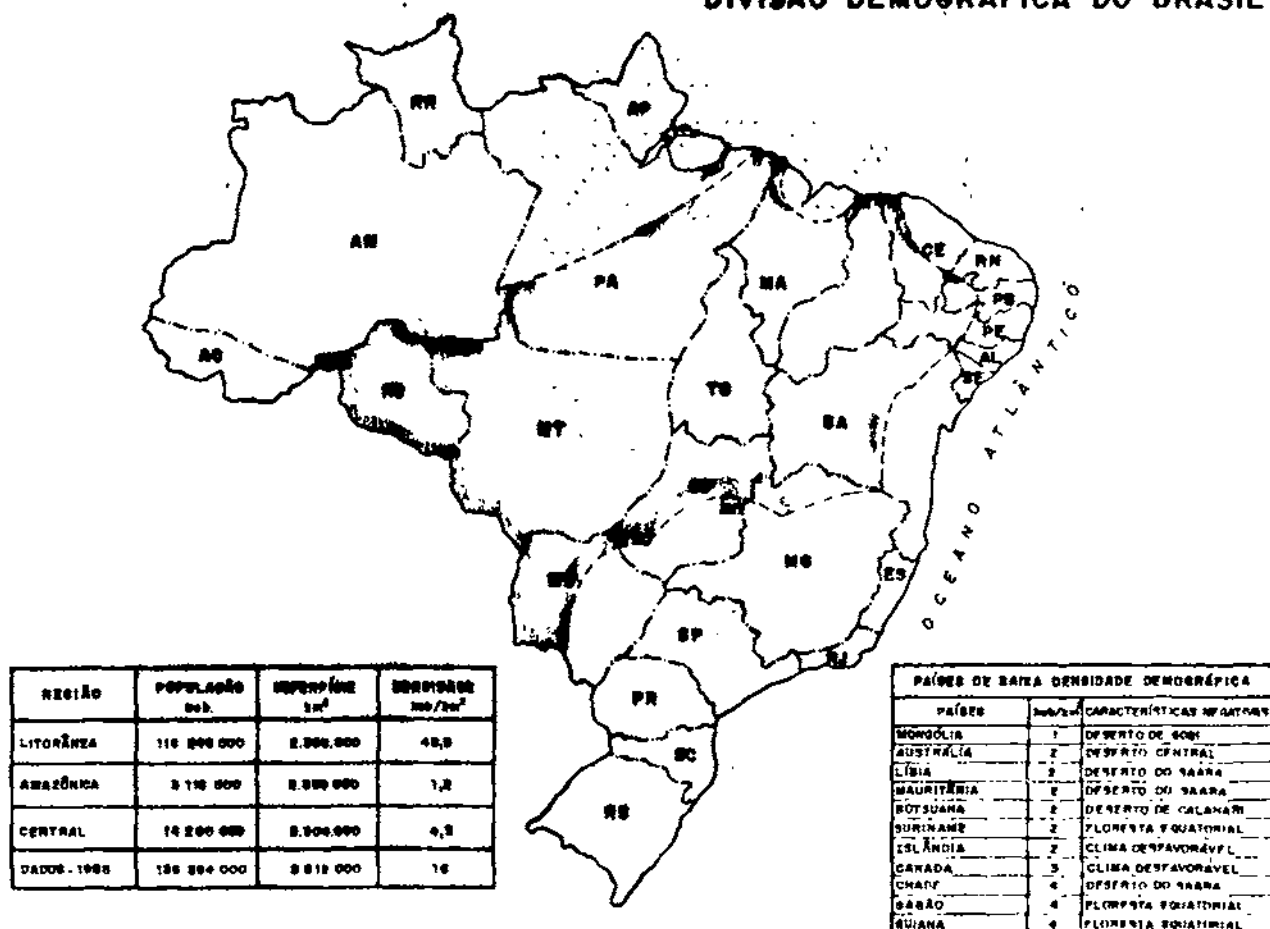
3. Esta integração só será possível com a criação de um sistema de transporte barato e eficaz, centrado na implantação de linhas ferroviárias que irão ligar a região ao atual sistema viário existente, possibilitando sua ligação com os centros consumidores.

4. A construção de linhas ferroviárias é um investimento a longo prazo e dependente do desenvolvimento econômico da região, portanto, de difícil privatização nos moldes clássicos.

5. Caberá ao Governo Federal, por imposição constitucional, junto aos governos estaduais de cada segmento a ser implantado, a definição das condições para se obter os recursos para os investimentos ferroviários.

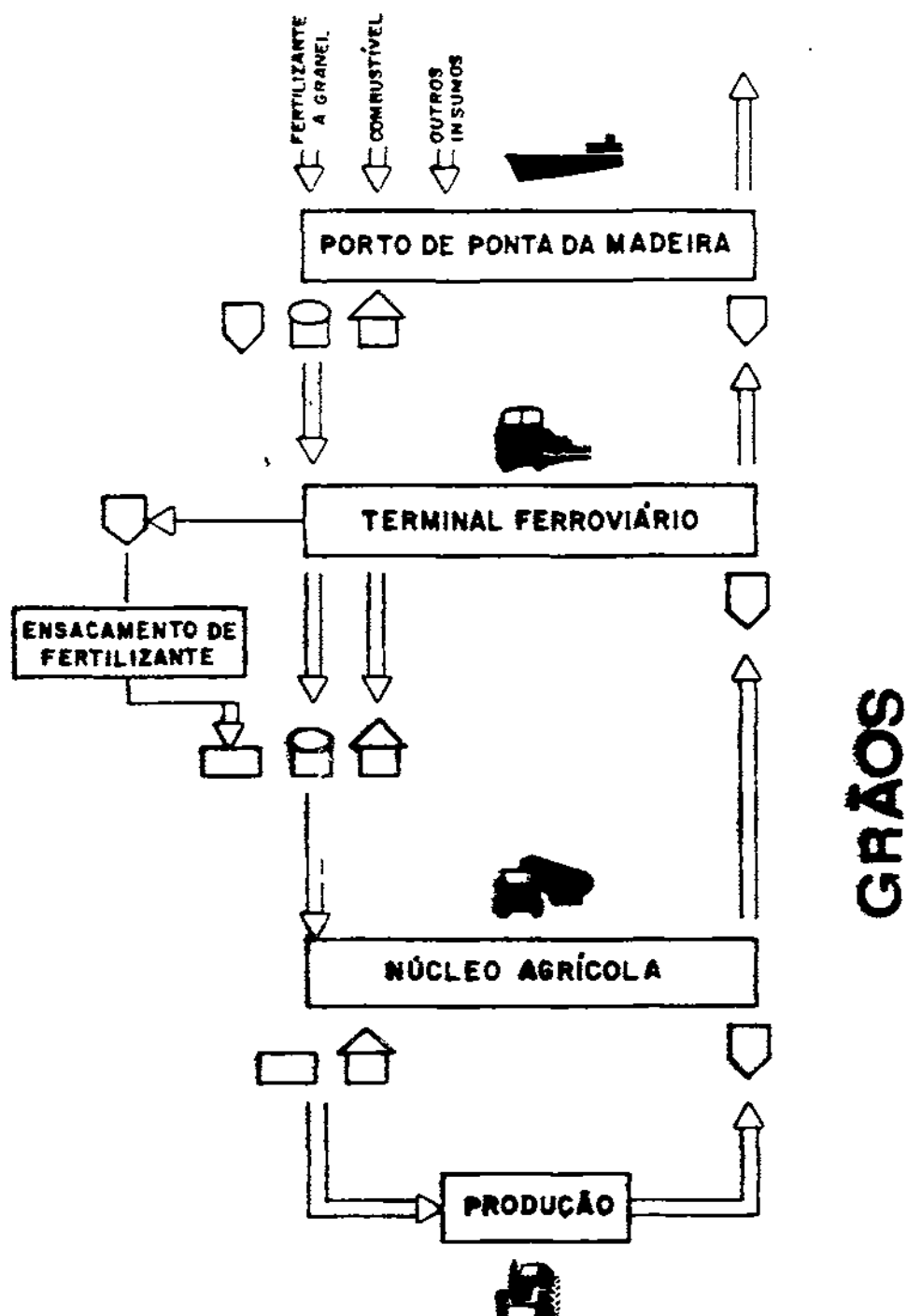
6. A aceitação do empreendimento, por parte da opinião pública nacional, é indispensável para que a participação do Governo Federal seja efetiva e progressiva. Os méritos do projeto facilitam esta tarefa, sendo, porém, imprescindível um intenso trabalho de divulgação.

DIVISÃO DEMOGRÁFICA DO BRASIL

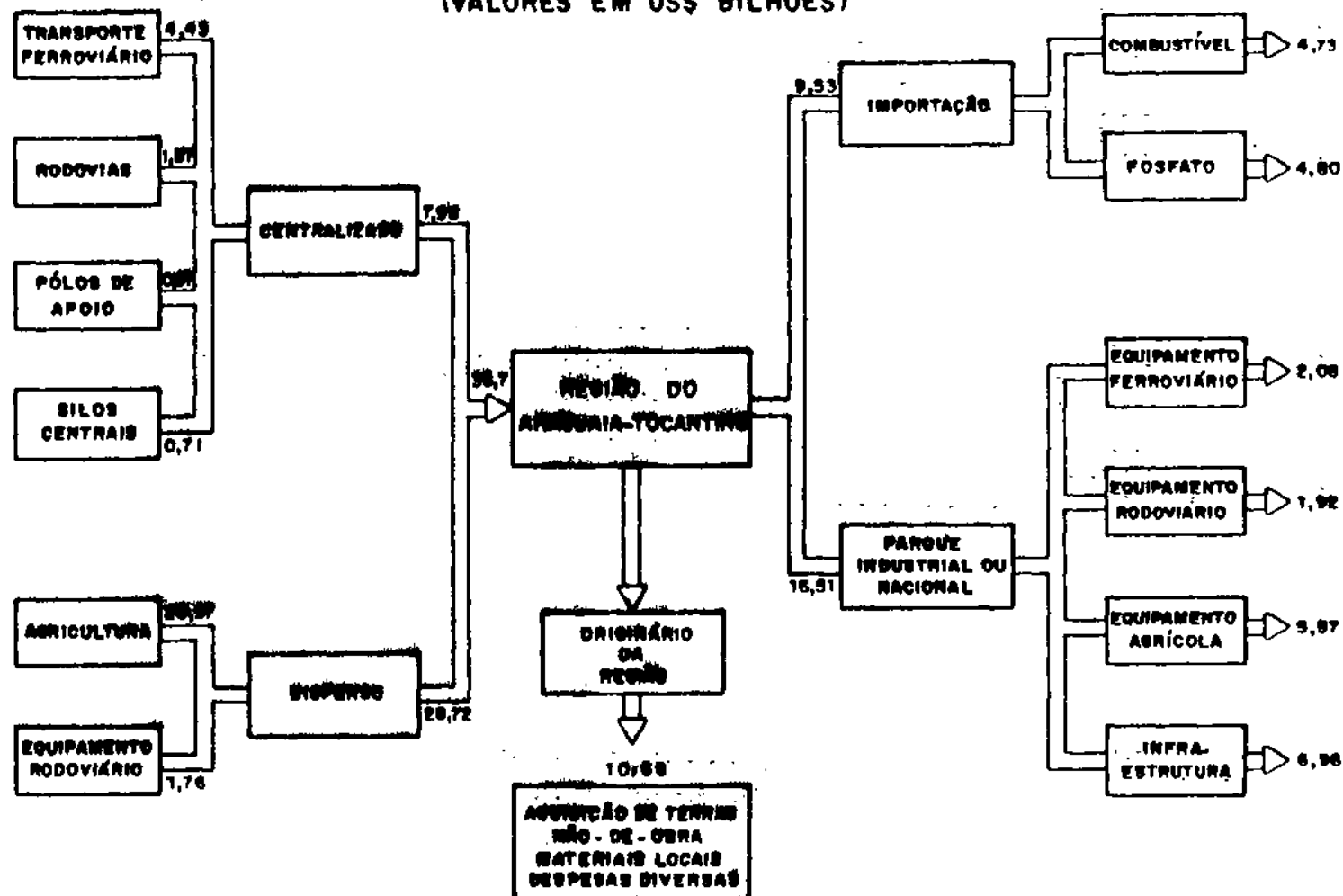


**REGIÃO DO ARAGUAIA-TOCANTINS
E FERROVIA NORTE-SUL**

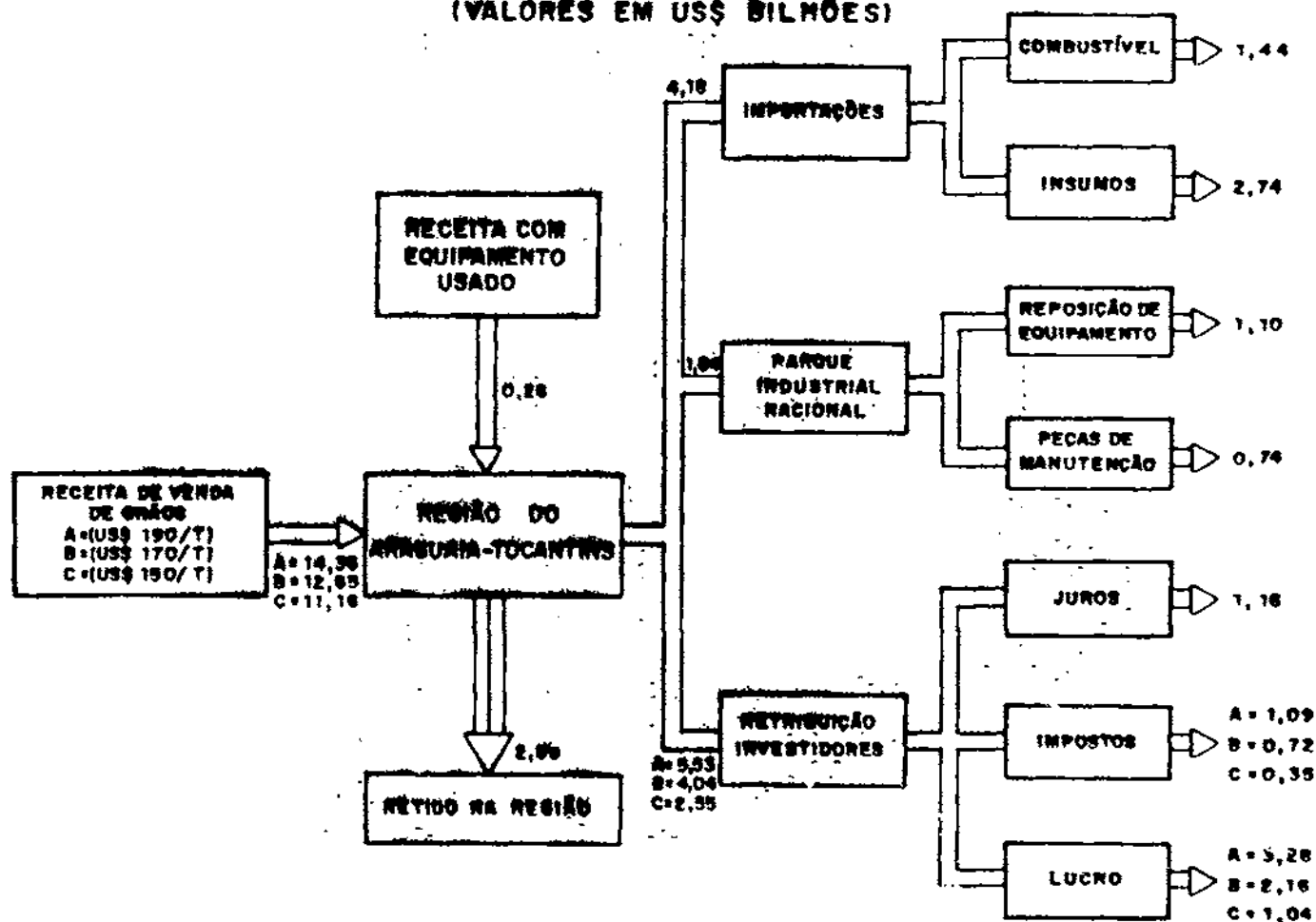


**CICLO DE PRODUÇÃO DE GRÃOS**

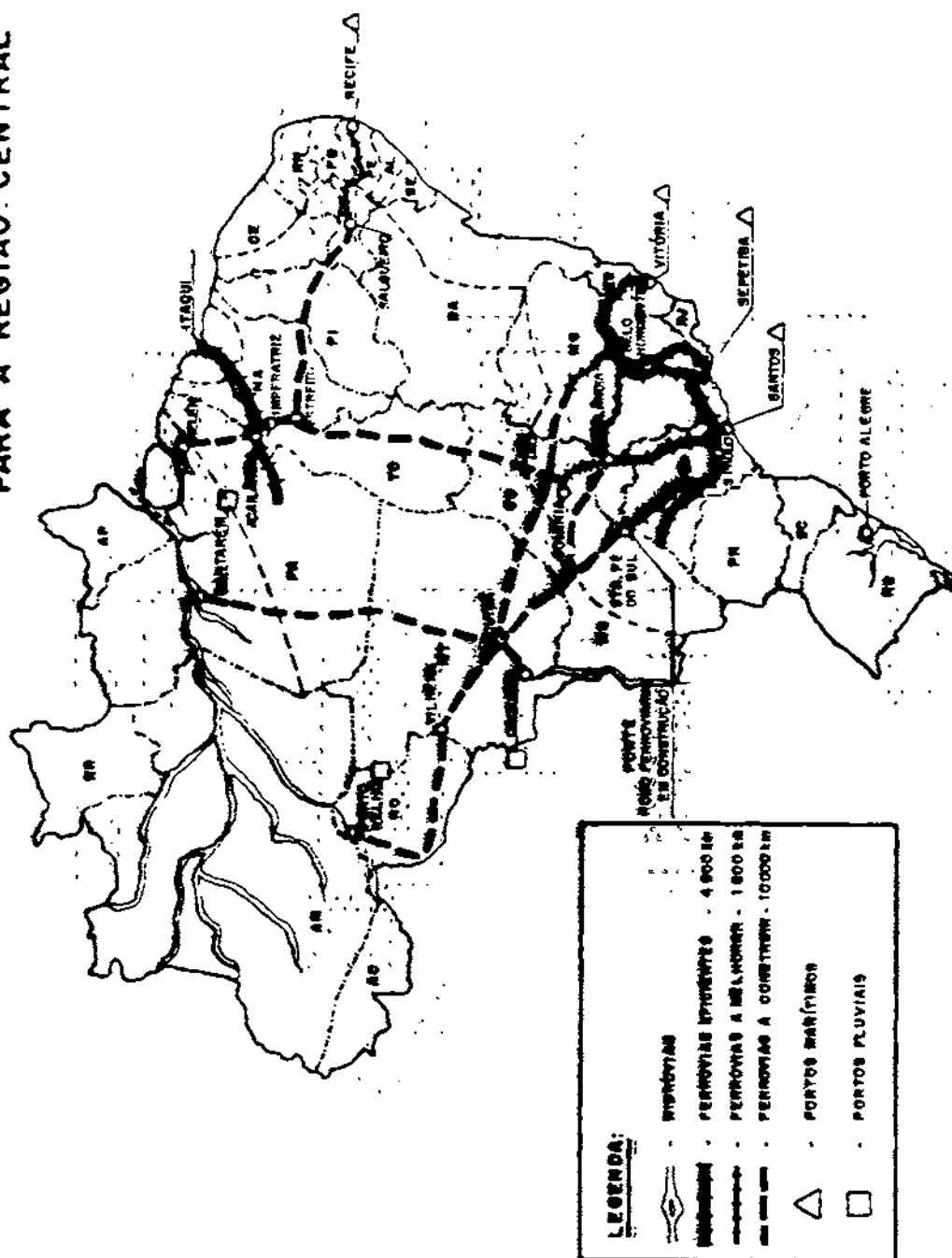
FASE IMPLANTAÇÃO **FLUXO FINANCEIRO DO INVESTIMENTO** **(VALORES EM US\$ BILHÕES)**



FASE OPERACIONAL
FLUXO FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO
 (VALORES EM US\$ BILHÕES)



SISTEMA EFICIENTE DE TRANSPORTE PARA A REGIÃO CENTRAL



Imigração é nova esperança argentina

Ana Maria Mandim
Correspondente

BUENOS AIRES — O governo argentino pretende começar a implementar, ainda este ano, um plano piloto para assentar de um mil a duas mil famílias de imigrantes do Leste Europeu. Será um ensaio para o projeto, muito mais ambicioso, de instalar no país 300 mil imigrantes até 1997. O programa operacional com esse objetivo já está pronto e será levado aos embaixadores argentinos nos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e do Leste Europeu para que se encarreguem de explicar as condições em que a Argentina pensa poder receber cientistas, técnicos altamente qualificados, e uma maioria de operários e agricultores provenientes das nações que integravam a ex-União Soviética.

Nomeado embaixador itinerante, o porta-voz do presidente Carlos Menem, Humberto Toledo, partiu ontem para a Europa com a proposta elaborada pela seção argentina da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que estima em US\$30 bilhões a necessidade global de investimentos ao longo de quatro anos. As fontes de financiamento previstas são o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além dos governos da CEE e dos próprios países de origem dos imigrantes. O Estado argentino será o provedor de terras e da infra-estrutura hospitalar e escolar para os assentamentos distantes das áreas urbanas. No caso do plano piloto, o governo espera poder iniciá-lo com recursos próprios.

O projeto foi aprovado pelos Ministérios da Economia e das Relações Exteriores e se antecipa aos de outros países latino-americanos, como Brasil, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Paraguai, Peru e Chile, que também pensam em canalizar para seus próprios territórios alguns afluentes da grande corrente migratória cuja nascente se encontra no leste da Europa, envolvendo milhões de pessoas. O Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França calcula que entre 1,2 e 1,5 milhão deixarão a ex-URSS até 1995, o Instituto de Defesa e Estudos Estratégicos Europeus estima que a emigração soviética já alcança 235 mil pessoas por ano, e que três milhões deixarão o país nos próximos 18 meses, quando forem simplificadas as formalidades. Finalmente, outras previsões quantificam a massa de emigrantes do conjunto de países do Leste, em mais de cinco milhões de indivíduos nos próximos quatro anos.

Tradicionalmente um país de migrantes — entre 1890 e 1950 recebeu 5,2 milhões de europeus e, em 1914, 46,1% da população economicamente ativa eram estrangeiros — a Argentina vislumbra, como consequência das mudanças geopolíticas no Leste, uma nova oportunidade histórica de incorporar o aporte cultural e econômico de populações européias, e compensar parcialmente seu próprio esvaziamento. Nos últimos 30 anos, de acordo com a recém-criada Secretaria de Povoamento, o país exportou cerca de US\$4,5 bilhões em inteligência e talento representados por 1,5 milhões de emigrados, em sua maioria cientistas e técnicos, cuja formação custou ao Estado US\$30 mil per capita.

Com grandes extensões de terras desabitadas e uma população envelhecida — 8,4% dos habitantes têm mais de 65 anos, contra 3,3% no México e 3,4% no Brasil — a Argentina espera conseguir, através da imigração, investimentos genuínos que possam gerar futuros pólos de desenvolvimento e,

de imediato, ampliem, direta e indiretamente, a oferta de trabalho para os naturais do país.

Concretamente, o projeto argentino visa a beneficiar a região da Patagônia, mediante a instalação de unidades de produção agroindustriais. Para colocar em funcionamento uma granja de 25 hectares, por exemplo, manejada por uma família de imigrantes de cinco pessoas, em terras sem nenhuma infra-estrutura, seriam necessários US\$111 mil, a preços de março de 1991, segundo levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento do Vale inferior do Rio Negro (Paragônia), mencionado no projeto.

A produção se destinaria tanto ao mercado interno quanto ao externo, e neste caso, a Europa seria uma importante consumidora em potencial, o que implicaria uma maior abertura dos governos da CEE como contrapartida à solução para o problema dos imigrantes. São sugeridos 15 tipos de unidades agroindustriais, produtoras de frutas e verduras, leite e derivados, flores, peles finas, calçados e artigos de couro, lãs e manufaturas, e de criação de peixes, coelhos, e gado caprino e bovino. Evidentemente, o assentamento é precedido de uma série de acordos com os países de origem para a seleção dos candidatos, fornecimento de documentação, recepção, instalação provisória, etc.

Poloneses, tchecos, iugoslavos, búlgaros e russos, seriam os imigrantes preferidos pelo governo argentino, pelo fato de já existirem no país grandes comunidades de cidadãos dessas nacionalidades, com seus clubes sociais, igrejas, hospitais, etc., o que facilitaria a adaptação dos que vierem. Ao contrário do que fizeram supor algumas declarações de dirigentes sindicais, preocupados com a concorrência que os imigrantes fariam aos trabalhadores argentinos, as pesquisas encomendadas pelo governo revelam a boa imagem do imigrante, especialmente europeu.

Italianos, espanhóis, japoneses, poloneses, alemães e franceses são os que desfrutam de melhor contato entre os argentinos, segundo uma recentíssima pesquisa contratada pelo Ministério do Interior. Curiosamente, neste trabalho, brasileiros aparecem em último lugar entre os preferidos, com 37 de opiniões favoráveis e 29% negativas, enquanto 19% dos entrevistados ressaltam que "dependia da pessoa que vem".

Esse resultado não surpreende, se considerarmos os antecedentes atritos por invasões de fronteira um compreensível receio argentino pelo tamanho do vizinho. De qualquer forma, seria interessante que os organismos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) comessem a trabalhar sobre o tema veriguar ilegível para a receptividade mútua de seus sócios.

Poderíamos ainda falar das dificuldades em pôr esses projetos em andamento. Vou relacioná-las e depois se os senhores quiserem debater esse tema, nós o faremos.

Vamos ter uma posição nacional na implantação desses projetos, porque existe uma disputa do financiamento. No campo internacional vamos ter os países competidores, principalmente os Estados Unidos, e uma disputa do financiamento.

Isso aqui é um investimento, longe dos grandes centros produtores — e todo mundo quer investir no próprio destino, ou então investir longe. Mas poderíamos tentar combater com uma campanha de marketing, que é uma coisa que temos que colocar.

As vantagens no plano nacional já vimos.

No plano internacional temos: problemas dos grãos, — que é alimento, uma coisa importante para o mundo — o problema da energia renovada, que vamos conseguir com reforestamento, que é uma coisa que acho mais importante

para o mundo, o mundo de hoje está precisando de um estoque de investimento. Não existe nenhuma região no mundo que possa propiciar tamanha possibilidade de investimentos como esta aqui.

Talvez fosse a solução para a recessão mundial de hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Dr. Rogério Barzerlay.

O SR. ROGÉRIO BARZERLAY Primeiramente, gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência pública, até porque, quando se fala em transporte, o modal hidroviário normalmente não é lembrado. Acho até que essa ótica é devido aos nossos números de custos serem bem menores do que os apresentados pelos outros.

Basicamente, estamos apresentando os principais trechos dos rios Araguaia e Tocantins, que estariam nessa área de influência do Estado do Tocantins. Aparece também na transparência a menção à Tucuruí e Santa Izabel, que são os dois principais gargalos que essa região pode ganhar, apenas pela hidrovia, que é uma saída para o mar. A nossa idéia hoje, inclusive em função da situação que o País atravessa em termos de inflação, recessão, é não sonhar, mas trabalhar com o pé no chão, com os poucos recursos que temos. Esses dois gargalos, para serem vencidos, precisam de obras grandes, não tão grandes quanto a da ferrovia, em termos de valores. Para vocês terem uma idéia, inclusive em Tucuruí, que seria o maior problema, a barragem de energia elétrica já está pronta. Haveria necessidade de um aporte de recursos da ordem de 400 milhões de dólares para o término da eclusa. Em relação à Santa Izabel — inclusive trouxemos um filme que vamos passar para vocês mais tarde, onde vão ver as dificuldades para o vencimento desse trecho em Santa Izabel —, a nossa idéia não é nem depender da barragem do setor energético; já existe um projeto técnico, a nível executivo, que permite, através de um canal de transposição lateral, a passagem de comboios pelas corredeiras de Santa Izabel. Para vocês terem uma idéia, isso hoje estaria orçado em alguma coisa em torno de 150 milhões de dólares. O custo da barragem de Santa Izabel, que está estimado pela Eletrobrás e Eletronorte é alguma coisa em torno de 1 bilhão e 700 milhões de dólares; e a eclusa em 200 milhões de dólares. É basicamente 10% do custo da barragem.

O Estado de Tocantins — inclusive essa nossa transparência é antiga, não aparece nem a divisão do Estado de Goiás — teria basicamente dois caminhos hidroviários: um, o do rio Tocantins, em que estamos inclusive desenvolvendo, deixando com o pessoal da Asplan, ainda para este ano, um programa para tornar navegável a região de Tocantínia até Imperatriz ou até Marabá, para escoamento já da próxima safra para o ano que vem; e o rio Araguaia que, por determinação do Governo Federal, está sendo alvo de estudos por parte da AHITAR de 1985; um programa que foi uma das conclusões do Programa do Desenvolvimento Integrado do Araguaia e Tocantins, que foi patrocinado pela OEA. Esses estudos estão em andamento e devem estar concluídos também no ano que vem. Para vocês terem uma idéia, esses estudos incluem tanto os estudos da via navegável, ou seja, da parte relativa ao rio como estudos de um comboio padrão, na área de engenharia naval, para se otimizar totalmente os recursos aproveitados. É a idéia da AHITAR passar todos esses dados, no ano que vem, para a iniciativa privada. Não é interesse do Governo Federal operar a hidrovia, pelo menos

os comboios. Queremos passar alguma coisa viável e com estudos otimizados, ou seja, com os custos para implantação desse transporte.

Bem, apenas esclarecendo um ponto que foi tocado na primeira transparência pelo Dr. Francisco Cunha, antes de entrarmos nessa matéria, realmente os rios classe "A" que ele citou, no Brasil, resumem-se basicamente à Bacia Amazônica. Então, para vocês terem um entendimento melhor, rios classe "A" são aqueles que possuem calados acima de 5m durante 80% do tempo, ou seja, acima de 10 meses. O rio Araguaia apresenta dois trechos, como o rio Tocantins, e é classificado como rio classe "B", durante 50% do tempo; é o tempo que chamamos de águas médias altas, que basicamente se transformam de novembro a maio; e o rio classe "C" com calado de 1,40m durante os outros seis meses do ano.

As perspectivas de cargas.

Obviamente essas cargas são de vocação hidroviária. A hidrovia realmente não apresenta aptidão para algum tipo de carga. O transporte por via hidroviária é mais lento que os transportes rodoviário e ferroviário. Seriam cargas com maior peso e não perecíveis. Esses dados são provenientes do PNVNI, que foi o Plano Nacional de Vias Navegáveis Interiores, realizado em 1989, e alguns dados provêm do Prodiat. Esses dados estão sendo atualizados através de estudos que a AHITAR vem fazendo no final deste ano. Vocês vêem que o excedente de produção que chamamos já é conhecido, todos sabemos desses produtos na região. E teríamos, vamos dizer, uma carga de exportação da bacia, já em 91, se tivéssemos a hidrovia operando, alguma coisa em torno de 10 milhões de toneladas; e uma importação de produtos para utilização dentro da bacia de três milhões de toneladas. Desse total, caberia já à hidrovia, em 1995, sete milhões de toneladas. Essa observação que colocamos de completar a implantação, pretendemos que seja resolvida em 93; pretendemos trabalhar inclusive integrados com a Ferrovia Norte-Sul, com trechos já existentes. Hoje, quando se fala em investimentos na ordem de 600, 800 milhões de dólares, para o Brasil é algo praticamente impossível a curto prazo. Então, dentro dessa ótica de se aproveitar o que já existe, hoje existem 107Km da ferrovia funcionando, entre Imperatriz e Açailândia, interligando com a Ferrovia Carajás e chegando ao terminal da Ponta da Madeira ou ao Porto Itaquí. Então, nossa idéia é levar os produtos até Imperatriz ou Marabá, dependendo da vontade do dono da carga. E isso pode ser feito tanto pelo rio Araguaia como pelo rio Tocantins.

Bom, de acordo com o que combinamos, vamos apresentar agora alguns números relativos à manutenção da hidrovia. Vejam bem, com as duas hidrovias funcionando, teríamos um custo anual de manutenção e operação na ordem de quatro bilhões de dólares. Isso incluiria sinalização, dragagem, tudo o que fosse necessário à manutenção desse calado, na classe "B", durante oito meses do ano. Esse investimento inicial da instalação portuária seria de 600 milhões de dólares, obviamente não prevê barragens, mas a utilização da solução alternativa. Dessa transposição lateral e de Santa Izabel, a construção de uma instalação portuária mais completa na região de Lajeado, talvez na cidade de Tocantínia e essa integração com a Ferrovia Norte-Sul e Imperatriz. Teríamos então uma capacidade máxima, teórica, de tráfego de 70 milhões de toneladas/ano, o que atinge perfeitamente aqueles 74 milhões de toneladas que estão previstos nos 24 milhões de hectares agrícolas da região. Isso apresentaria um custo unitário de

transporte — inclusive considerado o trecho Aruanã/Belém, quer dizer, não estamos apenas nos prendendo à região do Estado do Tocantins — de 77 milésimos de dólares de tonelada por quilômetros útil.

Bom, a gente apresenta aqui, em cima já dessa solução intermodal, apenas para efeito ilustrativo, alguns dados dos custos de modais de tonelada por quilômetro. Então, estamos considerando um transporte de soja e faríamos por 1000Km de hidrovia, que hoje seria a distância de Aruanã e Conceição do Araguaia. E teríamos distâncias até menores para utilizar o rio Tocantins, comparativas a 100Km rodoviários da área de produção até o porto. Para vocês terem uma idéia, essa diferença do frete rodoviário para o hidroviário apresenta alguma coisa em torno de 33 dólares por tonelada. Teríamos condições de colocar esse produto mais barato em termos de frete num porto marítimo. Uma economia de óleo diesel de aproximadamente 75 mil litros por viagem redonda, e uma economia anual para o país de aproximadamente de 800 milhões de dólares com a mesma receita em termos de imposto, em termos de renda. Isso se justifica, inclusive em cima dessa comparação — só para vocês terem uma idéia: você pode transportar uma carga de três mil toneladas através de diversos modais, e nós consideramos uma distância de 1.740Km que, hoje, corresponderia, pela ordem, à distância entre Rio de Janeiro e Porto Alegre. Então, você utilizaria um comboio tipo empurrador, que poderia ser duas ou quatro chapas, dependendo do interesse do dono da carga. Você teria, então, dez comboios ferroviários, trezentos caminhões — não vou nem falar em aviões porque, realmente, não é o tipo de transporte — despenderia uma potência de dois mil hp através desse comboio, 15 mil hp pela ferrovia e 45 mil hp por estrada, e ter-se-ia alguma coisa em torno de 30 toneladas de combustível consumido pela hidrovia, 60 pela ferrovia e 120 na rodovia e utilizaria, em termos de custo de mão-de-obra direta, 32 empregados nos comboios, 150 no trem e 600 no caminhão, considerando-se o motorista e o ajudante. Então, essa composição de fatores é que gera aquela diferença no custo do frete.

Falando um pouco agora do rio Tocantins, que é o que interessa mais diretamente a vocês, no estado, para vocês terem uma idéia de custos de implantação de uma hidrovia, esses quadros são apresentados num transporte entre Palmas e Imperatriz para aproveitamento da... Fomos até a foz do rio Araguaia, no Tocantins, um pouco acima de Imperatriz. Não sei se todos conhecem a cachoeira em Serra Quebrada. A estimativa da Eletrobrás e da Eletronorte, para o custo da barragem de 1.450 megawatts, seria algo em torno de um bilhão e meio de dólares, enquanto que o custo da eclusa seria de 78 bilhões de dólares. Então, as obras necessárias para a hidrovia, ou seja, na área dentro do rio, seriam derrocamentos, dragagens, sinalização e balizamento, e já estamos colocando aqui a projeção de um porto em Tocantínia para se poder manipular essa carga e uma ligação rodoviária asfáltica entre Palmas e o porto em Tocantínia. Para se ter uma idéia, para conseguirmos navegar com dois metros de calado durante os 12 meses do ano, o que não acontece em lugar nenhum do mundo, gastaríamos alguma coisa em torno de 100 milhões de dólares. Reduzindo-se essa navegação para o período que chamamos de águas altas, ou seja, em 50% do tempo que, por acaso, é coincidente com a época do escoamento da safra, no estado, dos principais produtos, esse investimento cairia para alguma coisa em torno de 23 milhões de dólares incluindo 12 milhões de dólares para a construção dessa rodovia e oito milhões de dólares para o porto em Tocan-

tínia. Quer dizer, os investimentos na hidrovia em si ficariam em torno de três milhões de dólares, o investimento inicial, e mais aqueles quatro milhões de dólares, que apresentamos para a manutenção anual da hidrovia.

Estamos complementando a nível de dados para a comissão, o que estamos notando desses estudos que se vem fazendo é que justamente por falta desses investimentos, que não são tão grandes assim, o que tem acontecido na região, principalmente no Estado do Tocantins, é uma diminuição muito grande, tanto da produção como da área cultivada e o êxodo da população local. Temos algumas grandes cidades das macrorregiões do Estado, que não têm tido crescimento populacional há muito tempo, pelo contrário, essas pessoas têm migrado normalmente para o Sul, para o Sudeste; vão até passar fome nessas cidades, enquanto temos aqui uma região com um potencial agrícola imenso e com um sistema de transporte eficiente, com pequenos investimentos para utilização a curtíssimo prazo. E, felizmente, para nós, defensores do sistema hidroviário, os rios já existem na natureza, Deus nos beneficiou com eles: não temos problemas de desmatamento, assentamentos etc, e vemos pela experiência mundial que a hidrovia é realmente um pólo catalizador, não só de ações como de pessoas, fixando-as, em todo o mundo, às suas margens.

A nossa idéia é que com essa implementação da hidrovia a custos tão baixos, o retorno deve ser algo de muito grande e em muito curto tempo.

Não vou me estender mais, porque o nosso tempo está curto. Estamos à disposição de vocês. Se tiverem necessidade de maiores informações em termos de dados, estamos deixando para os senhores também um trabalho e nos encontramos à disposição para o que se fizer necessário.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ROGÉRIO BAZERLLAY)

ALTERNATIVAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA NAVEGAÇÃO COMERCIAL ENTRE PALMAS E A FOZ DO RIO ARAGUAIA

Palestra do Engº Rogério Amado Barzellay
Palmas — Novembro/92

SUMÁRIO

1. Objetivos	2
2. A Importância de uma Hidrovia	3
3. A Bacia de Tocantins	6
4. A Área de Influência da Bacia do Tocantins ...	8
5. Evolução Demográfica da Área de Influência .	10
6. Evolução da Produção Agrícola na Área de Influência	18
7. A Rede Rodoviária na Área de Influência	32
8. Características da Hidrovia do Rio Tocantins .	37
9. Esboço das Primeiras Alternativas	41

As alternativas para a implantação da navegação comercial no trecho, da hidrovia Tocantins — Araguaia, compreendido entre a cidade de Palmas-TO e foz do rio Araguaia, deverão fornecer os elementos técnicos, com respectivas estimativas de custos, de suas possíveis soluções para que uma navegação comercial venha a se processar, notadamente:

— No período de águas médias e altas (nov/maio), onde a demanda de transportes da região é mais significativa;

— Em todo o período do ciclo hidrológico, garantindo o trânsito livre das embarcações.

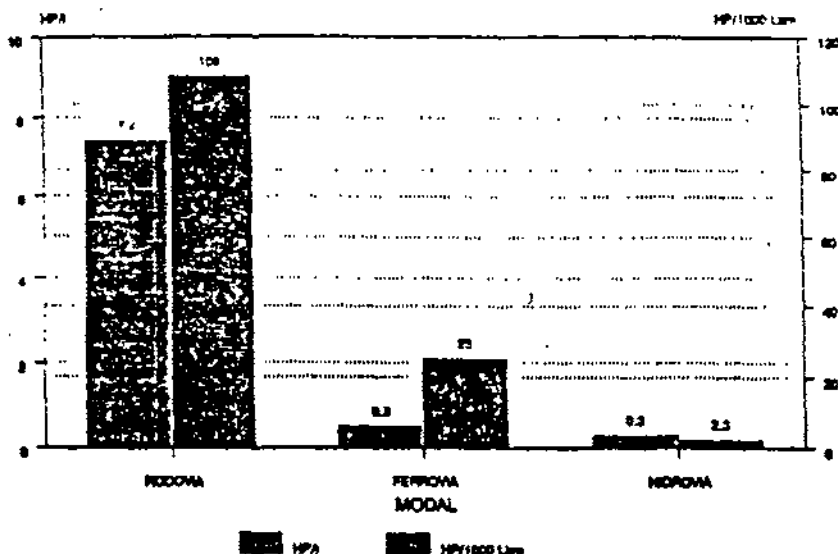
As alternativas abrangerão o rio Tocantins no trecho localizado entre a cidade de Palmas-TO e foz do rio Araguaia, numa extensão de 750km aproximadamente. Está sendo efe-

tuado um diagnóstico das atuais condições de navegabilidade deste trecho e nas diversas fases do ciclo hidrológico, tendo por base os relatórios, desenhos e plantas topo-batimétricas disponíveis, bem como o resultado de uma viagem de campo e sobrevôo à região.

2. A IMPORTÂNCIA DE UMA HIDROVIA

QUADRO 1 - POTÊNCIA ESPECÍFICA

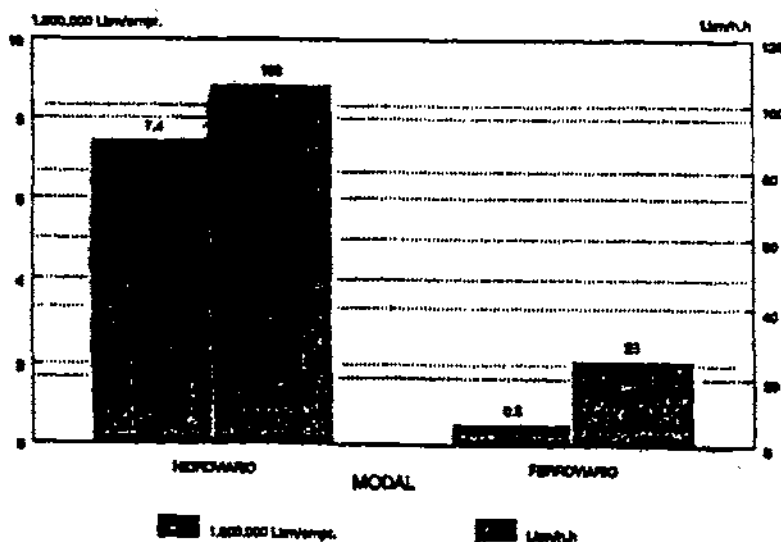
Potência Instalada/Capacidade de Carga ou Momento de Transporte



QUADRO 2 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA

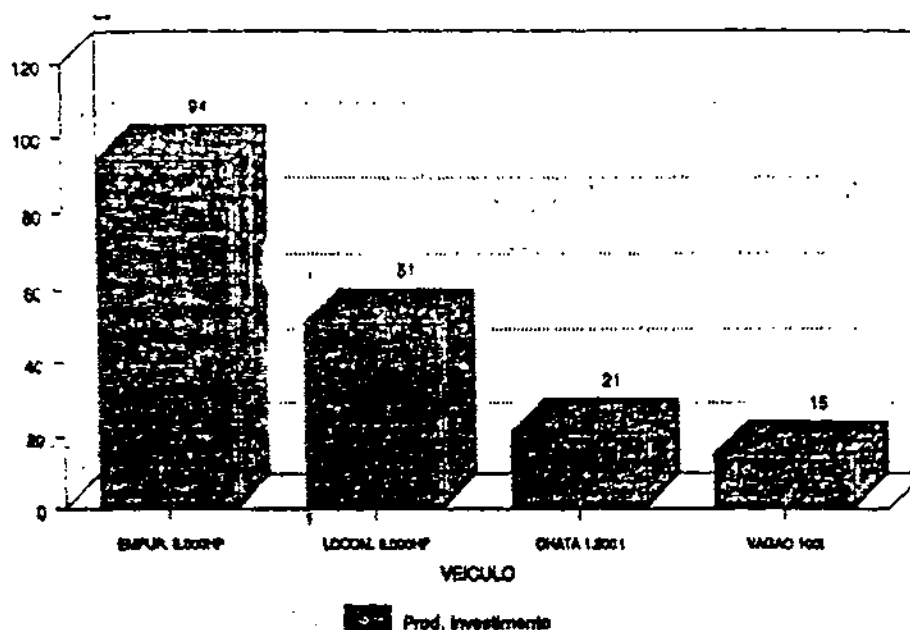
Momento de Transporte Médio Anual/Nº de Empregados ou Homens

Hora

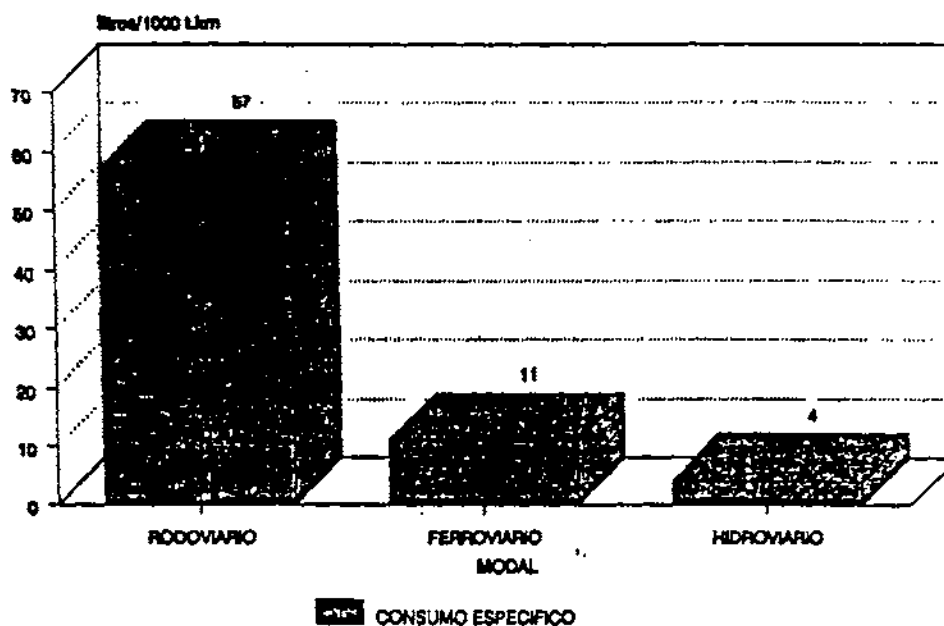


QUADRO 3 - PRODUTIVIDADE DO INVESTIMENTO

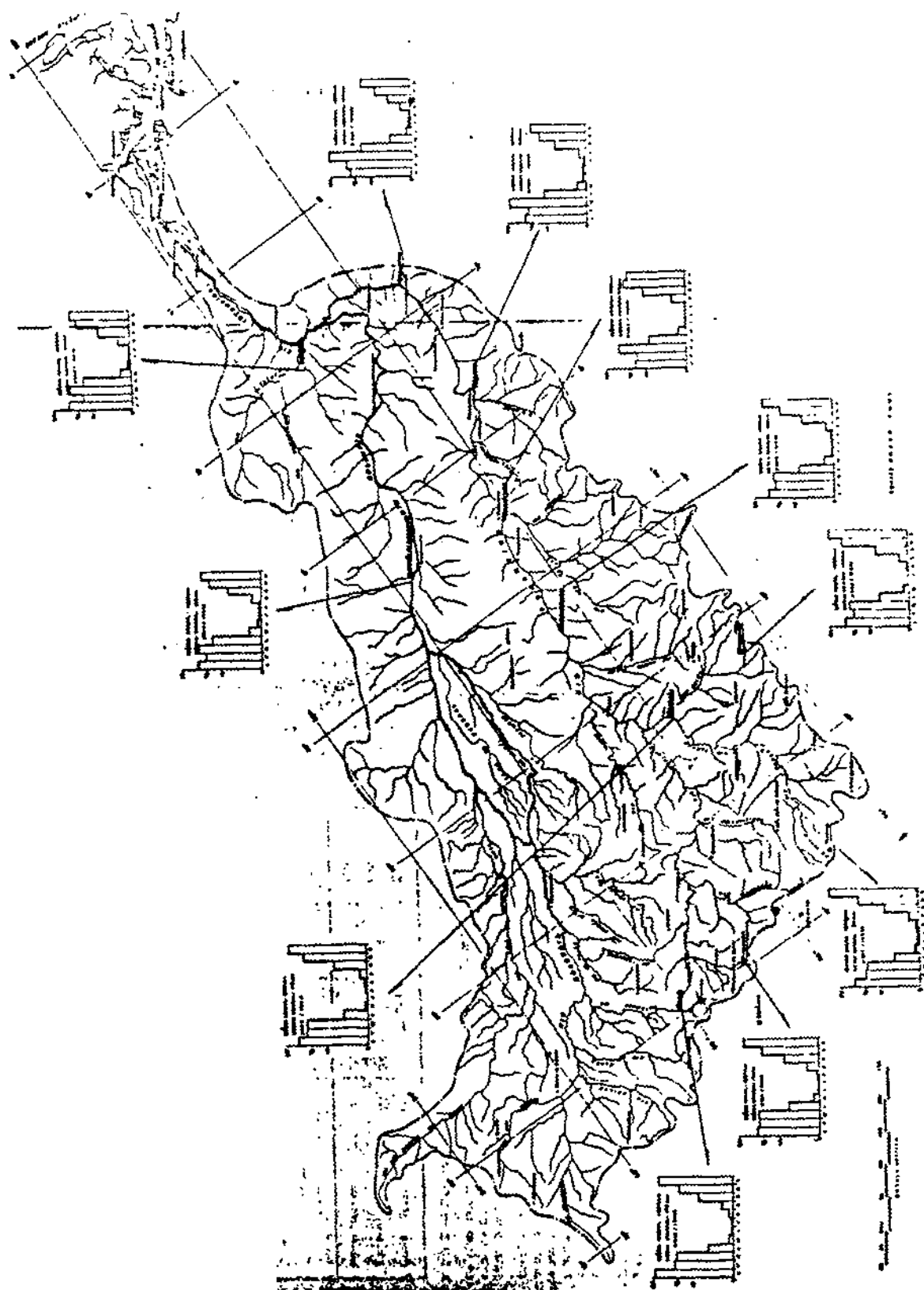
Momento de Transporte Anual Médio/Investimento nos Veículos

**QUADRO 4 - CONSUMO ESPECÍFICO DE COMBUSTÍVEL**

Consumo/Momento Médio Anual de Transporte



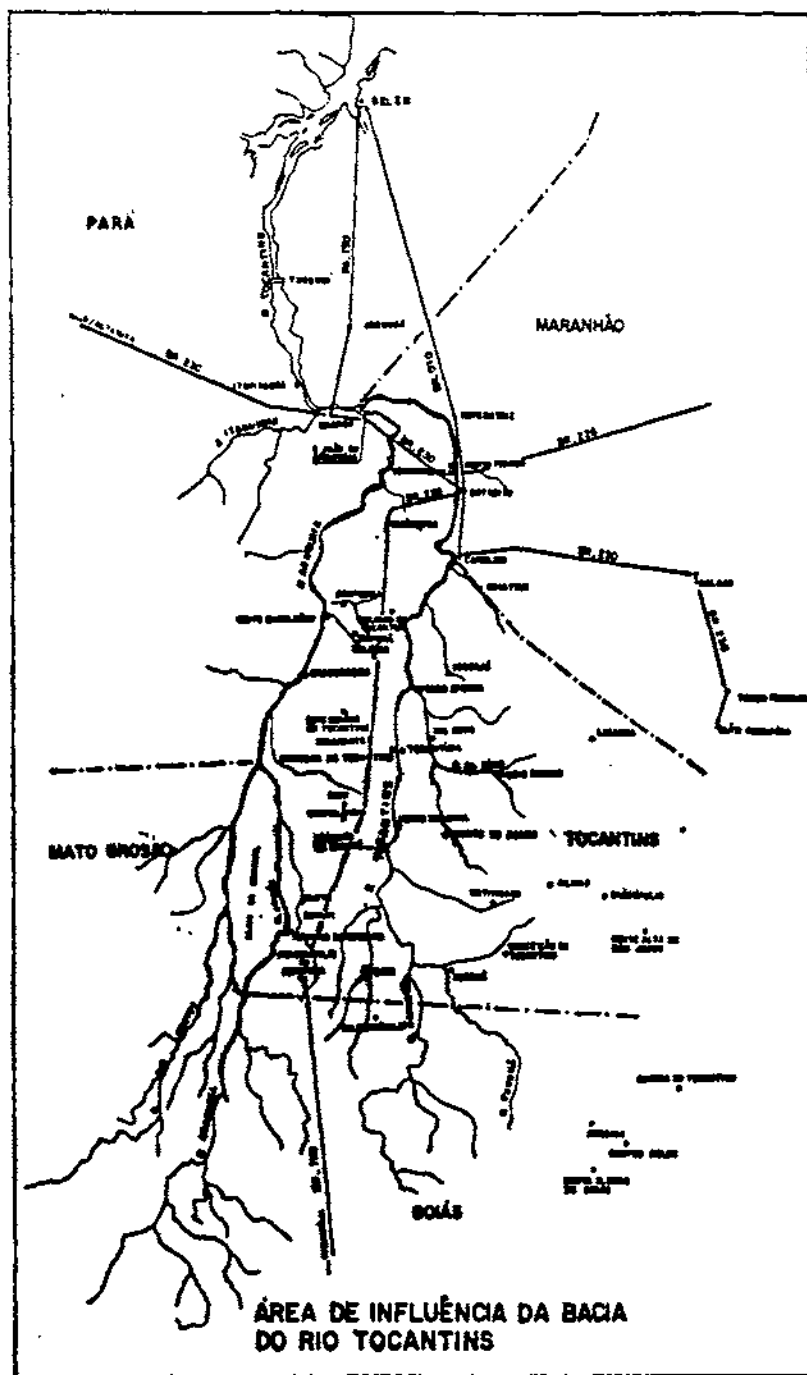
3. A BACIA DO TOCANTINS



MTC/SNT/DNTA
CDP-AHITAR

DREER ENGENHEIROS
ASSOCIADOS

4. A ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BACIA DO TOCANTINS



5. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

- Serra Geral de Goiás (GO-TO)
- Tocantínia de Pedro Afonso (TO)
- Médio Tocantins-Araguaia (TO)
- Baixo Araguaia (TO)
- Extremo Norte de Tocantins (TO)
- Marabá (PA)
- Imperatriz (MA)

Tabela 1 - Evolução Demográfica da Micro-região de Serra Geral de Goiás (GO-TO)

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Almas	6.001	7.659	2,24
Arraias	12.213	12.899	0,49
Aurora do Tocantins	4.556	4.663	0,21
Campo Belo (GO)	10.130	14.735	3,46
Conceição do Tocantins	4.116	5.941	3,39
Dianópolis	10.798	14.020	2,40
Monte Alegre de Goiás (GO)	7.342	8.044	0,83
Natividade	9.923	10.339	0,37
Palmeirópolis	9.242	11.907	2,33
Paraná	8.862	10.887	1,88
Pindorama do Tocantins	3.934	4.847	1,91
Ponta Alta do Bom Jesus	5.669	6.652	1,46
Taguatinga	10.060	11.397	1,14
TOTAL	102.846	123.990	

Tabela 2 - Evolução Demográfica da Micro-região de Tocantínia de Pedro Afonso (TO)

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MEDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Goiatins	14.974	18.168	1,77
Itacajá	13.937	14.040	0,05
Lizarda	3.584	4.163	1,37
Novo Acordo	3.727	3.864	0,32
Pedro Afonso	10.026	13.327	2,62
Ponte Alta do Tocantins	7.972	7.506	-0,54
Rio Sono	5.919	6.984	1,51
Tocantínia	4.788	6.339	2,58
TOTAL	64.827	74.391	

Tabela 3 - Evolução Demográfica da Micro-região do Médio Tocantins-Araguaia

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Alvorada	7.495	9.872	2,53
Brejinho de Nazaré	6.518	6.832	0,42
Cristalândia	10.027	10.973	0,82
Duere	4.778	4.571	-0,40
Fátima	3.818	4.753	2,01
Figueirópolis	8.409	7.355	-1,21
Formoso do Araguaia	11.541	17.095	3,63
Guaraí	17.798	20.829	1,43
Gurupi	32.455	56.741	5,20
Miracema do Tocantins	13.194	20.851	4,24
Miranorte	11.211	10.895	-0,25
Monte do Carmo	5.836	6.550	1,05
Paraíso do Tocantins	20.707	28.840	3,05
Peixe	13.749	12.880	-0,59
Pium	7.100	8.854	2,02
Porto Nacional	30.455	43.225	3,23
Presidente Kennedy	11.137	6.497	-4,78
Silvanópolis	3.063	5.879	6,10
TOTAL	219.291	283.492	

Tabela 4 - Evolução Demográfica da Micro-região do Baixo Araguaia (TO)

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Araguacema	5.931	6.395	0,68
Arapoema	15.849	13.965	-1,14
Colinas do Tocantins	18.172	21.022	1,33
Colméia	10.211	8.728	-1,41
Couto de Magalhães	5.152	6.807	2,56
Dois Irmãos do Tocantins	8.082	7.943	-0,15
Itaporã do Tocantins	4.360	3.654	-1,59
TOTAL	67.757	68.514	

Tabela 5 - Evolução Demográfica da Micro-região do Extremo Norte de Tocantins

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Ananas	8.197	11.603	3,20
Araguaina	71.566	103.396	3,40
Araguatins	18.225	28.021	3,98
Augustinópolis	4.310	10.265	8,20
Arixá do Tocantins	8.136	9.980	1,87
Babaçulândia	8.890	9.077	0,18
Filadélfia	11.169	11.094	-0,06
Itaguatins	10.368	11.904	0,61
Nazaré	8.525	9.253	0,74
Nova Olinda	7.811	7.667	-0,16
São Sebastião do Tocantins	3.612	4.296	1,58
Sítio Novo do Tocantins	6.996	8.917	2,23
Tocantinópolis	27.974	30.789	0,87
Vanderlândia	7.713	9.258	1,67
Xambioá	11.505	11.751	0,19
TOTAL	214.997	276.461	

Tabela 6 - Evolução Demográfica da Micro-região de Marabá (PA)

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Itupiranga	15.641	72.465	14,95
Jacundá	14.868	42.886	10,10
Marabá	37.713	121.814	11,24
São João do Araguaia	12.163	19.768	1,93
Tucuruí	61.140	81.654	2,66
TOTAL	141.525	338.587	

Tabela 7 - Evolução Demográfica da Micro-região de Imperatriz

CIDADE	POPULAÇÃO		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	
Açailândia	50.291	83.807	4,75
Imperatriz	244.525	372.245	4,04
Porto Franco	58.090	80.138	2,96
TOTAL	352.906	536.190	

Tabela 8 - Síntese da Evolução Demográfica na Área de Influência

MICRO-REGIÃO	POPULAÇÃO		CRESCIMENTO NA DÉCADA (%)
	1980	1991	
Serra Geral de Goiás	102.846	123.990	20,6
Tocantínia de Pedro Afonso	64.927	74.391	14,6
Médio-Tocantins-Araguaia	219.291	283.492	29,3
Baixo Araguaia	67.757	68.514	1,1
Extremo Norte de Tocantins	214.997	276.461	28,6
Marabá	141.525	338.587	139,2
Imperatriz	352.906	536.190	51,9

CONCLUSÕES:

- baixo desenvolvimento das micro-regiões no Estado de Tocantins, com algumas cidades regredindo; e,

- no Baixo Tocantins, crescimento razoável do lado do Maranhão, e, explosivo do lado do Estado do Pará.

6. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

BACIA TOCANTINS - SERRA GERAL DE GOIAS (GO - TO)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ton)

OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	CANA	FEIJAO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	PRODUCAO
1	TO-SGG	1980	39.308	20.350	1.514	21.368	16.804	.	99.374
2	TO-SGG	1981	24.000	16.550	3.124	37.150	15.401	.	96.236
3	TO-SGG	1982	50.762	17.110	2.801	24.710	24.768	.	121.183
4	TO-SGG	1983	49.233	94.780	1.904	28.536	19.900	.	194.373
5	TO-SGG	1984	38.860	232.140	1.364	36.930	19.500	600	329.444
6	TO-SGG	1985	64.270	248.600	1.431	36.930	29.730	7.160	373.791
7	TO-SGG	1986	75.570	234.850	2.300	39.900	30.625	2.966	366.273
8	TO-SGG	1987	68.520	96.125	1.147	27.604	23.480	2.240	219.159
9	TO-SGG	1988	77.170	148.250	992	18.620	29.880	6.428	279.383
10	TO-SGG	1989	52.140	138.220	1.010	17.340	31.030	25.070	264.853
11	TO-SGG	1990	61.310	142.511	1.120	19.980	29.750	35.141	289.832

BACIA TOCANTINS - SERRA GERAL DE GOIAS (GO - TO)

Reta: PRODUCAO AGRICOLA (ton)
PERIODO: 1980 - 90

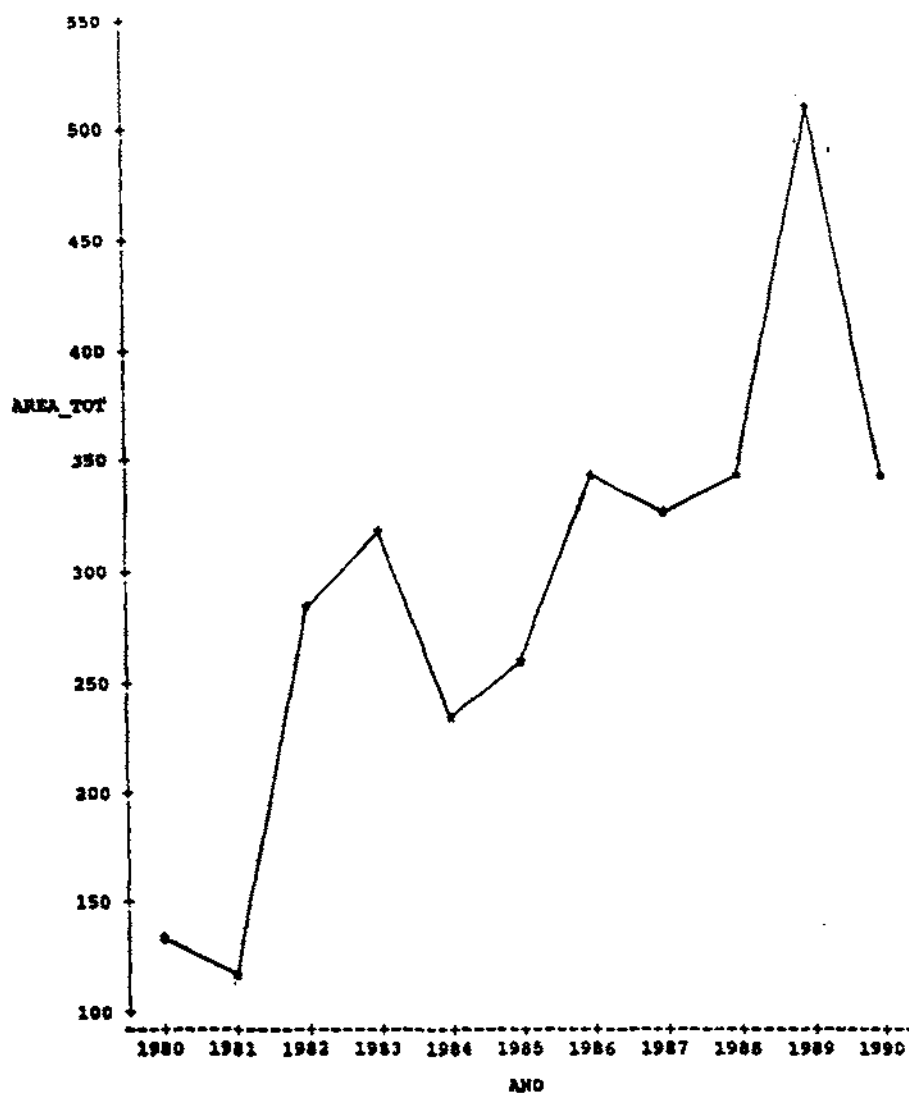
Plot of PRODUCAO*ANO. Symbol used is '+'.


SACIA TOCANTINS - SERRA GERAL DE GOIAS

		AREA CULTIVADA (ha)							AREA TOT
OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	CANA	FEIJAO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	
1	TC-SGG	1980	121.778	334	3.692	1.495	8.617		135.916
2	TC-SGG	1981	103.325	271	7.438	2.598	7.330		120.762
3	TC-SGG	1982	259.702	281	8.003	1.752	11.713		281.451
4	TC-SGG	1983	301.227	1.554	5.011	1.996	10.699		320.487
5	TC-SGG	1984	213.267	3.806	3.789	2.583	8.667	327	232.439
6	TC-SGG	1985	232.729	3.714	6.222	2.078	12.388	3.923	251.054
7	TC-SGG	1986	320.720	3.457	5.750	1.407	11.779	1.561	344.624
8	TC-SGG	1987	321.172	1.405	4.096	1.931	7.984	1.206	327.794
9	TC-SGG	1988	318.682	2.155	3.815	1.284	9.055	3.214	338.205
10	TC-SGG	1989	473.180	2.063	1.683	1.213	15.117	16.713	505.989
11	TC-SGG	1990	310.072	2.127	2.173	1.388	9.597	17.142	342.499

Reta: AREA CULTIVADA (ha)
PERIODO: 1980 - 90

Plot of AREA_TOT*ANO. Symbol used is '*'.
ANO



BACIA TOCANTINS- TOCANTINIA DE PEDRO AFONSO (L.O)

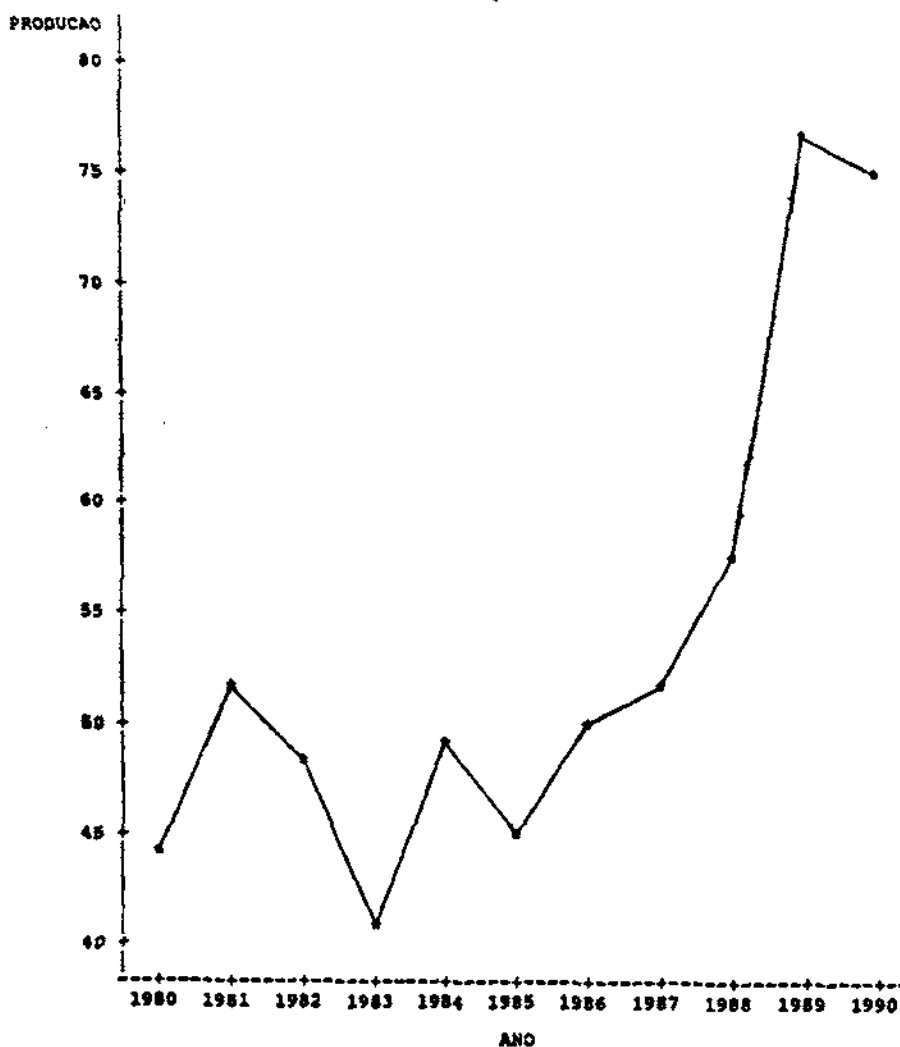
PRODUCAO AGRICOLA (ton)

OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	CANA	FEIJAO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	PRODUCAO
1	TO-TFA	1980	16.879	5.420	310	17.482	4.210	.	44.301
2	TO-TFA	1981	14.053	6.340	688	25.280	5.136	.	51.497
3	TO-TFA	1982	24.126	6.740	588	22.440	4.738	.	48.632
4	TO-TFA	1983	22.780	.	560	12.522	5.050	.	40.910
5	TO-TFA	1984	21.180	5.160	266	14.360	4.418	170	49.534
6	TO-TFA	1985	15.758	4.680	283	18.740	4.396	1.257	45.114
7	TO-TFA	1986	21.030	4.420	326	18.060	4.750	1.673	50.256
8	TO-TFA	1987	22.445	3.970	214	18.880	5.040	1.735	51.674
9	TO-TFA	1988	27.830	3.840	207	18.790	4.690	1.990	57.347
10	TO-TFA	1989	34.480	3.340	226	22.430	5.540	10.590	76.606
11	TO-TFA	1990	32.246	3.108	211	22.630	5.580	11.130	74.905

FONTE: IBGE

Nota: PRODUCAO AGRICOLA (ton) PERIODO: 1980 - 90

Plot of PRODUCAO*ANO. Symbol used is '*'.



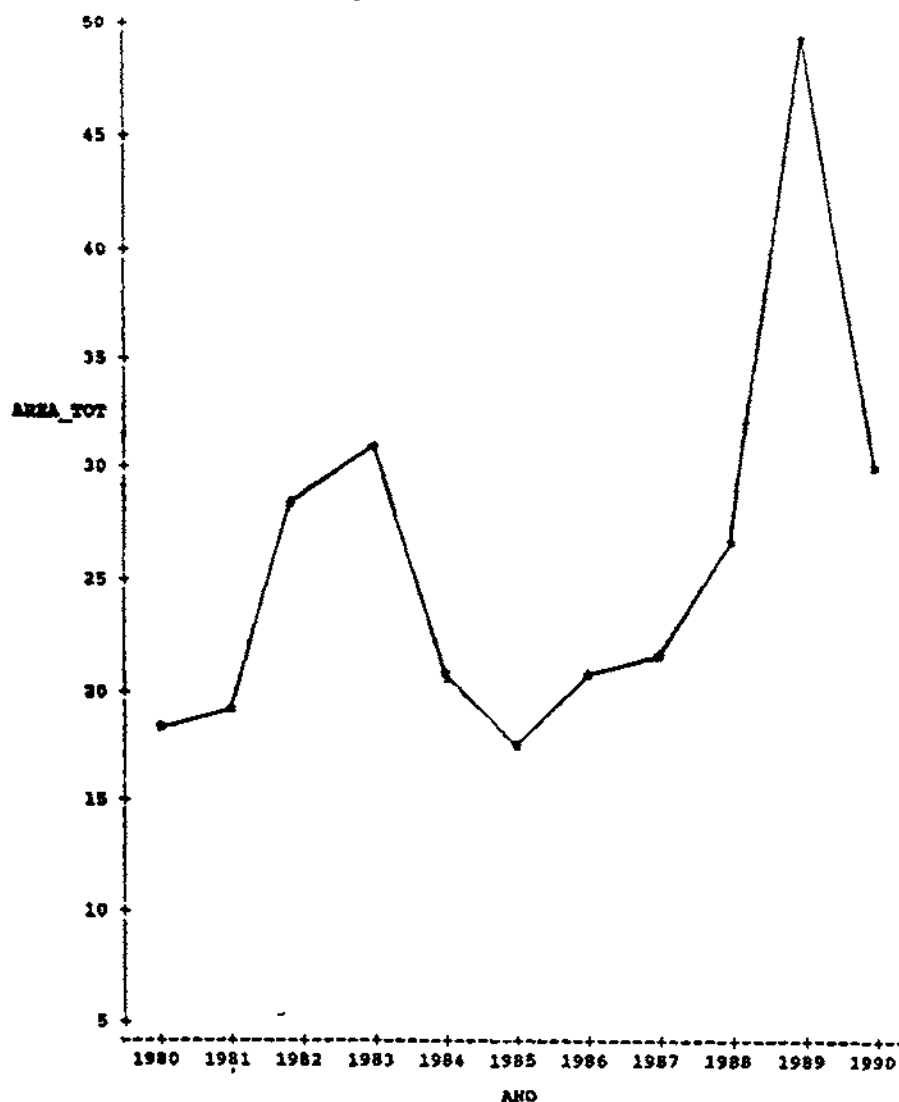
LOCALIDADE: LOCALIDADE DE PEDRO AFORESO (TO)

AREA CULTIVADA (ha)

OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	CANA	FEIJAO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	AREA_TOT
1	TO-TFA	1980	14.007	89	756	1.223	2.159	.	18.234
2	TO-TFA	1981	12.775	104	1.638	1.768	2.378	.	18.663
3	TO-TFA	1982	21.993	110	1.680	882	2.154	.	26.819
4	TO-TFA	1983	25.311	.	1.474	876	2.715	.	30.376
5	TO-TFA	1984	16.648	85	739	1.004	1.964	93	20.733
6	TO-TFA	1985	13.077	70	1.230	1.311	1.832	689	18.209
7	TO-TFA	1986	16.430	65	815	1.277	1.827	851	21.295
8	TO-TFA	1987	17.535	58	764	1.279	1.714	929	22.279
9	TO-TFA	1988	21.408	57	796	1.296	1.421	955	25.973
10	TO-TFA	1989	34.480	50	3.710	1.569	2.702	7.060	49.571
11	TO-TFA	1990	20.154	46	406	1.572	1.800	5.429	29.407

FONTE: CONAB

Reta: AREA CULTIVADA (ha)
PERIODO: 1980 - 90

Plot of AREA_TOT*ANO. Symbol used is '+'.
AREA_TOT

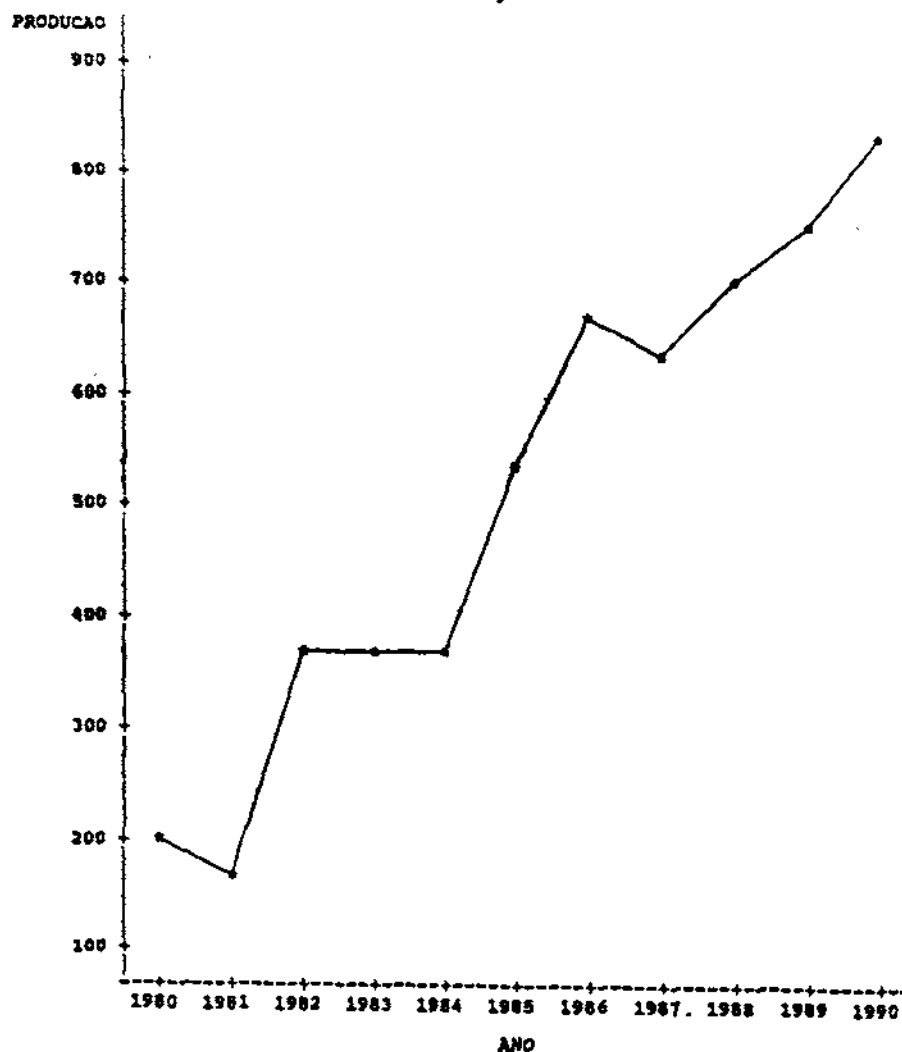
BAIXA TOCANTINS - REGIÃO TOCANTINS ARAGUAIA (TO)
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ton)

OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	CANA	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	PRODUÇÃO
1	TO-MTA	1980	146.742	12.550	789	26.310	12.578	-	199.006
2	TO-MTA	1981	113.658	14.025	2.454	26.180	15.502	835	172.659
3	TO-MTA	1982	285.672	15.050	1.999	28.190	21.907	4.093	359.725
4	TO-MTA	1983	271.104	17.943	1.772	31.462	19.830	12.120	369.636
5	TO-MTA	1984	266.584	20.400	790	35.020	22.590	24.252	370.136
6	TO-MTA	1985	280.438	135.950	1.020	33.390	24.948	49.869	525.615
7	TO-MTA	1986	410.552	146.840	1.324	45.120	28.600	40.567	673.053
8	TO-MTA	1987	398.300	145.925	773	38.820	25.445	19.626	628.889
9	TO-MTA	1988	414.286	180.350	905	38.320	31.670	17.867	703.198
10	TO-MTA	1989	473.180	100.430	206	57.410	57.650	68.644	751.520
11	TO-MTA	1990	496.115	144.318	553	49.512	63.140	72.830	826.468

FONTE: IBGE

Nota: PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ton)
PERÍODO: 1980 - 90

Plot of PRODUÇÃO*ANO. Symbol used is '+'.

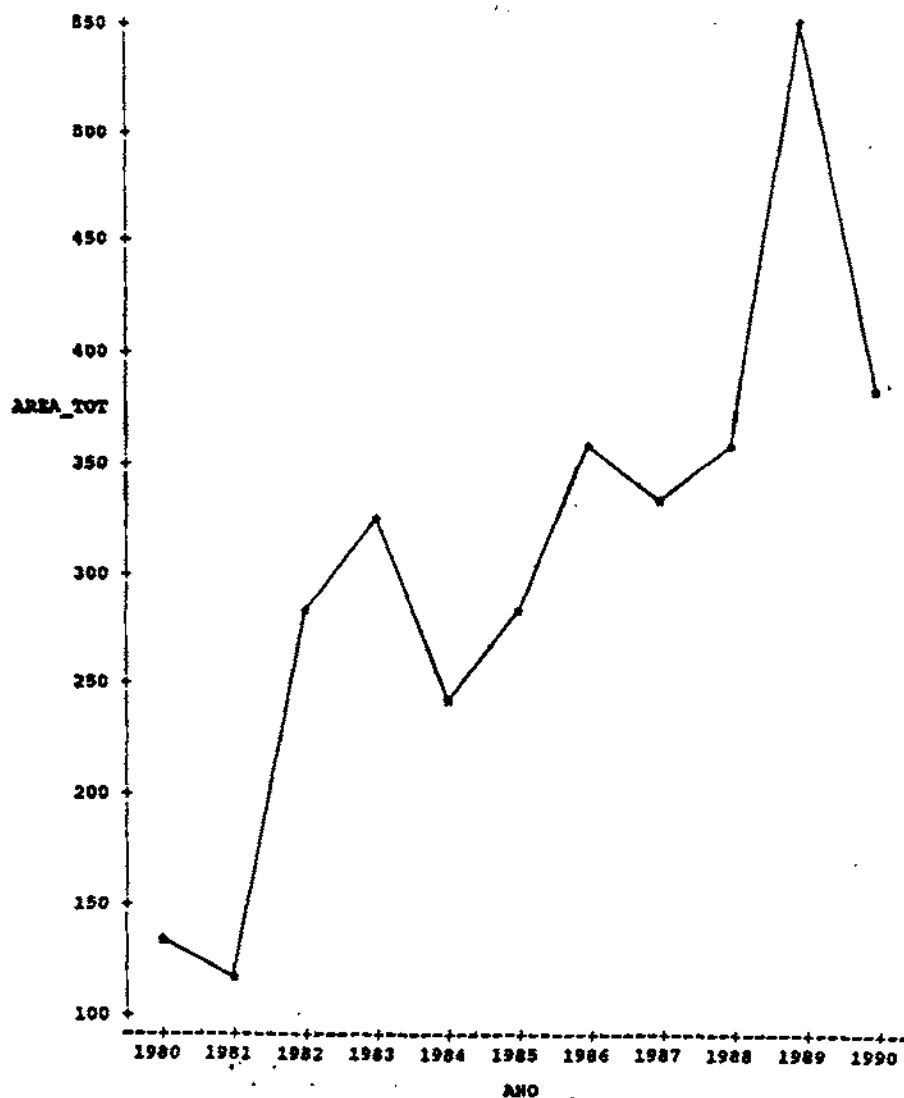


OBS	SUBREG	ANO	AREA TOTAL (ha)					SOJA	AREA_TOT
			ARROZ	CANA	FEIJAO	MANDIOCA	MILHO		
1	TO-MTA	1980	121.778	206	1.924	1.840	6.450		132.198
2	TO-MTA	1981	103.325	230	5.843	1.831	7.177	464	118.870
3	TO-MTA	1982	259.702	247	11.426	1.999	9.958	2.154	285.486
4	TO-MTA	1983	301.227	294	4.663	2.200	10.661	6.516	325.561
5	TO-MTA	1984	213.627	334	2.194	2.449	10.040	13.216	241.860
6	TO-MTA	1985	232.729	2.031	4.435	2.335	10.395	27.325	279.250
7	TO-MTA	1986	320.720	2.162	3.310	3.191	11.000	21.351	361.734
8	TO-MTA	1987	311.172	2.133	2.761	2.175	8.652	10.569	337.462
9	TO-MTA	1988	318.682	2.658	3.481	2.643	9.597	18.934	355.995
10	TO-MTA	1989	473.180	1.499	0.343	4.016	28.122	45.763	552.923
11	TO-MTA	1990	310.072	2.154	1.063	3.438	30.368	35.527	382.617

FONTE: CONAB

Nota: AREA CULTIVADA (ha)
PERIODO: 1980 - 90.

Plot of AREA_TOT*ANO. Symbol used is '*'. .



BACIA DO ARARIPE - BACIA APARECIDA (TO)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA... (Ton).

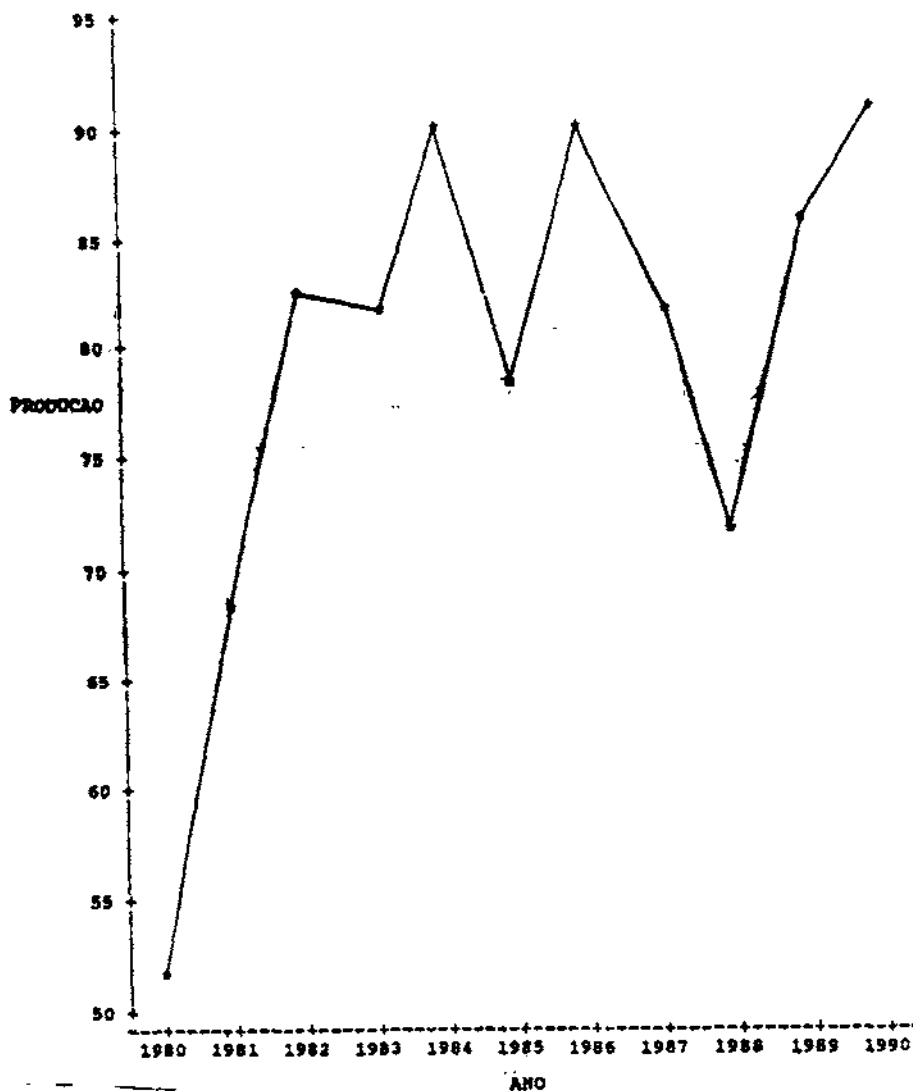
OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	MANDIOCA	SOJA	PRODUÇÃO
1	TO BAT	1980	33.559	582	10.897	6.900		51.811
2	TO BAT	1981	31.918	1.916	21.940	27.560		68.340
3	TO BAT	1982	39.006	3.129	24.704	15.300		82.179
4	TO BAT	1983	40.100	1.752	22.370	17.650		81.872
5	TO BAT	1984	43.300	982	25.790	19.880		89.952
6	TO BAT	1985	33.483	1.484	21.420	20.710	11.291	78.392
7	TO BAT	1986	44.842	1.531	21.400	21.820	192	89.785
8	TO BAT	1987	37.690	1.229	22.270	20.640		81.829
9	TO BAT	1988	36.650	806	17.720	16.240		71.416
10	TO BAT	1989	45.590	512	22.140	17.403	960	85.762
11	TO BAT	1990	48.270	730	21.500	20.063	108	91.238

FONTE: IBGE

Reta: PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Ton)

PERÍODO: 1980 - 90

Plot of PRODUÇÃO*ANO. Symbol used is 'x'.

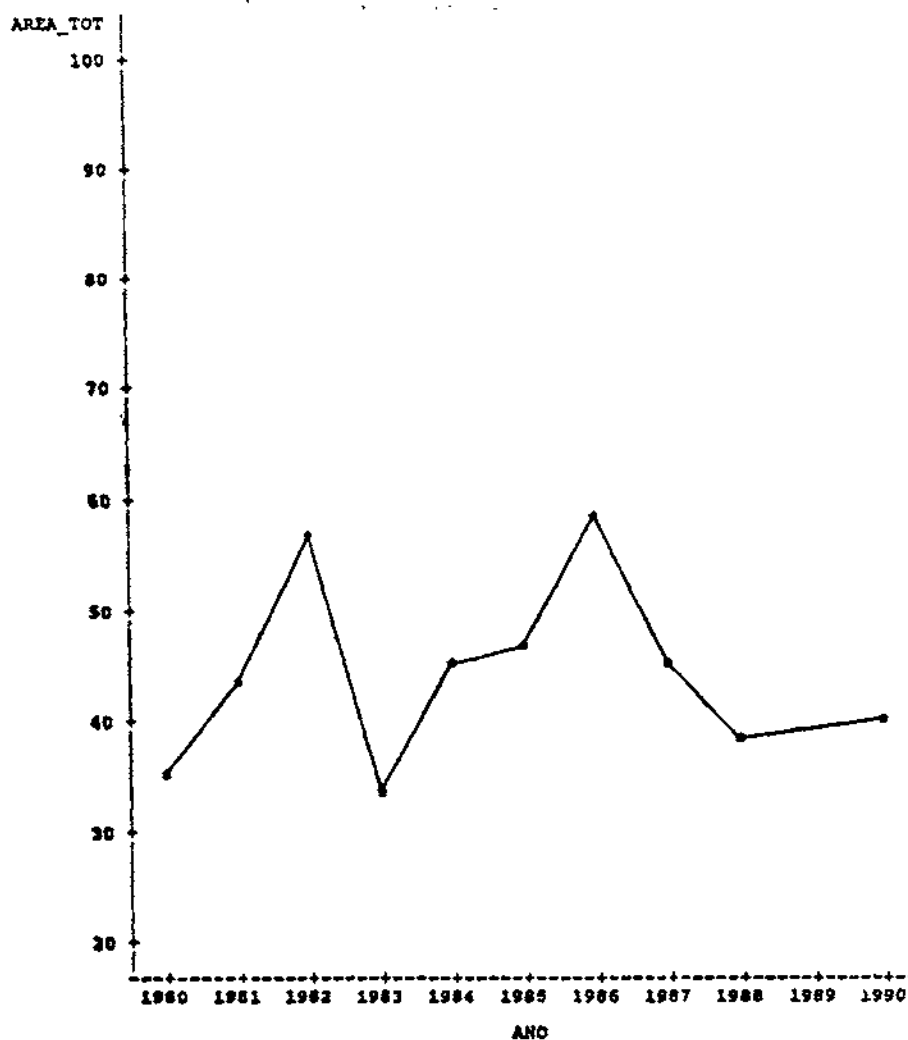


BALANÇO ANUAL DE ÁREAS AGRÍCOLAS (ha)

		ÁREA CULTIVADA (ha)						ÁREA_TOT
OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	FEIJAO	MILHO	MANDIOCA	SOJA	
1	TO_BAG	1980	27.849	1.422	5.486	463	.	35.240
2	TO_BAT	1981	29.016	4.567	10.157	879	.	44.614
3	TO_BAG	1982	35.487	8.940	11.229	1.085	.	56.741
4	TO_BAT	1983	44.556	4.611	11.027	1.235	.	62.429
5	TO_BAG	1984	34.664	2.728	11.462	1.161	.	50.245
6	TO_BAT	1985	27.757	6.452	8.925	1.449	707	44.611
7	TO_BAG	1986	35.033	3.828	8.231	1.543	101	48.736
8	TO_BAT	1987	29.445	4.389	7.572	1.444	.	42.850
9	TO_BAG	1988	28.215	3.100	5.370	1.120	.	37.805
10	TO_BAT	1989	45.590	853	10.800	1.219	64	58.526
11	TO_BAT	1990	30.169	1.404	6.935	1.433	53	39.994

Reta: ÁREA CULTIVADA (ha)
PERÍODO: 1980 - 90

Plot of CONS_TOT*ANO. Symbol used is '*'.



BACIA TOCANTINS - EXTREMO NORTE DE TOCANTINS (TO)

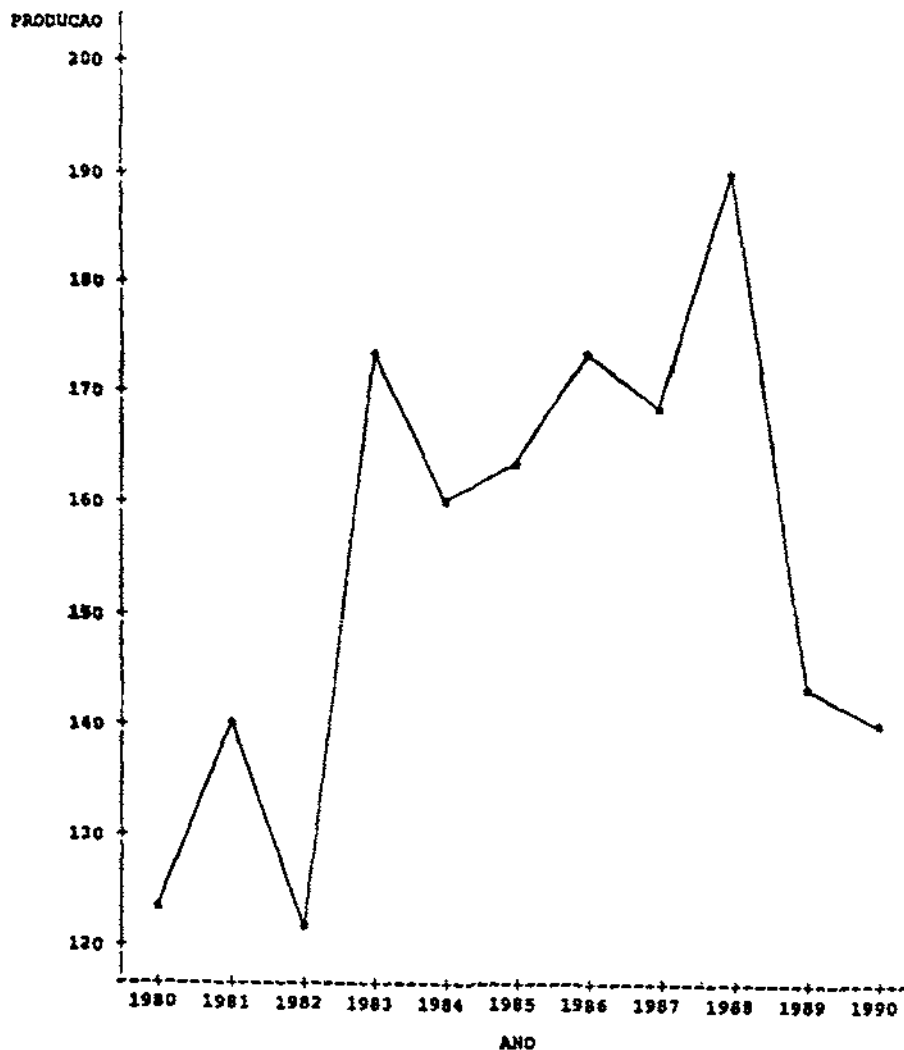
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ton)

OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	CANA	FEIJAO	MILHO	MANDIOCA	PRODUCAO
1	AT_ENG	1980	42.215	14.340	1.658	21.322	44.242	123.851
2	AT_ENG	1981	30.893	41.238	1.171	23.480	43.590	140.447
3	AT_ENG	1982	44.678	13.200	1.580	21.060	40.475	121.292
4	AT_ENG	1983	41.860	71.508	1.230	20.940	38.338	174.041
5	AT_ENG	1984	38.140	79.930	1.183	21.410	35.340	160.829
6	AT_ENG	1985	26.894	77.814	727	17.524	37.810	162.641
7	AT_ENG	1986	42.130	78.313	855	23.005	29.320	173.827
8	AT_ENG	1987	72.285	71.504	973	31.320	32.320	168.410
9	AT_ENG	1988	50.820	73.750	1.003	30.880	34.250	190.711
10	AT_ENG	1989	40.600	32.470	1.113	27.280	28.160	142.981
11	AT_ENG	1990	41.540	15.130	1.248	31.893	30.017	139.836

FONTE: IBGE
B
1

Reta : PRODUCAO AGRICOLA (ton)
PERIODO: 1980 - 90

Plot of PRODUCAO*ANO. Symbol used is '*'.

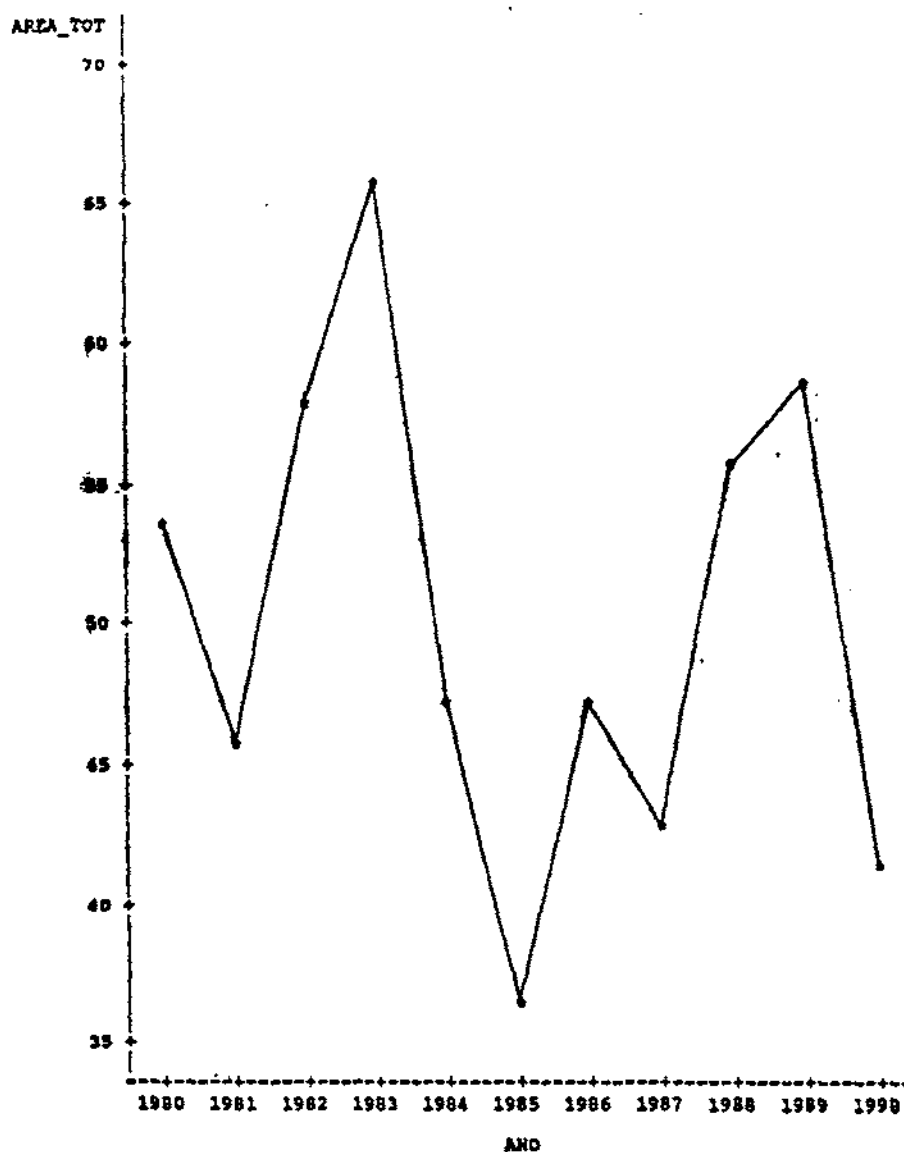


OBS	SUBREG	ANO	AREA CULTIVADA (ha)				MANDIOCA	AREA TOT
			ARROZ	CANA	FEIJAO	MILHO		
1	TO-CSM	1980	35.033	235	4.044	10.934	3.394	53.640
2	TO-CSM	1981	28.085	676	2.788	10.870	3.049	45.468
3	TO-CSM	1982	40.616	7216	4.514	9.573	2.871	57.790
4	TO-CSM	1983	46.511	1.172	3.237	11.258	2.682	65.860
5	TO-CSM	1984	30.512	1.310	3.286	9.516	2.472	47.096
6	TO-CSM	1985	22.319	1.162	3.161	7.102	2.645	36.555
7	TO-CSM	1986	23.070	1.153	2.138	8.848	2.073	47.282
8	TO-CSM	1987	25.223	1.045	3.475	10.649	2.261	42.653
9	TO-CSM	1988	39.092	1.087	3.858	9.358	2.362	55.757
10	TO-CSM	1989	40.600	485	1.868	13.307	1.970	58.250
11	TO-CSM	1990	25.963	524	2.400	10.288	2.085	41.260

FONTE: CONAB

Retas: AREA CULTIVADA (ha)
PERIODO 1980 - 90

Plot of AREA_TOT*ANO. Symbol used is '+'

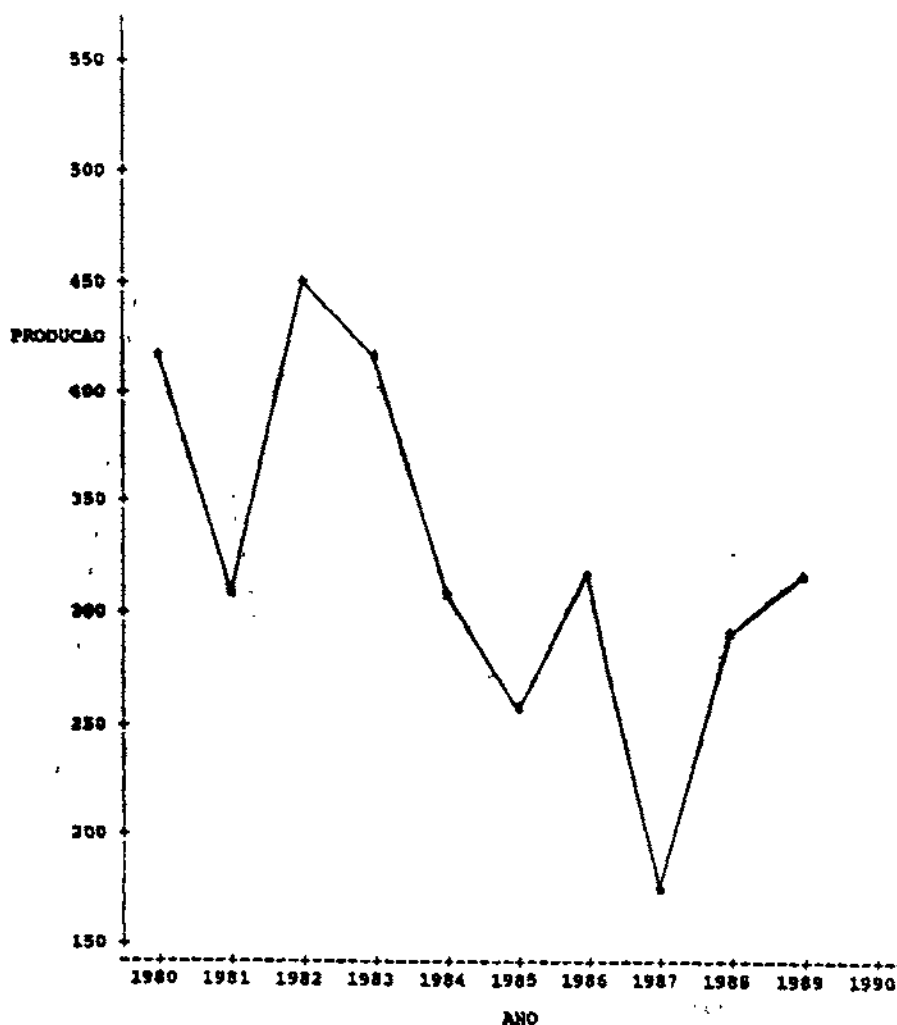


BACIA TOCANTINS - IMPERATRIZ (MA)

		PRODUÇÃO AGRÍCOLA (ton)					PRODUÇÃO
OBS	SUBREG	ANO	ARROZ	MILHO	MANDIOCA	SOJA	
1	TO-IMP	1980	199.211	50.344	166.235		415.790
2	TO-IMP	1981	105.540	23.319	169.240		307.099
3	TO-IMP	1982	215.720	55.548	174.866		446.134
4	TO-IMP	1983	203.020	50.715	161.450		415.185
5	TO-IMP	1984	142.536	45.835	118.120	500	304.491
6	TO-IMP	1985	101.509	31.912	127.300	690	260.721
7	TO-IMP	1986	152.494	52.335	115.997	160	320.826
8	TO-IMP	1987	41.757	16.968	116.335		175.060
9	TO-IMP	1988	109.198	52.258	126.539		287.995
10	TO-IMP	1989	128.749	62.096	126.427		317.272
11	TO-IMP	1990	154.957	43.407	401.217		599.581

FONTE: IBGE

Reta: PRODUÇÃO AGRÍCOLA
PERÍODO: 1980 - 90



BACIA TOCANTINS - IMPERATRIZ (MA)

AREA CULTIVADA (ha)

OBS	SURREG	ANO	ARROZ	MILHO	MANDIOCA	SOJA	AREA_TOT
1	TO-IMP	1980	249.014	173.600	21.042	.	443.656
2	TO-IMP	1981	137.054	111.445	21.423	.	289.922
3	TO-IMP	1982	139.911	102.877	22.768	.	285.356
4	TO-IMP	1983	150.497	92.743	20.181	.	264.421
5	TO-IMP	1984	102.103	79.163	14.515	280	196.060
6	TO-IMP	1985	104.648	91.701	18.449	571	215.369
7	TO-IMP	1986	110.583	91.017	14.683	102	216.385
8	TO-IMP	1987	65.245	77.479	14.362	.	157.086
9	TO-IMP	1988	80.648	82.687	16.018	.	179.353
10	TO-IMP	1989	109.574	104.715	15.803	.	230.092
11	TO-IMP	1990	119.601	98.652	22.167	.	260.420

FONTE: CONAB

Retas: AREA CULTIVADA
PERIODO: 1980 - 90

Plot of AREA_TOT*ANO. Symbol used is '*',



**BACIA TOCANTINS,
TOTAL DAS MICRO-REGIÕES**

ANO	PRODUÇÃO (t)	ÁREA CULTIVADA (ha)
1980	934.129	818.885
1981	836.275	538.299
1982	1.179.142	993.643
1983	1.314.352	1.066.134
1984	1.304.377	788.433
1985	1.442.649	855.084
1986	1.673.970	1.040.056
1987	1.325.012	930.124
1988	1.277.325	993.088
1989	1.927.306	1.459.679
1990	2.021.858	1.096.187

CONCLUSÕES:

- A área cultivada da região teve um aumento de 33,9% na década, muito baixo para as características ainda inexploradas da região.

- A tonelagem de produção agrícola cresceu 116,4% na década, sendo que este aumento é devido em parte ao incremento da produção de arroz, mas principalmente pelo crescimento da tonelagem de cana de açúcar.

7. A REDE RODOVIÁRIA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

- BR - 153 - Gurupi (TO) - Araguaína (TO) - 490,2 km pavimentados em bom estado
- BR - 226 - Araguaína (TO) - Estreito (MA) - 122,1 km pavimentados em bom estado
- BR - 10 - Carolina (MA) - Estreito (MA) - Belém (PA) - 810,0 km pavimentados em bom estado
- BR - 230 - Rodovia Transamazônica
 - Balsas (MA) - Carolina (MA)
 - 186,4 km pavimentados em estado regular
 - Carolina (MA) - Estreito (MA)
 - 98,0 km pavimentados em bom estado
 - Estreito (MA) - Marabá (PA)
 - 134,2 km de leito natural
 - 123,7 km implantar/los sem pavimentação

[illegible]

COM - Construção	PEX - Pessimo	BOM - Bom	PLA - Planejado	EOI - Em obras de implantação
RES - Restauração	MAI - Ruim	EXC - Excelente	IMP - Implantado	EOP - Em obras de pavimentação
CIV - Conservação	REG - Regular	LIR - Muito ruim	PAV - Pavimentada	EOD - Em obras de duplicação

RODovIAS E DIVISAS DO TRECHO		ENTREVISTA	SITUACAO	PROJETO	SERVICIO	CONTRATO		PAY
LOCALS DE INICIO E FIM DO SUBTRECHO		PARC ACUM	SUBTRECHO		COM RES CSV	NUMERO	EMPRESA	PROP

BR-010 DIV CO/PA (RIO TOCANTINS) - DIV PA/PA (RIO ITINGA)								
DIV CO/PA (RIO TOCANTINS) - ENTR BR-230(A) (CAROLINA)		3,0	3,0	IMP	-	-	PG-194/89 SULTEPA/R. AMARALINO	X
ENTR BR-230(A) (CAROLINA) - ENTR BR-230(A)/PA-130 (ESTREITO)		95,0	98,0	PAV	-	-	PG-120/87 CEPEL	X
ENTR BR-226(A)/230(B)/PA-130 (ESTREITO) - ENTR BR-226(B) (P. FRANCO)		27,6	125,6	PAV	-	-	PG-112/87 SULTEPA	X
ENTR BR-226(B) (PORTO FRANCO) - ENTR PA-280 (RIBEIRAOZINHO)		66,7	192,3	PAV	-	-		X
ENTR PA-280 (RIBEIRAOZINHO) - ENTR PA-122 (IMPERATRIZ)		30,4	222,7	PAV	-	-		X
ENTR PA-122 (IMPERATRIZ) - ENTR BR-222(A) (ACAILANDIA)		66,3	289,2	PAV	-	-	PG-571/88 SULTEPA	X
ENTR BR-222(A) (ACAILANDIA) - DIV PA/PA (RIO ITINGA)		50,9	340,1	PAV	/	/	PG-104/89 CEPEL	X

BR-010 DIV PA/PA (RIO ITINGA) - ENTR BR-316(B) (Z DRF BELEN)								
DIV PA/PA (RIO ITINGA) - ENTR BR-222(B)/PA-332 (Z DRF BELEN)		78,3	78,3	PAV BOM				X
ENTR BR-222(B)/PA-332 (Z DRF BELEN) - ENTR PA-125/263 (Z DRF BELEN)		65,9	84,2	PAV BOM				X
ENTR PA-125/263 (Z DRF BELEN) - ENTR PA-256 (P/PARAGUAIAS)		84,0	168,2	PAV BOM	-	-	PG-442/87 C.B. ALMEIDA	X
ENTR PA-256 (P/PARAGUAIAS) - ENTR PA-125		10,3	178,7	PAV BOM	REST	-		X
ENTR PA-125 - ENTR PA-252 (Z DRF BELEN)		97,0	275,7	PAV BOM	REST	-	PG-80/88 MALCAH	X
ENTR PA-252 (Z DRF BELEN) - ENTR PA-253(A) (ACS.S. DOM. DO EMPIN)		27,9	303,6	PAV BOM	REST	-		X
ENTR PA-253(A) (ACS.S. DOM. DO EMPIN) - ENTR PA-253(B) (Z DRF BELEN)		7,9	311,5	PAV BOM	REST	-		X
ENTR PA-253(B) (Z DRF BELEN) - ENTR PA-432 (ACS.A V. CONCEICAO)		5,0	317,3	PAV BOM	REST	-		X
ENTR PA-432 (ACS.A V. CONCEICAO) - ENTR PA-251/322/436 (S.N. GUAN)		8,7	326,0	PAV BOM	REST	-		X
ENTR PA-251/322/436 (S.N. GUAN) - SANTA MARIA		32,4	358,4	PAV BOM	REST	-		X
SANTA MARIA - ENTR BR-316(A)		1,4	359,8	PAV BOM	REST	-		X
ENTR BR-316(A) - ENTR PA-436 (P/COLOMIA DO PRATA)		7,2	367,0	PAV BOM	REST	-		X
ENTR PA-436 (P/COLOMIA DO PRATA) - ENTR PA-127(A)		9,6	376,6	PAV BOM				X
ENTR PA-127(A) - ENTR PA-127(B)		3,9	380,5	PAV BOM				X
ENTR PA-127(B) - ENTR PA-136/320 (CASTANHAL)		16,9	397,4	PAV BOM				X
ENTR PA-136/320 (CASTANHAL) - ACESSO AMERICANO 1		13,2	412,6	PAV BOM				X
ACESSO AMERICANO 1 - ACESSO AMERICANO 2		3,8	416,4	PAV BOM				X
ACESSO AMERICANO 2 - ENTR PA-140 (SANTA ISABEL DO PARA)		11,8	427,4	PAV BOM				X
ENTR PA-140 (SANTA ISABEL DO PARA) - ENTR PA-406 (CAJUEIRO)		10,8	438,2	PAV BOM				X
ENTR PA-406 (CAJUEIRO) - ENTR PA-391 (P/BENEVIDES)		2,2	440,4	PAV BOM				X
ENTR PA-391 (P/BENEVIDES) - ENTR PA-406 (CAJUEIRO)		3,7	444,1	EOD				X
ENTR PA-406 (CAJUEIRO) - ENTR PA-406 (P/BENFICA)		2,4	446,5	EOD				X
ENTR PA-406 (P/BENFICA) - INICIO DA PISTA DUPLA		3,2	451,7	EOD				X
INICIO DA PISTA DUPLA - ENTR PA-150		3,7	455,4	DUP BOM				X
ENTR PA-150 - ENTR PA-402 (ANANDEUA)		0,7	456,1	DUP BOM				X
ENTR PA-402 (ANANDEUA) - ENTR BR-316(B) (Z DRF BELEN)		5,8	461,9	DUP BOM				X

MTCSNT/DNTA
CDP-AHTAR

DREIR
ENGENHEIROS
ASSOCIADOS

[illegible]

CON - Construção	POS - Positivo	SEN - Sem	PLA - Planejamento	EDI - Em obras de implantação
RES - Restauração	RAU - Rou	ENC - Encolimento	IMP - Implantado	EDP - Em obras de pavimentação
CSV - Conservação	REG - Regular	LEE - Leite natural	PAV - Pavimentada	ECO - Em obras de duplicação

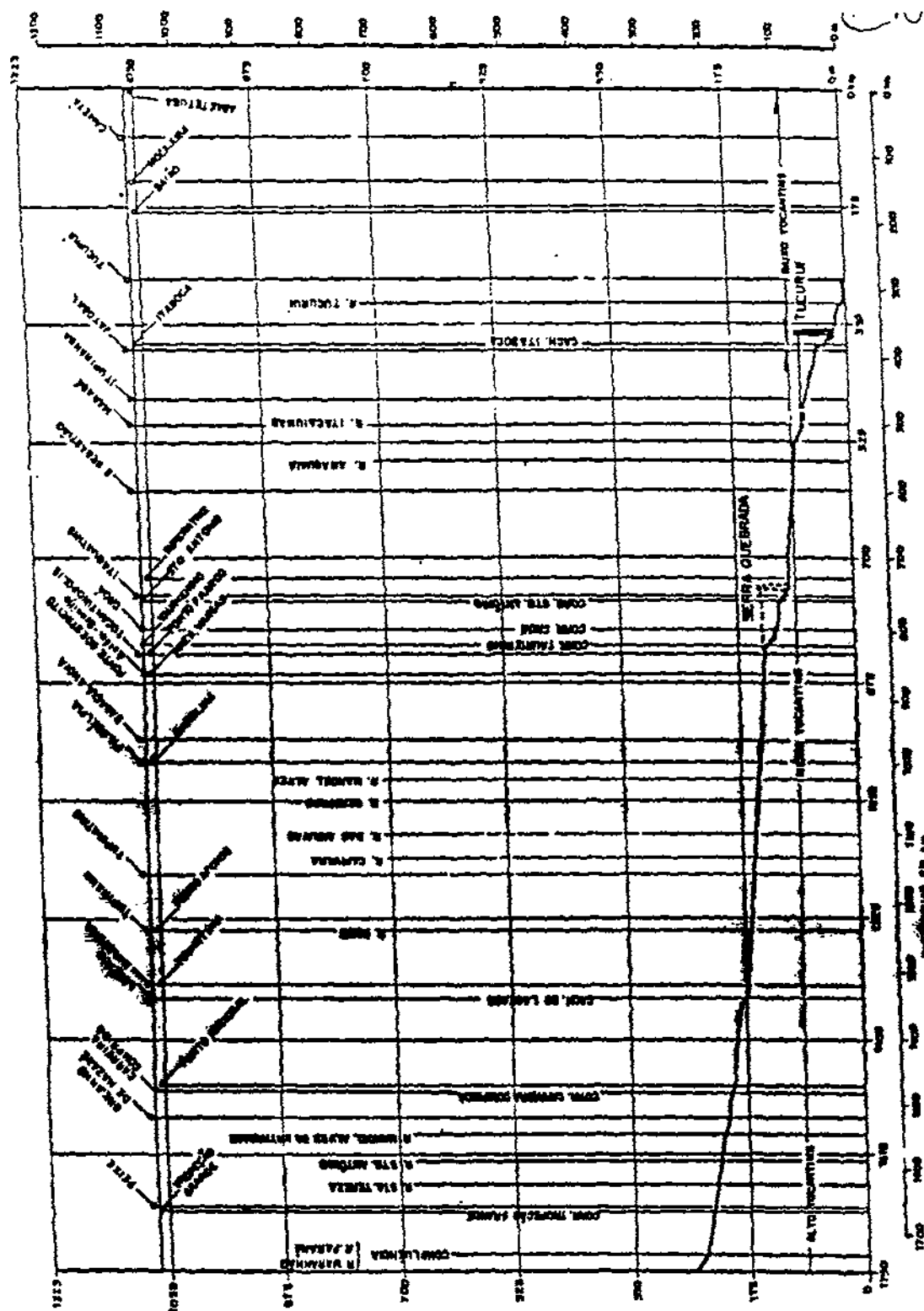
ADOOVIAS E DIVISAS DO TRECHO		EXTENSÃO	SITUAÇÃO	PROJETO	SERVIÇO	CONTRATO	PNV		
LOCAIS DE INICIO E FIM DO ENTRECHO		PANC - ACUM. ENTRECHOS	ENTRECHOS	CIN	RES	CSV	NUMERO	EMPRESA	PROP

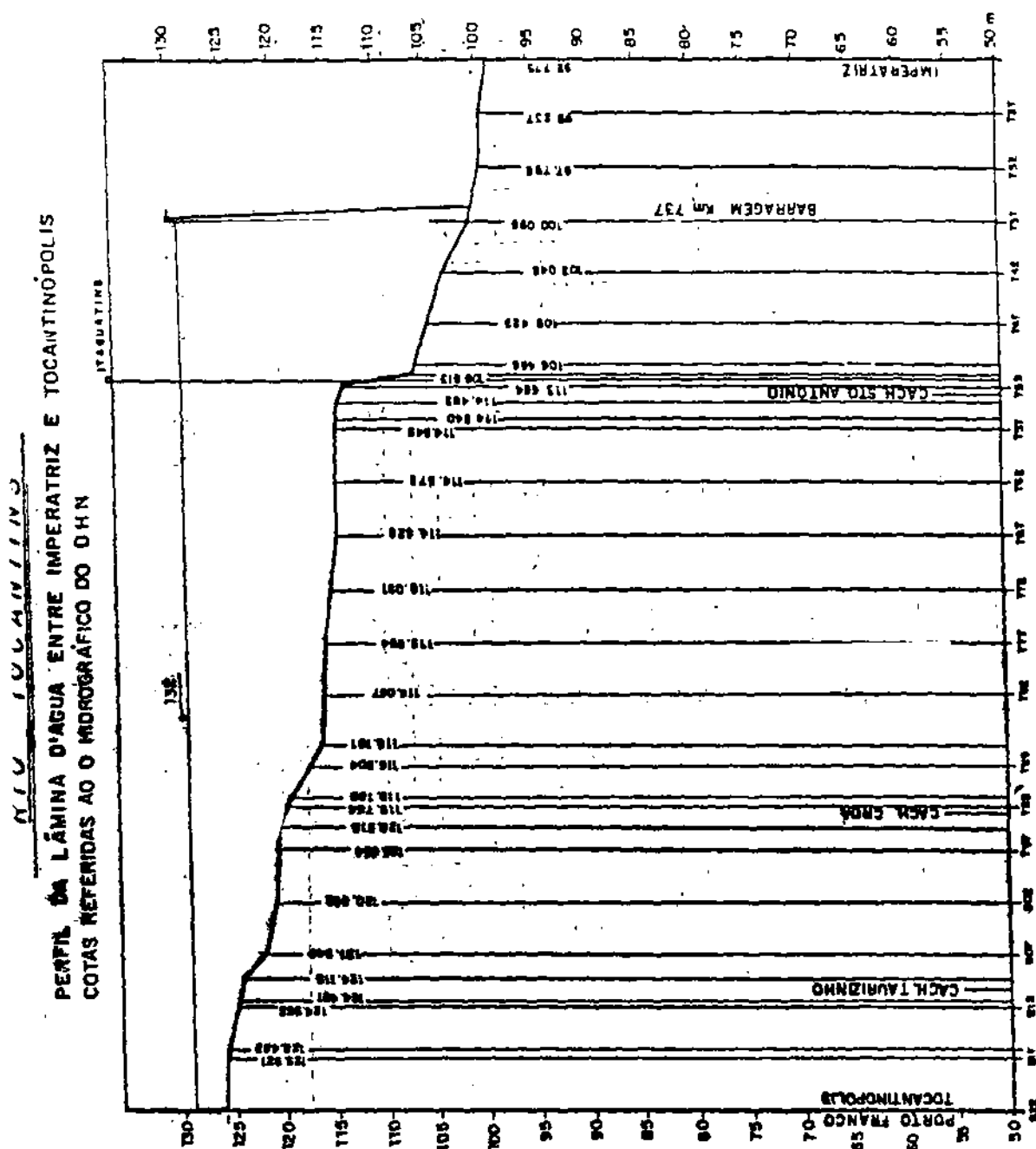
BR-230 DIC GO/PA (INIC TRV ARAGUAIA) - DIV PA/PA									
DIV GO/PA (INIC TRV ARAGUAIA) - FIM TRV ARAG (S R. ARAG)	0,7	0,7 TRV	-	-	-	-	-	-	X
FIM TRV ARAG (S R. ARAG) - ENTR PA-439	45,0	45,7 IMP	-	-	-	-	PG-027/88	CONSERVA	X
ENTR PA-439 - ENTR PA-405	30,0	75,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR PA-405 - ENTR BR-153(A)	10,0	85,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR BR-153(A) - ENTR BR-222(A)/PA-130(A)	30,0	115,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR BR-222(A)/PA-130(A) - ENTR BR-153(B)/222(B)/PA-130(B) (MONTES)	8,0	123,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR BR-153(B)/222(B)/PA-130(B) (MONTES) - ENTR PA-268 (P/ITUPIRA)	45,0	168,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR PA-268 (P/ITUPIRA) - RIO PUCURITU	90,0	259,3 IMP	-	-	-	-	-	-	X
RIO PUCURITU - ENTR BR-422	22,0	281,3 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR BR-422 - RIO PACAJA	60,5	342,0 IMP	-	-	-	-	PG-038/88	CINCO	X
RIO PACAJA - PONTO 1	65,0	410,0 IMP	-	-	-	-	-	-	X
PONTO 1 - RIO ANAPU	45,0	455,0 IMP	-	-	-	-	-	-	X
RIO ANAPU - ENTR PA-167(A)/230 (INIC TRV RINGU (S MONTES))	70,0	533,0 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR PA-167(A)/230 (INIC TRV RINGU (S MONTES)) - FINAL TRV RIO RINGU	0,7	533,7 TRV	-	-	-	-	-	-	X
FINAL TRV RIO RINGU - ENTR BR-158(A)	33,0	566,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR BR-158(A) - ENTR BR-158(B)/PA-415 (ALTAMIRA)	8,0	574,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR BR-158(B)/PA-415 (ALTAMIRA) - ENTR PA-167(B)	10,0	584,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR PA-167(B) - AFLUENTE RIO JARAUCU	35,0	619,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
AFLUENTE RIO JARAUCU - ENTR PA-370	70,0	689,7 IMP	-	-	-	-	-	-	X
ENTR PA-370 - RIO CURUA DO SUL	90,0	787,7 IMP	X	X	PG-026/88	S. MIRANDA	-	-	X
RIO CURUA DO SUL - AFLUENTE RIO CURUA DO SUL	90,0	877,7 IMP	X	X	-	-	-	-	X
AFLUENTE RIO CURUA DO SUL - ENTR BR-163(A) (RUIPOLETIS)	60,0	937,7 IMP	X	X	-	-	-	-	X
ENTR BR-163(A) (RUIPOLETIS) - RIO CURUPARA	63,0	1000,7 IMP	X	X	-	-	-	-	X
RIO CURUPARA - ENTR BR-163(B)	30,0	1030,7 IMP	X	X	-	-	-	-	X
ENTR BR-163(B) - INIC TRV TAP (MIRITITUBA)	60,0	1090,7 IMP	X	X	-	-	-	-	X
INIC TRV TAP (MIRITITUBA) - ENTR PA-192/263 (FIN TRV TAP (ITAITUBA))	1,2	1127,9 TRV	X	X	-	-	-	-	X
ENTR PA-192/263 (FIN TRV TAP (ITAITUBA)) - BUIUCU	90,0	1217,9 IMP	X	X	PG-043/88	CNE	-	-	X
BUIUCU - ICARAPÉ DA MONTANHA	70,0	1287,9 IMP	X	X	-	-	-	-	X
ICARAPÉ DA MONTANHA - ICARAPÉ DO CENTRINO	95,0	1382,9 IMP	X	X	-	-	-	-	X
ICARAPÉ DO CENTRINO - ENTR BR-080 (JACAREACANGA)	90,0	1472,9 IMP	X	X	-	-	-	-	X
ENTR BR-080 (JACAREACANGA) - DIV PA/PA	56,0	1528,9 IMP	X	X	-	-	-	-	X

MTCSNT/DNTA
CDF-AHITAR

DREER
ENGENHEIROS
ASSOCIADOS

PERFIL LONGITUDINAL DO RIO TOCANTINS





CN

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300
300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400
400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500
500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600
600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700
700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800
800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900
900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000

9. ESBOÇO DAS PRIMEIRAS ALTERNATIVAS

• Águas Médias e Altas	
- Corredeiras de Santo Antonio	
- utilização de rebocador-espiador	
- Trecho Itaguatins - Tocantinópolis	
- derrocamentos, sinalização e balizamento, fixação de bóias	
- Trecho Miracema do Tocantins - Cachoeira do Funil	
- eliminação de bancos de areia	
- instalações portuárias a 80 km de Palmas	
• Navegação Permanente	
- Barragem de Serra Quebrada - cota 132	

- Derrocamentos e Dragagens entre Babaçulândia e Miracema do Tocantins

CUSTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA NAVEGAÇÃO EM ÁGUAS MÉDIAS E ALTAS
DE JANEIRO A JUNHO
(CALADO MÍNIMO DE 2,00 M)

ITENS	QUANTIDADES ESTIMADAS	CUSTOS (US\$ 10 ³)
DERROCAMENTOS	30.000 m ³	1.800
DRAGAGENS	80.000 m ³	160
SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO	VERBA	1.000
REBOCADOR-EXPIADOR	UNIDADE	800
PORTO EM TOCANTÍNIA		8.000
LIGAÇÃO RODOVIÁRIA PORTO-PALMAS	80 km	12.000
CUSTO TOTAL		23.700

**CUSTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA NAVEGAÇÃO EM 100% DO TEMPO
(CALADO MÍNIMO DE 2,00 M)**

ITENS	QUANTIDADES ESTIMADAS	CUSTOS (US\$ 10 ³)
ECLUSA (SERRA QUEBRADA)	-	78.000
DERROCAMENTOS	20.000 m ³	1.200
DRAGAGENS	250.000 m ³	500
SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO	VERBA	1.000
PORTO EM TOCANTÍNIA	-	8.000
LIGAÇÃO RODOVIÁRIA PORTO-PALMAS	80 km	12.000
CUSTO TOTAL		100.700

OBS: Custo da Barragem de Serra Quebrada para 1.450 MW: US\$ 1.484.10³ (setor elétrico)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Muito obrigado, Dr. Rogério. Tem a palavra o Dr. Antônio Pires, Presidente das Indústrias do Estado do Tocantins.

O SR. ANTÔNIO PIRES — Exm^o Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. Paulo Sevin; Exm^o Sr. Presidente da Comissão, Senador Beni Veras; Exm^o Sr. Deputado Federal Leomar Quintanilha; Exm^o Sr. Deputado Federal, Dr. Marco Penaforte; Sr. Secretário do Planejamento do Estado de Goiás, Dr. Flávio Peixoto; Sr. Secretário do Planejamento do Estado de Tocantins, Dr. Antônio José Guerra; Exm^o Sr. Dr. Francisco Cunha, Presidente da Valec, demais Membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Srs. Secretários aqui presentes; autoridades civis, eclesiásticas e militares:

Depois de todas as palavras daqueles que me antecederam, fica difícil colocar um quadro mais objetivo, mais preciso, pela competência, pela forma com que foram postos os problemas e os entraves para o desenvolvimento do Tocantins.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar e cumprimentar esta comissão, que, como já disse, Senador, os brasileiros do Brasil infelizmente mal o conhecem. Mas vivemos regionalismos, vivemos interesses particulares, temos até preconceitos Norte/Sul, Sul/Norte em termos de investimentos. É bem verdade que houve alguns entraves em investimentos nos aproveitamentos menores, mas que de forma alguma inviabilizam os objetivos, por exemplo, da Sudam, Sudene, Basa, Banco do Brasil nas suas áreas de desenvolvimento.

As oportunidades no Tocantins, todos sabem, são muito grandes, desde a área mineral até vegetal e animal para a sua industrialização. Temos os produtos primários já bastante instalados, mas existem os seus entraves. E o entrave primeiro, que eu coloquei aqui na lista, é o da área de transporte. Sem transporte não se progride e não se torna competitivo tanto no mercado interno como no externo. Temos uma potencialidade muito grande. Eu deixaria de dar maiores detalhes, porque os nossos companheiros de Mesa já falaram sobre a hidrovia, sobre a ferrovia, e viram e sentiram que os investimentos são pequenos e os benefícios são enormes. É um outro Brasil que poderá nascer aqui no seu coração, que é o Tocantins, e não tenham dúvidas disso por tudo o que viram. Existem, principalmente nessas áreas todas, interesses menores de outras regiões de tentar bloquear o nosso desenvolvimento através da inviabilização ou do retardamento dessa área de transporte, porque no dia em que nós tivermos transporte, por menor que seja, o Estado do Tocantins será bastante avançado.

Uma outra área que acho de fundamental importância e que também viria, no meu modo de ver, com bastante conotação, é a área da energia. Tendo-se o transporte e energia, tem-se tudo. O Tocantins tem a energia, se ainda não disponível mas, pelo menos, tem uma das maiores bacias hidrográficas para aproveitamento de hidrelétricas, para a sua área de industrialização, através, não só, das suas grandes artérias do Araguaia e Tocantins. Existem pequenas quedas d'água que poderão ser grandes e atender até regiões com custos menores, em função de vias de transmissão. Tocantins possui esse tipo de investimento que poderá render não só ao Estado, mas a todo o Brasil, porque já se sabe que na área energética o Brasil já está com o farol amarelo ligado. Apesar de toda a recessão, já caminhamos para o acendimento da luz amarela, a qual se incrementada e se superarmos essa recessão, sem dúvida, ela acenderá muito mais rápido e o investimento na área de energia não é do dia para noite — exige um prazo

mais ou menos longo. O Brasil precisa pensar o Brasil; pensando no Brasil, precisa-se pensar na energia.

O Tocantins tem os seus mananciais, é estrategicamente colocado, facilitando a sua distribuição para o Sul e Norte, Leste e Oeste.

Mas vamos olhar para a agricultura: o que nós temos aqui? Nós temos áreas para irrigação também, não só pelas quedas d'água com um aproveitamento bastante grande, para se cultivar diversas qualidades, diversos cereais e outras utilidades.

A pecuária, hoje, se estabelece aqui também. Temos um dos maiores rebanhos do estado e um dos maiores rebanhos do Brasil. Nós precisamos já, a nível de industrialização, começar a converter, agregar novos serviços a essas áreas para que possamos, mais rapidamente, produzir.

Na área mineral, Tocantins também é bastante aquinhado. Nós temos jazidas de ouro primário, uma região de várias atividades que precisa de implementação para uma exploração racional. São jazidas de pedras raras, pedreiras de granito, quartzo, calcário, gipsita etc.

Senhores, nós temos estrutura do tipo *grabey*, potencialmente portadoras de combustíveis fósseis, inexploradas. São áreas onde se encontrou, na grande maioria do mundo, petróleo. Nós temos já constatadas essas estruturas do tipo *grabey*.

Vê-se, pois, que no Tocantins, na área de comunicação, ela está razoavelmente bem colocada. Entretanto, falta a Embratel fazer algumas ligações. Ela só tem um distrito em Gurupi. Falta colocar em mais dois ou três estados para facilitar a comunicação de uma maneira geral.

INCENTIVOS.

Temos aqui a área da Sudam e, também, a área do Governo estadual — Progredir — recentemente assinada, a quem parabenizo ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio e ao Sr. Governador Moisés Avelino. É um passo bastante grande para o desenvolvimento industrial.

FINANCIAMENTOS.

São os financiamentos normais. Nós, particularmente, não somos favoráveis ao subsídio porque entendemos que a iniciativa privada tem que se valer, tem que ser competitiva e tem que ser competente. Mas há que se levar, também, em conta que em regiões como a nossa, com um potencial tão grande e já tão perto, é preciso ter alguma forma muito mais rápida que em qualquer região do País. Nós não entendemos que é uma situação grave (INAUDÍVEL — fora do microfone).

SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o representante do Distrito Federal.

O SR. — Sr. Senador Beni Veras, Presidente da Comissão a quem parabenizo.... (inaudível)..... Dr. Paulo Cícero..... demais autoridades e Secretários, Senhoras e Senhores:

....de tal modo e..... que a pergunta que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, não é por que nós vamos investir na área norte do Centro-Oeste, mas é por que, como, nós vamos investir? Por que a Nação se nega a olhar para essas áreas? Por que a Nação convive com os desequilíbrios regionais? Por que a Nação não entende que resolver a questão de São Paulo..... é investir nessas regiões..... enxergar o Centro-Oeste e o Norte deste País como solução de tão grandes problemas?... foram colocados 36 bilhões..... Em São Paulo, o custo é de 400 mil dólares. Como é que eles vão o Orçamento..... para produzir empregos em São Paulo, gasta

400 mil dólares. Essa mesma sociedade que distribui essa crise de desemprego vai sair..... para que não deixemos de discutir a questão regional.... nos anos 50, foi, gradualmente, sendo abandonada como se o País vivesse um problema de equilíbrio regional. É uma grande mentira! Todos nós que vivemos nas áreas periféricas sabemos disto. Todos aqueles que migram do Nordeste para São Paulo sabem disto também. Quem não sabe é quem não quer enxergar. Agora, por que não enxergam? Pelo menos.... há uma conspiração.... a essência de um sistema e o que me preocupa muito é que, agora, nós estamos com outro modismo: é o tal de neoliberalismo..... abre o mercado para..... para solucionar. O mercado precisa da presença do Estado. Países..... que vem se afastando das questões econômicas, financeiras e sociais. Na verdade, os grandes países do capitalismo, a presença do Estado é marcante porque se você partir para a racionalidade individual — foi o que o Sr. Senador tão bem colocou — e apesar do capital..... e lutar para conduzir tudo... a esses sistemas quando.... Qual a concepção limitada de se ocupar o espaço (fita inaudível) NÃO FOI POSSÍVEL FAZER A REVISÃO: FALHAS NA GRAVAÇÃO

Mas quando ele conduziu o aço, o sul não se manifestou contrário. Quando o estado brasileiro produziu um impacto industrial subsidiado pelo BNDES, entendíamos que tinha um dado positivo para o País. Para aquele passo industrial foram necessários... e o País subsidiou. Eu falo apenas da siderúrgica, qual o caminho dos investimentos privados?

E o homem tinha uma maneira de pensar assim. Entendemos que era necessário e porque agora que é fundamental investir nas áreas de envolvimento para a ação que o Governo não...?

O Governo somos todos nós. Tanto faz produzir para o Governo... a produção é um de cada um de nós... como para o Senador, como o Congresso,...

Eu gostaria até de citar um exemplo uma guerra entre o Centro-Oeste, Norte, Sul, Sudeste. Isso foi um condicionamento pelo Governador e ele teve uma resposta. O Senador deu uma referência a um rio que... Esse... ao invés do colonizado pregar com o colonizador, o colonizado pregava com o colonizado.

... para a sociedade hoje, o mais racional, que é positivo para aquele gaúcho lá no extremo sul, é investir... e recuperar os desequilíbrios regionais. O ... não é só para nós de Goiás,... e o pessoal não entende. Nisso,... governador russo... (gravação inaudível)

... eles tiram o subsídio da agricultura e sabe qual é a nossa atividade aqui...

O SR. — ... desenvolvimento regional, nós devemos, na minha opinião, três...

Primeiro, todas as instituições têm que ser vinculadas à questão orçamentária. O Senador já fez referências em outras ocasiões que em 1988, a Constituição disse que o imposto tem que ser regularizado e até hoje ele não foi...

Segundo, essas políticas econômicas...

1º — Toda essa discussão tem que ser vinculada à questão do Orçamento da União. O Senador já fez algumas referências em outras ocasiões. Porque toda a Constituição diz que o orçamento tem que ser regularizado, e até hoje não o foi.

2º — Essas políticas econômicas que, à primeira vista, não têm nenhuma conotação regional, todas elas têm.

Então, quando sai uma pequena Portaria do Banco Central é preciso que as bancadas, que os governadores, que nós, das regiões periféricas — não vou dizer nós, periféricos — comecemos a nos movimentar. Porque a política econômica, em última análise, rebate com muita força na questão regional.

O outro ponto importante não depende do Governo Federal, não depende do Sul, depende muito de todos nós. Entendemos que os fatores de produção estão sendo alternados, principalmente terra, capital, capitais, trabalho. Mas, hoje, existe um outro fator de produção que é necessário. Nós, das regiões periféricas, começávamos a tentá-lo: a questão da tecnologia, não adianta nada começarmos a montar o laboratório. Isso só se dá muito no Japão. O Japão levou cinquenta a cem anos, primeiro, alterando todo o seu sistema educacional para depois montar essa potência tecnológica que é hoje.

Acho que cabe a nós também não esperar nada do Governo Federal, nem tampouco de mudanças, mas, sim, começar a investir maciçamente, porque a realidade está mudando. Não adianta nada, muitas vezes, ter terras de alto teor de produtividade, porque, hoje, qualquer tipo de terra que você fizer as correções necessárias, ela também serve.

Então, o avanço tecnológico não podemos desconsiderar, quando se discute a questão regional.

Basicamente, eram esses os pontos que gostaria de deixar para o debate, de forma bem objetiva, que poderíamos falar um pouco mais das políticas compensatórias. Acho que a vontade que temos de mostrar para o Governo Federal que é necessário investir de forma compensatória, que se estamos desequilibrados regionalmente, se o País está desequilibrado, é necessário que o Estado, que o Governo Federal e ações municipais passem a atuar nesse sentido e não adotar a política do neoliberalismo, e dizer: não, o mercado resolve.

As correções que faço aqui são basicamente duas: primeira, que o mercado não é esse ser supremo: não vai resolver. A complexidade da sociedade brasileira é enorme: ela precisa do Estado.

Segundo, é a decisão que coloco aqui e, talvez a mais importante, por que é que as ações não estão aí? Elas foram amplamente colocadas, elas têm sido, apenas foram redundantemente colocadas, mas, na realidade, a resistência continua.

Então, ... (Palmas)

historiadores têm que se adaptar à nossa condição. Dora-vante, seu imperialismo cearense. ... têm que fazer um esforço muito grande para se acostumar com essa idéia.

Um exemplo só. Essa Lei nº 8.020 é uma lei que emiteu as empresas multinacionais ... deu um prejuízo ao País de oito trilhões de dólares...

Nobre Senador Beni Veras, ilustre Relator da Comissão Mista Destinada a Estudar o Problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, caros colegas, Deputados Edmundo Galdino e Marco Penaforte, que abrilhantam nosso querido Estado com sua visita; caro Vice-Governador, Dr. Paulo Sidney; Dr. Antônio José Guerra, Secretário da Asplan; Dr. Carlos Gilberto Gonçalves Caetano, Superintendente do Basa; Dr. Francisco Cunha, Presidente da Valec; Dr. Antônio Cunha, Presidente da Federação das Indústrias do Tocantins; Dr. Flávio Peixoto, Secretário de Planejamento de Goiás; Dr. Rogério Barzerlay, Superintendente da Ahitar; Srs. Parlamentares, Srs. Secretários de Estado, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, em muito boa hora esta Comissão

traz ao nosso Estado debate da maior relevância e insere o Tocantins no contexto nacional, num momento significativo da sua consolidação. Este Estado nasceu em virtude da força e da vontade do povo que habita às margens do Tocantins e do Araguaia, povo que aspirava ao seu desenvolvimento e a uma condição melhor de vida, como sói acontecer com diversas populações que vivem em regiões marginalizadas deste País. É preciso que conjuguemos os esforços sim, para reduzir, e não eliminar os graves desvios sócio-econômicos decorrentes, muitas vezes, de políticas equivocadas, praticadas anteriormente e que continuam ocorrendo.

V. Ex^a, Senador Beni Veras, estava atento eu ao seu pronunciamento, referiu-se à distribuição dos investimentos públicos, isto é, distribuição proporcional à densidade demográfica da região. Esse fato condena as regiões que possuem menor densidade populacional a permanecerem em situação de subdesenvolvimento. Temos que inverter esse processo e isso se faz com a conjugação de esforços de diversos segmentos: do empresariado, dos produtores, da sociedade civil e dos políticos. Trata-se de um esforço conjunto para que possamos dar um rumo diferente à condução dos destinos deste País. É importante o trabalho desta Comissão para que possamos sensibilizar não só o Congresso Nacional, mas também o Poder Executivo, que tem a responsabilidade primeira e maior de tomar decisões, que muitas vezes são de natureza política e que precisam ser tomadas, com um imediatismo que a carência e o sofrimento do povo estão a exigir. As políticas equivocadas a que me refiro são as de falta de assistência, principalmente ao setor primário, e que vêm provocando um êxodo rural permanente, contribuindo assim para a redução da produção do campo e levando para as periferias das grandes cidades levas e levas de famílias sem qualquer formação profissional. Essas famílias se acotovelam no entorno das cidades e passam a exigir imediatamente condições mínimas de vida: saúde, educação, habitação, moradia e transporte. Isso causa uma situação de verdadeiro pandemônio para os dirigentes das cidades, gerando tensões sociais jamais vistas no País; o índice de criminalidade assombra a todos, em virtude da sua progressão geométrica crescente. Precisamos inverter sim a política de desenvolvimento, aplicada em nosso País. Precisamos investir, com urgência, nas áreas da educação, da pesquisa agropecuária, pesqueira e florestal, na produção, enfim. Não adianta comemorarmos a produção de uma safra de 70 milhões de toneladas de grãos, quando mais de 30 milhões de brasileiros, irmãos nossos, passam fome; quando já deflagramos um processo de importação de grãos, numa atitude incoerente, assustadora, pois nosso País tem extensões continentais e condições físico-climáticas capazes de causar inveja à maioria dos países. Muitos países resolveram seus problemas econômicos investindo no setor primário.

Nós vínhamos observando com muito interesse as potencialidades do nosso Estado, a sua posição estratégica na região, ocasionando a possibilidade de uma inter-relação muito forte com os estados do Norte e do Nordeste, principalmente com os do Nordeste, que têm dificuldades para produzir o que consomem. E nós temos uma potencialidade enorme para a produção de excedentes. A inter-relação com o Nordeste é vital, é importante, é um projeto factível, além da possibilidade, repito, do aproveitamento do excedente que poderemos aqui produzir para o mercado internacional, através do Porto de Itaquí, no Maranhão. Daí a importância que sempre demos à possibilidade da instalação da Ferrovia Norte-Sul, que acreditamos ser ainda fundamental. A necessidade da

sua instalação vem de encontro à resistência muito forte, principalmente das regiões Sul e Sudeste. Só se viu resistência igual quando o Presidente Juscelino Kubitschek quis construir a rodovia Belém-Brasília, que foi chamada de "caminho das onças". Alegavam que essa rodovia não tinha razão de ser, não merecia ser alvo de tão expressivo investimento. No entanto, basta olhar hoje o movimento da Belém-Brasília para se ter a certeza de que é justificável o investimento na construção da Ferrovia Norte-Sul.

E agora, com a possibilidade do aproveitamento dos sistemas aquaviário, é importante promover, com a maior urgência possível, os investimentos necessários para o aproveitamento desse sistema modal de transporte. Gostaria de saber dos ilustres representantes da Ahitar e da Valec sobre a necessidade da convivência desse sistema modal de transporte. Isso porque me chamou a atenção a diferença enorme dos custos dos investimentos para o aproveitamento do sistema aquaviário e a instalação da Ferrovia Norte-Sul. Ora, somos um país que luta com enorme dificuldades de recursos. Nossa região depende fundamentalmente do equacionamento dos recursos (inaudível) efetivamente (inaudível) para a integração, para o aproveitamento das potencialidades locais das instalações simultâneas dos dois sistemas: o ferroviário e o aquaviário.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Com a palavra o Deputado Edmundo Galdino.

O SR. EDMUNDO GALDINO — Sr. Senador Beni Veras; ilustres Deputados Marco Penaforte e Leomar Quintanilha; Vice-Governador Paulo Sidney Antunes; Secretário de Planejamento, Dr. Antônio José Guerra; Dr. Carlos Gilberto Gonçalves Caetano, Diretor do Bacia; Dr. Francisco Cunha, Presidente da Valec; Dr. Antônio Cunha, Presidente da Federação das Indústrias e do Comércio de Tocantins; Engenheiro Rogério Amado, Superintendente da Ahitar; Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Diretores-Presidentes de órgãos e autarquias, Srs. Representantes de Partidos, minhas senhoras e meus senhores, o encontro de hoje se reveste de uma importância fundamental para o Estado do Tocantins. Numa manhã inteira se discutiu aqui as desigualdades regionais, os problemas que assolam a nossa região, especialmente as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Identificamos aqui, através dos relatos, das considerações, dos depoimentos e dos estudos apresentados, um quadro extremamente perverso para toda uma população que habita, que mora e que representa o coração do interior do Brasil.

Além das dificuldades que temos na área dos transportes, o problema que se constitui como mais sério para o transporte da nossa produção, dos nossos produtos, há vários outros problemas com que convivemos, que talvez sejam mais perversos, mais graves e mais sérios para a nossa região.

A questão do analfabetismo que atinge quase que a população inteira de regiões, como a do Bico do Papagaio, chegando a índices alarmantes, 80% ou mais de 80%. No Estado o nosso índice é de 60% de analfabetos.

A fome e a miséria, doenças como a verminose, ainda matam cidadãos em Estado como o Tocantins e, especialmente, em áreas de terras extremamente importantes, ricas, férteis como a Bico do Papagaio, considerado o filé mignon em termos de solo fértil do Estado do Tocantins, e até mesmo do Brasil, ali pessoas padecem na miséria, na fome e na falta de oportunidades.

Há, nesse Estado, todos nós reconhecemos, um esforço sobre-humano de uma coligação política de um Governo para superar essas dificuldades. Nós sabemos das nossas limitações. E sem romper com essas barreiras que, às vezes, nos mantêm aprisionados aqui no interior do Brasil, será de grande dificuldade a superação desses obstáculos.

Portanto, esse encontro, especialmente aqui coordenado por esse brilhante Senador Beni Veras, nos ajudará na grande caminhada, no sentido de atravessarmos os obstáculos para que o Estado do Tocantins, a região norte, a região nordeste e o Centro-Oeste possam ocupar o seu espaço na Federação brasileira.

O País precisa fazer justiça a esta região. A Nação precisa oferecer-lhe, pelo menos, uma oportunidade, talvez a primeira já nos foi dada, que foi a criação do Estado, hoje nós precisamos dos investimentos. Nós precisamos desses investimentos, precisamos desse apoio e, principalmente, precisamos desta integração. Mas é fundamental que hoje o Tocantins tenha claro o seguinte: Com quem poderemos contar? Com que vamos contar? E como vamos fazer esta travessia, esta caminhada para superarmos essas dificuldades?

É de fundamental importância, é extremamente necessário que em segmentos progressistas do Estado, as suas forças democráticas fortaleçam o campo democrático em nossa região, porque os setores conservadores a esses setores não interessa o desenvolvimento do Estado e, nem muito menos, o bem-estar da nossa população.

Portanto cabe neste momento de reflexão, nesta hora extremamente importante da nossa gente, do nosso povo, meditarmos politicamente sobre o nosso futuro e sobre o nosso presente também, porque há os setores progressistas, há as pessoas de formação democrática cuja preocupação primeira é com o social, que tem claro que o desenvolvimento econômico nos assegura, desde que conduzido corretamente o bem-estar social, cabe a estes setores a necessidade da articulação, da organização e do fortalecimento do campo democrático e progressista.

Nós temos claro que as forças conservadoras têm imposto ao País um projeto extremamente perverso e cruel contra os brasileiros todos, e especialmente contra as regiões pobres. E essas forças conservadoras que, às vezes, detêm a hegemonia da política nacional encontram nas regiões pobres e nas regiões miseráveis também os seus prepostos e os seus representantes. E são essas forças que a elas é interessante, é importante e, inclusive, constituem a garantia de sobrevivência dessas forças conservadoras, a miséria, a fome para todos aqueles que habitam ou moram nessas regiões controladas e dominadas.

Portanto, meus amigos e amigas, encerro essas considerações identificando aqui que o fator político é de grande importância e merece atenção de todos nós. Fortalecer o campo progressista, fortalecer o campo democrático representa a condição fundamental para uma grande articulação a nível regional e nacional para que o nosso Tocantins, para que a nossa região Norte e as demais regiões co-irmãs possam, de fato, superar suas grandes dificuldades, garantir e assegurar o bem-estar das suas populações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Muito obrigado, Deputado Galdino, por suas palavras.

Tem a palavra o Deputado Marco Penaforte.

O SR. MARCO PENAFORTE — Companheiros da Mesa, a quem eu saúdo de forma abreviada, demais autoridades e companheiros desse Plenário, hoje sou um Deputado menos ignorante a respeito do nosso Brasil, por causa dessa visita que aqui fiz.

Já tinha uma atração toda particular para conhecer o Tocantins, graças à imagem que me fazia o meu companheiro tucano, Deputado Galdino, nas sessões da Câmara, e graças a um convite, que na verdade foi uma convocação de meu velho amigo, tive o prazer de verificar in loco essa questão do Brasil, ainda tão desconhecida para a maior parte dos brasileiros e me encantar com seu imenso potencial.

Na verdade, falar de fome e de desemprego no Brasil depois que se conhece o Tocantins, as suas potencialidades, fica até estranho, porque sabemos que boa parte dos nossos problemas, com o desenvolvimento econômico dessa região, estariam possivelmente solucionados.

É feliz por ver aqui, realmente, o Brasil representando na multiplicidade dos povos que compõem este Estado: os goianos, os maranhenses, os piauienses, os cearenses, os gaúchos. Ontem mesmo encontrei um Deputado de uma das regiões mais atrasadas do Ceará, João Leite, aqui do Tocantins, Deputado Estadual, enfim, uma terra além de ser um encanto para a vista é um fator de esperança para todos nós brasileiros, e' que nos faz ver o quanto é tola e cretina a idealização que começa a tomar corpo nos estados ricos do Sul do País, amparada, inclusive, por um Governador fora da realidade, de separar, de fracionar o nosso Brasil, isolando aquela região mais rica do restante do País, quando, na verdade, isso seria talvez muito mais benéfico para nós que o Norte e o Nordeste, desde que não tivéssemos dívida externa — já que todo o dinheiro da dívida externa foi efetivamente empregado no Sul do País — desde que tivéssemos auto-suficiência em alimentos, e desde que pudessemos comprar — como dizia aquele e Presidente que nós devemos esquecer — ao invés de carroças do Sul do País, veículos e implementos agrícolas muito mais modernos dos Estados Unidos e da Europa.

Eu não compartilho, como acho que nenhum brasileiro, nenhum patriota, nenhum amante dessa terra compartilha de uma tese racista e esdrúxula como essa, que dissemina no Sul do País.

Na verdade, tão grave quanto à discriminação, é aquele poder instituído que faz também a discriminação econômica. É uma forma tão grave também de separatismo. E só para poder ilustrar, já que muitos exemplos foram dados, lembrando que nós estamos mais uma vez aqui no Nordeste, ao longo dos séculos, padecendo de fome e de sede, e o Governo Federal destinou 50 milhões de cruzeiros para ajudar a região: coube 15 milhões ao Ceará, quando recentemente, logo após liberar 50 bilhões para a seca do Nordeste, ele liberou 400 bilhões para que Brasília acabasse uma greve de professores e de médicos.

Uma distorção realmente grotesca. Como é também um dos projetos que está em andamento em Brasília — fator de minha depressão —, pois toda vez que chego ou saio de Brasília, vejo a construção de um metrô absolutamente inútil. Quem conhece Brasília, sabe a qualidade das suas estradas, não há interrupção no tráfego, o que faz com que você, em poucos minutos, se desloque para aquelas cidades satélites, tão bem iluminadas. Então, constrói-se um metrô absolutamente inútil, ao custo de 600 milhões de dólares, com os quais poder-se-ia construir pelo menos 400km da nossa Ferrovia Norte/Sul, e não, sei quantos quilômetros de energia a

mais para garantir o esforço produtivo do Tocantins, e todas as suas eclusas necessárias, talvez, para garantir a navegabilidade dos nossos rios. Infelizmente, não conseguimos bloquear um empréstimo para esse metrô. Eu me lembro que nós, do PT e do PMDB, na Comissão de Orçamento, resistimos contra a definição desses recursos para o metrô de Brasília, mas um lobby de empreiteiras conseguiu ser vitorioso e está aí uma destinação completamente absurda!

Mas isso tudo chega ao seguinte ponto ao qual desejo terminar a minha intervenção. — Por quê? Como perguntou tão bem o nosso Secretário de Planejamento de Goiás, já que as representações do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, no Congresso brasileiro, são maiores do que a do Sul. Nós, dessas regiões, temos, portanto, o Poder Legislativo nas mãos. Nós tivemos um Presidente do Nordeste, José Sarney; um outro Presidente que nós devemos esquecer pelo equívoco, mas que também era do Nordeste, que foi Collor. Então, nós temos o Poder Executivo, nós temos uma Maioria Legislativa, que quase nunca atuaram para as nossas regiões. Por que a Justiça não opera na destinação dos recursos para essas regiões do Brasil?

Eu colocaria como um desafio a todos aqui presentes a seguinte questão: As elites políticas e econômicas do Norte e do Nordeste são as principais responsáveis por esse estado de injustiça que nós vivemos dentro do Brasil. São elites egoístas, elites que costumam pensar apenas no seu lucro imediato do mês seguinte, do ano seguinte; elites que quando operam o poder político e administrativo, o fazem de forma isolada das comunidades, de forma isolada das populações, que se consolidam com o usufruto desse poder e que são, portanto, elites divididas.

Nós não temos realmente nem unidade política, nem administrativa e nem econômica dessas regiões.

Penso que está nesta questão a natureza da nossa elite, que não costuma trabalhar com a população: é egoísta e só deseja o lucro imediato, o que é primário. É esse o grande problema que nós temos para equalizar as dificuldades regionais no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Secretário do INFRA, Dr. João Francisco de Oliveira.

O SR. JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA — Nossas palavras serão breves, apenas de agradecimento à comissão, que procura ver o Brasil como um todo.

queremos saudar aqui o Senador Beni Veras, o Deputado Marco Penaforte, o Deputado Edmundo Galdino, o Deputado e Vice-Governador Paulo Sidney, Antônio Guerra, Rogério Barzelay, da Ahtar, Dr. Francisco Cunha, da Valec, Antônio Cunha, Presidente da Federação das Indústrias de Tocantins, Dr. Flávio Peixoto, Dr. Carlos Gilberto Gonçalves Caetano e o Deputado Leomar Quintanilha, que nos honram com suas presenças. Nós queremos dizer que, realmente há homens no País que começam a pensá-lo e a olhá-lo como um todo. Aqui está o exemplo. Nós sempre vimos que as regiões Sul e Sudeste são tidas como a locomotiva do País e o resto é vagão, é assim que se diz. No entanto, essa região é de uma potencialidade muito grande e o Tocantins, apenas nesse curto período de vida, já mostrou a sua capacidade.

Queremos apenas reforçar as palavras que foram muito bem colocadas pelo Secretário Flávio Peixoto, isto é, por que não investir nessa região?

Se foi dito agora mesmo que nós temos bancado o Norte e Nordeste — como foi observado pelo Deputado Marco Penaforte; se nós nos unirmos, teremos condições de colocar alguns projetos para desenvolver essa região e tirar o inchaço das grandes cidades, que hoje é um dos maiores problemas do País.

Nós queremos dizer que o Governador do Estado tem feito esforços nesse sentido, mas só isso não basta. O transporte para o nosso estado é crítico, como a energia também o é.

Faço um apelo aos representantes do Congresso Nacional que se interessem pelos nossos projetos. Já houve um projeto que nós encaminhamos ao BID, foi feito todo um esforço do estado, toda a parte técnica foi perfeitamente aceitável, mas, na última, hora, nos foi dito que o BID iria financiar um grande projeto que compreendia a despoluição da Baía da Guanabara, do rio Tietê e a duplicação da Fernão Dias, e, com isso, o Tocantins não teria como entrar nesse pacote. Contudo, eles nos apontaram um outro caminho: o BIRD. Nós já estivemos com o pessoal do BIRD e apresentamos a eles o nosso projeto. Nós queríamos um esforço de V. Ex^a, se fosse possível, porque esse projeto, que está sendo apresentado ao BIRD, é perfeitamente coerente com a Ferrovia Norte-Sul e com a Hidrovia do Araguaia-Tocantins, porque nós estamos fazendo exatamente essa interligação, pois a estrada é bastante simples.

Já temos a Belém-Brasília que corta de ponta a ponta a nossa região, então basta que se construam as radiais, as quais, no sentido leste-oeste, servirão também para a ligação do transporte intermodal.

Era esse o pedido que queríamos fazer aos senhores. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Dr. Alessandro Pereira da Silva, Diretor do Planejamento Estatístico da Asplan.

O SR. ALESSANDRO PEREIRA DA SILVA — Senador Beni Veras, Dr. Paulo Sidney, Vice-Governador, Parlamentares, conferencistas, demais autoridades, companheiros:

A primeira idéia que surge é que tudo já foi dito, mas nesse tudo que já foi dito, acredito que chegamos aqui a uma coisa importantíssima, que é o consenso. O equacionamento dos problemas, não só para a região, mas de um projeto de Brasil, acho que foi colocado exaustivamente durante esta manhã: é que nós temos, não só os tocantinenses, mas todos os brasileiros, de compreender a magnitude desse gesto como um projeto capaz de tirar o Brasil desse marasmo, dessas duas décadas perdidas e colocá-lo novamente nos trilhos do desenvolvimento e dar esperança a essas novas gerações, que saem às ruas de cara pintada não só para depor um Presidente mas, também, para chamar por uma esperança de futuro.

Eu não gostaria de me estender muito, mas quero afirmar que nesse projeto os números e a magnitude assustam, e que dentro disso é possível pinçar ações coerentes que nos permitam começar esse processo de desenvolvimento. Por exemplo, na questão de transporte, o bimodal hidrovia-ferrovia em Estreito, os investimentos são muito pequenos, aproveitando e utilizando o que já existe dessa construtora.

Da mesma forma, citando a palestra do Dr. Guerra, por que não eliminar esses 70 quilômetros da BR-242 que nos separam da região Nordeste?

Senhores, aqui faço um apelo para que além desse consenso se tenha uma ação ainda agora na análise do Orçamento

Federal, para o próximo ano, a fim de mantermos essas rubricas e, mais que isso, talvez solicitar o comprometimento de fazer com que a liberação desses recursos seja efetivada no próximo exercício.

Para concluir e agradecer esse momento de atenção, em virtude do consenso que foi estabelecido, eu gostaria de propor: por que não tirarmos, aqui, a carta de câmbio?

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Tem a palavra o Sr. Vice-Governador.

O SR. PAULO SIDNEY — Senador Beni Veras, Deputados Federais, Secretários de Estado, Deputados Estaduais, Sr^{es} e Srs.:

Numa análise mudo rápida sobre o Brasil contemporâneo, verificamos aqui, muito superficialmente, três momentos de visão do Brasil: o aumento do Governo Vargas, que, aliás — diga-se de passagem — tinha efeitos altamente concentradores no Sul e no Sudeste; o momento JK, quando houve uma visão de Brasil, preocupado com a integração nacional, e o momento equivocado na Revolução de 64. Depois disso, na nossa análise, percebemos um vácuo de visão nacional, um vácuo de planejamento de Brasil, um vácuo de desenvolvimento regional.

Todo mundo, inclusive a grande imprensa, que, como disse o Senador, fala pelo Brasil, coloca que o Brasil não tem condições de investir, porque estamos mergulhados nessa crise. É verdade. Mas quem pode negar que foi exatamente essa visão equivocada de Brasil que mergulhou este País na crise; que foi exatamente essa visão equivocada do Brasil que nos transportou para a crise em que vivemos?

Talvez repetindo as palavras do Secretário e amigo Flávio Peixoto, eu faria uma outra pergunta: o que falta a este País para entender que só há uma saída da crise? Promover o desenvolvimento regional, integrar este País, e isso significa investimentos públicos, sim. Não há outra forma, especialmente nos setores básicos: energia e transporte.

No ano passado, tivemos oportunidade de participar de um debate na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados e o assunto em foco era exatamente a Ferrovia Norte-Sul. Fiquei estarelecido de ver a posição do Governo Federal, do Governo Collor, em relação à Ferrovia Norte-Sul, e inclusive de muitos Parlamentares do Sul e do Sudeste, defendendo uma tese de que primeiro era preciso que a região se desenvolvesse e produzisse carga, para que depois viesse a ferrovia para transportar essa carga.

Ora, a realidade já provou; na nação mais desenvolvida do mundo, que o processo é exatamente o inverso. Há cem anos os Estados Unidos construíram a ferrovia ligando o leste ao oeste, e aquele país se transformou na maior nação do mundo.

Investimento na infra-estrutura básica é um fator de desenvolvimento, promove o desenvolvimento, é o recurso público investido na infra-estrutura básica.

Então, o que falta a este País para entender, é promover o desenvolvimento regional. E isso não há como negar. Não adianta — como disse também Flávio Peixoto — bater naquela tecla furada do neoliberalismo, que o mercado resolve tudo. Tubo bem! Na economia de São Paulo, que já foi subsidiada hoje, o mercado na economia privada tem já capital de sobra. Mas onde precisa promover o desenvolvimento há necessidade do capital público, e não há como negar que isso é responsabilidade do Estado, da Nação.

Eu queria reafirmar o que já foi dito, mas negar isso é decretar a falência ao Brasil, é decretar a marginalidade eterna à região Norte, à região Nordeste e à região Centro-Oeste. E é exatamente aqui, paradoxalmente, que está a saída para o Brasil

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Solicito ao Sr. Alfredo Lopes Neto que faça a leitura da Declaração de Palmas.

O SR. ALFREDO LOPES NETO

DECLARAÇÃO DE PALMAS

No dia 17 de novembro de 1992, foi realizado em Palmas — Tocantins mais uma Audiência Pública da Comissão Especial Mista do Congresso Nacional, sobre o Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro. A reunião esteve sob a presidência do Governador Moisés Nogueira Avelino, e coordenação do Senador Beni Veras, e contou com a participação dos Deputados Federais Leomar Quintanilha e Marco Penaforte, além de empresários, professores, parlamentares e representantes do Estado do Tocantins e Goiás, interessados no desenvolvimento da região.

2. O Encontro foi aberto pelo Exm^o Sr. Governador do Estado do Tocantins, Dr. Moisés Avelino que destacou as potencialidades da região, os problemas que enfrenta por administrar um estado rico com um povo miserável. Solicitou a colaboração dos parlamentares dos demais estados para viabilizar a instalação de infra-estrutura na região e citou como fundamental o reinício das obras da ferrovia Norte-Sul.

3. O Senador Beni Veras fez uma avaliação das desigualdades regionais no Brasil e afirmou que a Comissão visa ao estudo de todo o território nacional e pretende oferecer contribuição em relação a todas as regiões. Apresentou sugestões de ações no campo tecnológico, desenvolvimento agropecuário com respeito ao meio-ambiente, através de um movimento agro-ecológico e econômico, e aproveitamento do potencial hidroviário da região, com a interligação da Amazônia Oriental com a região Centro-Oeste do País, através do Plano de Desenvolvimento do Ecossistema Araguaia-Tocantins.

4. Das exposições realizadas pelo representante da Federação da Indústria do Tocantins, Antonio Cunha, Pelo secretário de Planejamento do Estado Antonio José Guerra, de planejamento de Goiás, Flávio Peixoto, e dos debates travados com parlamentares e demais participantes do Encontro, podem ser obtidos as seguintes conclusões básicas:

a. Dentre as regiões periféricas do Brasil, a sob influência do Araguaia-Tocantins, é aquela que apresenta uma das maiores potencialidades e perspectivas de desenvolvimento, em função dos seus recursos naturais, menor pressão demográfica sobre esses recursos, e relativa proximidade geográfica com os centros dinâmicos da economia do País.

b. O desenvolvimento regional deve ser concebido como parte integrante da estratégia nacional de desenvolvimento. Isso implica em que, a nível central, as políticas econômicas devem ser sempre avaliadas do ponto de vista do seu impacto interregional, enquanto, no plano das regiões, devem ser priorizadas as estratégias que contribuem para a solução dos problemas brasileiros. De acordo com essa nova percepção, não mais se admite, do ponto de vista regional, uma postura simplista e reivindicante, que ignora ou minimiza a grave crise econômica que o País vem enfrentando nos últimos anos.

c. O grande desafio da economia brasileira do momento é compatibilizar, dentro do prazo mais curto possível, a estabilização econômica com a retomada ao desenvolvimento. A solução dos problemas regionais depende necessariamente da solução dos problemas brasileiros. A região do Araguaia-Tocantins por sua vez, pode contribuir para a rápida retomada do desenvolvimento nacional, pelo aproveitamento do seu potencial de produção de alimentos e matérias-primas agrícolas e de geração de excedentes exportáveis, a baixo custo e em curto prazo.

d. Nesse contexto, a estratégia de desenvolvimento regional deve ter por objetivo principalmente a diversificação da estrutura produtiva, a internalização dos centros de decisão econômica (reduzindo a dependência de núcleos decisórios localizados fora da região), e a melhoria dos padrões de produtividade e competitividade das atividades econômicas regionais.

e. A diversificação de estrutura econômica, exige o incentivo ao desenvolvimento industrial, particularmente agroindustrial, e a expansão dos serviços "modernos", especialmente o turismo, os transportes, a informática e os serviços financeiros.

f. A melhoria dos padrões de competitividade impõe a redução dos custos de produção e comercialização. Nesse tocante, o desenvolvimento tecnológico e gerencial (mediante a implantação dos Programas Estaduais de Qualidade e Produtividade), o investimento em recursos humanos, a expansão e melhoria da infraestrutura de transporte e energia, a redução da carga tributária e a disponibilidade de crédito são considerados os fatores críticos para o desenvolvimento da região do Araguaia — Tocantins. No campo da energia, a exploração de fontes hidroelétricas (inclusive com pequenas mini-usinas, e a expansão das redes de transmissão (com apoio do setor privado) são as prioridades mais evidentes.

g. Na área de transportes, o desenvolvimento do transporte intermodal, aproveitando e ampliando a malha hidroviária e ferroviária da região, com destaque para hidrovias Araguaia-Tocantins, melhor utilização da estrada de ferro Carajás e das modernas instalações graneleiras de Ponta de Madeira em São Luís do Maranhão, é de importância a conclusão da ferrovia Norte-Sul, crucial para a redução dos custos de transportes e o resguardo da competitividade da produção regional.

Estima-se que, com investimentos de ordem de 2 bilhões de dólares seria possível implantar-se a estrutura básica de transporte na região o que representa cerca de 1% do orçamento da União para 1993. Deve-se considerar que esses investimentos se realizariam no espaço de quatro anos, significando portanto 0,25% do orçamento anual.

h. Não se pode perder de vista, no entanto, que o processo de desenvolvimento tem uma dimensão qualitativa; exigindo investimentos públicos para a promoção social de populações carentes ou marginalizadas. Dentre esses investimentos, destacam-se os de educação e treinamento de mão-de-obra, pela sua estreita vinculação com o processo de desenvolvimento econômico acelerado, como atestam as experiências bem sucedidas dos chamados "tigres asiáticos". Assim a reestruturação competitiva da economia deve ser feita a passo igual com o desenvolvimento sócio-educacional da população, para evitar a concentração de renda e a ampliação dos desequilíbrios sociais e regionais.

i. O desenvolvimento deve incorporar também a variável ambiental, dentro da moderna concepção de desenvol-

vimento sustentável que concilia o crescimento econômico com a manutenção do estoque de recursos naturais.

j. Os aspectos institucionais foram avaliados, chamando-se a atenção para os riscos de uma postura extremamente neoliberal, que afasta totalmente o Estado da área de fomento econômico, e para os problemas decorrentes do esvaziamento ou eliminação dos órgãos de planejamento nacional e regional nos últimos anos. A experiência de países com a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Malásia e Tailândia indica que, para alcançar o desenvolvimento acelerado, não se pode prescindir de uma intensa ação do Estado, como instrumento para planejar, coordenar e apoiar o processo de investimento. No caso do Araguaia-Tocantins é necessário um esforço de modernização da Sudam e uma reformulação da BASA. Por isso, entendimentos estão sendo mantidos com os novos ministérios da Integração Regional e da Fazenda para avaliar e resolver o problema.

12. Finalmente, não se pode descurar dos aspectos políticos, particularmente no contexto da perspectiva de amplas reformas do sistema de governo e eleitoral, e de revisão da Constituição, previstas para o próximo ano. É preciso resguardar as conquistas regionais, o que exigirá uma ação concentrada e integrada das bancadas de todas as regiões periféricas, buscando encontrar meios que assegurem uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento para toda a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Esperamos que esse documento corresponda aos interesses da região. Vamos procurar implementar as decisões tomadas aqui do Tocantins e levá-las às regiões comuns, para a divulgação desse material junto ao Governo Federal, para que possamos realizar uma pressão política própria.

O Deputado Leomar Quintanilha fez uma pergunta a respeito (Inaudível)

O SR. ROGÉRIO BEZERRA — Apenas a título de esclarecimento, teríamos que definir, inclusive, parâmetros em termos de valores ou investir em termos de tempo, em termos de horizonte. Acho, na nossa concepção, a hidrovias e a ferrovia devem sempre viver juntas, integradas, ou seja, utilizando-se da intermodalidade. Dificilmente, com a situação atual que o País atravessa, conseguiremos escoar essa produção, através de um modal. Os estudos que têm sido feitos na área hidroviária são em termos de integração de modais, procurando-se utilizar o que já existe, o que já está pronto, apenas transformando uma coisa para se poder utilizar realmente esse sistema de transporte integrado.

Hoje, o grande problema da hidrovias, no caso do Araguaia-Tocantins, ela não teria uma saída para o mar, ou seja, inaudível...

Nós já discutimos, dentro dessa ótica que foi apresentada, a expansão da ferrovia. Procuramos direcionar o trabalho para o aproveitamento do já existente, o que não inviabiliza a expansão da ferrovia. Pelo contrário, as regiões que estão desenvolvendo-se e irão desenvolver-se a partir do início desse transplante podem viabilizar mais uma parte da ferrovia e da própria hidrovias.

Os próprios investimentos na hidrovias — prevê-se aqui apenas em termos de rio Tocantins, abaixo da região do Lageado — estão muito ligados ao setor energético. Existem outras cachoeiras a serem vencidas.

A Eletronorte e a Eletrobrás têm previsão de barragem desse trecho, mas a partir de 2030. O que estamos propondo,

como soluções imediatas, realmente passa pela integração dos modais. FORA DO MICROFONE pela convivência entre povo(?) e (?).

Realmente o que se tem de procurar é utilizar da melhor maneira possível o que já existe. O que está sendo feito em nosso trabalho, nos estudos que temos desenvolvido é essa utilização da intermodalidade.

O SR. — A relatoria apresentou um parecer que dizia o seguinte: INTERVENÇÃO FORA DO MICROFONE

“Em 1987 ou 1988 houve uma discussão semelhante sobre o Projeto Carajás. (?) Qual dos projetos é mais eficiente, (?) segundo as regras mínimas?”

Gostaria de dizer que um relatório que a Portobrás apresentou especificamente sobre esse programa, após uma discussão do relatório da Petrobrás, termina com os seguintes índices:

“A área abrangida pela região abrangida pela ferrovia/hidrovia é de tal ordem, que as soluções não são excludentes, mas sim complementares.

A prioridade de implantação dependerá de uma decisão de sociedade sobre a taxa de desenvolvimento que a região pretende assumir.

A opção de criar a curto prazo envolve uma decisão política governamental. Uma nova fronteira de desenvolvimento poderá levar, como prioridade, pela ferrovia e uma implantação gradual da hidrovia... (?)”

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)

Temos a confiança de que podemos contar com os políticos e o povo de Tocantins nessa cruzada, para criar um País mais justo, capaz de dar à sua população o que há de essencial e que não possa ser negado.

Muito obrigado a todos, especialmente ao Sr. Governador e demais autoridades do Estado.

Obrigado. (Palmas.)

19ª reunião, realizada em 27 de novembro de 1992

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e noventa e dois, no Plenário do Palácio Farroupilha, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada em Audiência Pública realizada em Porto Alegre — RS, presentes os senhores Congressistas: Senadores Garibaldi Alves, Beni Veras e Nelson Wedekin, Deputados Vicente Fialho, Pinheiro Landim, Aroldo Cedraz, Celso Bernardi, Raul Pont, Odacir Klein, Germano Rigotto, Sérgio Machado, Osvaldo Coelho e Valdomiro Lima. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Declara aberta a reunião, o senhor Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado João Augusto Nardes, convidando os senhores Alceu Collares, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Senadores Beni Veras, Garibaldi Alves e Nelson Wedekin, João Gilberto Lucas Coelho, Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul e Olívio Dutra, Prefeito de Porto Alegre, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o senhor Deputado João Augusto Nardes, cumprimenta as demais autoridades presentes e o público em geral, passando a palavra ao senhor e Governador Alceu Collares, para que em nome do Rio Grande do Sul, faça uma saudação à Comissão. Após, o Deputado João Augusto Nardes, passa a presidência da reunião ao senhor Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Presidente cumprimenta todos os presentes, fala

a respeito dos objetivos da Comissão e dos resultados alcançados. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Governador Alceu Collares, que fala sobre a “Representatividade Política no País”. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Deputado João Augusto Cedraz, Cenários e consequências para o Sul e para o País”. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Prefeito Olívio Dutra, que fala sobre a “Reforma do Sistema Representativo”. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, João Luis Vargas, que fala sobre a “Discriminação que o Rio Grande do Sul e toda a Região Sul, sofre em virtude do número diminuto de representação no Congresso Nacional”. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Camilo Calazans, que fala em nome da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento — ABDE. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Walter Nique, Secretário de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, que fala sobre “Diagnóstico e Potencialidades Econômicas”. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Deputado Valdomiro Lima, que fala sobre “Desequilíbrios Regionais”. Não havendo mais expositores, o senhor Presidente da início à fase de interpelações, onde fazem uso da palavra os senhores Deputados Pinheiro Landim, Deputado Osvaldo Coelho, Senador Garibaldi Alves, Deputado Sérgio Machado, Deputado Vicente Fialho, Deputado Germano Rigotto, Deputado Celso Bernardi e Deputado Aroldo Cedraz. Terminada a fase de interpelações, o senhor Presidente faz comentários a respeito da reunião, agradece a presença do senhor Governador, Parlamentares, demais autoridades e o público presente. Em seguida, o senhor Deputado João Luis Vargas, agradece a presença da Comissão e dos demais presentes na Audiência Pública realizada no Estado do Rio Grande do Sul. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo a Ata da 19ª reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro e propor soluções.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da Reunião)

COMISSÃO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO Audiência Pública — Porto Alegre REUNIÃO 27-11-92

Presidente: Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (João Augusto Nardes) — Vamos dar início à audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional.

Saudamos o Sr. Governador do Estado, Dr. Alceu Collares; o Sr. Relator da Comissão Mista para Estudo dos Desequilíbrios Econômicos Inter-Regionais Brasileiros, Senador Beni Veras; Senador Nelson Wedekin; Senador Garibaldi Alves Filho; Deputado Federal Germano Rigotto; Deputado Federal Firmino de Castro; Deputado Federal Celso Bernardi; Deputado Federal Pinheiro Landim; Deputado Federal Osvaldo

Coelho; Deputado Federal Vicente Fialho; Deputado Federal Sérgio Machado; Deputado Federal Aroldo Cedraz; Deputado Federal Raul Pont; Deputado Federal Odacir Klein; Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Olívio Dutra; Sr. Comandante do V Comar, Major Brigadeiro Flávio da Rocha Fraga; Comandante do VI Distrito da Divisão do Exército, General de Divisão Aloísio Bolívar Bodó, representando o Comando Militar do Sul; Srs. Secretários de Estado; Srs. Deputados Estaduais; demais autoridades presentes; senhores representantes da imprensa; senhoras e senhores:

Gostaríamos, em nome do Rio Grande do Sul, em nome do Parlamento gaúcho e de toda a sociedade de nosso Estado, que o Sr. Governador fizesse uma saudação à Comissão Mista do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, falando em nome do Rio Grande.

Com a palavra o Sr. Governador Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES — Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, João Augusto Nardes; Exm^o Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. João Gilberto Lucas Coelho; Exm^o Sr. Relator da Comissão Mista para Estado dos Desequilíbrios Econômicos Inter-Regionais Brasileiros, Senador Beni Veras; ilustres Senadores Nelson Wedekin e Garibaldi Alves Filho; ilustres Deputados Federais Germano Rigotto, Odacir Klein, Celso Bernardi, Pinheiro Landim, Osvaldo Coelho, Vicente Fialho, Sérgio Machado, Aroldo Cedraz e Raul Pont; ilustre Prefeito Municipal de Porto Alegre, Olívio Dutra; Sr. Major Brigadeiro Flávio da Rocha Fraga. DD. Comandante do V Comar; Exm^o Sr. General Aloísio Bolívar Bodó, DD. Comandante do VI D.E., representando o Comando Militar do Sul; Exm^o Srs. Secretários; Srs. Deputados Estaduais; Senhores. integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento; autoridades presentes:

Senador Beni Veras, ao dirigir-me a V. Ex^a, quero fazê-lo a toda a comissão, aos Deputados Estaduais que, não integrando a comissão, aqui estão prestigiando esta audiência pública. Em nome do Rio Grande, quero dizer que esta é uma oportunidade histórica para aprofundar um debate que há muito deveria ter-se iniciado. V. Ex^a, sensível aos desequilíbrios regionais e aos desníveis sociais, em boa hora obteve do Congresso Nacional aprovação para a constituição desta Comissão Mista destinada a estudar os desequilíbrios inter-regionais.

Estamos absolutamente convencidos, Senador Beni Veras, de que provavelmente grande parte da Nação brasileira não acompanha o que esta comissão está fazendo. Parlamentar que fui durante doze anos, homem preocupado com as transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas, angustiado em determinados momentos por tantas coisas que têm ocorrido em nossa Pátria, considero esta a comissão mais importante em funcionamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Comissão Mista que é.

V. Ex^a não de verificar que, após o trabalho desta comissão, com a seriedade com que os Srs. Senadores e Deputados que a integram imprimem a seus trabalhos, colhendo depoimentos nas audiências públicas e nas reuniões da comissão, no próprio Congresso, tenho absoluta convicção de que serão apontadas sugestões, diretrizes, para que possamos, mais cedo ou mais tarde, ter um projeto nacional de desenvolvimento integrado, respeitando as vocações regionais, cada uma com a possibilidade de ter também os seus projetos de desenvolvimento integrado.

Parece-me ser esta a grande missão da comissão que V. Ex^a requereu fosse constituída, e que o foi pela maioria do Congresso Nacional.

Sejam bem-vindos ao Rio Grande. O Rio Grande que, historicamente, tem sempre feito o País ouvir a sua voz, algumas vezes de rebeldia, outras de inconformismo, mas, acima de tudo, a voz de brasilidade, de nacionalidade, alertas que do Rio Grande saem exatamente para impedir a desagregação social e, provavelmente, a desintegração territorial.

Vivemos — tenho absoluta convicção, como também os Deputados e Senadores, todos que têm um mínimo de sensibilidade — momentos extremamente difíceis da nacionalidade.

Há movimentos separatistas? Há. Por toda a parte? Sim. A semente do separatismo é decorrência das grandes deformações que encontramos, não apenas institucionais e políticas, mas deformação da estrutura econômica que se esparrama, criando duas situações: um Brasil rico e um Brasil pobre!

Gostaria de, em nome do Rio Grande, desejar boa sorte aos Senadores e Deputados que integram esta comissão. Tenho absoluta convicção de que cada um de seus membros tem profunda consciência da missão que está cumprindo. Tenho certeza absoluta de que aquelas teses, programas e planos, oposições ou pensamentos que tenham embasamento no bom-senso, no senso comum, na lógica e, acima de tudo, na verdade, serão sempre bem recebidos como contribuições capazes de permitir o desempenho, na sua plenitude, da magnífica função que cabe a esta Comissão Mista destinada aos estudos inter-regionais e seus desequilíbrios.

Boa sorte, Senador Beni Veras e companheiros de missão. Tal é a magnitude desta missão, que o Rio Grande do Sul sente-se honrado e, ao mesmo tempo, sensibilizado com a presença de V. Ex^a (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Augusto Nardes) — Passamos a palavra ao Senador Beni Veras, que presidirá esta audiência pública a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Exm^o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu Collares; Exm^o Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado, Dr. João Augusto Nardes; Exm^o Sr. Vice-Governador do Estado, Dr. João Gilberto Lucas Coelho; Exm^o Srs. Senadores Nelson Wedekin e Garibaldi Alves Filho; Exm^o Srs. Deputados Federais Raul Pont, Celso Bernardi, Pinheiro Landim, Osvaldo Coelho, Vicente Fialho, Sérgio Machado, Odacir Klein, Germano Rigotto; Exm^o Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Dr. Olívio Dutra; Exm^o Sr. Comandante do V Comar, Major Brigadeiro Flávio da Rocha Fraga; Exm^o Sr. Comandante da VI Divisão do Exército, General-de-Divisão Aloísio Bolívar Bodó, representante do Comando Militar do Sul; Exm^o Srs. Secretários de Estados; Ex^o Srs. Deputados Estaduais; demais autoridades presentes; Srs. representantes da imprensa; caros amigos do Rio Grande do Sul:

Queremos, em princípio, agradecer de forma muito especial a colaboração e o incentivo que temos recebido da parte do Governador do Estado do Rio Grande do Sul que, desde o primeiro momento, nomeou um dos seus auxiliares para acompanhar o trabalho da nossa comissão em Brasília.

A Comissão Mista do Congresso Nacional para o Estudo dos Desequilíbrios Inter-Regionais Brasileiros completa hoje, com esta audiência pública, que tem por objetivo discutir os problemas relativos ao desenvolvimento da região Sul, o seu primeiro ciclo de consultas e debates sobre os desequilíbrios regionais no Brasil, depois de ter realizado reuniões

semelhantes em Fortaleza, Manaus, Cuiabá, Belém, e Palmas, no Estado do Tocantins. Nestas reuniões foram avaliados os problemas destas regiões: Nordeste, a Amazônia e Centro-Oeste.

Como é sabido, as atividades econômicas tendem a se distribuir de forma desigual no espaço regional. Por isso, um certo grau de desigualdade constitui um subproduto inevitável do processo de desenvolvimento. Todavia, nenhum país do mundo apresenta um quadro de disparidades econômicas regionais tão graves como o Brasil.

Num País como o nosso, com o nível de renda que tem, não é justificável que haja regiões com um padrão de vida tão baixo, como ainda ocorre no Brasil. São verdadeiras populações marginalizadas da vida econômica, vivendo uma subvida, sem que isso seja uma determinante necessária do nosso País, mas um descaso das autoridades, de nós mesmos, com o estabelecimento de um equilíbrio entre as populações.

O problema é complexo e tem raízes profundas em nossa história econômica. Pesquisando suas origens mais remotas, podemos identificar entre os seus principais fatores causais as diferenças de dotações de recursos naturais e os acidentes históricos que, de uma forma ou de outra, induzem ao crescimento acelerado de determinados pólos dinâmicos em torno dos quais se vai estruturando uma ampla periferia econômica e social.

No caso brasileiro, é bem conhecido o processo pelo qual, ao longo de três séculos, o pólo de desenvolvimento do País foi sendo deslocado da agroindústria açucareira do Nordeste para a mineração aurífera de Minas Gerais e a cultura cafeeira do Rio e São Paulo. No final do século passado, a base da economia brasileira era a exportação do café, e o seu principal centro de produção o Estado de São Paulo.

O impacto de choques externos, como a grande depressão de 1929 e a manipulação dos instrumentos de política econômica, em função dos interesses do emergente pólo dinâmico de São Paulo, particularmente no período pós-guerra, consolidaram no País um acentuado processo de diferenciação econômico-social.

A forte concentração de atividades econômicas na Região Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo, limitou o dinamismo da Região Sul e provocou um processo de progressiva marginalização das Regiões Norte e Nordeste, dentro do complexo sistema regional brasileiro.

Esse processo pode ser evidenciado pela evolução da participação de cada região na formação do produto industrial do País. Entre 1940 e 1970, a contribuição relativa da Região Sudeste aumentou continuamente, passando de 73,4%, no início desse período, para 80,7%, ao seu final.

Em sentido contrário, a participação da Região Nordeste declinou de 9,4% para 5,7%, e a população das Regiões Norte e Centro-Oeste de 3,1% para 1,6%. No mesmo período, a própria Região Sul também perdeu posição, declinando de 14,1% para 12%, embora tenha conseguido manter uma participação relativamente estável, em taxas em torno de 12%, entre 1950 e 1970.

A década de 1970/80 parece caracterizar o ponto de inflexão desse processo, com perda de participação da Região Sudeste e ganho de posição para as demais regiões. Mesmo assim, no ano de 1980, as disparidades regionais ainda se apresentam muito graves. A renda domiciliar *per capita* da Região Sudeste era 36% maior que a média nacional, enquanto as demais regiões ficavam abaixo dessa média na seguinte ordem: Sul 96%; Centro-Oeste, 94%; Norte, 67%; Nordeste

47%. A renda domiciliar *per capita* do Sudeste era superior em mais de três vezes à renda média do Nordeste.

Essa situação se modifica um pouco quando se considera uma medida mais abrangente do nível de desenvolvimento — o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelas Nações Unidas, que combina indicadores de renda *per capita*, expectativa de vida e taxa de alfabetização.

Neste caso, a Região Sul se destaca como a de mais elevado padrão de desenvolvimento no País, e o Estado do Rio Grande do Sul como o de mais alto IDH, com nível comparável ao da Coreia do Sul; seguem-se as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Em último lugar está o Nordeste, cujo IDH é inferior ao da Indonésia e pouco superior ao da Bolívia.

Esta constatação reflete um fato extremamente significativo: a Região Sul e, em particular, os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a despeito de se situarem à margem do principal centro industrial do País e de enfrentarem as vicissitudes e dificuldades daí decorrentes, conseguiram construir uma estrutura econômica e social mais equilibrada e eficiente, assegurando a suas populações uma qualidade de vida que supera a de qualquer outra região do Brasil, confirmando o que se pode fazer pelo País como um todo.

Essa experiência precisa ser analisada em profundidade, porque dela podem ser extraídas lições de grande importância para a reformulação de toda a estratégia de desenvolvimento regional de nosso País.

As perspectivas para o futuro são ainda mais promissoras, dado que a Região Sul, por determinismo histórico e geográfico, tende a ser a principal beneficiária do processo de integração econômica do Brasil com os demais países do Mercosul, uma das poucas oportunidades de expansão econômica de que ainda desfrutamos na atual conjuntura de crise e estagnação da economia nacional.

Sabemos que apesar disso existem dúvidas e inquietações sobre aspectos particulares da organização política e econômica do País e do seu reflexo sobre as potencialidades de desenvolvimento da Região Sul.

Estamos aqui para ouvir e registrar tudo o que for relevante para o nosso objetivo final de redução das disparidades regionais brasileiras.

Sabemos que o problema é complexo na multiplicidade de suas dimensões econômicas, políticas e sociais e que não existem fórmulas simples para as suas soluções. Por isso, precisamos retomar a sua discussão, aprofundando as nossas reflexões sobre o tema, dentro de uma nova óptica e de uma perspectiva renovadora mais abrangente e integrada, mais sistemática e criativa, mais coerente e responsável.

Este é o propósito da Comissão Mista sobre o Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro. Preocupa-nos, acima de tudo, a forma de como ajudar a crescer este País. Queremos que toda a nossa população tenha espaço para a realização de seus desejos, de suas necessidades e de suas vocações. Não adianta trabalharmos em função de uma pequena elite, para que viva bem, ficando a maioria da população marginalizada, sem direito a fruir as coisas boas da vida.

Partimos do pressuposto de que precisamos definir um projeto nacional de desenvolvimento, dentro do qual os problemas regionais devem ser devidamente enquadrados. A visão da Comissão é globalizante, no sentido de que os problemas regionais deve, ser estudados a partir de uma óptica nacional. São as grandes decisões de política nacional, nos campos tributários, financeiro, cambial, bancário e de dispêndios pú-

blicos que conformam o padrão de concentração ou de desconcentração econômica e, em consequência, de desenvolvimento regional do País.

Muitas dessas políticas nacionais, tanto de caráter explícito como implícito, frequentemente neutralizam ou anulam os efeitos de outras políticas supostamente nacionais.

Dessa forma, a visão estritamente regional é parcial e insuficiente, tanto para quem a analisa numa direção centro-periférica como para quem a avalia do ponto de vista das regiões periféricas. Assim é que nos preocupamos com os problemas dessas regiões; não podemos deixar de considerar o contexto mais amplo dos graves problemas nacionais que nos afligem, no momento, tais como a estagnação econômica, a crise fiscal, a renegociação da dívida externa e assim por diante. São problemas que representam hoje um tremendo guante, cerceando o nosso futuro e fazendo com que as energias do País sejam todas gastas apenas na busca da sobrevivência, ao invés de fazermos planos para o futuro.

Não sabemos que projetos devemos fazer para ajudar o País a desenvolver-se. Estamos perdidos no dia-a-dia, sem a perspectiva de visualizarmos um futuro melhor para a nossa Nação.

Em segundo lugar, a busca de soluções para os nossos problemas tem de ser feita de forma participativa, mobilizar o esforço e a inteligência do melhor que possuímos em termos de lideranças políticas, empresariais e intelectuais. Esta é a nossa preocupação em vir até o Rio Grande do Sul, como já fomos em outras cidades do País, para que possamos identificar os problemas regionais na sua origem, dando também oportunidade aos nossos companheiros parlamentares a conhecer o País de fato, andar pelos Estados e fazer um ajustamento mais correto e que mais convenha à Nação.

Como Parlamentares, não podemos ficar presos aos espaços onde somos eleitos. Temos que ter uma visão nacional, e para isso é necessário andar pelo País, conviver com a Nação, para que possamos decidir pelo que mais convém ao País como um todo. Este é o sentido desta audiência pública: discutir, em profundidade, os problemas de potencialidade da Região Sul; avaliar as políticas ou a ausência de políticas voltadas para o seu desenvolvimento, identificar meios e processos para intensificar o crescimento econômico e social da Região, de forma compatível com a progressiva redução das disparidades econômicas regionais do Brasil como um todo. Muito obrigado. (Palmas.)

Passo a palavra ao Exmº Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Alceu Collares.

O SR. ALCEU COLLARES — Eminentíssimo Senador, Relator da Comissão Mista que estuda os desequilíbrios inter-regionais:

A desproporção da representação política dos Estados no Congresso Nacional deforma a estrutura federalista de Governo e a própria essência do regime democrático.

O federalismo é um sistema de governo que reúne vários Estados em uma só Nação; permite-lhes a defesa dos interesses comuns, sem prejuízo dos particulares, com larga margem de autonomia política própria. Essa reunião solidária de autônias parciais tem o inevitável potencial de gerar tensões e conflitos entre os Estados e Regiões, cabendo à ordem constitucional uma sábia e equitativa distribuição da força representativa proporcional de cada unidade do Congresso e nas demais instâncias decisórias da Nação.

Os pilares constitucionais do federalismo devem fundar a justiça da inter-relação entre as Unidades federadas para preservar a motivação e as vantagens da coligação e assim evitar as ocasiões de injustiças que moveriam os Estados a um sentido centrífugo, no caminho da desagregação.

Sobre o assunto, o Rio Grande do Sul tem a mais plena autoridade moral e histórica para opinar. Vocacionado para a brasilidade, sempre contribuiu para a união das províncias e a preservação das fronteiras nacionais. A Revolução Farroupilha mostrou a sensibilidade ativa do povo rio-grandense. Capaz de reagir perante as discriminações prejudiciais, o Rio Grande, historicamente, é pela união, honrada pela justiça. Por isso, sua voz federalista e submissa, diante de qualquer sinal de marginalização provincial, ergue-se no momento de lamentável desequilíbrio constitucional da congregação federativa, rastro do período autoritário que antecedeu à redemocratização, inscrito inaceitavelmente na Carta de 1988.

Os governos autoritários decorrentes do ciclo de 1964, convivendo com um Congresso enfraquecido, porém necessário para a formalização dos atos de poder, em inúmeras ocasiões e por incontáveis artifícios de pragmatismo político, deformaram a harmonia da arquitetura federativa, visando à preservação da maioria no Colégio Eleitoral e à aprovação de projetos de seu interesse. Territórios foram transformados em Estados, cada qual agregando três senadores no Congresso, de um modo geral, favoráveis ao sistema de poder. A representação proporcional de dois deputados passou para oito. A soma final dos expedientes manipulatórios foi alterando a verdade federal e tisonando a limpidez da democracia representativa. Crescentemente, as minorias foram subjugando o peso decisório da maioria, oferecendo uma sobrevida ao núcleo autoritário, em crescente erosão de prestígio popular.

Essa situação constitucional e política, anômala, deveria ter sido superada pela Carta de 1988, inspirada pelo clima redemocratizante que movia o espírito da Nação. Tal não ocorreu. A democracia é o regime das maiorias; contudo, no Brasil, a desarmonia das representações provinciais consagrou a patologia federativa decisória, e as minorias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ganharam uma preponderância não justificada pela equidade. O processo gera uma tensão desnecessária no convívio das Regiões e os Estados, enfraquece a coesão nacional e fere a pureza da representatividade brasileira.

As forças naturais de rejeição movem-se fatalmente; movimentos separatistas já são observados; são repudiados pela maioria da sociedade brasileira, mas devem, ser entendidos como expressão de frustrações no inconsciente coletivo da Nação, tencionando as razões da nossa unidade cultural, histórica e política.

A pulverização geopolítica da extinta União Soviética, outrora monoliticamente controlada pelo Estado autoritário e totalitário, é uma lição contemporânea do potencial desagregador das províncias, subjugadas ao constrangimento de uma ordem opressiva. De uma parte, as consequências econômicas da patologia da representatividade federativa são consideráveis, agravando o indesejável desconforto dos Estados do Sul, focalizado por seus políticos, governantes, empresários e cidadãos.

Parcelas expressivas da produção econômica dos Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao longo das últimas décadas, vêm sendo transferidas para outras re-

giões, sem mecanismos compensatórios adequados. Essa disfunção distributiva dos recursos econômicos vai solapando a crença nas vantagens da Federação e na proporção direta do grau de injustiça e assimetrias.

Os Estados do Sul não se frustram, movidos por discriminações contra as Regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; pelo contrário, não querem discriminação alguma; não desejam para os outros o que não podem aceitar para si. Sem animosidade quanto às regiões favorecidas, os Estados do Sul e o Sudeste reivindicam a recuperação constitucional da verdade democrática, da representação provincial junto aos órgãos da Unidade Federativa. Quando um eleitor do Acre ou do Amapá vale, pela carta, 30 ou 40 vezes um eleitor do Rio Grande, esse ordenamento constitucional da vontade política da Nação fere a igualdade e a justiça.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste contam com 317 parlamentares: 257 deputados e 60 senadores. Sul e Sudeste têm 267 parlamentares: 246 deputados e 21 senadores. Há nesses números grossa desconsideração política ao número de habitantes, de eleitores e à expressão geopolítica das regiões do Sul responsáveis por grande parcela substantiva do nosso Produto Interno Bruto. Comissões da Câmara e do Senado, refletindo a deformidade numérica das representações regionais, terminam por desfavorecer o Sul na distribuição de recursos, no movimento natural de proteção aos apelos paróquiais das regiões privilegiadas. Os fatos expressos em números glamourosos comprovam diariamente essa patologia federativa. A Região Sul foi excluída do acesso aos recursos constitucionais para aplicação em programa de financiamento ao setor produtivo (art. 159, letra c, da Constituição Federal), enquanto que para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste são destinados 3% do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Gostaria de dar prosseguimento a esse trabalho, apresentando números, gráficos que falam muito mais do que as palavras que foram proferidas.

Repetindo e resumindo, essa Comissão tem uma missão magnífica. A ela cabe corrigir essas deformações de tal ordem e de tal grandeza que, se não conseguirmos o que pretendemos, teremos certamente riscos de desagregação social e de desintegração territorial. Existe também a semente do movimento separatista, que por todos nós é abominada, que por todos nós é repelida. Mas é preciso advertir a Nação sobre esse fato — e esta Comissão já o está fazendo com propriedade, com profundidade, com seriedade, com lealdade, que é, sem dúvida alguma, a essência dos membros que a integram.

Vejam bem que não estamos nos queixando a respeito dos recursos que daqui são transferidos da ordem de 1 bilhão e 200 milhões de dólares nos últimos vinte anos. Apenas estamos convencidos de que esse sacrifício, a que toda nossa economia é submetida, não beneficia o povo pobre do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. São as elites atrasadas, patrimonialistas e clientelistas que, ao longo do caminho, se beneficiam, excluindo e admitindo a exceção, inclusive de representantes parlamentares, Senadores e Deputados, Governadores que, com idéias, progressistas e avançadas, lutam nessas regiões para a própria sobrevivência política. É bom que se repita: não somos contra o povo pobre do Norte e do Nordeste; somos contra as elites nacionais, retrógradas, clientelistas e atrasadas, entre as quais, as mais atrasadas são exatamente as da Região do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Antes de entrar nesses números, gostaria de prestar uma homenagem a esse trabalho extraordinário que o Senador Beni Veras está fazendo para o País juntamente com os demais Senadores e Deputados. É bom que se repita — e digo isso, com experiência de 12 anos de Congresso — que não há nenhuma outra comissão que tenha função mais séria, mais importante, mais fundamental do que esta que foi criada por sugestão do eminente Senador Beni Veras para estudar os desequilíbrios regionais. O Senador do Ceará, nordestino que é, num determinado momento da sua indignação, colocou, num discurso, num discurso que fez no dia 29 de maio de 1992, uma opinião que tem a dimensão de um enorme e profundo clamor de indignação:

“Desejo mencionar — diz o Senador — o papel nefasto das elites atrasadas do Nordeste, as quais detêm grande poder político. Por isso, boa parte dos representantes do Nordeste no Congresso Nacional não representa a grande maioria da população da região, mas as elites tradicionais, motivo pelo qual fazem aqui um pacto de mediocridade que defende os seus pequenos interesses, não sobrando espaço e nem disposição para defender os interesses do povo da região”.

Não há nenhum outro registro tão forte, tão expressivo, que traduz, com total fidelidade, o que ocorre com essas elites atrasadas da região, com exceções honrosas e dignas de Senadores, Deputados e Governadores que lá, ao longo da história política do nosso País lutam desesperadamente para sobreviver politicamente a cada eleição que passa.

Essa denúncia é extremamente forte, no momento em que S. Ex^a conclui, dizendo:

“Como exemplo, cito a situação da Comissão de Orçamento do Congresso, cheia de nordestinos, cada qual defendendo o pior pleito. Ao gastar suas energias na defesa de pequenos interesses, os representantes das elites nordestinas no Congresso Nacional deixam de lado os interesses maiores.”

Tenho aqui uma declaração de Aspásia Camargo, na IstoÉ, dizendo que não temos uma Federação, mas, sim, um pacto regional de distribuição de benefícios e cargos. O nome disso é separatismo, uma insuperável invenção das elites brasileiras, e, tragicamente, podem ser por elas devoradas, num processo de separatismo que, para Aspásia, já deixa algumas evidências. É o que ela mostra nessa entrevista.

Gostaria de colocar aqui os números e os gráficos que falam muito mais do que qualquer argumentação. Isso, quando do meu depoimento perante o eminente Senador Beni Veras e demais Senadores e Deputados que integram a Comissão. Faço-o aqui do mesmo modo como fiz no Congresso, com respeito, com estima, com fraternidade, com boa querença, com a intenção de levar do Rio Grande do Sul para a Comissão uma contribuição que, tenho absoluta convicção, pela forma da verdade, será estudada, examinada, criticada, contestada, mas será, sem dúvida alguma, como outras tantas que a Comissão está recebendo, um instrumento válido, importante para a transformação da estrutura federalista do nosso País, que tentará restabelecer o princípio de igualdade, que é a essência da própria representação democrática no Brasil. Imaginem o que será do presidencialismo — e, no meu entendimento, Collor enterrou o presidencialismo — se vier a ser adotado com essa profunda deformação?

Estamos apresentando a composição do Congresso Nacional: 317 parlamentares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, fruto de uma deformação; a Câmara dos Deputados tem 257, e o Senado Federal 60. Mas esse fenômeno aconteceu depois de 1974, quando ninguém esperava, após uma vitória fantástica da Arena em 1970 — no Movimento Democrático Brasileiro havia, inclusive, quem defendesse a possibilidade da sua autodissolução. Grupos de pessoas, entre os quais muitos dos atuais parlamentares, fizeram um movimento de resistência pela não dissolução. Mas espíritos maquiavélicos — e não declararia o nome de ninguém, até porque já está morto — fizeram esta alteração, transformando Territórios em Estados; Territórios que eram representados por apenas dois parlamentares, passaram a ter 3 Senadores e, hoje, 8 Deputados; e os territórios que tinham dois representantes passaram a ter 4. A soma é exatamente esta enorme desproporção: na Câmara 257 por 246; e no Senado 60 Senadores por 21 do Sul e do Sudeste. Como o Senado Federal tem competência revisora para as decisões tomadas pela Câmara dos Deputados, quando o Senado quiser, pode simplesmente rejeitar projetos, por mais avançados que sejam, porque tem uma maioria esmagadora. Aqui, evidentemente, no meu entendimento, não há uma inconstitucionalidade, mas há o resultado de um artifício, de uma artimanha que o autoritarismo realizou naquela época e cujo braço ainda hoje está estendido nesse incipiente regime democrático que estamos vivendo: 60 Senadores por 21. Como alterar isso? De que maneira? Só com emenda constitucional. E me parece que, em face da origem artificial dessa representação paritária, impõe-se que a Comissão estude a possibilidade de adotar uma legislação como a de outros países, por exemplo, a Alemanha, que tem uma representação proporcional estratificada: até 2 milhões, 3 Senadores; 4 milhões, 4 Senadores; 5 milhões, 5 Senadores. Creio que esta seria a saída, quebrando o princípio da própria paridade, porque a paridade aqui representa uma desproporcionalidade para todo o País, no momento em que o Senado tem esta competência revisora das decisões tomadas pela Câmara dos Deputados.

Aqui é a proporcionalidade de habitantes do Norte e Nordeste, do Sul e do Sudeste.

Na Constituinte, o plenário tinha 51% da região; 52% na Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Depois, na Constituição, 51%; no Senado tem 74%; no Congresso, 54; mas na Comissão Mista de Orçamento e Finanças tem 67%. Isso reflete exatamente o que o nobre Senador Beni Veras, num momento de grande coragem cívica, denunciou à Nação da tribuna do Senado, no discurso que fez no dia 29 de maio de 1992. Veja a Comissão de Orçamento: 81 membros, Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 39 membros titulares do Sul e do Sudeste. Quando é que se pode ter alguma decisão que possa, por uma ou outra razão, beneficiar ou prejudicar esse ou aquele Estado, se não tiver sempre lado a lado Norte, Nordeste e o Centro-Oeste? E aqui é que se dá a destinação dos recursos do orçamento da República, gerado pela extração fiscal de toda a Nação.

Falei que a própria Comissão que estuda os desequilíbrios — e fiz isto com muito respeito — disse até em tom de brincadeira para o Senador — está desequilibrada, porque ela reflete a perversa deformação do Congresso, que nenhum Senador, nenhum Deputado tem culpa. Não estou atribuindo culpa absolutamente a ninguém. Estamos discutindo princípios, postulados, idéias; conseqüentemente, que ninguém tome isso como alguma agressão. O Rio Grande não faz isso, ele é

próspero, gosta de tratar bem e vamos retribuir sempre com fraternidade, com estima e com respeito. Mas gostamos de dizer — e nessa circunstância temos que fazê-lo, essa é a contribuição que temos que dar a esta Comissão. Quero repetir, Senador: sou um homem de coragem como V. Ex.^a Morando lá onde moram os homens, participar de uma Comissão como esta e fazer um discurso como aquele que V. Ex.^a fez no Senado, é preciso ter muita coragem. Aqui, a comparação feita. No vermelho, 54% dos Parlamentares para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A população do Sule do Sudeste, 45%; população Norte, Nordeste e Centro-Oeste — 42%; Sul e Sudeste têm 57%. O PIB — todo o trabalho do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem 42%. Temos 77%. Basta repetir isto. Toda esta deformação atinge a substância da democracia, porque a democracia é o regime das maiorias. Há 20 anos o Brasil vem sendo dirigido pelas minorias. Há uma deformação total da natureza, na essência do regime democrático, isto é, a região mais populosa é sub-representada; a região menos populosa é super-representada no Congresso Nacional. Vamos repetir que as elites, as oligarquias, com essas exceções extraordinárias de homens como estes Senadores e Deputados que integram esta Comissão corajosamente, de Governadores e outros Parlamentares, essas oligarquias só tratam dos seus privilégios e dos seus corporativismos.

Fizemos um estudo para pegar tudo, todas as Comissões. Essa deformação espalha-se, derrama-se não apenas pela Comissão de Orçamento; ela se derrama por todas as Comissões.

Mais do que isso, o que é mais grave: ela se derrama, ela penetra não apenas no Congresso e nas comissões permanentes, mas também nas comissões especiais, como esta, onde estamos comprovando essa deformação.

Ela está também na burocracia. Ela se apresenta onde são tomadas as decisões, onde começa a ser elaborado o projeto orçamentário. Lá, talvez numa salinha fechada, a mesma deformação encontra-se com os técnicos e os burocratas, e são os técnicos e burocratas que tomam as decisões. A deformação já começa da própria assessoria do Presidente da República.

No Plano Plurianual de 1993-1995, aparece o Norte com 3,9%; o Nordeste com 14%; o Centro-Oeste com 4%; o Sudeste com 30%; e o Sul tão-somente com 8,1%.

Investimentos do Rio Grande do Sul nos investimentos da União: o Rio Grande do Sul participa com 8% na formação do Produto Interno Bruto e recebeu de retorno, no Orçamento de 1991-1992, 2,3%. Foi para 3% graças ao esforço, à luta dos nossos Parlamentares, Deputados e Senadores, em defesa dos interesses desse Estado. Senão, teríamos só 2,36%. Isto é, eram 200 e poucos milhões que passaram para 400 e poucos milhões, graças às emendas dos nossos Parlamentares.

Xingó recebeu 600 milhões de dólares; Jacuí, aqui no Rio Grande, só 72 milhões de dólares. O Rio Grande do Sul recebeu recursos oriundos do Ministério da Ação Social e Infra-Estrutura Urbana, em 1992, destinados a abastecimento de água, no valor de 3 milhões; Minas Gerais, 9 milhões; Pernambuco, 8 milhões.

Comparativo de recursos destinados a rodovias entre os Estados: fizemos uma comparação entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Embora Minas Gerais tenha uma rede rodoviária um pouquinho maior, recebeu essa diferença enorme: o Rio Grande do Sul recebe 126 milhões de dólares; Minas Gerais, 286 milhões de dólares.

Olhem aqui, no ranking, onde está o Rio Grande do Sul! Parece esse banquinho onde a gente toma chimarrão, não é?

A alocação de recursos para Minas Gerais é de quase 400 milhões de dólares; Bahia, quase 300; Pernambuco, mais de 150 milhões; Goiás, quase 100; Rio de Janeiro, quase 100; Rio Grande do Sul, no máximo 50 milhões.

Esta transparência relaciona o dólar por habitante no Orçamento de 1993. A bem da verdade, na primeira audiência que tivemos com o Presidente Itamar Franco, colocamos que esse Orçamento encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Collor de Mello era uma espécie de cesto podre, tal como estava o seu Governo. Não se esperava, portanto, que tirasse uma maçã boa. O Orçamento estava viciado, estava comprometido, tinha problemas de pagamentos.

Agora, está sendo reavaliado, com alterações, pois, já não é possível mais utilizar esses dados, embora possamos fazer apenas por amostragem: Minas Gerais, 25 dólares por habitante; Rio Grande do Sul, 6; Bahia, 24; Rio Grande, 6 X Pernambuco, 21 X Rio Grande, 6; Goiás, 17 X Rio Grande, 6; Rio de Janeiro, 6,49 X Rio Grande, 6,5; Espírito Santo, 15,10.

O investimento das estatais para 1993, naquele Orçamento, que deve ter sido alterado: Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), 5,9. Só o Norte tem mais. Juntando ao Nordeste e ao Centro-Oeste, vai a mais de 30%. Nesta transparência, ainda investimentos das estatais: Bahia, 3; São Paulo, 16; Minas Gerais, quase 5; Paraná, 2,45; Paraíba, 2,99. Aqui nos demos o trabalho de ver quanto é que a União dava para o Hospital de Clínicas: nada. A Eletrosul, 0,06; à Transurb, 0,03; à Petrobrás (a nossa), 0,15; à ampliação da Refap, 0,8; construção do terminal do GLP, 0,7. Ao todo, fomos aquinhoados com 0,24.

Na construção para o Sudeste, grandes recursos; para o Sul, nada. O Norte recebe alguma coisa.

Em conservação e restauração, o Sul perde sempre. Distribuição dos Recursos, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem: 2,2; Bahia, 8; São Paulo, 13; Minas Gerais, 22.

O Dr. Antônio Carlos Magalhães, quando andei fazendo declarações a respeito, mandou-me um fax com uma linguagem muito pesada, como é de seu feitio. Só mandei este gráfico. Duzentos e sessenta e nove bilhões de cruzeiros para a Bahia. Todos os outros tiveram esses banquinhos. Escrevi para ele, dizendo: "Se souberes ler um gráfico, tens a resposta da agressão".

Para encerrar, gostaria de dizer aos Senhores e Deputados que integram esta Comissão e aos demais que continuaremos lutando para tentar restabelecer o princípio da proporcionalidade justa.

Achamos que o limite de mínimo e máximo é inconstitucional. A proporcionalidade existe ou não. Ela tem que ser, em nosso entendimento, matéria de legislação complementar, não deve constar da Constituição, tanto o mínimo quanto no máximo. Vamos tentar, junto ao Supremo Tribunal Federal, com ações que já estão prontas, corrigir a deformação que existe na Federação, como consequência do princípio constitucional do art. 45.

Com relação à deformação que entendemos consequência do artifício que, mesmo utilizando o princípio da paridade, deforma totalmente a nossa Federação, visto que dá uma representação de 60 Senadores por 21. Esta deve ser gerada por um debate nacional, criando condições para alteração

da própria Constituição, não mais baseada no princípio da paridade, mas talvez de um mínimo de proporcionalidade estratificada, com representantes das regiões — com 1, 2 Senadores, 3, 4, 5 — conforme o número da população. Esperamos que os companheiros da Comissão, ao receberem a nossa contribuição e outras tantas, nos deem a oportunidade de voltar, com outros dados, à Comissão, para continuar esse tipo de participação, que consideramos muito importante para o trabalho da Comissão.

Como Parlamentar, como homem público, nunca vi uma Comissão com uma incumbência tão grande, tão gigantesca. Por outro lado, nunca vi membros de uma comissão com tanta consciência do papel e da função que estão desempenhando. O Brasil espera muito desta Comissão. Teremos que gerar um planejamento nacional para o País e planejamentos regionais, evidentemente combatendo todas essas deformações. No meu entendimento, é a deformação política, é a crise política que se reflete na estrutura da crise econômica do nosso País. (Palmas.)

Deixem-me dar um dado ainda: de 1991 até agora, estamos com 500 milhões de dólares comprometidos com a rolagem da dívida. Tivemos que tirar do Tesouro do Rio Grande essa quantia para os serviços da dívida do Estado.

Fomos nós também que começamos um movimento de federalização e de globalização da dívida. Viemos ao Congresso, a Câmara foi sensível, o Senado foi sensível, mas a burocracia não o foi. Até hoje, não foi capaz de fazer a rolagem da dívida. Daí por que estamos pedindo aos Parlamentares, Deputados e Senadores, que condicionem o ajuste fiscal, que será votado para tentar arrumar as contas da União, à aprovação da rolagem da dívida. (Palmas.)

Nós não poderemos socorrer. Parece-me um problema de senso comum. Se o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul têm 80% da dívida e comprometem, em média, de 17% a 20% da receita líquida para fazer o encargamento ou atender ao serviço da dívida, quando vamos retomar o desenvolvimento econômico? Nunca, porque esses quatro Estados são os grandes devedores e eles não têm condições de fazer investimentos, pelo menos na plenitude. Imaginem, se contássemos, desses 500 milhões de dólares, com 250 milhões de dólares, o que não faríamos de estradas? O que não faríamos na área da saúde? O que não faríamos em termos de saneamento básico?

Senador Beni Veras, esse é um apelo à latere da função da sua Comissão. É o Rio Grande que está apelando aos Senadores e aos Deputados. Querem fazer um ajuste das contas do Dr. Itamar Franco? Então, primeiro, temos que fazer o ajuste das contas dos Estados. Somente juntos poderemos retomar o caminho do desenvolvimento econômico. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Sr. Governador, não tenha dúvidas de que suas considerações serão levadas em conta, e estaremos abertos à participação que V. Ex.^a e o Rio Grande do Sul possam dar aos trabalhos desta Comissão.

Concedemos a palavra ao nobre Deputado João Augusto Nardes, que falará sobre: "Mercosul — Cenários e Consequências para o Sul e para o País".

O SR. JOÃO AUGUSTO NARDES — Senhores, é evidente que, pela exposição do Governador Alceu Collares, a questão do Mercosul tem reflexos em relação aos desequilíbrios. Se analisarmos a questão, veremos que, se o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os Estados mais próximos

da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, não tiveram um tratamento adequado, terão dificuldades de competir com esses países nessa integração que acontecerá do Mercosul. Portanto, a questão do desequilíbrio também estende-se aos Estados do Sul, em razão da similaridade econômica que têm com aqueles países.

Gostaria de fazer uma pequena exposição sobre a integração na Comunidade Européia, depois falar sobre algumas vantagens e desvantagens que a região Sul, como um todo, terá em relação a essa questão do Mercosul.

O século XX foi o século do nacionalismo e o apogeu do Estado Nacional. O século XXI será o século do estado universal, onde não haverá fronteiras e limites para a livre circulação de pessoas e bens deste planeta.

Esse presságio iniciou-se em 1957, quando se fez o Tratado de Roma, celebrado por seis nações da Europa Ocidental: Itália, França, Bélgica, Países Baixos, Alemanha Ocidental e Luxemburgo.

Era o Mercado Comum Europeu um organismo de cooperação econômica que tinha como objetivo eliminar essas dificuldades de relações entre aqueles países.

Aos seis primeiros membros do Mercado Comum Europeu somaram-se outros seis: Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca, Espanha, Portugal e Grécia. Era o caminho para sobreviverem entre as duas superpotências — Estados Unidos e União Soviética — em plena guerra fria.

O velho sonho de Carlos V e Napoleão Bonaparte de verem uma Europa unida começa a tornar-se uma realidade. No dia 31 do corrente ano será a data da queda das fronteiras entre os países da Comunidade Econômica Européia e o início da transformação do Velho Continente numa federação de estados, unidos por uma só política, uma só moeda, uma só economia ou, como diz o Presidente da França, François Mitterrand, “no caminho de fazer da futura união européia a maior potência do mundo.”

A partir do último dia deste ano, passarão a vigorar as chamadas “quatro liberdades”: livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Os cidadãos dos países membros poderão circular e fazer compras livremente, sem se preocuparem com passaporte ou impostos suplementares. As empresas terão opção de se instalar em qualquer país da comunidade. Os bancos e seguradoras estarão autorizados a disputar os clientes, independentemente de nacionalidade. Os trabalhadores poderão oferecer a sua mão-de-obra em qualquer país-membro.

Porém, a queda das barreiras alfandegárias não ficará restrita aos doze países membros da CEE. Em 1993 entrará, também, em vigor o acordo entre a Comunidade Européia e os sete países da Associação Européia de Livre Comércio — Suécia, Noruega, Finlândia, Suíça, Islândia, Áustria e Luxemburgo —, criando o espaço econômico europeu, que irá responder por 43% do comércio mundial, que serão em torno de 380 milhões de pessoas que participarão desse processo.

O projeto da unidade européia vai muito além da criação de um mercado único. Os objetivos da integração estendem-se à construção de uma unidade política cada vez maior, cada vez mais ampla, em seus campos interno e externo de defesa e política social.

A Comunidade Econômica Européia espera não só a adesão dos países da EFTA, como também a Suécia e a Áustria já formularam pedido nesse sentido, mas, segundo alguns otimistas, numa etapa posterior, a adesão das nações do Leste europeu que surgem dos rumos do império comunista.

Portanto, a Comunidade Européia foi um modelo de inspiração e paradigma para o esboço da formação entre os blocos econômicos, como o da América do Norte — Estados Unidos, Canadá e México — e o do Ásia, a ser liberada pelo Japão.

Podemos afirmar, com segurança, que a Comunidade Européia tem, como segredo, o sucesso com a economia de mercado baseada na livre empresa e o regime democrático.

Os blocos econômicos são transição entre o estado nacional e — prestem muita atenção, senhores — o estado universal que certamente vai acontecer.

A América do Sul, seguindo esses rumos, desse processo histórico, começa a esboçar a formação de blocos econômicos, entre eles destaca-se o Mercado Comum do Cone Sul, formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, a partir de 1995.

Esta semana, trouxemos, aqui, na Assembleia Legislativa, o Secretário Executivo representante do Grupo de Países da América Central, que estão organizados naquela região, inclusive, com o Parlamento constituído de três países, que, brevemente, serão em número de seis na América Central.

Tivemos oportunidade de debater, aqui na Assembleia, esta semana, essa questão do desafio do Mercosul.

Portanto, o Mercado Comum do Cone Sul é um processo irreversível, apesar das dificuldades apontadas. É bom lembrar também que as nações da Comunidade Européia, como a França e a Alemanha, foram países inimigos no passado e guerreavam constantemente, além disso, mesmo pertencendo à civilização cristã ocidental, essas nações possuem etnias, idiomas, religiões, sistemas jurídicos diferentes; porém tiveram lideranças com visão e superaram suas diferenças e se uniram a fim de progredirem. As nações do Cone Sul possuem muito mais traços em comum do que as diferenças existentes na Europa.

Somos, de forma étnica, mestiços; de forma religiosa, cristãos, com predominância católica; culturalmente, latinos, e de forma jurídica, romano-germânicos. Possuímos a mesma origem, somos herdeiros do novo mundo das duas grandes nações iberas, Espanha e Portugal. E se, no passado, estivemos em lados opostos, foi uma questão de contingência histórica, face à demarcação das fronteiras. Hoje, superada essa questão geopolítica, mínimas são as nossas diferenças, porém nenhuma delas é intransponível para a criação do Mercado Comum do Sul. O grande obstáculo para a criação desse bloco econômico é que não há espaço para cartórios e corporativismo e nem para empresários de reserva de mercado.

O Cone Sul será o local da competição e da livre concorrência, ou seja, de economia, de mercado baseado na livre empresa. Num processo de integração econômica não há espaço para reserva de mercados. Hoje nossas economias investem em qualidade, após a substituição da política de crescimento econômico acelerado, que é queimadora de etapas do desenvolvimento.

Sr. Governador, Srs. Senadores, Srs. Deputados, estamos conscientes de que a integração é o caminho, porém não podemos deixar de colocar que, mais uma vez, a Região Sul, especialmente, terá muitos sacrifícios. Eu gostaria até, neste momento, de citar o porquê dessa preocupação do Governador, que não é somente do Governador, mas de todo o Rio Grande, e apontar para os senhores alguns desequilíbrios que nós temos, especialmente a Região Sul, eu diria o Brasil como um todo, mas especialmente nós, que estamos mais próximos, das dificuldades que teremos em relação a essa questão.

Por exemplo, no setor agrícola, as nossas terras são menos férteis. Apenas para exemplificar, o Brasil, como um todo,

planta praticamente o dobro da área da Argentina, mas consome vinte vezes mais fertilizantes do que aquele país. Menor produtividade também é um outro aspecto que está associado à qualidade de vida da terra. O nível tecnológico da produção é outra questão importante.

Outro item importante, Sr. Senador, são os custos financeiros mais elevados, estando os juros brasileiros entre os mais altos do mundo.

Outro item importante, também, a descapitalização dos produtores. Após sucessivos congelamentos e tabelamentos, fruto do sistemático controle de preços adotados no País, isso induziu a atrasos tecnológicos. Também temos maiores custos portuários, de alfândega, diminuição também, nos últimos anos, com gastos na área de pesquisa e tecnologia com reflexos evidentes no sistema produtivo. Portanto, a perspectiva de um mercado unificado de dimensões continentais provocará, sem sombra de dúvida, uma violenta reestruturação da produção agrícola. A agricultura do Sul do Brasil terá que enfrentar sérios desafios. Muitos produtores rurais e agroindustriais com menor produtividade terão que converter sua produção ou serão eliminados. Esse processo será penoso para o Rio Grande do Sul, para a Região Sul e, certamente, para todo o País.

Por isso, nós temos que ter capacidade de articulação entre os nossos países, para podermos converter essa situação a médio prazo e possibilitar um trabalho em conjunto no mercado mundial, compatibilizando produtos, tipos, épocas de colheita e sistemas integrados de comercialização. Eu poderia citar aqui uma série de produtos que, certamente, nós não poderemos mais produzir no Rio Grande, como a questão do trigo, os prejuízos que teremos em relação à carne, ao vinho, e que o Mercosul, com o desequilíbrio que ainda possuímos em relação ao resto do País, terão prejuízos para o nosso Estado.

No setor industrial, algumas colocações. O incremento na concentração e centralização de capitais, com um número crescente de acordo entre grandes empresas para a redistribuição de espaço de mercado. Esse é um item extremamente importante. A abertura de novas oportunidades também. À medida que o Mercado Comum vai ganhando dinâmica para pequenas e médias empresas que possuam capacitação organizacional para incorporar-se de forma vantajosa e evolução dos mercados unificados. Um exemplo que teremos de vantagem em relação a isso, Srs. Senadores, é o núcleo industrial de calçados de Novo Hamburgo. Essas indústrias podem ser favorecidas a ampliar-se no seu mercado final, obtendo, ao mesmo tempo, vantagens no seu abastecimento de insumos como por exemplo, couros que vêm da Argentina.

Porém fica uma preocupação com outros setores, onde as pequenas e médias empresas poderão sofrer reveses pela falta de capital, pela falta de recursos diante dos juros altos que vivemos em nosso País. E nesta questão, certamente vai predominar a competência, que é a lei do mercado.

Em relação ao comércio exterior, gostaria de citar alguns itens importantes. As exportações brasileiras aos países do Mercosul cresceram, nos últimos dos anos, na ordem de 74%, sendo que as exportações argentinas aumentaram 128%. Tal expansão desloca a Argentina da décima para a quinta posição de maior comprador individual das exportações brasileiras. Alguns fatores são responsáveis por esse incrível crescimento no comércio Brasil-Argentina: a recuperação da economia argentina, a partir do Plano Cavallo, a política cambial argentina, que, tornando o câmbio de forma valorizada, favorece

as compras no Brasil, e também a recessão brasileira no período que, estreitando as possibilidades de venda no mercado interno, trabalha a favor da integração regional. No entanto, o fator fundamental está relacionado às preferências estabelecidas pelo Acordo de Complementação Econômica antecedendo o Mercosul.

Senhores, de modo geral, podemos dizer que não há complementação entre as economias das nações do Mercado e da Região Sul. Existem áreas como as do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que sairão prejudicadas, como já colocamos. Mas esperamos que, mediante fundos, e esta é a questão para que nós gostaríamos de alertar o Congresso, Srs. Deputados, Srs. Senadores, da forma como está atuando a Comunidade Européia, criando fundos especiais de investimentos econômicos para algumas regiões que serão prejudicadas. Teremos que ter isto porque, se o processo de integração acontecer de forma acelerada, como está acontecendo, porque o processo na Europa foi muito mais lento, e se o Congresso não tiver essa preocupação de criar esses fundos junto com o Poder Executivo, nós teremos grandes dificuldades para algumas regiões de nosso Estado e da Região Sul.

Portanto, gostaríamos de dizer que teremos prejuízos, mas a unidade latino-americana sempre teve inimigo poderoso, e nós entendemos que, após as guerras napoleônicas, em que as colônias ibero-americanas se emancipam das suas antigas metrópoles por influência, inicialmente, inglesa e, após, norte-americana, houve um processo de balcanização, e a América hispânica se esfacela em pequenas repúblicas. Todos os processos, de uma forma ou de outra, sempre foram desestimulados, porque não há interesse das nações do norte de terem a concorrência de uma América Latina unida, pois de forma dividida é muito mais fácil de explorá-la. Esse é um ponto importante, do porquê, apesar dos sacrifícios que nós teremos, nós sabemos da importância dessa união em relação ao Mercosul.

O que também realmente dividia as nações da América do Sul e da América Latina era o autoritarismo e as ditaduras, especialmente as mais recentes, que se fundamentavam na ideologia da segurança nacional. Também não podemos esquecer que, se os governos estavam divididos, a integração há muito já existia nas nossas fronteiras. A livre circulação de pessoas e bens nas fronteiras, legal ou ilegalmente, sempre foi uma realidade. Essa integração também é cultural, visto não se falar nem espanhol nem português, especialmente nas fronteiras, onde se fala mais o "portunhol".

Nunca também é demais recordar que o gaúcho não tinha fronteiras. O Brasil e as nações platinas eram para eles a única pátria. Atualmente, gostaríamos de dizer que os meios de comunicação social de massa assim como os próprios meios de transporte facilitam essa integração, porém, há uma necessidade de uniformização de legislação entre os países do Cone Sul. Acredito que não haverá mais os problemas que temos em relação à formação da família romano-germânica. Só para ilustrar dou um exemplo que, na Europa, há dois sistemas jurídicos, o romano-germânico no continente e o common law nas Ilhas britânicas, e isso não está se constituindo em nenhum problema. Esse exemplo da Comunidade Européia, certamente, servirá para nós da América do Sul. Precisamos, portanto, unir esforços para uma coerência interna na política econômica dos países do Mercosul.

A falta de paridade cambial é um dos pontos conflitantes. Portugal, Espanha e Grécia tiveram prazos para se adapta-

rem à política traçada pela Comunidade Européia. Essa questão da diferença cambial nos preocupa muito, porque, hoje, estamos sendo favorecidos, especialmente o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e o Brasil como um todo, pela mesma. Há muitas compras por parte dos argentinos em relação a nós, mas, se quisermos uma economia equilibrada, terá que haver, certamente, esse equilíbrio cambial.

Entendemos, portanto, que a criação dos blocos econômicos do Hemisfério Norte e a conseqüente ameaça de exclusão das nossas economias do cenário mundial, assim como o processo de consolidação dos regimes democráticos, é uma questão de tempo. A consolidação do mercado comum do Mercosul é o primeiro passo para a criação de uma confederação das nações latino-americanas. Certamente, no terceiro milênio, as nações latino-americanas não serão meras repúblicas de economias periféricas, mas países prósperos e democráticos. Isso só será possível se tivermos a visão de que, apesar dos sacrifícios que teremos que fazer na Região Sul, alcançaremos benefícios a médio e a longo prazo, sabendo também que o grande beneficiário, num segundo momento, sempre será o consumidor.

Temos a certeza e a convicção, para concluir a essa questão do Mercosul, de que se não nos unirmos, os países da América do Sul e, num segundo, passo, da América Latina — gostaria de parafrasear Rondon que disse, em determinado momento —, se a América Latina não se integrar, vai acabar se entregando.

Encerro meu pronunciamento deixando essas reflexões para os Srs. Senadores e Deputados, nesse aspecto dos desequilíbrios que teremos em relação ao Mercosul, mas que precisamos fazer, porque o continente está acima dos interesses da Região Sul, e os interesses do País estão acima dos da nossa Região. Por isso queremos, como um todo, ter esse equilíbrio para enfrentarmos essa questão tão contraditória que enfrentamos atualmente. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Tem a palavra o Sr. Prefeito Municipal, Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA — Ilustre Senador Beni Veras, Relator da Comissão que trata do problema do desequilíbrio inter-regional brasileira, demais integrantes desta Comissão, Senadores e Deputados:

O Governador Alceu Collares tem chamado a atenção para um problema sério que diz respeito diretamente a essa questão do desequilíbrio inter-regional em nosso País, no seu aspecto político.

Gostaríamos de transmitir ao Senador Relator e aos demais membros da Comissão uma modesta reflexão sobre essa questão que é política e que tem reflexos também na distribuição de recursos públicos, portanto, era distribuição de investimentos e de renda no País.

A questão da representação deve ser encarada do ponto de vista do processo de aprofundamento da democracia e modernização das instituições no país.

O atual sistema representativo distorce a representação real da sociedade brasileira. Por meio da sub-representação de vários Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, consuma-se a exclusão das grandes populações urbanas das decisões nacionais.

A luta pela revisão desse sistema não envolve apenas os Estados do Sul e Sudeste do país; também Estados importantes ao norte sofrem com este desequilíbrio representativo,

e, com isso, também grandes e importantes grupos populacionais se vêem discriminados politicamente.

O Congresso Nacional, em particular a Câmara Federal, tem tratado dessa questão. Há emendas constitucionais tramitando na Câmara, a fim de que seja alterado o art. 45 da Constituição, que trata especificamente da representatividade dos Estados. No Congresso, cada cidadão representa um voto, e isso não está garantido no preceito constitucional que foi aprovado, por maioria, no Congresso Constituinte de 1988. Trata-se, portanto, de buscar alterar essa situação. A cruzada que o Dr. Alceu Collares está desencadeando passa por cima da questão partidária ou regional. Ela é plural, suprapartidária e é uma questão nacional.

Trata-se, de engendrar um movimento nacional, plural, que articule os mais diversos setores sociais e regionais em torno de uma revisão global do modelo representativo e, mesmo, da forma como se organiza o próprio Congresso Nacional.

Esta distorção é acompanhada do desequilíbrio na distribuição dos investimentos públicos, conforme o próprio Governador demonstrou aqui mediante dados, gráficos e números, fator de concentração da renda nacional em favor das elites oligárquicas e do grande capital.

O Rio Grande do Sul tem sido, em particular, penalizado por esse jogo político, que prejudica a construção de alternativas de desenvolvimento social em nosso Estado.

A distribuição dos investimentos públicos deve ser revista por dois ângulos:

1º — o da justa distribuição regional com os olhos voltados para um desenvolvimento equilibrado de todo o país e que inverta a atual lógica concentradora da riqueza nacional;

2º — o do atendimento das necessidades básicas da maioria carente da população, restringindo o tráfico de influência do grande capital e das oligarquias sobre as verbas públicas.

Essa é a reflexão que fazemos a esta Comissão Mista do Congresso, que trata do desequilíbrio econômico e político inter-regional brasileiro. É importante que a questão seja levantada neste momento, porque, no próximo ano, deveremos realizar profundas e importantes modificações na Constituição brasileira.

Muito obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Augusto Nardes) — passo a palavra ao Deputado estadual João Luiz Vargas.

O SR. JOÃO LUIZ VARGAS — Sr. Governador Alceu Collares; Sr. Senador Beni Veras; Deputado João Augusto Nardes, Presidente em exercício desta Assembleia Legislativa; Sr. Olívio Dutra, Prefeito de Porto Alegre; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Senhoras e Senhores:

Buscando contribuir para essa discussão, trazemos aqui, Senador Beni Veras, uma situação real da discriminação que não apenas o Rio Grande, mas toda a Região Sul, sofre em virtude do número diminuto de representação no Congresso Nacional.

Como se já não bastassem as considerações feitas pelo Governador Alceu Collares, pelo Prefeito Olívio Dutra e pelo Presidente Nardes, bem como as informações que o Presidente da Comissão tem, salientamos aqui um fato, apesar de já ser do conhecimento da Comissão e também do Congresso Nacional, parece-me oportuno destacar: em 1990, o Presidente Fernando Collor, por meio de medida provisória, extinguiu, curiosamente, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Se tivesse extinguido as demais Superintendências, acreditaríamos que se tratasse de medida de enxuga-

mento ou de reformulação desses organismos, que têm responsabilidade muito grande no desenvolvimento das regiões do nosso País.

Após a extinção, numa atitude inteligente e com o compromisso de representar o nosso Estado e o nosso País, o Deputado Celso Bernardi — é um prazer vê-lo neste plenário — apresentou a Emenda nº 71, com o objetivo de criar a Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul. Essa Emenda foi apresentada na Medida Provisória nº 309 e, pela articulação dos Srs. Deputados, pela articulação dos representantes do sul, pela competente articulação do Senador Pedro Simon, junto com os Governadores do Cone Sul, foi aprovada, estando hoje na lei de conversão.

Esses foram os primeiros passos, que, evidentemente foram importantes. Entretanto, é necessário que outros passos sejam dados, para que essa discriminação brutal seja revertida.

Fiz entrega aos membros da Comissão de um estudo aprofundado, que mostra o quanto representava para a nossa região a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.

São muitos os projetos e os programas da Sudesul que possibilitaram o desenvolvimento do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, e tomara que, em retornando, ela beneficie também o Mato Grosso!

Esses programas, preparados com profundo cuidado pelos técnicos, hoje estão abandonados. Como se isso não bastasse, foram colocados em lugares perecíveis, ou seja, a memória das reivindicações do Estado na área técnica acabará desaparecendo se não forem tomadas medidas fortes para coibir essa situação. É necessário transformar a Secretaria do Desenvolvimento da Região Sul em Superintendência, tão necessário ao desenvolvimento da nossa região, para evitar chegarmos a uma situação que não desejamos.

A própria Constituição em vários dispositivos, especialmente no art. 43, estabelece a obrigatoriedade de órgãos que visem ao desenvolvimento das regiões e busquem solução para suas desigualdades.

Por isso, aqui vim trazer essa contribuição e, junto com ela, fazer uma reflexão sobre o quanto vem perdendo o Sul e o Sudeste deste País em virtude da forma desequilibrada da nossa representação.

Surgiu em boa hora essa idéia do eminente Governador Alceu Collares. É tempo de discutirmos todas as discriminações que, ao longo dos anos, vem sofrendo essa região do País. Parece até que existem outros interesses e que é necessário enfraquecer essa região do País para — quem sabe — fortalecer a entrada dos nossos irmãos no Mercosul, deixando à margem essa região tão importante do Brasil.

Deixo assim, Senador, a V. Exª, aos seus Pares, os eminentes Deputados que aqui se fazem presentes, este trabalho, no sentido de que seja encaminhado, com a maior rapidez possível, no Congresso Nacional, o debate para regulamentação das leis complementares do art. 43.

São muitos os desafios nesta hora. Deixo uma frase que encerra, no meu sentimento, este momento por que passa nossa região, a mais importante e histórica deste País: "Se formos corajosos o suficiente para reconhecer a caminhada que teremos que percorrer, teremos força suficiente para fazê-la".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedemos a palavra ao Dr. Camilo Calazans, da Associação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento.

O SR. CAMILO CALAZANS — Exmº Sr. Governador Alceu Collares; Exmº Sr. Prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra; Exmº Sr. Senador Beni Veras, Presidente da Comissão Mista que estuda os Desequilíbrios Econômicos Inter-regionais Brasileiros; Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, João Augusto Nardes; Exmº Srs. Senadores, Parlamentares, Deputados Federais, Estaduais, Srs. e Srs.:

Represento a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento — ABDE —, que, a convite do Banco do Rio Grande do Sul, aqui estive, através dos seus diretores, nos últimos dois dias, discutindo os problemas dos desequilíbrios regionais com vista à participação das nossas instituições filijadas nesse programa de desenvolvimento.

Creio que hoje já é um consenso de parcela importante da população brasileira que não há mais como adiar o reencontro do caminho do desenvolvimento econômico. Não existe outra opção para o nosso País, a não ser a de voltar a se desenvolver, ou se afeganzar em termos de pobreza, transformando o nosso Nordeste em uma nova Somália, uma nova Etiópia. Diria não somente o Nordeste, mas também as populações marginais das grandes cidades do Sul e do Sudoeste do País.

Portanto, é a última oportunidade que o nosso País tem de se desenvolver. Estudamos, nesses dois dias, as razões dos problemas econômicos que o Brasil enfrentou na última década: a década perdida. Concluímos — como muitos já devem ter feito — que fomos vítimas de uma política econômica, que, com rótulos, dialética, retórica e discursos diferentes, na verdade, trouxe-nos apenas juros altos e salários baixos, a pretexto de, assim, combater-se a inflação. O que ocorreu é que essa política fracassou no combate à inflação. Quando ela foi ativa, a inflação aumentou, chegando a alcançar índices de até 90% ao mês. Essa política não só fracassou em combater a inflação, como também trouxe um maior desequilíbrio regional e setorial, desemprego, miséria.

Temos, portanto, Senhores, que colocar em prática uma criatividade nova para reencontrarmos o caminho do desenvolvimento. Temos um crescimento demográfico acentuado e grande leva de nova mão-de-obra que se acrescenta ao mercado todos os anos e que precisa de emprego e de renda.

É evidente que não podemos aceitar como corretas teses que se dizem modernas, mas que não o são. Teses de que o Governo seja apenas contemplativo e omissor no processo econômico não são praticadas pelos países modernos e progressistas. O Governo sempre tem que ser ativo no processo econômico.

Nesses últimos dez anos de recesso, embora o discurso fosse liberal, o Governo sempre esteve presente — neste caso, no mau sentido — com planos e pacotes, que, na verdade, serviram apenas para enriquecer aqueles que tinham informações privilegiadas, ou seja, os que sabiam o que iria acontecer no dia seguinte e que podiam se posicionar favoravelmente aos novos acontecimentos.

Hoje, precisamos de um governo que não se omita, que não se ausente do processo econômico. Não existe, no mundo inteiro, um Governo ausente desse processo. Isto é uma balela, uma falácia que querem infligir ao povo brasileiro. O Governo deve estar presente, cumprindo suas obrigações naturais de aplicar recursos voltados para o desenvolvimento, investindo em saúde e educação, setores que passam por grandes dificuldades, as quais conhecemos. Deve-se ter em mente que o melhor remédio para a saúde, hoje, no Brasil, é a

produção de alimentos, pois o maior mal pelo qual passa a população brasileira é exatamente a subnutrição, principalmente na infância.

É preciso investir em infra-estrutura, energia, comunicações e estradas. A irrigação, principalmente nas regiões brasileiras semi-áridas, deverá também ser uma prioridade nacional tão grande como a energia, pois só assim será viável manter, numa dessas regiões, uma população tão grande como a que o Brasil mantém hoje no Nordeste. É viável a irrigação. O pouco que já foi feito demonstra isso. Em termos mundiais, temos o exemplo do que já foi feito em Israel, no México e nos Estados Unidos. Neste último, investimentos oficiais, governamentais, em captação e distribuição de água pelos grandes canais, com concessão de financiamentos a prazos longos e adequados, para que os agricultores possam levar essa água para as suas propriedades, e a fixação de tarifas de energia elétrica um sexto mais barata para o setor rural do que para o setor urbano fizeram com que, hoje, a grande e próspera região agrícola dos Estados Unidos, a região semi-árida da Califórnia, seja mais produtiva do que as regiões ecologicamente mais favoráveis.

Essa é a mensagem que gostaria de deixar como nordestino, ou seja, que passemos a considerar a irrigação, principalmente para o Nordeste, como uma prioridade nacional tão importante como a energia, as comunicações e a construção de estradas.

O Governo deve também propiciar condições para que se criem recursos e para que sejam constituídos fundos específicos para o desenvolvimento, que serão transferidos para a iniciativa privada, para o agricultor e para o industrial, para que possam gerar mais recursos, mais renda, mais empregos e mais salário. Esses fundos serão forçosamente originários de recursos fiscais, como, hoje, por exemplo, é o fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Na nossa reunião de ontem, foi proposto que esse fundo seja estendido a outras regiões, como o sul do País. Não vemos por que não fazê-lo, desde que não seja reduzida a participação do Nordeste e do Norte. Todos os países em desenvolvimento — como demonstra o exemplo do Japão, dos países europeus, dos próprios Estados Unidos, na parte agrícola — criam fundos como esse, para que sejam repassados à iniciativa privada e para que sejam criadas novas condições de desenvolvimento. A esses fundos fiscais deverão ser agregados obrigatoriamente outros fundos que hoje estão na especulação financeira, como os fundos das entidades de previdência, seja ela oficial ou privada, e como os fundos das empresas de seguros, que em todos os países do mundo são feitos em aplicações a longo prazo, dando condições a financiamento de investimentos a longo prazo.

No Brasil, não se fazem esses financiamentos, em face da especulação financeira. Uma das medidas mais importantes do Banco Central, hoje, no Brasil, talvez seja fazer com que o sistema financeiro deixe de ajudar apenas a especulação, para voltar a ser, como foi no passado e como é no mundo moderno atual, um sistema que financia a produção e a comercialização. A esse fundo poderão ser agregados recursos externos, hoje difíceis, pois não existe mais disponibilidade desses recursos, que não podem ser aplicados nos países ricos e que são dedicados aos países pobres, como foi, no passado, o eurodólar ou o petrodólar. Mas existe alguma coisa, e esses fundos mobilizados pelo Governo deverão ser destinados, através dos seus agentes financeiros, para o desenvolvimento.

Nesse caso, entramos no segundo grande problema: as prioridades de desenvolvimento. Não podemos buscar mais,

como o fizemos no passado, um desenvolvimento que promovia a criação do bolo, mas que não seja subdividido. Precisamos de um desenvolvimento redistributivo de renda, porque sabemos que a renda no Brasil é uma das mais perversas em termos de distribuição no mundo.

Os recursos precisam ser destinados ao desenvolvimento, observados os objetivos de se corrigir os desníveis setoriais. Sabemos que o Brasil tem uma boa produção agrícola. Para que o Brasil possa produzir alimentos para o seu povo, basta que haja crédito e condições adequadas à produção e que "São Pedro o ajude". Se tivermos irrigação, a ajuda de São Pedro não precisará ser tão grande. Aí está o exemplo do Banco do Brasil, que, quando está presente financiando, temos safras recordes porque temos abundância de terras e de mão-de-obra, dois fatores de produção. Temos também o desejo do agricultor de produzir. Quando o Banco do Brasil se retrai, a produção cai 40%, importam-se alimentos e custa mais à Nação a escassez de produtos alimentares do que o financiamento que daria retorno.

É preciso que os recursos contribuam também para corrigir os desníveis inter-regionais, não apenas nas diferentes regiões do País, como também dentro de cada Estado, nas diferentes regiões de cada Estado, para que haja melhor equilíbrio econômico.

É preciso que os recursos sejam distribuídos na mesma proporção citada pelo Governador Alceu Collares — em função da população. É a forma mais justa socialmente e a mais democrática.

Não é possível, Senhores, que a situação continue como está. Nesta tarde, foram apresentados muitos lados da questão, mas gostaria, ainda, de acrescentar outro aspecto. O Nordeste tem aproximadamente 30% da população brasileira e, nos últimos cinquenta anos, recebeu pouco mais de 10% dos recursos oficiais que foram realmente aplicados e não apenas se constituíram em intenção de recursos.

Há grandes indagações. Quem são os instrumentos desse desenvolvimento? Quem vai manipular e aplicar os recursos? A nossa proposta é que seja deixado de lado o planejamento centralizado exagerado?

É preciso que o Governo pense mais nas necessidades regionais e que permita que as regiões possam se organizar através de instituições que visem ao desenvolvimento, como o foi o Sudesul. Talvez seja necessário que a Constituição Federal seja alterada na determinação de que o desenvolvimento nacional e regional é obrigação da União.

É necessário que esses recursos venham sem ônus e sem intermediários para as instituições financeiras estaduais, e estas devem ser as responsáveis pela sua aplicação, com a finalidade de sanar as dificuldades de cada região e de cada Estado.

É preciso que esse procedimento seja feito de forma técnica, uma vez que não há antagonismo nem incompatibilidade entre a técnica e a política, pelo contrário, estas se complementam. A política fixa os objetivos, e a técnica visa a atingir esses objetivos em menos tempo e na busca de maior renda.

Os instrumentos dessas operações devem ser os bancos estaduais, os de desenvolvimento, os mistos que possuam carteiras de desenvolvimento, porque estão mais perto das reais necessidades das populações. Devemos ser realistas, afirmando, conscientemente, que o sistema financeiro brasileiro privado jamais teria condições de correr o risco de uma política de desenvolvimento a longo prazo. O sistema financeiro aplica a curto prazo e busca, sempre, o menor risco e as maiores renda e liquidez.

Para obtermos o desenvolvimento, é necessário que haja um risco maior, operações a longo prazo, operações que impliquem em custo operacional maior. Apenas operações que se tornem altamente rentáveis para o País.

Se fizéssemos, hoje, um cálculo do que o Governo brasileiro utilizou em crédito para introduzir e desenvolver a cultura de soja no País e o que ela trouxe para nós — não falando apenas em termos de empregos, mas em termos de impostos e divisas —, chegaríamos à conclusão de que esses investimentos governamentais foram, talvez, os mais rentáveis que o Brasil fez até hoje.

Quanto à cultura do café, fizemos um estudo sobre a sua plantação no Estado da Bahia. Dez anos depois, fizemos um cálculo do que foi aplicado em financiamento para infraestrutura da região e chegamos à conclusão matemática de que o Governo recebeu, em termos de divisas e impostos, oito vezes mais em termos reais nesses dez anos. O que rendeu para o Brasil a soja nesses anos, depois de introduzida no Rio Grande do Sul e espalhada por todo o Brasil, com o crédito governamental e oficial e com a assistência técnica? Esta é uma indagação que deixo para os Srs. Deputados que estão estudando os desequilíbrios econômicos regionais.

Finalizo agradecendo a honra de aqui estar nesta tribuna, que pertence aos donatários da vontade popular dos gaúchos. Muito obrigado. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedemos a palavra ao Dr. Walter Nique, Secretário do Planejamento.

O SR. WALTER NIQUE — Sr. Governador, Dr. Alceu Collares, Exmº Sr. Senador Beni Veras, Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves, Exmº Sr. Deputado João Augusto Nardes, Presidente em exercício desta Casa, Exmº Srs. Deputados Federais, Secretários de Estado, Exmº Srs. Deputados Estaduais, Senhoras e Senhores, o Brasil, embora se constituindo na oitava economia do mundo, está subdividido em regiões desigualmente desenvolvidas e que foram ocupadas de diferentes formas.

Neste contexto, o espaço geográfico nacional caracteriza-se, na expressão de José Alonso, em “um verdadeiro mosaico econômico resultante das experiências exportadoras até metade do século XIX”. Entretanto, no final deste mesmo século e no decorrer do século XX, ocorreu uma forte concentração econômica na região Sudeste com o desenvolvimento do processo industrial.

Sobre este assunto, um estudo da Fundação Joaquim Nabuco conclui que: “a história econômica recente das regiões brasileiras se confunde com a história da industrialização do País e a da constituição do mercado interno brasileiro. Nesses processos, foi tomando forma uma divisão inter-regional do trabalho, e, em consequência, foram definindo-se estruturas produtivas e papéis diferenciados para cada região, no interior da economia nacional, com repercussões sobre o desenvolvimento econômico e as condições de vida nas distintas regiões”.

Este processo criou, na realidade, um novo tipo de “mosaico econômico”, resultante da junção de várias regiões com níveis de desenvolvimento e crescimento diferenciados. Este processo, de certa forma natural na dinâmica do desenvolvimento capitalista, criou, como não poderia deixar de ser, profundos desequilíbrios regionais, ainda que qualitativamente diferentes dos que ocorreram no passado. Apesar destas distorções, nos anos mais recentes, década de 70 e 80, as economias regionais cresceram, ainda que de forma desigual.

Um aspecto importante neste processo é que as atividades econômicas, de certa forma, foram desconcentradas. Primeiramente, ocorre desconcentração em favor das regiões menos industrializadas, sobretudo as regiões Norte e Centro-Oeste, inclusive o Nordeste a partir de 1975. Por outro lado, a descentralização no Sudeste favoreceu Minas Gerais e o Espírito Santo. Este mesmo fenômeno ocorre no interior de alguns estados, como é o caso específico de São Paulo, onde a região metropolitana perde posição em relação a algumas regiões do estado, principalmente na atividade industrial.

No que se refere à desconcentração entre os estados, destacou-se o aumento da participação relativa do Pará e Amazonas, na região Norte; da Bahia, no Nordeste; de Minas Gerais e do Espírito Santo, no Sudeste e do Paraná e de Santa Catarina, no sul. Cabe destacar a região Centro-Oeste, onde todas as unidades geradas aumentaram sua participação no Produto Interno do País.

Não obstante, o quadro das desigualdades regionais do País não só não foi atenuado, como, em alguns casos, aprofundou-se. Esta tendência se agravou, em especial, com a crise dos anos 80 e os efeitos perversos da chamada “década perdida”.

No caso da região Sul, a conjuntura dos anos 70 e 80 não destoou de forma significativa do que ocorreu com a economia brasileira no mesmo período, quanto mais não seja pelo aprofundamento do processo de integração das economias regionais. Assim, a expansão dos níveis da atividade econômica na década de 70 foi apanhada de significativas transformações da estrutura produtiva, tanto a nível nacional, quanto regional.

Por outro lado, a desaceleração do crescimento da economia da região Sul, na década de 80, acompanhou o ritmo da economia nacional, com exceção, talvez, do estado de Santa Catarina.

Segundo estudo realizado pela Fundação Joaquim Nabuco: “As diferenciações setoriais no crescimento do PIB regional tornam claras as mudanças ocorridas na estrutura produtiva. A uma diminuição da participação da agricultura e dos serviços no produto gerado na região Sul na década de 70, correspondeu o crescimento do setor industrial, que passou a responder por mais de 1/3 do PIB regional em 1980 e em 1985, quando, dez anos antes, esta participação situava-se em torno de um quinto do total. E mesmo a agricultura, em que pese sua perda de importância relativa, sofreu transformações significativas, ampliando a produção de exportáveis através da expansão da agroindústria ligada ao complexo soja (óleo, farelo, ração), no Paraná e no Rio Grande do Sul, e ao processamento de carne suína e de aves em Santa Catarina, e restringindo a produção de alimentos. Este processo levou à mecanização da produção e à introdução de insumos modernos, proporcionando uma transferência dos estímulos dinâmicos da agricultura para seguimentos da indústria”.

No caso específico do Rio Grande do Sul, em relação à distribuição do produto entre as unidades que compõem a região Sul, verifica-se que, entre 1970 e 1985, houve uma perda relativa de importância em relação ao contexto nacional.

Segundo o estudo já citado, no que se refere à indústria da região Sul, deve-se registrar que: “embora cada Unidade da Federação conserve suas particularidades, ocorreram transformações da maior importância na economia industrial da região, associadas a um dinamismo inusitado da produção manufatureira. Assim, o Paraná altera significativamente sua

base econômica com a implantação de um setor que, de pouco dinâmico, passa a liderar o crescimento da economia. De uma indústria que, antes da década de 70, estava constituída de atividades de beneficiamento de produtos agrícolas (ervamate, madeira, café, óleos vegetais), com tecnologia pouco elaborada, no geral, surge um processo bem nítido de incorporação de novos ramos (material elétrico e comunicações, material de transporte) — e são transformados gêneros industriais já existentes como o da química (combustíveis e lubrificantes), papel e papelão, com a incorporação de novas atividades que envolvem um maior grau de processamento da matéria-prima, além da indústria de produtos alimentares, que perde sua característica de indústria rudimentar nas décadas anteriores. Vale ressaltar ainda que esta nova indústria não só se volta para o mercado nacional, como se caracteriza por uma nova organização industrial e pela presença de frações extrarregionais do capital, inclusive estrangeiro.

Fenômenos semelhantes, ainda que com características peculiares, ocorreram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

De uma forma geral — e isto não se pode perder de vista —, a região Sul, apesar da crise, apresentou, em função das transformações ocorridas, alguns aspectos positivos, entre os quais: crescimento do emprego formal e do processo de industrialização; modernização do processo produtivo; políticas sociais que, embora não suficientes, provocaram ganhos sociais evidentes, tais como diminuição da mortalidade infantil, elevação da expectativa de vida e redução do número de analfabetos. Na década de 80, entretanto, alguns indicadores apresentam uma tendência declinante, como é o caso do aumento do emprego informal, em parte compensado pelo aumento do emprego na administração pública, a exemplo do que ocorre nos demais Estados da Federação.

O que é indiscutível é o fato de que a crise das últimas décadas não só manteve, com também aprofundou, os desequilíbrios e as desigualdades regionais, deixando claras as deformações das políticas levadas a cabo pelo Governo brasileiro. E neste aspecto, cabe ressaltar os efeitos nocivos também sofridos pelas regiões mais desenvolvidas, Sudeste e Sul, o que deixa claro o desequilíbrio estrutural do Estado brasileiro, tanto no campo político, como no campo econômico.

Estas deformações se refletem muito claramente em dois fatores de grande importância, os quais, entre outros, são hoje objeto de análise a nível nacional. Trata-se, por outro lado, da deformação da representatividade das instâncias políticas, como o aumento da insatisfação em algumas regiões, devido à existência notória de distorções no sistema representativo a nível nacional. Por outro lado, há dificuldades crescentes da esfera federal em administrar os conflitos e as reivindicações oriundas das diferentes regiões do País, agravadas pelo quadro de profunda crise e desorganização das finanças públicas.

A atual situação de crise política, social e econômica, na falta de uma ação planejada e coerente por parte do Governo Federal, pode criar, pelo aprofundamento da crise, uma situação tal que pode levar a profundas rupturas do corpo social.

A conjuntura atual, nacional e regional, pela ação descontrolada desses fatores políticos e econômicos, pode levar — e aí estão os sinais concretos na sociedade brasileira — ao ressurgimento de idéias separatistas, que são, na sua essência, indesejáveis do ponto de vista social, político e econômico.

Não se pode perder de vista dinâmica da desagregação sofrida por outros povos e outras nações, inclusive as mais desenvolvidas.

Isso ocorre sempre com a derrocada de estruturas sociais, políticas, econômicas e institucionais, quando essas sociedades organizadas numa unidade maior (império, federação, confederação, etc) tornam-se incapazes de apreender e dirigir o desenvolvimento dos processos sociais. As nações européias e os próprios Estados Unidos nos deram exemplos desses processos e, presentemente, estão aí os exemplos trágicos da ex-União Soviética e da Iugoslávia, para não citar outros.

Estamos, pois, frente a poderosos desafios de um momento de crise profunda e de grandes transformações e, por consequência, de transição na busca de definição de novos projetos sociais exigidos pelas estruturas ora existentes e na busca de novas definições dos tradicionais modelos de desenvolvimento social e econômico.

Tanto a nível internacional, como nacional, deve-se chegar a um modelo de desenvolvimento para o qual, independente da ideologia dominante, a ação do Estado se torne, ao contrário da visão vulgar da atual ideologia neo-liberal, um imperativo histórico.

No que concerne às questões regionais e locais, impõe-se um projeto que, segundo Rafael Cunha, “possibilite orientar os recursos do desenvolvimento futuro, numa proposta que permita pensar e projetar as sociedades regionais de forma mais harmônica”. E, aqui, ressaltar-se mais uma vez o papel do Estado na ação de planejar, a qual, “na concepção moderna e democrática do termo, significa agir plenamente sobre o econômico e o social; orientar o desenvolvimento das relações entre os homens e a natureza; encontrar as formas pelas quais os escassos recursos possam ser usados com maior utilidade e eficiência; conciliar os antagonismos e dirigir o desenvolvimento do ponto de vista dos interesses maiores da coletividade...”

Assim, o planejamento da estatal que, na visão moderna do termo, deve ser entendido como um processo com ampla participação da sociedade organizada, necessita debruçar-se sobre todas as questões sócio-políticas e econômicas, sejam elas especificamente estruturais ou conjunturais.

No presente momento histórico por que passa a sociedade brasileira, o desafio central do planejamento é o de formular um novo projeto de desenvolvimento nacional, que permita a reinserção do País na nova Ordem Mundial em estruturação e, sobretudo, que equacione as questões sociais e econômicas internas.

Nesta linha de raciocínio é que deve-se analisar, com a profundidade exigida, o projeto de integração das sociedades do Cone Sul (Projeto Mercosul), que deve ser estruturado e desenvolvido na sua abrangência total: integração econômica, social, cultural e política.

A esse respeito, o Estado do Rio Grande do Sul, devido a sua peculiar situação geoeconômica, deve dedicar uma atenção redobrada, já que sofrerá de maneira imediata as consequências positivas ou negativas advindas desse processo, de um lado, aproveitando o máximo as primeiras e, através de políticas adequadas, amenizar as segundas.

Tanto a nível federal como regional, as políticas governamentais e o novo projeto nacional, que venham a ser definidos para o Brasil, deverão contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

a) a tendência verificada em governos recentes em privilegiar políticas macroeconômicas voltadas para curto prazo

e a busca da estabilidade econômica, em detrimento das questões de médio e longo prazo;

b) o ataque concreto ao agravamento da questão social a partir dos anos 80 e, especialmente, nos anos 90;

c) a tendência à adoção indiscriminada de políticas de cunho liberal, com a implementação de propostas que tendem a reduzir indevidamente o papel e a presença do Estado, desarticulando a indispensável ação do planejamento governamental;

d) o perigo da adoção de uma estratégia de integração competitiva e de uma total abertura da economia nacional, que privilegiaria a reestruturação da base produtiva do País com vistas a uma crescente internacionalização, deixando como secundários o mercado interno e os interesses nacionais;

e) a tendência de reorganização das estruturas produtivas locais, em face dos impactos dos padrões tecnológicos resultantes da revolução científico-tecnológica em curso no mundo e ainda muito concentrada nos países mais ricos, sem o necessário incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia a nível nacional;

f) o cuidado em não privilegiar políticas de corte nacional, com pouca ou nenhuma consideração às heterogeneidades e diversidades das estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas das diferentes regiões do País;

g) a necessidade da promoção e da implantação de substanciais reformas institucionais, tarefa essa que deverá constituir-se no objeto fundamental da revisão constitucional de 1993;

h) o apoio integral à modernização da sociedade brasileira e de seu sistema produtivo, pondo, como tarefa primeira deste processo, o ataque definitivo à grande miséria da maioria do povo brasileiro, a solução do problema educacional e da saúde e o resgate definitivo da nossa dívida social;

i) a criação imediata de mecanismos compensatórios de desequilíbrios e desigualdades regionais, primeiro, a nível nacional e, segundo, a nível dos países componentes do projeto Mercosul.

Senador Beni Veras, esta Comissão que o senhor preside, da análise dos desequilíbrios regionais, tem raízes muito profundas, como as apontadas aqui, especialmente nos nove itens antes anunciados. Esta comissão tem todas as condições de, no plano político e, por consequência, no plano econômico, dar base para uma discussão nacional intensa e profunda.

Os parâmetros básicos, também chamados "cláusulas pétreas", sobre as quais se assenta a Constituição Nacional, são os fundamentos a partir dos quais a discussão deve ser construída. Distorções políticas levam a distorções econômicas, e, por consequência, aprofundam as distorções sociais.

O Rio Grande do Sul não pode admitir a pobreza e o analfabetismo das regiões Norte e Nordeste deste País. Isto é extremamente injusto e fere, no âmago, a nossa consciência. Esta discussão, pois, tem, fundamentalmente, um sentimento de justiça e fraternidade, procurando alijar elites que, historicamente aliadas com o capital internacional, impediram a plena realização e satisfação do cidadão brasileiro.

Senador, o Rio Grande do Sul, na continuidade de seu posicionamento histórico, levanta-se, mais uma vez, na defesa da justiça social, com o objetivo claro do engrandecimento da nação brasileira e do bem-estar de seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Passaremos, agora, ao período destinado aos debates.

Concedemos a palavra ao nobre Deputado Valdomiro Lima.

O SR. VALDOMIRO LIMA — Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Alceu Collares; Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado João Augusto Nardes; Exm^{os} Srs. Senadores, Secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais:

O tema que hoje estamos debatendo, relativo aos desequilíbrios regionais, preocupa-nos demais.

A Constituição Federal deu grande ênfase ao desenvolvimento regional, enfocando a descentralização e a desconcentração industrial como fatores fundamentais para uma melhor distribuição de renda. Em razão disso, os Constituintes de 1988 colocaram na Carta a necessidade da regionalização do País.

Torna-se urgente, pois, promover o desenvolvimento harmônico e desconcentrado da Nação, já que o modelo econômico adotado, a partir da Revolução de 1964, aprofundou as desigualdades regionais, concentrando o desenvolvimento no eixo Rio-São Paulo.

A Constituição fixou a alíquota de 3% do Imposto de Renda e do IPI para a alavancagem do desenvolvimento, que está sendo aplicada nas regiões Nobre, Nordeste e Centro-Oeste, deixando de lado as regiões Sudeste e Sul.

Como já dissemos anteriormente, o período autoritário privilegiou o eixo Rio-São Paulo. É por demais sabido em todo o País o desenvolvimento desses dois Estados, não havendo real necessidade de se alcançarem mais recursos para o desenvolvimento dessa região. Todavia, não se justifica que ficasse a região Sul sem nada para o seu desenvolvimento. Esses 3% que a Constituição determina do IPI e do Imposto de Renda para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste significam cerca de 750 milhões de dólares em números redondos, o que é uma quantia apreciável, e, para a região Sul, nada.

É sabido que nós precisamos muito ainda alavancar nosso desenvolvimento. Por isso propusemos uma Emenda Constitucional que altera esse dispositivo da Constituição, passando o percentual para 3,3%. Estamos reivindicando esses 0,3% para a região Sul, ou seja, não queremos tirar dos 3% já determinados na Constituição para aquelas regiões; queremos aumentar o percentual, sendo a diferença aplicada na região Sul através do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, hoje o BDI.

Essa emenda constitucional tem hoje mais de cem assinaturas na Câmara Federal e foi feita com o assessoramento do pessoal do BRDE, do Engenheiro Reinaldo Peixoto, Vice-Presidente do Banco, e do Dr. Cairolí, Presidente do Banco. Foi algo feito com muito estudo segundo o que os técnicos nos colocaram. Esses 0,3% representarão 75 milhões de dólares, que, colocados na economia da região Sul, através do Banco de Desenvolvimento Econômico, dar-nos-ão condições de modificar a fisionomia da nossa região em termos de alavancagem.

Fica aqui meus cumprimentos ao Senador Beni Veras pelo trabalho que está realizando, aos seus colegas da Comissão e ao Governador Alceu Collares, que levanta uma questão das mais pertinentes deste País. Infelizmente, por algumas pessoas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Governador não está sendo bem entendido, mas temos a convicção de que o que está querendo fazer é a distribuição harmônica dos recursos colocados na vala comum da União, através das

contribuições, dos tributos, que têm que ser distribuídos com critério e que prestigem as regiões menos favorecidas, não prejudicando as regiões em desenvolvimento.

Meus sinceros cumprimentos a todos pelo relevante trabalho que estão realizando. Realmente, estão prestando um grande serviço ao País, à nossa Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedemos a palavra ao Deputado Pinheiro Landim.

O SR. PINHEIRO LANDIM — Excelentíssimo Sr. Alceu Collares, DD. Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Exm^o Sr. João Augusto Nardes, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Exm^o Sr. Beni Veras, DD. Relator da Comissão de Estudos dos Desequilíbrios Econômicos Inter-Regional do Brasil; demais membros da Mesa diretora; Srs. Deputados Federais; Srs. Senadores; Srs. Deputados Estaduais; lideranças locais; imprensa; meus Senhores, minhas Senhoras:

É com satisfação que estou aqui, na Casa do Povo do Rio Grande do Sul. Vim de Brasília, mas gostaria de dizer que sou originário do Ceará, Estado que represento no Congresso Nacional. Mais satisfeito estou de estar falando na tribuna do povo do Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa, que foi a minha Casa por duas legislaturas, quando tive a oportunidade de presidir a Casa do Povo cearense. Acostumei-me, na Assembleia Legislativa do Ceará. Como era a casa do povo, era onde podíamos concordar, mas também podíamos discordar. E, neste instante, usando desse direito, dessa prática democrática livre, que, como brasileiro, representante do povo cearense, na Câmara Federal, gostaria de dizer da nossa preocupação com os problemas do Nordeste, não como um problema nordestino, mas como um problema brasileiro, como um problema dos gaúchos. A nossa preocupação deve ser com o problema dos pobres e humildes do Nordeste brasileiro.

Gostaria de dizer que chegará a hora e o momento de unirmos o Ceará e o Rio Grande do Sul como no passado, como no fim do século passado, quando Plácido de Castro, comandando os seringueiros cearenses, lá no extremo norte, conquistou o Território do Acre para ser incorporado ao Brasil. Foram o comando de um gaúcho e a coragem dos cearenses que incorporaram o Estado do Acre à Federação.

Com essa mesma visão e com esse mesmo sentimento é que estou aqui, hoje, apelando ao Sr. Governador, aos gaúchos, que possamos, na discussão desta Comissão tão elogiada pelo Governador, difundir tudo isso no Brasil afora, para que, através de uma decisão política do Governo Federal e das forças políticas no Congresso Nacional, encontremos o caminho para diminuir as desigualdades regionais do País, o sofrimento daqueles que não tiveram oportunidade de escola e que não têm direito à saúde, à moradia e à alimentação adequada para viver condignamente. Por esta razão. Sr. Governador, falo também um pouco do Norte, dos nortistas, dos gaúchos, cearenses e nordestinos, que moram naquela região, ocupando aquele imenso território, o qual é uma reserva importante para a Pátria. É um sacrifício morar naquela região abandonada, desprezada e desassistida. Devemos ter algum respeito e manter alguns privilégios, que, porventura, o povo daquela região deseje e precise do Governo brasileiro.

Conhecendo o Norte do País e o percorrendo, encontro em Roraima a colônia gaúcha, que entende de agricultura e difunde a sua competência, sua técnica, trabalho e dedicação. Essa colônia também está presente em Rondônia, na

Bahia, no sul do Piauí, enfim, em todo o território brasileiro, produzindo e aumentando a riqueza do Brasil.

Sr. Governador, gostaria de discordar de V. Ex^a com relação à preocupação existente sobre o problema da representação do Congresso Nacional. Se formos nos guiar pela população de cada região e de cada Estado, o Sul não ganha nada, pelo contrário, perde; o Nordeste não ganha, nem perde; o Centro-Oeste perde um pouco; o Norte perde muito e o Sudeste ganha — principalmente a cidade de São Paulo, que já tem o dinheiro, a mídia e a força que comandam a economia do Brasil.

Parece-me que essa não é a melhor solução para o problema dos pobres do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo, do Paraná, do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste do País. Talvez, tenhamos que fazer o que já estamos fazendo: discutir, indo a todos os Estados brasileiros, sentindo, por parte dos governantes e da população em geral, os problemas que cada um tem e que desejam que sejam resolvidos em sua região.

Sr. Governador, desculpe-me por ter de discordar, em sua terra, na Casa do Povo do Rio Grande do Sul, um pouco da palavra de V. Ex^a e concordar, em grande parte, com aquilo que foi dito por S. Ex^a e, aqui explicado.

Entendemos, Sr. Governador, que a distorção vem de longa data. Aqui, foi falado algo com relação à irrigação, que entendo ser a solução primeira para resolver o problema do semi-árido e do Nordeste brasileiro. Para isso, é preciso haver investimentos. Por exemplo: no Nordeste brasileiro, em 1909, foi criado um órgão que, hoje, se chama Departamento Nacional de Obras Contra a Seca; em 1902, foi criado a "Buro Reclamation" nos Estados Unidos, com a mesma finalidade do Denocs. A Califórnia, hoje, é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, aproveitando a potencialidade hídrica para a irrigação. Isso é o que deveríamos ter feito no Nordeste brasileiro e que não fizemos por falta de decisão política do Governo Federal para dar os investimentos necessários para que isso fosse possível, não somente para os nordestinos trabalharem na irrigação, mas também para os gaúchos e catarinenses, enfim, para todo o povo brasileiro.

A região é grande e tem condições de aproveitar a mão-de-obra de muitos brasileiros de outras partes do País. Tenho estudado e lido, muitas vezes, críticas com relação ao Finor, que é um mecanismo de incentivos fiscais para o Nordeste brasileiro. Talvez, as notícias saiam distorcidas, e gostaria de fazer algumas advertências quanto a isso. Algumas indústrias já foram implementadas no Nordeste brasileiro através desse incentivo. Os gouchos têm de tomar conhecimento de que, quando se instala, no Nordeste brasileiro, uma indústria ou um projeto de incentivos fiscais da Sudene, 80% dos recursos daquele projeto vêm para o Sudeste ou para o Sul do País. Alguém há de perguntar como isso acontece. Os equipamentos necessários para a indústria funcionar são adquiridos no Sudeste ou no Sul do País, porque no Nordeste não há indústria para produzir esses equipamentos.

Ora, se o projeto tem que ter 50% de recursos do empreendedor e 50% de recursos do Finor, na realidade, o Sul e o Sudeste terminam recebendo de volta todos os incentivos e mais a parte que o empreendedor é obrigado a alocar no seu projeto.

Desejo ressaltar a importância desta Comissão e conclamar a classe política a prestigiá-la, assim como fez o Governador do Rio Grande do Sul e a Assembleia Legislativa deste

Estado. Sem dúvida, este Estado foi o integrante da Federação que deu mais importância a esta discussão que estamos travando nesta tarde, e espero que este exemplo seja seguido por outros Estados. Pretendemos concluir o trabalho desta Comissão, através da competência do Senador Beni Veras, na condição de Relator e de responsável maior pelo seu funcionamento, procurando elaborar um projeto humano e de melhores perspectivas para o Brasil.

O SR. ALCEU COLLARES — Nobre Deputado, desejo fazer um aparte delicado e generoso. Quando a Sudene foi criada, tinha uma finalidade bem definida que foi totalmente deformada ao longo do tempo. Com o passar do tempo, passou a ser dirigida por pessoas que não tinham os compromissos filosóficos dos que a criaram. Isso também ocorreu na Sudam. Essas conclusões tirei da leitura que fiz dos discursos do Senador Beni Veras. É bom que isso seja dito, uma vez que esta Comissão visa a corrigir os desequilíbrios.

Relativamente à representação, a argumentação de que o Rio Grande do Sul poderia perder uma cadeira e de que São Paulo poderia ganhar muito não é relevante, porque não estamos discutindo o quanto fica com quem ou contra quem. O que estamos discutindo é um princípio de justiça e de igualdade. O art. 14 da Constituição Federal diz que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos...". Portanto, o que se discute é a justa proporcionalidade. Se for justo que São Paulo tenha uma representação maior, por que negá-la, já que agasalha tantos irmãos nossos do Norte e do Nordeste do nosso País? São Paulo tem muitos problemas no campo social por haver se desenvolvido economicamente. Qual seria a razão para que esse Estado possa ter mais ou menos representação? Se houver um problema sério, como o que está acontecendo no Nordeste com o início da seca, quando iniciará a retirada? E se esses problemas sociais levarem os habitantes de São Paulo a uma fuga para o Rio de Janeiro, por exemplo? O Rio de Janeiro tem uma representação maior. Ou a proporcionalidade é feita com base na população ou estaremos, artificialmente, inventando um tipo de proporcionalidade que não será justa.

O mínimo e o máximo, estabelecido no art. 45, parece-me ferirem o princípio de que "para cada homem, um voto". Preciso fazer este registro, porque já ouvi mais de duas manifestações sobre isso. Dizem que toda esta mobilização poderá beneficiar São Paulo. Se porventura essa afirmação for correta, por que não aplicar? Assim como não desejamos que este direito seja negado ao Rio Grande do Sul e nem que o Nordeste seja lesado, por que não admitir que São Paulo possa ter uma representação maior?

Obrigado pelo aparte que me foi concedido, porque estabelecemos algumas concepções filosóficas em cima do que seja efetivamente a igualdade de todos perante a lei e a igualdade do voto. Não é possível que um voto do Amapá ou do Acre possa valer 40 votos ou até 30 votos do Rio Grande do Sul.

O SR. PINHEIRO LANDIM — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

A importância e a riqueza desta Comissão é proporcionar esta discussão, para chegarmos ao caminho que traga benefício para o Brasil.

Para finalizar, digo que tudo aquilo que tem de errado na Sudene condenamos. Esperamos que haja uma correção, mas entendemos que se faz necessária uma decisão política

do Governo Central, pois a ele cabe corrigir os erros que, porventura, existam nos organismos federais.

Essas eram as minhas palavras e agradeço a oportunidade. Muito obrigado. (Palmas.) (Não revisado pelo Orador.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedemos a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO — Exm^o Sr. Governador Alceu Collares, Exm^{os} Srs. Deputados Estaduais e Federais, ilustres Senadores, Srs. Membros da Mesa Diretora, Senhoras e Senhores:

Creio que devo me apresentar aos Senhores. Como Deputado Constituinte, lutei por duas emendas. Uma delas completava a intenção do nobre Senador João Calmon. Dos 18% da Receita Tributária da União destinados à educação, solicitei que 9% fossem repassados ao ensino fundamental. Não entenderei o desenvolvimento deste País, enquanto todos os brasileiros não tiverem o curso fundamental.

Os nossos analfabetos de hoje podem ser considerados escravos do século passado. Eles não têm cidadania, não têm direito ao emprego e, conseqüentemente, não têm os direitos dos demais cidadãos, como o direito à moradia, à dignidade, à alimentação, ao vestuário, a nada.

Lamento dizer a V. Ex^a que o Dispositivo Constitucional de minha autoria, o art. n^o 60 do Ato das Disposições Transitorias, através do qual pleiteava que pelo menos durante dez anos metade dos recursos destinados à educação fosse repassada ao ensino fundamental, não vem sendo cumprido por desinteresse do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, onde todo ano compareço. O Judiciário não decide a favor dos pobres deste País.

A outra emenda de minha autoria diz respeito à forma de eleição do Presidente da República. O poder não está só no Congresso, está também no Planalto, na Presidência da República.

A representação, hoje, do Norte no Congresso Nacional é de 13%; do Nordeste, 30%; do Centro-Oeste, 9%; do Sudeste, 31% e do Sul, 15%. Nos termos propostos, sobretudo pelos políticos do Sudeste — o Governador Alceu Collares subscrive plenamente —, o Norte passaria a ficar com 6,9%, o Nordeste com 28%, o Centro-Oeste com 6,5%, o Sudeste com 42% — quase metade da representação nacional numa só região — e o Sul manteria os seus 15%.

Quero dizer a V. Ex^a que, lá no Nordeste, dizemos que o pernambucano é o gaúcho a pé, é o gaúcho pobre, que não tem a montaria, não tem a bombacha, nem o cavalo, mas tem talvez a vontade de trabalhar, a ousadia, e gosta do campo tanto quanto V. Ex^a.

Vim, aqui, com o coração muito aberto, com muita vontade de servir ao meu País e com vontade de fazer dos gaúchos um aliado nosso para a defesa da justiça, da igualdade e do bem-estar deste País.

Nos Estados Unidos, dezessete Estados já fizeram Presidente da República. No Brasil, o "café com leite" fez quase todos. De quatorze eleitos diretamente, nove foram da política do "café com leite". O Rio Grande do Sul pensa que fez dois, mas só fez um. O Rio Grande do Sul fez o Marechal Hermes da Fonseca, que era um militar sem conotação, sem compromissos partidários. Getúlio Vargas estava acima dos Estados. Conseqüentemente, o Estado do Rio Grande do Sul está como Pernambuco, ou seja, zerado. O poder não se localiza somente no Congresso. Localiza-se no Executivo e, sobretudo, no Planalto. Precisamos estar atentos para isso.

Nos Estados Unidos, a legislação não deixa que o Presidente e o Vice-Presidente sejam de um mesmo Estado. Eles são cuidadosos a esse ponto.

Então, na constituinte, defendi o voto ponderado que determinava que o Presidente da República representasse a vontade dos Estados. Foi dito aqui pelo Governador do Rio Grande do Sul o que é muito mencionado pela representação do Sudeste: que um voto de um acreano vale dezessete votos de um paulista ilustre. Do jeito que as coisas estão, um Estado vai valer mais do que vinte Estados na hora de eleger um Presidente da República. Hoje, já é assim. Se aumentarmos esse peso, um Estado vai valer mais do que vinte na hora de somarmos os votos para Presidente da República. Tenho essa outra emenda que propõe uma forma diferente de eleger o Presidente da República. Ela tem muito a ver com as desigualdades e os desequilíbrios regionais.

Temos quatro candidatos em potencial a Presidente. Todas elas do Sudeste: três de São Paulo e um da Guanabara. Se outro for acrescentado, vai ser também do Sudeste. Por esse processo de escolha do Presidente da República, o Rio Grande do Sul, que já contou em sua história que elegeu dois Presidentes da República, perderá o trem da Presidência e jamais chegará lá. Pela minha proposta do voto ponderado, que não é minha inovação, isso é possível. É o voto que existe na Argentina. O Distrito de Buenos Aires tem 48% dos eleitores da Argentina, mas o peso do distrito eleitoral de Buenos Aires na votação para Presidente da República é somente trinta. Isso não é nenhum *caput de minutio* para o distrito de Buenos Aires. Essa é a vontade de se equilibrar a Federação, para que o Presidente da República não seja representativo de um, dois ou três Estados. O mesmo ocorre nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, que é um Estado unitário. Neste País existe um momento em que as regiões mais pobres comparecem para equilibrar a vontade territorial e a vontade dos eleitores daquele País na formação da Presidência da República.

É necessário que um candidato a Presidente da República precise dos pequenos Estados. Não é mais possível que esse candidato, para os pequenos estados, mande uma fita de vídeo cassete, uma gravação.

Quería, por esse sistema novo — e o tempo não dá para que eu explique muito bem para V. Ex.^a —, que o candidato à presidência precisasse do estado. Por esse modelo, o Presidente jamais o seria se não ganhasse em pelo menos metade dos Estados. Essa é uma forma de eleição moderna que sintoniza com o grande problema que falamos aqui que é o dos desequilíbrios regionais.

É preciso que o Presidente se eleja em compromisso com os Estados, conhecedor dos Estados. Como eu gostaria que um Presidente da República, para ser eleito, fosse até aqueles sertões de Pernambuco, da Bahia e do São Francisco e examinasse as potencialidades de cada localidade!

Hoje, não é preciso nada disso. A grande mídia, a televisão, a imprensa e o grande capital elegem o Presidente da República, quando, então, passamos a ser súditos do Presidente. Temos o direito de lhe mandar presentes, de lhe tecer louvores, dizendo que está tudo muito bem, ou protestando. Mas o direito de realmente participarmos do Governo, esse não há!

O mal não está no Acre, nem em Rondônia e nem em Roraima, Sr. Presidente, meu admirável Governador Alceu Collares. Sou um admirador de V. Ex.^a, Governador Alceu Collares! O mal está em que nós, de Pernambuco e do Rio

Grande do Sul, somos periferia do Sudeste. Estamos esquecidos disso. Em vez de nos juntarmos para, através de um processo desses, chegarmos à Presidência da República para equilibrarmos a Federação, ficamos de braços cruzados diante dos poderosos, a bater palmas e a contemplar esse quadro “café com leite” — quem sabe, de agora em diante, somente “café”.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, são para essas coisas que quero chamar a atenção de V. Ex.^a Vejam aqui um quadro rápido: pelo processo eleitoral de hoje, considerando o Estado eleitoralmente mais poderoso — e esse quadro data de, mais ou menos quatro anos —, São Paulo, ele teria 16 milhões de eleitores. Quando São Paulo tinha 16 milhões de eleitores, o Rio Grande do Sul possuía quase 5 milhões de eleitores, 31% da força eleitoral de São Paulo.

Pelo processo que proponho, que é o da Alemanha, o da Argentina, dos Estados Unidos, que é a Federação Representativa dos Estados, o Rio Grande do Sul, que tem 31%, passaria a ter 53% das forças de São Paulo.

Nunca convenci, na Constituinte, um Deputado gaúcho a vir para essa tese, porque notava-se tão comprometidos com os paulistas, que se tornaram impermeáveis: aquele nordestino, aquele pernambucano certamente não pode ter idéias de primeiro mundo, como os Senhores gostariam de ter, aliados que eram a São Paulo.

Graças a Deus, isso não aconteceu com Santa Catarina. Essa Emenda foi defendida no Plenário por um nobre Deputado de Santa Catarina, que foi Vice-Governador.

Então, é preciso uma revisão geral na forma de eleger Presidente da República, para se restabelecer o equilíbrio federativo; depois dele, virá esse equilíbrio.

Quero também dizer ao eminente Governador do Rio Grande do Sul que quem nasce no Rio Grande do Sul e em São Paulo infelizmente já nasce 100 anos na frente em termos de proteção da natureza do que os nossos homens. Os Senhores nascem com uma escola e uma estrada próximas, sem problema de água. Se disser a V. Ex.^a qual é a nossa nomenclatura do dia-a-dia, certamente buscarão entendê-la com a ajuda do dicionário, porque não saberão do que se trata. Lá acorda-se sem água perto todos os anos; temos regiões em que chove 300mm por ano, 200mm por ano e de forma muito irregular; o solo não é profundo, é raso; e o sol é inclemente. E mesmo assim somos acusados de ser aqueles que foram protegidos por Deus e pela natureza, daqueles que foram protegidos, a partir do ano de 1850, com essa bendita migração de italianos, japoneses, poloneses, iugoslavos e outros tantos, que vieram naquele tempo enriquecer e ajudar os Senhores com recursos humanos, e veio de graça, financiado pelo Governo Federal. Nós agora, se quisermos recursos humanos que partamos do zero, porque ninguém foi para lá. Não foram para lá, porque não havia atrativo natural, não havia chuva, não havia clima, não havia nada para atraí-los. Assim mesmo, somos anunciados como aqueles que se interessam pelo atraso. Ninguém se interessa pelo atraso lá.

Vou contar uma história usada, pedindo desde já desculpas aos que se ferirem com minhas palavras. Euclides da Cunha conta que as tropas do Coronel Moreira César, que iam combater os fanáticos de Antônio Conselheiro, por muitas vezes foram destroçadas. Euclides da Cunha dizia que aquelas tropas, aquelas guarnições do Rio de Janeiro, que portavam morteiros, metralhadoras, que contavam com FM, eram mais

estrangeiras, no sertão de Canudos, do que qualquer cidadão de terno de Berlim ou de Londres.

Quando V. Ex^a falam do Nordeste, amaldiçoam a Sudeste, amaldiçoam o Fundo do Desenvolvimento, afirmam que cultivamos e nos interessamos pelo atraso, neste fim de século, quase no começo de um novo século, no início de uma nova civilização, isso nos maltrata muito. E nós nos perguntamos e nos dizemos: eles até parecem os estrangeiros de Canudos. Coitados, eles não sabem que parecem mais estrangeiros do que aqueles que vêm de Londres ou de Berlim.

Fico honrado com a intervenção do nobre Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ALCEU COLLARES — Nobre Deputado, concordo em gênero e número com suas colocações. Na verdade, elas não têm nada a ver entre si. V. Ex^a fala de uma Emenda que tenta corrigir distorções na eleição para a Presidência da República. Estamos falando da necessidade de se corrigir esses vícios e deformações que foram introduzidos pelo poder autoritário para garantir uma maioria dócil, em primeiro lugar, com o propósito de eleger presidentes de forma indireta e, em segundo lugar, para carrear recursos financeiros para uma região, e esses recursos, segundo se sabe, não chegam ao bolso dos pobres.

Gostaria, assim, de fazer uma observação e uma correção no sentido de que, quando nos manifestamos, não o estamos fazendo contra o povo nordestino, nem do Norte, nem do Centro-Oeste. Estamos, isto sim, numa luta aberta contra as oligarquias de todo o País, principalmente contra as do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são muito atrasadas e muito comprometidas com os interesses pessoais.

Passarei a ler o que disse o Senador Beni Veras, num discurso proferido no dia 29 de maio de 1992 no Senado da República:

Desejo mencionar o papel nefasto das elites atrasadas do Nordeste, as quais detêm grande poder político. Por isso, boa parte dos representantes que o Nordeste manda ao Congresso Nacional não representa a grande maioria da população da Região, mas as elites tradicionais. Essas, através de um pacto de mediocridade, defendem seus pequenos interesses, não sobrando espaço nem disposição para defender os interesses do povo da Região.

S. Ex^a conclui seu pronunciamento com considerações que gostaria de tecer, o que não fiz por incompetência.

O SR. SENADOR BENI VERAS — Gostaria de lembrar o caso de Petrolina. Era uma cidade que estava abandonada, localizando-se numa região seca, árida. Foram elaborados projetos de irrigação, de escola agrotécnica, de escolas primária e secundária. A comunidade, então, desenvolveu e se tornou um oásis do Nordeste. Dessa forma, não comentaria a loucura de dizer que oligarquias do Nordeste não defendem os interesses do seu povo. Também não posso esconder o fato de que, tal como Osvaldo Coelho, há vários homens daquela Região que não souberam usar os recursos fiscais com vistas ao progresso.

O SR. ALCEU COLLARES — Faço minhas as palavras do Senador Beni Veras.

O SR. OSVALDO COELHO — Quero chamar a atenção de V. Ex^a para o seguinte: se desperdício ocorre no Nordeste, isso é consequência de uma cultura. Não tivemos a felicidade

de o Governo Federal mandar para nossa Região imigrantes quando esses eram bem-vindos. Foram enviados imigrantes para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, para São Paulo, para o Rio de Janeiro e para o sul de Minas Gerais. Nós não tivemos essa ventura. Há pouco, estava lendo o sobrenome dos Colegas da Região Sul e tive a impressão de que estava na Itália ou na Alemanha. Não há nenhum Silva, nenhum Pereira, nenhum Coelho, nenhum Souza. A beleza do País está nisso.

Concluo dizendo ao Sr. Governador que lhe mandarei na íntegra o estudo a que me referi. Se V. Ex^a ficar convencido pediria que sustentasse essa bandeira comigo. Aliados ao Sudeste, para partir para 405 ou 505 da representação nacional, contraria o menor princípio federativo. Vejam o que Stuart, filósofo inglês, estudioso da federação, dizia:

“Para haver uma federação, é preciso que não haja grandes desigualdades de forças entre os diversos Estados”. Se adotarmos o que momentaneamente V. Ex^a está avalizando, estaremos concorrendo para destruir a Federação, fazendo com que as desigualdades entre as forças do Estado sejam muito grandes. . . .

O SR. ALCEU COLLARES — Concorro inteiramente com V. Ex^a, pelo sistema que estamos vivendo. Uma eleição para Presidente traz deformações, basta verificar, por exemplo, que, pela tese que V. Ex^a defende, tanto na atual representação do Sudeste, como noutra que se possa alterar, há o risco de termos — como ocorreu na última eleição para Presidente — cinco candidatos de São Paulo que não foram eleitos: Lula, Afif, Maluf, Covas e Ulysses Guimarães. Foi eleito, coincidentemente, alguém que não pertencia ao Sudeste, nem ao Sul: Collor de Mello.

O SR. OSVALDO COELHO — Mostrarei a V. Ex^a que, dos 14 eleitos diretamente, nove eram “café com leite”. Entretanto, não quero os Srs. junto a São Paulo, mas na periferia. É muita pretensão do Rio Grande do Sul querer ser aliado do Sudeste. Os Srs. têm que ser nossos aliados, porque a distância entre nós é muito menor. Precisamos ter presidentes da República mais parecidos com a pobreza. . . .

O SR. ALCEU COLLARES — Mas tiveram, agora, com Collor de Mello, em Alagoas.

O SR. OSVALDO COELHO — Não há, aqui, uma posição antipaulista. Entendo que o poder deve passar por todos os Estados, para que a distribuição da riqueza se faça de forma mais equânime.

Se mandasse V. Ex^a pegar o currículo dos Ministros do Planejamento, e da Fazenda, só encontraria o Ministro Gustavo Krause ao nosso lado. E esses Ministros às vezes são mais fortes do que toda a representação. (Palmas.) (Não revisto pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedemos a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Exm^o Sr. Governador Alceu Collares; Exm^o Sr. Presidente da nossa Comissão, Senador Beni Veras; Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado João Augusto Nardes; Senhores membros desta Comissão; Srs. Parlamentares; Senhoras e Senhores:

É com grande alegria que me encontro aqui ao lado dos membros da nossa Comissão. Quero, a exemplo de todos os que me antecederam na tribuna, congratular-me com o Governador Alceu Collares, porque muitas reuniões já foram

realizados por esta Comissão, e como acentuou o Senador Beni Veras, nosso Relator, já estivemos em muitas regiões da nossa Federação, mas foi aqui no Rio Grande do Sul, pelo menos diante das reuniões de que participei, que tivemos, que estamos tendo uma das reuniões mais movimentadas, que têm ensejado maior debate e maior confronto de idéias. Congratulo-me com o Governador justamente por isso. Devemos sair da mesmice, de chegarmos em cada região e nos depararmos com os mesmos lamentos, com as mesmas reclamações, os mesmos prantos. Daqui a pouco será preciso que se compareça a cada reunião dessas com um lenço para secar as lágrimas.

Acho que devemos ter uma posição de mobilização, como fez V. Ex^a. Também sou nordestino — quero me apresentar —, posso ter minhas divergências com V. Ex^a a respeito da questão mais polêmica deste encontro, que é da representação. Ela deve ser aprofundada, mas gostaria que os homens e as mulheres do Rio Grande do Sul me permitissem uma observação, que não é calçada em nenhum economista ilustre ou cientista político, mas em um ditado que diz: “É preciso ter cuidado, em casa que não tem pão todos falam e terminam não tendo razão”.

Não devemos, Sr. Governador, correr o risco de, diante de tantas desigualdades regionais, ficarmos em uma discussão que possa se tornar estéril, inútil, inócua quando, na verdade, comungo com aqueles que disseram que o País precisa de um projeto nacional de desenvolvimento. Um projeto como este não pode esquecer de contemplar o problema das disparidades regionais.

Não quero tornar-me enfadonho diante deste auditório, mas também tenho um exemplo — como foi citado pelos gaúchos — de uma disparidade regional. Faço essa reclamação não em tom de lamento, não é em cima daquele quadro nordestino de lamentação. O Governador já deve ter tomado conhecimento de que o Nordeste hoje é uma das bacias petrolíferas de maior potencial no Brasil e que somente um Estado do Nordeste, o Rio Grande do Norte, produz 100 mil barris de petróleo por dia. Mas saiba V. Ex^a que a Constituição impede que se cobre um centavo de ICMS pelo que é transferido do nosso Estado para os outros estados consumidores. Saiba V. Ex^a que o ICMS tributa todos os produtos nesse País, e nós não podemos tributar o petróleo.

Por isso, digo a V. Ex^a, para concluir, esse seminário pode ser transformado, em vez de um seminário de desigualdades regionais, num seminário de divergências regionais. Desde que colocadas com essa altitude, desde que colocadas a esse nível, Sr. Governador, devemos fazer prosperar essa discussão. Porque, afinal de contas, haveremos de encontrar no meio delas maiores afinidades que, até mesmo, maiores divergências. Muito obrigado. (Palmas.)

Não revisado pelo orador.

O SR. SÉRGIO MACHADO — Exm^o Sr. Governador Alceu Collares, Exm^o Sr. João Augusto Nardes, Exm^o Senador Beni Veras, Senhores Senadores, Senhores Deputados:

Acho esta uma oportunidade excelente para que possamos travar um debate profundo sobre a nova realidade do Brasil.

Recentemente decretamos o **impeachment** do Presidente da República. Esse **impeachment**, ao meu ver, marca o fim de uma fase em nosso País, quando a população deu um basta a isso tudo que está aí. Ela deu um recado a todos nós políticos: ou mudamos de rumos, ou teremos que mudar

de ramos. É dentro dessa perspectiva que devemos travar esse debate, essa discussão. Não mais pensando em região, mas pensando no País. Todos nós moramos nessa federação, moramos neste País. Não adianta o meu Estado ser rico e o seu ser pobre. Não há fronteiras, todos os cearenses virão aqui, para o Rio Grande do Sul.

Acho que há, hoje, um perigo muito grande de separatismo, mas um separatismo dentro do estado, entre os ricos e os pobres. Os pobres não têm representação no Congresso Nacional e são esquecidos. Por serem esquecidos temos esta sociedade injusta.

Sr. Governador, o que está errado é a elite brasileira que construiu a sociedade que está aí. Dentro da perspectiva da mudança dessa elite temos que conchamar, neste Plenário histórico, o início de uma nova discussão sobre que País queremos.

Estamos discutindo o ajuste fiscal. Para quê? Que projeto vamos executar? Quanto em recursos vamos precisar? Não, cada fim de ano fazemos um ajuste fiscal para cobrir o buraco do Governo. Isso não resolve. Temos que definir onde devem ser aplicados os recursos. V. Ex^a tem herança passada de uma dívida muito grande. Como foi aplicada essa dívida e por quê? Exatamente pela ausência de modelos, modelos que temos que definir. Hoje os Estados e Municípios devem 57 bilhões de dólares, os contribuintes devem 21 bilhões de dólares e o Governo Federal tem que fazer um ajuste para captar 12 bilhões de dólares. Temos que definir que País queremos e que modelo. Esse é o debate que temos que travar, que começa por uma reforma política profunda. Não podemos continuar com partidos de aluguel. Temos que definir partidos que tenham compromisso com a sociedade, temos que discutir a fidelidade partidária, a forma de governo, enfim, um modelo que seja legítimo, onde o Deputado e o Senador não sejam donos de um mandato, mas representem aqueles que os elegeram e o interesse da maioria da população. É a linha que temos que seguir. É duro, é difícil, mas é a grande luta que todos nós temos que travar, e o Senhor Governador, por sua liderança, tem que assumir essa bandeira. Não adianta discutirmos — e é importante — a questão da representação. Se fosse problema de representação, teríamos, no Norte, uma região rica. E sabemos que lá só há pobreza. Se fôssemos s que isso foi dividido no Brasil. E o Deputado Osvaldo Coelho esqueceu de citar o Presidente Getúlio Vargas, que era gaúcho e representou muito bem um período da vida nacional.

Estamos vivendo em um País sem rumo, sem projeto, sem grupo hegemônico. Esse é o pior dos mundos, porque não sabemos por onde queremos ir. Qualquer pressão é válida e faz o Governo mudar de rumo. É com isso que temos de acabar, Sr. Governador.

O SR. ALCEU COLLARES — V. Ex^a permite um aparte? (Assentimento do Orador.)

Todo debate está bom. Agora, apresentei algo concreto. Não podemos dispersar o debate, senão vamos ficar no campo do idealismo: deveria ser assim, deveria ser assado. Agradou-me demais uma parte da sua universalização do discurso; quando V. Ex^a disse que temos de lutar contra as elites. É a mesma posição do nobre Senador condenando as elites atrasadas, carcomidas, congeladas, patrimonialistas e clientelistas de todas partes, inclusive do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste. Por aí vamos ter um elo de entendimento. Estamos concretamente diante de um fato: a desproporção da representação parlamentar — essa ninguém pode demonstrar, porque

está demonstrada — e o exercício de influência que ela faz no Congresso Nacional. Por exemplo, no momento em que se discutia a criação de um fundo de compensação das exportações, todo o Norte e Nordeste — não sei se V. Ex^a era Deputado — reuniu-se e condicionou aquele fundo de compensação para as exportações para ressarcir os Estados exportadores, conseqüentemente, os que produziam, à carência, ou melhor, à sonegação do ICMS que ele não tinha. Qual foi a condição que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste fizeram? Os 159, com o fundo de 3%. Há algo palpável, concreto, que temos de enfrentar, principalmente homens como V. Ex^a e o Senador, que condenam essas elites atrasadas do Brasil todo. Se esses recursos de 1 bilhão e 200 milhões, que, em média, estamos transferindo para outras regiões, fossem para o povo pobre do Nordeste, estaríamos aplaudindo. O risco que corremos é de que todos nós venhamos a ficar pobres, é de que se mate a galinha dos ovos de ouro.

O SR. GARIBALDI ALVES — Sr. Governador, sua intervenção é correta. Temos de nos preocupar não somente com os pobres do Nordeste, mas com os pobres de São Paulo, de Porto Alegre e de todo o Brasil. Temos de pensar em reformar o Estado para sermos eficientes. No Ceará, vivi uma experiência bem recente. Fui Secretário do Governador Tasso Jereissati. Quando assumimos o Governo, a realidade do Estado era a seguinte: toda a arrecadação de impostos não era suficiente para pagar 70% da folha de pagamento, o salário dos funcionários estava atrasado por 3 meses, e o ICM comprometido para os 5 meses seguintes. Os recursos do Estado do Ceará destinavam-se a menos de 1,5% da população. Isso é justo? Não. Tivemos que agir de forma dura, tivemos que romper com muitas pessoas e instituições e contrariar muitos interesses, fazendo uma reforma profunda. Ao final do Governo, havia 40% da arrecadação destinada aos investimentos. Esse é o papel que cada um de nós deve cumprir, dentro dessa visão de construir o novo Estado brasileiro. A proposta que faço é a de que precisamos nos unir para não pensar o Sul ou o Nordeste, mas o País como um todo. Recentemente, votamos um incentivo para a indústria de base, e o fizemos porque era algo muito importante para o País. Temos que resolver os problemas de todas as regiões, através de um projeto claro, definindo quais as prioridades do País, quais os setores em que queremos ter vantagens comparativas, como vamos modernizar a economia, sem matar a população, definindo onde pretendemos crescer para garantir o efeito da renda e o equilíbrio social, a fim de que construamos um novo País, não como é atualmente onde apenas dois terços da população têm condições melhores de vida.

O SR. ALCEU COLLARES — Deputado Garibaldi Alves, não quero ser insistente, mas é preciso enfatizar que a deformação é tão grande na representação do Congresso Nacional, que posso ilustrar com exemplos simples. A Comissão que o nobre Senador Beni Veras solicitou fosse constituída é desequilibrada, porque não guarda uma proporcionalidade justa, pois foi criada para estudar os desequilíbrios inter-regionais do Brasil, e, tendo 26 membros, 20 são representantes do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, apenas 6 do Sudeste, e um do Sul. Portanto, a maioria dela é formada por representantes de regiões próximas. São essas situações anômalas que com facilidade podem ser resolvidas. Realmente, são fatos concretos que precisam de uma solução. Relativamente à Comissão de Orçamento, quando é que vai haver uma justa redistribuição de recursos, se as regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste tem 81 Parlamentares e a Sul e a Sudeste, apenas 39. A discriminação não ocorre apenas em relação ao Rio Grande do Sul, mas a todos os Estados do Sul, não apenas no que tange à transferência de recursos. Portanto, entendo que estamos discutindo situações absolutamente concretas que a Comissão terá condições de nos ajudar a resolver.

O SR. GARIBALDI ALVES — Sr. Governador Alceu Collares, quem é o Presidente da Câmara dos Deputados, atualmente? É um gaúcho, extremamente competente. Isso é uma honra para todos nós. O Líder do Governo no Senado é um gaúcho, extremamente competente.

O SR. ALCEU COLLARES — Ontem, o Presidente da República era Fernando Collor de Mello.

O SR. GARIBALDI ALVES — O Sr. Fernando Collor de Mello não foi eleito pelo Congresso. Estou falando das pessoas que foram eleitas pelo Congresso.

Como membro da Comissão de Orçamento, travei uma luta enorme, no ano passado, mudando inclusive o relator e lutando enormemente para definir um critério. O Orçamento não pode se restringir à discussão de verbinhas não. Precisamos discutir prioridades, com uma ampla discussão por parte da sociedade, para definir onde queremos alocar recursos.

A representação, na Câmara, do Nordeste, tem o mesmo peso que a do Sul. Estamos na mesma situação.

O SR. ALCEU COLLARES — Quantas pessoas pensam igual ao Senhor?

O SR. GARIBALDI ALVES — Na última vez, chegamos a retirar um relator, Governador Alceu Collares.

Temos de sair da discussão da verba, que irá resolver a questão individual de cada um, para discutirmos as prioridades. Por exemplo: iniciamos a discussão do Orçamento. Deveríamos estar discutindo as prioridades deste Orçamento; onde os recursos devem ser alocados. Quais os setores? E não remetendo emendas para discutirmos verbas. Isso não resolve nada. Pode até resolver o problema de um Estado, mas não muda a essência. Este é o nosso desafio. Este é o papel da nossa Comissão.

Por isso, saio daqui do Rio Grande do Sul muito satisfeito, porque vejo as pessoas querendo, pensando na construção deste novo Brasil, deste novo projeto, deste novo grupo.

Por isso que, eu, como o Senhor, sou parlamentarista, porque, no Parlamentarismo, começamos a pensar no coletivo. No Presidencialismo é o governo onde só ganha, só vence e só um manda e, depois de eleito, não tem de dar muita satisfação.

Vamos avançar nesta reforma, tendo a certeza de que, no dia 21 de abril, venceremos com o Parlamentarismo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Muito obrigado. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. BENI VERAS — Concedemos a palavra ao nobre Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO — Sr. Governador Alceu Collares, nobre Deputado João Augusto Nardes, Presidente desta Casa, Srs. membros da Mesa Diretora, Senador Beni Veras, Relator da Comissão Especial do Congresso Nacional, nobres Parlamentares, Senhoras e Senhores:

A Comissão Mista que hoje visita o Estado do Rio Grande do Sul já teve oportunidade de ouvir ilustres autoridades do nosso País. V. Ex^a, Dr. Alceu Collares, já ouvimos pessoalmente em Brasília, assim como os Governadores de São Paulo,

Goiás, Amazonas, Ceará e ilustres outras autoridades do Governo brasileiro. Foram ouvidos também técnicos, professores e personalidades que integram a vida nacional em todos os seus segmentos.

Hoje viemos aqui para ouvir o Estado do Rio Grande do Sul através do seu Governador e de seus companheiros que compõem a representação social do Estado.

Ao longo dessas conferências que participamos, já se cristaliza uma idéia, a que foi citada pelo Senador Garibaldi Alves, de que o Brasil necessita trabalhar voltado para a planificação do desenvolvimento, de forma ampla, abrangendo todos os setores.

Estive aqui em outra ocasião participando de uma caravana visando a **démarrage** na ampliação do pólo petroquímico de Porto Alegre. Alguma coisa foi feita, mas não na dimensão daquele propósito que aqui se lançou há quatro anos. Estamos, há algum tempo, pensando exclusivamente no combate à inflação, a curto prazo, e deixando de lado a grande estratégia de planificação geral da economia, com o objetivo de alcançarmos o desenvolvimento do País, o desenvolvimento equilibrado, um planejamento que busque retirar de cada região os obstáculos que estão emperrando o crescimento maior de cada uma das parcelas do nosso País. Já há um consenso quanto a essa idéia entre os membros da Comissão.

Sr. Governador, V. Exª, nesta reunião e antes dela, presta um trabalho extraordinário ao nosso País. V. Exª está trazendo lá dos porões, dos subterrâneos de um limitado segmento da sociedade brasileira, para o debate público, aberto, livre, uma idéia que, em vindo a público livre, abertamente, é exorcizada: é a idéia do separatismo. A melhor forma de combater, de exorcizar, de desmistificar o separatismo é trazê-lo à tona para a discussão livre e aberta. Não podemos deixar de dar o mérito a V. Exª por essa contribuição. É uma contribuição valiosa que V. Exª traz para o nosso País. V. Exª também faz, para o bem do Brasil, um fórum privilegiado. Esta idéia, discutida aqui no Rio Grande do Sul, é a maior garantia da sua exorcização, da sua desmistificação, porque é, no Rio Grande do Sul, onde temos a maior tradição de defesa de nossas fronteiras. É, no Rio Grande do Sul, que temos, hoje, um dos maiores contingentes migratórios do nosso País. Onde há agricultura moderna no Brasil, ali há um contingente gaúcho, desde os chapadões do Centro-Oeste, desde às margens do rio Araguaia até os planaltos do sul do Maranhão, do sul do Piauí e o noroeste da Bahia. Sem o gaúcho, não teríamos avançado tanto na produção da soja, do milho, do arroz nestas distantes fronteiras agrícolas do Brasil.

Vindo à tona esse embrionário e equivocado sentimento trazido ao livre debate por V. Exª será possível sua exorcização e sua desmistificação. Esse constitui-se num trabalho valioso para a comunidade brasileira. Nenhum Estado brasileiro tem maior sentimento de valorização da unidade nacional do que o Rio Grande do Sul.

Sr. Governador, Sr. Coordenador da Comissão Mista, Sr. Presidente da Assembleia, caros Srs. Parlamentares, Srª e Srs., gostaria de tocar em dois assuntos que talvez não estejam na dimensão macro dos grandes problemas para os quais a Comissão há de buscar soluções, mas que estão dentro da filosofia chinesa de que para se andar mil quilômetros é preciso dar um primeiro passo. Em 1971, o Governo Federal criou um dispositivo que fazia com que a matéria-prima produzida nos centros siderúrgicos nacionais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro chegassem a todo o território nacional ao mesmo preço. Os laminados planos destinados à indústria

metal-mecânica chegariam ao Rio Grande do Sul, a Pernambuco, à Bahia, ao Pará ao mesmo preço que chegavam à indústria de São Paulo e Rio de Janeiro. Recentemente, nesse processo dito de desregulamentação, extinguíram esse dispositivo. Quando já havia em diversas regiões do Brasil — e cito aqui o Rio Grande do Sul, na região da Grande Caxias e na da Grande Porto Alegre —, mais de 200 mil empregos diretamente relacionados a indústrias metal-mecânicas. De um momento para outro, criada essa indústria com base nesse dispositivo legal, verificou-se que não havia condição de ela competir com indústrias instaladas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde estão situadas as grandes siderúrgicas nacionais.

Uma Comissão Parlamentar Mista, formada por Senadores e Deputados Federais do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, com a participação decisiva do Senador Pedro Simon, do Deputado Germano Rigotto, do Deputado Nelson Jobim, do Deputado Victor Faccioni, do Deputado Odacir Klein, do Deputado Celso Bernardi, além de outros integrantes da Bancada do Rio Grande do Sul, apoiou e discutiu com o Executivo uma forma de resolver esse problema. Surgiu, então, a idéia de se elaborar um projeto de lei que permitisse que uma parcela do IPI dos laminados planos destinados aos centros afastados das unidades siderúrgicas, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pudessem usar uma parcela do IPI para pagamento do frete desses laminados planos, matéria-prima da indústria metal-mecânica dos diversos pólos hoje desenvolvidos no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará e no Pará, principalmente.

O projeto foi aprovado na Câmara Federal e no Senado, mas foi vetado pelo Governo Federal anterior. Na próxima semana, esse projeto irá para o Congresso Nacional, onde será decidido a respeito, ou seja, se o veto será ou não mantido. É extremamente importante os 200 mil empregos do Rio Grande do Sul, para os 300 mil empregos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que o veto seja cancelado, que possamos manter o projeto original. E só conseguiremos manter o projeto original se houver um esforço conjunto de todos os companheiros do Sul, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, porque necessitamos, para derrubar o veto, de maioria absoluta, 252 votos. Peço, portanto, a V. Exª, ao Presidente desta Assembleia Legislativa, aos companheiros que nos unamos para que esse primeiro passo seja dado, no sentido de que a competitividade da indústria metal-mecânica das áreas mais distantes do centro do País possa sobreviver.

Esse projeto tem sentido do ponto de vista da justiça social, porque quem custeou o centro siderúrgico nacional foram todos os brasileiros, de forma que todos eles devem desfrutar também dos benefícios da sua instalação.

Sr. Governador, há também um outro pequeno problema. O DNOS, instituição muito conhecida no Rio Grande do Sul, que fez grandes trabalhos, neste Estado — proteção de Porto Alegre, de São Leopoldo, de Pelotas, da Cachoeirinha, e de tantas outras comunidades importantes —, tem, hoje aqui cerca de 28 máquinas do maior valor patrimonial, mais de 40 bilhões de cruzeiros, que estão se desgastando pelo tempo, pelo abandono, pela ferrugem. Gostaria de sugerir a V. Exª que, juntamente com instituição que representa, o Ministério da Integração Regional, procurasse levantar esses equipamentos. Estou certo de que o nosso Relator e Coordenador, eminente Senador Beni Veras, poderia ser o intérprete do Estado — não só do Rio Grande do Sul, como dos demais Estados onde ocorre o problema — junto ao Governo Federal,

para que essa matéria seja solucionada, esses equipamentos sejam entregues aos Governos dos Estados, às prefeituras, enfim, esses equipamentos passem a ter uma efetiva utilidade para a comunidade brasileira. Eram essas as considerações que gostaria de tecer. (Palmas.)

O SR. GERMANO RIGOTTO — Sr. Senador Beni Veras, Presidente da Comissão Especial Mista; Sr. Deputado João Augusto Nardes, Presidente em exercício desta Assembleia Legislativa; Srs. Deputados Estaduais; Srs. Deputados Federais; Srs. Senadores:

Inicialmente, desejo fazer uma saudação especial ao Governador Alceu Collares, que, na verdade, foi o mentor deste encontro, e aos Colegas que aqui vieram e ouviram um desafo sobre uma realidade que penaliza a região Sul, cuja culpa aparentemente é do Nordeste.

O Governador Alceu Collares tem toda razão quando levanta a questão da proporcionalidade. A região Sul é discriminada em sua representação no Congresso Nacional, especificamente na Câmara Federal. Por outro lado, se a proporcionalidade for aprovada, a representação do Rio Grande do Sul não aumentará, como também não diminuirá a representação do Nordeste. Atualmente, o Estado de São Paulo é o mais prejudicado em sua representação. O mesmo não ocorre com os Estados do Norte, que são beneficiados — principalmente Rondônia, Roraima, Acre e Amapá.

A discussão proposta pelo Sr. Governador do nosso Estado é procedente, e temos de enfrentá-la na revisão constitucional de 1993. Os debates da Comissão Especial Mista, foram importantes para o País, mas é bom que se diga o seguinte — e faço minhas as palavras dos Deputados Osvaldo Coelho e Vicente Fialho: a região Sul enfrenta uma realidade que não pode perdurar. Produzimos 53% da produção nacional de grãos, determinamos 40% do saldo comercial do País, temos 20% das terras agricultáveis, detemos 17% do Produto Interno Bruto, mas recebemos apenas 8% dos investimentos nacionais.

Esses números demonstram, por si só, o que está ocorrendo, ano após ano, com a região Sul que é tida, Deputado Osvaldo Coelho — e no Nordeste também, é bom que se diga, e os Colegas de lá muitas vezes nos jogam isso — como superdesenvolvida, com uma realidade totalmente diferente da do Nordeste. Entretanto, como foi muito bem colocado por V. Ex., Deputado Osvaldo Coelho, somos um Estado periférico hoje, cheio de problemas, vivendo uma situação diferenciada do Sudeste do País. Concorro plenamente que nós, região Sul e Nordeste, temos que nos unir para mudar essa realidade. E o Deputado Vicente Fialho fez um pronunciamento, nesta tribuna, muito importante, mostrando que não pode existir essa guerra entre o Nordeste e o Sul, que não é positiva, não é procedente, nem é o que o Governador Alceu Collares deseja. O Governador Alceu Collares está mostrando, juntamente com os Governadores Vilson Keinubing e Roberto Requião, a realidade que a região Sul está enfrentando. E temos que ter a versão do Nordeste, para ajudar-nos a mudar essa realidade. Temos que contar com a adesão do Nordeste. Os Colegas nordestinos não podem dizer que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná têm uma situação muito melhor do que a sua, quando, na verdade, isso não ocorre. Enfrentamos, hoje, uma realidade difícil. O Estado esgotou suas fronteiras agrícolas e tem sérios problemas para se desenvolver. Precisamos que, pelo menos, o que se coloca nos cofres públicos federais tenha um retorno, o que não está ocorrendo, ano após ano.

Com todo o esforço e unidade da Bancada Federal do Rio Grande do Sul, não estamos conseguindo modificar essa realidade. Neste ano, a Proposta Orçamentária do Presidente Collor de Mello destinava 2% do retorno ao Rio Grande do Sul. Fomos, brigamos e conseguimos aumentar de 2% para 3%. Vejam os Srs.: contribuimos com 8% do PIB e recebemos 3% dos investimentos.

O Rio Grande do Sul não estava sendo contemplado com um cruzeiro para a construção de um quilômetro de estrada. Na Bahia, os investimentos são da ordem de 24 dólares por habitante, enquanto no Rio Grande do Sul chegava a 6 dólares por habitante.

Essa realidade tem que mudar e precisamos de ajuda para isso. O grito do Governador Alceu Collares não é contra o Nordeste, mas o problema não está apenas na questão da proporcionalidade, que é um problema a ser mudado na revisão constitucional. O problema está nos métodos que já começamos a mudar neste País.

O SR. ALCEU COLLARES — Quero ver mudar com a maioria que está lá. Deixa eu dizer, com toda sinceridade, aos companheiros do Norte, Nordeste e Centro-Oeste: quero ver mudar com a representação majoritária dessas regiões. Por isso vou ao Supremo Tribunal.

O SR. GERMANO RIGOTTO — Se analisarmos a nova proporção, o Nordeste perderá poucos representantes. Quem ganha é São Paulo e quem perde é o Norte. Se mostrarmos que essa questão de proporcionalidade é uma mudança necessária para um País mais ético, mais moralizado, onde cada eleitor tem o mesmo valor, acredito que vamos ter apoio da Bancada do Nordeste para conseguir essa mudança na revisão constitucional, porque essa mudança é fundamental. Agora, só isso não significa a possibilidade de termos retornos de investimentos no Rio Grande do Sul. Se não tivermos mudança nos métodos, por exemplo, da elaboração da Proposta Orçamentária, que começa equivocada dentro do Executivo, que não é transparente, a mudança de método do Congresso Nacional examinar a Proposta Orçamentária, quando se vota de afogadilho, quando os acertos com os Relatores determinam distorções, pode mudar a proporcionalidade, mas não vamos ter a mudança do fundamental: mais transparência e justiça na elaboração do Orçamento.

O SR. ALCEU COLLARES — Deputado, estou ainda me baseando na informação muito autêntica prestada pelo Senador Beni Veras. Parece-me determinante e definitiva a presença de representantes de algumas elites, não de todos os Parlamentares, Deputados, Senadores ou Governadores, que são excelentes, que têm idéias progressistas, que em sua região lutam desesperadamente para vencer essas oligarquias. Estamos colocando com muita tranquilidade, a luta contra as oligarquias. Veja bem: como mudar métodos se essas oligarquias mantiveram maioria na Comissão de Orçamento, oligarquias mantiveram maioria na Comissão de Orçamento, que tem 81 por 39.

O SR. GERMANO RIGOTTO — Volto a dizer, meu apoio é integral. Dentro do Congresso Nacional tenho uma luta e na revisão constitucional gostaria de discutir o número de Deputados Federais. Poderíamos pensar até na diminuição do número de Deputados Federais para que a Câmara Federal seja mais eficiente. Acredito que a revisão constitucional vai ser o momento de discutir tudo isso. Estou do seu lado na luta de buscar proporcionalidade.

Acredito que o País está avançando. Encontros como este, patrocinado por V. Ex.^a que convida o Senador Beni Veras a trazer à Comissão Mista para o Rio Grande do Sul, com a presença da imprensa, de entidades representativas da sociedade, vão determinar os avanços na busca da transparência, de acabar com os favorecimentos indevidos na elaboração de uma proposta orçamentária.

O País foi para a rua pedir o impeachment do Presidente Collor, esse processo de moralização e de busca de um país mais ético vai obrigar à mudança de métodos, Governador. Nós no Congresso Nacional estamos votando matérias como a lei das licitações, como a chamada lei que pune os crimes de colarinho branco para ajudar nessa moralização.

Esse controle maior da sociedade vai fazer com que aquilo que é errado no Congresso Nacional seja revisado independentemente da proporcionalidade, o método de elaboração do Orçamento é todo equivocado. Estamos lá brigando, o Sr. sabe disso. Estamos do seu lado defendendo as emendas do Rio Grande do Sul. Infelizmente, como isso ocorre conosco acontece com os outros Srs. Deputados que aqui estão — acertos feitos por baixo do pano, a forma equivocada de conduzir a discussão do Orçamento — que deveria ser a discussão maior do Congresso Nacional, mas não — vai ter que mudar. Mudando isso, junto com a questão da proporcionalidade e com outras alterações na legislação eleitoral, na legislação de organização dos partidos políticos, na nova lei eleitoral que está surgindo, acredito que vai determinar obrigatoriamente correções de rumo que vão significar que, quem sabe, daqui a dois, três, quatro ou cinco anos, tenhamos outra reunião como esta sem as distorções que penalizam o Rio Grande do Sul, a região Sul e que, em determinados momentos aparentemente estão favorecendo o Nordeste ou o Norte do País. O que não está acontecendo.

O SR. ALCEU COLLARES — Favorecendo as elites, não o povo pobre.

OSR. GERMANORIGOTTO — Exatamente. Agradeço a oportunidade e queria vir aqui mais para cumprimentá-lo pela iniciativa tomada; cumprimentar os Srs. Senadores, os Srs. Deputados Federais, pedindo que entenda — e não é choro — o grito dado pelo Sr. Governador, hoje aqui, às vezes mal entendido, mas estamos sendo injustiçados na distribuição dos recursos federais. Como disse, muito bem o Deputado Fialho, quando levantou a questão do ciclo uniforme, estamos brigando, o Sul e o Nordeste, contra o Sudeste porque estamos sendo penalizados. Quando havia o ciclo uniforme do aço, algo muito positivo que determinava justiça para as indústrias do setor metal-mecânico do Sul e do Nordeste, onde não estão as siderúrgicas. O ciclo uniforme foi terminado com uma jogada por baixo dos bastidores. Nós tentamos modificar no Congresso Nacional, as bancadas do Sul e do Nordeste lutando juntas, tentando corrigir a distorção que foi determinada “por baixo dos panos”. Esse é o tipo de luta que deve nos unir. O Nordeste vai entender que, hoje, o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina estão sendo marginalizados e precisamos do apoio dos senhores.

Acredito, Deputado Osvaldo Coelho, que o que V. Ex.^a disse sobre a marginalização e o Estado periférico, realmente, hoje, o Estado do Rio Grande do Sul é um Estado periférico. Um Estado muito bem localizado, um Estado estrategicamente localizado. Mas, hoje, um Estado periférico como o foram os Estados do Nordeste ao longo dos anos, e que,

hoje, recebem muito mais recursos do que o Estado do Rio Grande do Sul tem recebido. Muito mais mesmo.

Cumprimento e digo ao Sr. Governador que os Senadores Pedro Simon, José Fogaça e José Paulo Bisol, não compareceram hoje, como gostariam porque tinham hoje, à tarde, a discussão do parecer sobre o afastamento do Presidente Collor, mas eles estão juntos nesta luta. Muito obrigado. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. CELSO BERNARDI — Saúdo o Senador Beni Veras e agradeço a presença dos demais colegas da Comissão Mista pela disponibilidade de diálogo e compreensão às posições e pleitos do Rio Grande do Sul. Cumprimento o Governador Alceu Collares digo do respeito por esta voz que se levanta em defesa de um tratamento justo para o Rio Grande, para a região Sul. Saúdo também o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e Deputados Estaduais.

O desenvolvimento e a geração de recursos se fazem em cima de alguns pilares em todo o mundo: natureza, trabalho, capital, eficiência gerencial, ciência, tecnologia e educação. Talvez o único País do mundo em que a geração de recursos se faça pelo peso político e não por esses pilares seja o Brasil. Temos, efetivamente, um desequilíbrio político. Por exemplo, no Orçamento de 1991, oito municípios da Bahia receberam tanto quanto os 333 municípios do Rio Grande do Sul — 21 bilhões de cruzeiros em valores do mês de abril de 1991 para oito municípios que totalizavam 125 mil habitantes. É o peso político. Na distribuição da Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização temos, além do Presidente Messias Goes, de Sergipe, e do Relator Mansueto de Lavor, de Pernambuco, 30 chamados Relatores Parciais. Destes, dez são do Nordeste, sete do Centro-Oeste, três do Sul e sete do Sudeste. Dos trinta, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste têm vinte; a Bahia tem quatro Relatores Auxiliares e, no Rio Grande do Sul, temos um, Deputado Valdomiro Lima. Este peso político gera o desequilíbrio na distribuição de recursos. Como é feito esse peso político? A Constituição, em seu art. 45, reza que cada Estado terá, no mínimo, oito Deputados Federais. Se tomarmos 27 Estados por oito, 216 Deputados são gerados pelo referencial mínimo. 43% do Colégio é pelo referencial mínimo — ou seja, 12 Estados estão representados pelo referencial mínimo. Nenhum país do mundo tem 43% de seus Deputados representados pelo referencial mínimo. E mais — e até discordo do Sr. Governador —, se este fato foi gerado no regime autoritário, foi consolidado ainda mais no processo constituinte de 1988, porque o Estado de Goiás, que tinha oito Deputados e três Senadores, com a delegação da diferença política para o Distrito Federal e o Estado do Tocantins, subiu de três para nove Senadores e de oito para 24 Deputados. É importante discutir-se isso, porque, caso contrário, prosperará a idéia de se fazer Estados no Sul para aumentar a representação política. Acho que não é necessário mais do que 503 Deputados neste País. Temos, como se faz nos Estados Unidos, que discutir. Quando um Estado perde população e eleitores, baixa o número de Deputados e Senadores. Se tomarmos um número menor e um teto, evitaremos a situação de privilegiar Estados do Sudeste como o de São Paulo. Isso tem que ser discutido, porque o desequilíbrio político cria a má geração de recursos, o que não é processo de desenvolvimento.

Com referência às transferências — e não quero criar polémica — temos dois tipos, as constitucionais e as chamadas negociadas. Nas transferências constitucionais a Constituição

já garantiu aos Estados do Norte e Nordeste um fundo, já se manteve a Sudene e a Sudam, já se dá — Lei Complementar nº 62 em seu art. 2º — 85% do Fundo de Participação dos Estados para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tomem o Balanço de 1991, que o Tribunal de Contas da União não analisou e devolveu ao Congresso Nacional — conseguiu esses dados de lá. Fundo de Participação dos Estados — Balanço de 1991: Norte — 25%, Nordeste — 52%; Centro-Oeste — 7%; Sudeste — 8%; Sul — 6%. Essa é a distribuição desse fundo. Se, nas transferências constitucionais, a lei assegura esses privilégios justos para diminuir as desigualdades, os 3% do Imposto de Renda, do Finor, etc., mais os 85% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, mais outras autarquias como a Sudene e a Sudam, precisaríamos estabelecer critérios também para as chamadas transferências negociadas. Nestas, foi demonstrado aqui pelo Sr. Governador, na planilha, torna-se claro que também somos bombardeados. Então vamos ter critérios para as transferências constitucionais e para as negociadas; caso contrário, pelo peso político, continuaremos sempre recebendo menos. É lógico que o Deputado vai defender a sua terra. Isso é natural. Se temos apenas um Deputado na Relatoria Parcial do Orçamento contra quatro da Bahia e outros de outros Estados é difícil reverter o quadro. A revisão da proporcionalidade política não é uma questão do Norte e do Nordeste. Não há país do mundo em que haja desequilíbrios dessa natureza. Que de 12 Estados com oito Deputados — e os 27 vezes 8 dá 216 — 43% sejam pela minoria, ou que um Estado como Roraima tenha 130 mil habitantes e outro tenha 33 milhões, havendo uma diferença tão pequena de Deputados é difícil imaginar. Assim prospera a idéia de criação de Estados. Iguazu quer se emancipar. De repente, vamos-nos emancipar aqui no Rio Grande do Sul, fazer outro Estado. Por quê? Porque será aumentado o número de representação política. Se se mantiverem os 503, temos que fazer um reajuste natural. Consequentemente, o peso político está influenciando nos desequilíbrios. O peso político não pode se sobrepor aos valores de capital, de trabalho, de eficiência gerencial, de natureza, de ciência e tecnologia. As transferências constitucionais devem garantir meios, mecanismos, para desigualdades. E precisamos ter critérios — e aí a Comissão é importante — para garantir os recursos negociados, o famoso Orçamento — e falou muito bem o Deputado Germano Rigotto, se o povo brasileiro soubesse como era feito o Orçamento, ficaria mais intranquilo ainda.

O SR. ALCEU COLLARES — Estou de acordo com V. Exª. A crise não é econômica, é política. Essa deformação se arrasta, criando problemas para o País. Não é apenas para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E o mais incrível é que essa deformação se espalha pelo segundo e pelo terceiro escalão. Quando se está elaborando a Proposta Orçamentária se apresenta a deformação, porque também, na mesma proporção, há representação tecnoburocrática nos escalões do Palácio do Planalto.

O SR. CELSO BERNARDI — O terceiro ponto é a questão do centralismo.

Vamos discutir tudo isso e vamos acabar deixando de lado uma questão em que a Constituição de 1888, no meu ponto de vista, foi muito tímida, a questão do centralismo.

Dou um exemplo claro, fazendo uma homenagem ao Deputado Osvaldo Coelho, que luta pelos 9% do ensino fundamental. Quantos de nós acompanham Governadores e Prefeitos em busca de salários e recursos para o Ministério da

Educação. De repente, tomamos conhecimento de que há 1 trilhão e 700 bilhões de cruzeiros que não foram orçamentados ainda. E foi-nos dito que não havia mais recursos. Se não fizermos uma política de descentralização dos recursos gerados por Estados e municípios, no sentido de que permaneçam em sua origem, não fazendo trânsito por Brasília, pouco vai adiantar o trabalho de proporção de Deputados, de busca de recursos. O centralismo vai-nos liquidar mesmo. É incrível que, numa hora destas, tenhamos quase 2 trilhões de cruzeiros do salário-educação colocados no Tesouro, e nós, aqui, de pires nas mãos, pedindo dinheiro para construir escolas, manter os equipamentos e dar às crianças um ensino de boa qualidade. Dois trilhões de cruzeiros de receita a maior! Se temos uma legislação que gera esse desequilíbrio político nas transferências negociadas, precisamos discutir o assunto, tentando encontrar uma solução mais equânime, mais justa, reconciliando o Rio Grande, a região Sul, reintegrando-os ao Brasil. Não adianta a integração com o Mercosul se não estamos integrados com o Brasil. E precisaríamos, neste momento, de investimentos para suportar uma competição muito forte com o Mercosul. Devemos ter uma discussão séria, bem-intencionada, na busca dos mesmos objetivos: buscar um Brasil desenvolvido harmonicamente, com bem-estar para o seu povo. (Palmas.)

O SR. AROLDO CEDRAS — Exmº Sr. Alceu Collares, DD. Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Exmo. Sr. João Augusto Nardes, DD. Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e Exmo. Sr. Beni Veras, DD. Relator da Comissão Mista; Exmº Srs. Senadores; Exmº Srs. Deputados Federais; Exmº Srs. Deputados Estaduais; minhas senhoras e meus senhores, os companheiros que me antecederam já teceram comentários que considero bastante profundos e que seriam os meus.

Como membro do Congresso Nacional, ao chegar naquela Casa, tive a oportunidade de participar de algumas reuniões da Comissão do Orçamento do ano passado e imediatamente comecei a preocupar-me, porque não foi difícil para mim ou para qualquer outro brasileiro que ali chegasse verificar que as principais raízes dos grandes problemas da Nação brasileira estão na forma da proposição, da elaboração, da discussão da Proposta Orçamentária da União. Por isso, quero dar meu depoimento. Fui aos Estados Unidos, com recursos próprios, para ver como isso funcionava lá. Fui também à Alemanha para verificar o quanto estávamos atrasados ou adiantados na questão do Orçamento da União. E, para minha tristeza: Sr. Governador. Nós, povo, temos a obrigação de nos unir não apenas para depor o Presidente, mas também para diminuir os desequilíbrios regionais, começando a pressionar o Congresso Nacional para uma ampla e restrita modificação do planejamento, da elaboração e da discussão da proposta orçamentária. Como Deputado Federal, não posso gastar meu tempo discutindo se o Rio Grande do Sul ou qualquer município recebeu mais ou menos dinheiro do que outro, em vez de estar aqui ouvindo os senhores e aprendendo como resolver os problemas nacionais. Não posso, como cidadão brasileiro, aceitar isso, jamais. O congresso Nacional não pode deixar de fazer a discussão a partir das suas 13 Comissões Permanentes; não pode gastar o seu tempo exercendo papel de polícia, para que dois ou três políticos apareçam frente às câmeras de televisão e se projetem de uma forma que considero sem sustentação em nível de opinião nacional. Nessas Comissões Permanentes é que deveríamos estar travando essas

discussões, assim como estamos realizando aqui. Todas essas distorções que ocorrem não foram, com certeza, motivo dessa falta de planejamento que estamos discutindo; foram também, com certas distorções antigas, mas que não as aceitaremos, em hipótese alguma, no próximo ano, neste País. Quanto ao orçamento, m cabe ressaltar que o fortalecimento de federações democráticas sempre começa com o voto e termina com o orçamento. Em relação àquelas verbas que distorciam a realidade na questão da Bahia — eu, como baiano, não poderia deixar de dar esse depoimento — analisando o quadro, que, inclusive, para minha honra, muito bem ilustrado, do Governo de V. ex^a, os 55 milhões que distorcem a realidade dos recursos que eram direcionados para a Bahia foram simplesmente verbas alocadas, mas não foram recursos repassados. Nesse caso específico de verba de 55 milhões relativos ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, ressalto que a Bahia, dos 2 milhões e 200 mil hectares irrigáveis do Vale do São Francisco, tem 1 milhão e 600 mil hectares, e às margens do São Francisco foram instalados, programas de implantação de núcleos de reforma agrária, como a Serra do Ramalho com 80 mil hectares. Simplesmente lhe foi dado o nome de "Projeto de Reforma Agrária", pois até hoje aqueles que foram para ali levados — às vezes até contra a sua vontade — estão morrendo de fome às margens do rio São Francisco.

O SR. ALCEU COLLARES — O Governador da Bahia deu uma denúncia nossa com relação ao problema de representação parlamentar e mandou um fax, o qual respondi-lhe com esse gráfico, no sentido de que em 1991 quase 400 bilhões de cruzeiros foram destinados à Bahia. Respondi-lhe que, se soubesse ler um gráfico, teria a resposta da nossa indignação, ou seja, de como poderia acontecer essa concentração exatamente na deformação da elaboração orçamentária, que, por sua vez é a consequência da deformação na representação parlamentar, porque são os partidos que indicam, proporcionalmente, os membros para a constituição das Comissões Permanentes, Mistas e Especiais no Congresso Nacional. A deformação vem de cima e se espalha também pelas Comissões Permanentes, como essa de orçamento, e pela própria Comissão de que V. Ex^a faz parte, que não é incorreta, mas só, perversamente, traduz o que há hoje na própria Constituição, ou seja, a desproporcionalidade da representação política.

O SR. AROLDO CEDRAS — Admiro o Governador da Bahia, pois é um político dedicado e um homem decidido, que está administrando meu Estado, nesses primeiros dois anos de Governo, com muita austeridade, determinação e que está aplicando boa parte dos recursos estaduais em áreas que considero extremamente prioritárias. Não gostaria de entrar nessa seara entre Governadores, até por que não é objeto da nossa reunião. Considero esse erro apontado pelo senhor como um erro de momento, porque o Poder Executivo, muitas vezes, também contribui enormemente para essas perversidades, como estamos verificando, hoje, em relação ao Rio Grande do Sul. Em relação ao desequilíbrio da representação no Congresso Nacional, a Constituição deveria ser cumprida. O que se quer, a rigor, já está sinalizado na Constituição. O Estado de São Paulo, por exemplo, reclama a cada dia, através de seus representantes no Congresso, por uma maior representação de São Paulo, pois, segundo seu entendimento — e é nosso também — está determinado na Constituição. Acredito que a questão não é puramente política; a questão é de critérios, é de gerenciamento. Se não tivermos um grande

gerenciamento em todos os níveis neste País; se a LDO não for cumprida — como não está sendo a nossa Constituição —, continuaremos a ter um desequilíbrio interregional muito grande, chegando ao caos social, como já estamos vendo com os arrastões, com os saques no Nordeste. Preocupava-me o risco da desintegração da União, mas louvo essa atitude de V. Ex^a e de seus companheiros de governos, que expõem essa situação a público e que querem debatê-la conosco.

O SR. ALCEU COLLARES — Deputado, o nosso movimento é contra o movimento separatista. Estamos fazendo um movimento de anexação do Brasil e ao Rio Grande.

O SR. AROLDO CEDRAS — O Rio Grande do Sul pode dar muitas contribuições ao Brasil. Esses desequilíbrios interregionais são enormes e drásticos, mas, mesmo com a fórmula que o senhor propõe, se não mudarmos os critérios, continuaremos marginalizados no mercado mundial do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Diziam-me que "é muito mais fácil ser um rico com saúde do que ser pobre doente", no sentido de que as pessoas encontram muita facilidade para botar defeito nos pobres e desassistidos e têm muito estímulo a encontrar virtudes nos bem-sucedidos. Numa afirmação do Sr. Paulo Fancis, "não é questão de falar inglês ou português", porque muitos políticos brasileiros são deficientes. Há intérpretes, é de entender de economia do Brasil e mundial. É pouco provável que um filho do Nordeste, região mais pobre do Brasil, vergonha nacional, saiba alguma coisa, pois vive no século XVI. Os nordestinos vivos migraram para outras partes do País, faz oito anos e meio estamos sob o comando de jecas dessas regiões desgraçadas". Essa é a idéia de que é fácil encontrar defeito num pobre sem saúde. A verdade é que há no País regiões marcadas por um subdesenvolvimento muito sério. A renda per capita do Brasil, dos Estados, vai de 472 dólares no Piauí, a 4.498 dólares no Distrito Federal, passando a 3.993 dólares em São Paulo e a 3.352 dólares no Rio de Janeiro. São diferenças muito grandes e grosseiras. Não é possível um País, que tem esse tipo de renda, viver com um diferença tão dramática. O País construiu esse sistema injusto, que não é estável, pois não se pode manter populações tão numerosas em situação tão subumana durante muito tempo. Portanto, é necessário combater essa situação, conscientemente, de forma organizada. O País precisa ter uma política para aproveitar toda a potencialidade, mantendo um equilíbrio razoável, apoiando as populações que mais precisam, porque as que têm solo bom e boa educação, chagarão sozinhas ao seu destino; o Estado existe para tirar dos que mais têm a apoiar as populações que menos têm, para que essas possam também crescer, estabelecendo um equilíbrio mínimo de estabilidade à nossa Nação. Lerei algumas palavras de Assis Brasil, referente ao mal do puro regionalismo: essa tem sido a principal causa do frisante contraste que se nota entre o brilhantismo e a inocuidade do papel que o Rio Grande tem representado na política brasileira. Ainda que não digo claramente, parece que os nossos mais conspícuos conterrâneos têm sempre entendido que é preciso ser mais rio-grandense do que brasileiro. Compreende-se que tal concepção de patriotismo pode ser tudo, menos simpática para nossos irmãos de outras seções do território da Pátria". Essas palavras realçam que o gaúcho tem a grandeza e o espírito capaz de entender o País, buscando uma posição salutar em relação a ele, de tal maneira que possamos juntos construir um Brasil novo. A fome, a miséria, a ignorân-

cia, a doença inassistida são ingovernáveis. São os cidadãos que ganham salários justos e suficientes que lêem e escrevem, que têm moradia, hospital, remédios e lazer, quando descansam o inimigo mortal do homem que é a miséria. Mais miserável que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria. Esta é a posição que adotamos dentro da Comissão. Precisamos trabalhar em apoio às populações carentes. Há regiões inteiras que precisam ser assistidas. Essa é uma verdade iniludível. E quem tem que assistir essas regiões são as que mais podem. Isso até por egoísmo. A medida em que ajudamos o País a investir no Centro-Oeste, contaremos amanhã com uma região produtora capaz de potencializar a riqueza do Rio Grande do Sul e levar o País a outros estágios. Contaremos com um futuro, a curto prazo, bem melhor.

Agradeço a gentileza do Sr. Governador do Estado, dos Srs. Deputados, do Sr. Presidente da Assembléia, do povo de Porto Alegre de nos acolher e fazer uma sugestão aos companheiros do Rio Grande do Sul. Fiquem certos que nós, que trabalhamos no Congresso, provenientes de regiões subdesenvolvidas, buscamos construir um País novo não para nós, mas para todos os brasileiros. Há um desejo altruístico nesta questão. Queremos viver num País melhor. É em cima disso que queremos fazer o nosso pacto, ajudando-nos mutuamente e construindo um Brasil melhor, fazendo com que valha a pena ser vivida a vida. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOÃO LUIZ VARGAS — Queremos, em nome da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, agradecer à Comissão Mista que se desloca de Brasília, vindo ao Rio Grande e oportunizando uma tarde de trabalho. Agradecemos ao Governador Collares e dizemos aos Parlamentares da Comissão que não são do Rio Grande que levem daqui o exemplo da convivência fraterna e independente entre os Poderes. Desta maneira construímos o Rio Grande do Sul e auxiliamos na construção do Brasil. Muito obrigado.

20ª Reunião, realizada em 16 de dezembro 1992.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, na sala nº 6 (seis) da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Beni Veras e Esperidião Amin, Deputados Vicente Fialho, Luiz Girão e Ariosto Holanda. Deixam e comparecer por motivos justificados, os demais membros. Assume a Presidência o Senhor Senador Beni Veras, declarando aberta a reunião e comunicando o objetivo da mesma: mesa redonda sobre "A Integração econômica entre as várias regiões brasileiras", com a presença do Dr. Renato Casali Pavan, Coordenador de Logística da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República SAE, convidando o mesmo para tomar assento à mesa e passando-lhe a palavra. Concluída a exposição, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações, onde fazem uso da palavra os Senhores Deputados Ariosto Holanda, Luiz Girão e Vicente Fialho. Terminada a fase de interpelações, o Senhor Presidente faz comentários finais a respeito da reunião, agradece a presença do convidado, senhores Parlamentares e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, **Adalberto de Menezes Dantas**, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo a Ata da 20ª Reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da Reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Declaro aberta a nossa reunião.

Estamos realizando mais uma reunião da Comissão que estuda os desequilíbrios inter-regionais brasileiros, que busca encontrar uma maneira de tornar o País mais equilibrado, mais justo. De tal forma que as regiões, hoje periféricas, possam ter suas situações consideradas e, se possível, encontrar caminhos para que possam se desenvolver. Em relação a esse tema, conversávamos, recentemente, sobre a importância dos transportes para a integração das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, para o que chamo a atenção como uma forma muito própria de tratar a questão.

Passa a Comissão à fase de contatos e informações gerais. Mas na fase em que estamos, atualmente, buscando elaborar o relatório final, chamou-me a atenção a necessidade de especular bem a respeito da questão dos transportes nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Em consequência, convidamos o Dr. Renato Pavan para conversar conosco a esse respeito. Sabemos que há muito o que se especular sobre o assunto, há muitos caminhos que se pode seguir, e acredito que é conveniente que formemos sobre o tema uma opinião adequada. Para isso, portanto, ninguém melhor do que o Dr. Renato Pavan para discutir o assunto. S. S. é Engenheiro Civil, pertence ao Ministério dos Transportes, foi assessor especial do saudoso ex-Ministro Dilson Funaro, é assessor especial do ex-Ministro Irís Rezende e Coordenador de Logística da Secretaria para Assuntos Estratégicos. É, portanto, a pessoa adequada para tratar desse problema.

Concedo a palavra ao Sr. Renato Pavan.

O SR. RENATO PAVAN — Ilustre Presidente desta Comissão, Senador Beni Veras, demais Parlamentares presentes, técnicos da Secretaria para Assuntos Estratégicos:

Estamos aqui para discutir um assunto bastante importante, em que a solução vai ao encontro, exatamente, do desenvolvimento nacional e da eliminação das desigualdades sociais, que a sociedade brasileira tanto clama, e cujos reflexos temos sentido todos os dias no Congresso Nacional e, ultimamente, através do Presidente da República, que, traduzindo essa ansiedade da sociedade brasileira em buscar um caminho de desenvolvimento contínuo e justo, tem procurado, dentro do próprio Governo e através de uma série de interlocutores, encontrar a melhor maneira de se promover esse desenvolvimento e eliminar esses desequilíbrios.

Eu gostaria de esclarecer, antes de entrar propriamente no assunto, o que é a Secretaria para Assuntos Estratégicos e como está inserida no contexto do planejamento estratégico brasileiro. Inicialmente, a Secretaria foi constituída para ser um órgão de assistência direta ao Presidente. E não estava muito bem claro na sua constituição a sua competência de fazer o planejamento estratégico. Com a aprovação da medida provisória, que se transformou na Lei nº 8.490, foi criada, dentro da Secretaria para Assuntos Estratégicos, uma subsecretaria específica que lhe dá a atribuição de fazer todo o planejamento estratégico nacional. E pela primeira vez no País que se institucionaliza o planejamento estratégico. Na

realidade, o que se vinha fazendo, no passado, eram planos de ação governamental bastante pontuais, e que não permitiam uma visão de médio e longo prazo. Tivemos vários planos feitos, inclusive alguns com bastante sucesso, calcados na infraestrutura econômica, que foi exatamente o projeto e o plano de ação governamental do Governo Juscelino Kubitschek, que, baseado no binômio transporte e energia, teve bastante sucesso, até mesmo com reflexos muito grandes na área política.

Por isso, o importante é ver essa metodologia. Como é que estamos encarando o planejamento estratégico nacional? Em primeiro lugar, deve-se respeitar os objetivos nacionais, que se encontram no art. 3º da Constituição, traduzidos pelo Congresso Nacional, onde ficou bastante claro que o País deve ter o desenvolvimento constante para eliminar as suas desigualdades sociais e as suas desigualdades inter-regionais. E o que vemos é que os últimos planos executados não respeitam esse primeiro preceito constitucional. Todas as políticas adotadas vêm exatamente no sentido contrário dessa vontade, desse objetivo permanente, ou seja, o País, para se desenvolver, precisa encontrar as estratégias necessárias para esse desenvolvimento.

Isso é traduzido novamente pela sociedade, através do Presidente da República, e estabelece então, as macroestratégias. E o Presidente da República está dizendo que o País precisa retomar o desenvolvimento de forma contínua, constante, equilibrada e sustentada. Estes são os parâmetros estabelecidos pelo Presidente e pela sociedade. Cabe, dessa forma, à Secretaria de Assuntos Estratégicos, que é responsável pela elaboração do Plano Estratégico Nacional, encontrar as estratégias que levem a esse atendimento dos objetivos nacionais e das políticas estabelecidas pelo Presidente da República. E, embora estivéssemos, ainda, há pouco tempo debruçados sobre essa nova missão importante, que nos foi concedida pela medida provisória, estamos conhecendo a situação nacional e verificando, na área econômica, que faz vinte anos que se tenta combater a inflação, que se tenta estabilizá-la em prejuízo do crescimento nacional. Verificamos que, na última década, o Brasil cresceu apenas 1,5% do PIB, quando a sua população cresceu 2%, ou seja, não fomos capazes de gerar os empregos necessários e, conseqüentemente, o caos social que se instalou no Brasil é muito grande.

Paralelamente, não foram feitos investimentos na infraestrutura econômica, e constatamos que ela hoje está totalmente sucateada. Sendo assim, o planejamento que estamos fazendo não é mais pontual, que vai apenas se basear na área econômica, no ajuste fiscal, sem dizer, de uma forma mais clara, onde os recursos vão ser aplicados. Na realidade, trata-se de uma forma bastante global e holística de se ver o problema, onde o social tem que estar ligado ao econômico e ao ambiental, para que possamos promover o desenvolvimento auto-sustentado, que foi perfeitamente definido na Eco-92.

É essa a visão global que faz com que os investimentos na infraestrutura econômica possam ser traduzidos em empregos, e esses investimentos têm que ser feitos de forma desconcentrada, para que novamente não venham trazer concentração econômica, e distribuídos, então, ao longo do País para que possamos eliminar os desequilíbrios inter-regionais que hoje verificamos.

Sr. Presidente, não sei de quanto tempo disponho, mas, se fosse possível, gostaria de entrar exatamente na análise da situação nacional para que depois possamos ver se os cami-

nhos que a Secretaria está encontrando são os mais adequados. Inclusive, quero dizer a V. Exª que viemos aqui muito mais aprender do que apenas expor as nossas idéias. É com esse debate que queremos enriquecer o nosso planejamento.

Fico bastante satisfeito com a presença do Senador Espiridião Amin, que conhece profundamente os problemas nacionais e aquilo que vamos passar a expor.

Vamos analisar o problema da nossa infraestrutura econômica, em face das perdas de referenciais de desenvolvimento político e econômico que o mundo experimentou, com o desmantelamento do sistema comunista e os graves problemas que o sistema capitalista está enfrentando nos Estados Unidos, o que leva os países a procurarem uma nova forma de desenvolvimento.

Essa nova forma de desenvolvimento parte do pressuposto de que é preciso fazer alianças com outros países, de que é preciso criar blocos econômicos que, interagindo com os demais blocos econômicos do mundo, vão fazer parte de uma economia globalizada, o que vai permitir que essas trocas econômicas sejam feitas de uma forma mais justa.

Entrando no problema nacional da infraestrutura econômica, vamos falar do transporte. Inicialmente, vamos nos referir ao problema da navegação. A navegação costeira, a navegação interna e a navegação transoceânica têm encontrado problemas seriíssimos, sobretudo pela própria falta de infraestrutura de apoio. Hoje, temos os nossos portos totalmente ineficientes, se formos comparar com os paradigmas internacionais. Com a perda dos referenciais, verificamos que temos a competitividade, que é o grande referencial que vai levar os países a entrar no Primeiro Mundo ou ficar no Segundo ou Terceiro Mundo.

Então, os nossos portos precisam se adequar a essa competitividade internacional, e, para isso, é muito importante que o Senado aprove o PL nº 66, para que possamos ir buscar os investimentos necessários para a sua modernização.

É claro que o único problema não é a mão-de-obra. O problema da mão-de-obra pode, inclusive, ser perfeitamente equacionado. No meu modo de ver, não precisa haver totalmente a perda do monopólio da mão-de-obra. O problema não é só esse. Temos problemas muito mais sérios com a própria infraestrutura portuária, que se mostra inadequada, pois foi feita para uma outra economia.

Em relação à navegação de cabotagem, acreditamos ser ela a grande responsável pelo desequilíbrio econômico inter-regional que verificamos atualmente. E as regiões Norte e Nordeste são as mais prejudicadas. Para se ter uma idéia, hoje, para se transportar uma tonelada de grãos, de Paranaguá para Pernambuco, gasta-se 55 dólares por tonelada. Com 60 dólares, vai de caminhão.

Então, o Norte e o Nordeste, que são muito dependentes de matérias-primas de outras regiões, ficam altamente penalizados pelos elevados custos dos meios de transportes.

Portanto, é fundamental que a navegação de cabotagem seja aberta à competitividade internacional, acabando inclusive com os privilégios dos estaleiros. Hoje, existe a obrigatoriedade de a cabotagem ser operada por operadores nacionais e os navios serem construídos em estaleiros nacionais, cujos preços são muito mais elevados do que os estaleiros internacionais, sendo proibido até o afretamento e o *leasing* de navios. Acredito, portanto, que nós devêssemos abrir o mercado, inclusive em relação a seguro e combustível.

Da mesma forma, a dificuldade de importação de peças e os impostos sobre as peças têm penalizado a cabotagem

e feito com que a maior parte dos armadores se transfira para a Argentina ou para a Libéria, a fim de trabalhar na navegação internacional.

Então, isso é fundamental. Inclusive estamos preparando uma proposta de decreto-lei para que, logo após a aprovação do PL nº 66, o Presidente possa encaminhar ao Congresso, contendo a reformulação da cabotagem, que, uma vez viabilizada, permitirá trazer uma série de matérias-primas de outras regiões para serem transformadas no Norte e Nordeste, e que possibilitará que o Norte e o Nordeste, inclusive, possam se transformar em regiões de grande desenvolvimento.

O que significa o problema de porto inadequado e navegação no desenvolvimento? A Fiesp fez um estudo recente e verificou que a ineficiência do Porto de Santos, o estrangulamento do Porto de Santos faz com que a economia daquela região, daquela área de abrangência do Porto de Santos, deixe de faturar, por ano, 5 bilhões de dólares de capacidade já instalada, com mão-de-obra disponível, porque o porto não tem competitividade internacional. Para dar alguns números, a movimentação de uma tonelada de aço, no Porto de Santos, custa 35 dólares, contra 5 dólares no Porto de Roterdã; a movimentação de um container de 40 pés custa 350 dólares em Santos, contra 120 dólares em Roterdã, sendo que em Santos se usa 25 pessoas e, em Roterdã, 12,5 por container. Há ainda outros custos em outras áreas que realmente inviabilizam os custos dos produtos que vão ser exportados.

No caso das hidrovias, que é um meio importante de transporte, o Brasil tem 50 mil quilômetros de hidrovias das quais apenas 10 mil quilômetros são viáveis. Quer dizer, o Brasil tem extensões enormes de hidrovias, mas elas ou passam por regiões economicamente pouco desenvolvidas ou, então, vão na contramão da economia, como é o caso da hidrovia que passa na região econômica mais desenvolvida, que é a região de São Paulo: a hidrovia do Paranaíba — Paraná — Tietê, ao invés de correr em direção ao mercado consumidor, à exportação, vai no sentido inverso, tem necessidade de passar por sete eclusas, a um custo de meio dólar por eclusa, o que resulta num encarecimento de quase 3,5 dólares pelo fato de ela correr na contramão.

Temos outras hidrovias importantes, como a do Madeira — Amazonas que permite o escoamento dos produtos de uma região importante, que é Rondônia e parte do Mato Grosso; temos também a hidrovia do São Francisco, que é uma hidrovia importante para aquilo que o Senador vinha me falando da integração do Centro-Oeste com a Região Nordeste; a hidrovia do Paraguai — Paraná, infelizmente, não tem um sentido econômico maior porque ela termina numa região de pouca profundidade portuária — ela termina em Nova Palmeira ou em La Plata, onde entram no máximo navios de 30 ou 50 mil toneladas, cujos custos hoje são elevadíssimos, se compararmos com os navios *cape sizes*, que podem operar em portos brasileiros com capacidade de 150 a 200 mil toneladas.

Há uma empresa brasileira que está fazendo estudos nessa região e verificou que o Porto de La Plata, no máximo, pode receber navios de 50 mil toneladas. Para se ter uma idéia, o custo de transporte de La Plata até Roterdã, o maior mercado brasileiro, é de 35 dólares por tonelada. Estamos vendo que, no Porto de Rio Grande, com uma pequena adaptação, esse custo pode ir para 9 dólares por tonelada.

Semana passada, tivemos uma reunião no Rio Grande do Sul e estamos estudando a possibilidade de o Porto de Rio Grande atrair essa carga da Argentina, assim como em

Santa Catarina estamos estudando o novo Porto de São Francisco do Sul, onde pode entrar navio de 200 mil toneladas. Hoje, o frete é de 25 dólares e nós podemos reduzir para 7. Essa é uma estratégia que vamos adotar para melhorar a eficiência da navegação.

Com relação às ferrovias, também temos um problema bastante sério. Dos 40 mil quilômetros de ferrovias do Brasil, apenas 10 mil quilômetros têm sentido econômico, estão adaptados para a economia atual. Foram feitas numa outra época em que a economia era baseada no café e na cana. Assim, temos, na realidade, que fazer uma transformação bastante grande na área ferroviária.

Temos 50 mil quilômetros de rodovias federais e 60 mil estaduais asfaltadas, mas destas 30% estão totalmente deterioradas e 50% necessitam de manutenção.

Em se tratando de aeroportos, não os temos em número suficiente adaptados para cargas. É uma série de produtos podem se viabilizar por via aeroportuária, principalmente as cargas de alto valor agregado.

O aspecto que preocupa muito, nesse estudo, é a matriz de intermodalidade que há hoje em nosso País.

De 60 a 70%, dependendo de algumas regiões, das cargas de alto volume e baixo valor agregado — e aí na realidade, estamos falando da agricultura, do *agribusiness*, que representa hoje 40% do PIB e é uma área muito importante, altamente estratégica para o desenvolvimento nacional — estão sendo transportadas por rodovia; 22%, por ferrovia; 1%, por hidrovias e de 7 a 8%, por cabotagem.

Se formos comparar esse fato com o que ocorre nos países desenvolvidos, vamos verificar que neles acontece exatamente o contrário. Nos países desenvolvidos a matriz de intermodalidade é de 60%, ferroviária; 15%, rodoviária; de 8 a 10%, hidroviária e de 15 a 20%, por cabotagem.

Então, tal situação precisa ser mudada.

O que representa isso no custo do grão brasileiro e na competitividade internacional?

A distância média de transporte de grãos é de 1 mil quilômetros. Esse grão, transportado por rodovia, custa 40 dólares por tonelada, principalmente porque as nossas estradas estão deterioradas. Quando chega no porto, esse custo é de 8 dólares. E se pegarmos navios Panamax com 50 mil toneladas, de um porto de Paranaguá, ou de Santos, o custo é de 20 dólares. Então o nosso produto agrícola, para sair da nossa região de produção, chegar aos portos de exportação e ir até o destino final, na prateleira do cliente, custa 68 dólares.

O americano usa o Rio Mississippi, que tem os mesmos 1 mil quilômetros; só que o transporte hidroviário custa 10 dólares, no porto custa 3 e o frete de Nova Orleans até Roterdã custa 15. Isso significa que o americano, que é o nosso maior concorrente em produto agrícola, faz esse transporte pelo custo de 28 dólares. Ou seja, estamos deixando de ser competitivos por 40 dólares por tonelada, o que representa 20% do valor da soja e 40% do valor do milho.

O que vemos é que a nossa agricultura não consegue se capitalizar, não consegue aplicar as tecnologias que seriam desejáveis e à custa de transferência de renda para outros setores, inclusive de desperdícios, a agricultura brasileira deixa de ganhar esses 40 dólares.

Depois, mostraremos que isso é perfeitamente possível de se fazer com poucos investimentos.

Um outro problema muito importante que temos no País é o desperdício do produto agrícola que começa na colheita.

A agricultura é uma atividade sistêmica; depende não só dos insumos básicos, como semente, trator, combustível, mas, principalmente, depois de colhido, esse produto tem que ser comercializado. Ele passa por várias fases da comercialização.

A primeira fase é a armazenagem. Nos países mais desenvolvidos, nos Estados Unidos, por exemplo, 90% da safra é armazenada na fazenda, na propriedade agrícola. Assim, fica muito mais fácil aplicar as políticas agrícolas. Toda garantia de preço mínimo é feita no silo da fazenda, nada se gasta de combustível, não se deterioram estradas. E o produto, na realidade, vai ter condições físicas muito boas, pois será seco na fazenda com muito menos energia. Principalmente se isso fosse feito aqui no nosso Centro-Oeste, onde o ar é úmido e quente, apenas com ventilação podemos secar o produto. Não precisaríamos gastar lenha, nem outro combustível; o Governo e o proprietário agrícola podem ser o beneficiário desse instrumento da política agrícola. A armazenagem na fazenda é muito importante. A falta de armazenagem faz com que o agricultor colha esse produto com 2 a 3% a menos de umidade e existe uma perda da ordem de 5% que já fica no chão por deficiência da colhedeira. Imediatamente o produto vai para a carroceria do caminhão; então já estamos transformando o caminhão em silo e já pressionando o frete, cujo custo, na época da colheita, sobe de duas a três vezes, onerando novamente o agricultor.

Quando esse produto chega às cooperativas dos silos coletores ou nas indústrias, o que verificamos? Que, por uma deficiência de secagem os caminhões ficam de três a cinco dias na fila, o produto acaba sendo fermentado. No caso do milho, por exemplo, existe a possibilidade de ele ter afrotóxina e se tornar incomercializável. No caso da soja, pode haver aumento de acidez, ocasionando um aumento da utilização da equisana na extração e no refino. E se formos computar todos os custos e as perdas, verificaremos que significam 10% da perda efetiva da colheita de grãos.

Se imaginarmos que a colheita seja de 60 milhões de toneladas, 10% significa 6 milhões de toneladas, que a um custo médio de 160 dólares representa uma perda de 1 bilhão de dólares por ano.

Se esses recursos desperdiçados fossem aplicados num programa de armazenagem na fazenda, supondo que um silo custa 200 dólares por tonelada de capacidade estática, poderíamos construir 5 milhões de toneladas/ano. Ou seja, em aproximadamente 10 anos teríamos resolvido esse problema só com o aproveitamento do desperdício. E o Banco Mundial está disposto a nos financiar 450 milhões de dólares para comercializarmos o programa.

O problema da legislação é muito importante. Além da PL 66, é necessário que seja aprovada a lei de concessões para atrair o capital privado.

No setor de energia elétrica temos também sérios problemas.

No Brasil a capacidade instalada de energia elétrica é de 350 quilowatts por habitante. Enquanto que países mais desenvolvidos, como o Canadá, chegam a ter de 6 a 10 mil quilowatts por habitante. Com isso estamos mostrando a grande defasagem da geração de energia elétrica em proporção aos habitantes.

Os Estados Unidos chegam a ter 5 mil. O que tem mais é o Canadá, porque há condições excepcionais de geração de energia elétrica em função das grandes quedas de águas. Na realidade, o Canadá pode construir uma hidrelétrica a

custos que variam de 1 mil e 1 mil e 200 dólares por quilowatt instalado. Para que V. Ex.^a possam ter uma idéia, no Brasil, como não há quedas muito elevadas e como existem problemas de falta de verbas, as obras são interrompidas constantemente e há até sobrepreços nesses custos. As hidroelétricas tem custado de 3 mil a 5 mil dólares por quilowatt. Isso faz com que a energia elétrica, no Brasil, custe 42 dólares por mil quilowatts contra 15 mil dólares do Canadá, por exemplo.

Isso tem inviabilizado alguns investimentos. Por exemplo, a Vale do Rio Doce, certa ocasião, estudou a possibilidade de fazer uma indústria de ferro-liga, em São Luís. A Vale tem o sistema de logística mais perfeito do mundo. Como os senhores podem verificar através do painel: aqui ela tem a mina de ferro e manganês, tem uma ferrovia, que é uma das mais perfeitas do mundo, toda controlada por computador, e um dos portos mais bem abrigados do mundo, o de Ponta da Madeira, na baía de São Marcos, que pode operar navios até acima de 350 mil toneladas. Assim, nada melhor do que pegar esse sistema importante, com custos baixos, e fazer a indústria de ferro liga. Para construí-la é preciso energia. Daí por que, para se fazer esse investimento, estudou-se o custo da energia de Tucuruí.

Esse ferro-liga seria produzido no Brasil e enviado para a Europa. Verificou-se que se tinha que trazer o produto até aqui; seu sistema de logística iria da mina até a região de consumo.

Quanto custa trazer o minério de ferro até Dunquerque, na França, e usar a energia elétrica daquele país? A viabilidade econômico-financeira foi para instalar a indústria em Dunkerque. Ao usar a energia barata da França, ficou muito mais viável fazer-se a indústria de ferro-liga naquele país do que no Brasil. Isso para demonstrar como a energia elétrica inviabiliza os investimentos que precisamos ter no Brasil para retomar o desenvolvimento. Com essa retomada do desenvolvimento, podemos gerar recursos para resolvermos os problemas sociais.

O Brasil tem uma dependência muito grande na sua matriz de geração de energia, porque 90% dela é hidráulica. Sabemos que a energia hidráulica é excelente, por ser renovável, mas há um risco muito grande. Em 1986, o rio Iguaçu, que tem uma capacidade de geração de 3.000 megawatts, gerou apenas 300 megawatts neste ano. Na realidade, existem alguns preconceitos de geração elétrica, a partir de outras fontes de energia. O gás, por exemplo, é uma excelente fonte de energia; é utilizada nos Estados Unidos em 25%; no Canadá 30%, e o Brasil usa apenas 2% da sua matriz energética. Precisamos encontrar novos meios de gerar energia elétrica mais barata, para evitar alguns desastres como o da hidrelétrica de Samuel de Balbina, cujo custo de energia — 50 dólares por quilowatts — não chega a pagar sequer o custo; quando gerada por gás, esse custo pode chegar a 40.000 quilowatts.

Temos, hoje, no Brasil, cerca de vinte e seis empreendimentos de usinas hidrelétricas paralisadas por falta de recursos. Recebemos um relatório do Ministério de Minas e Energia, dizendo que, se não investirmos 8 bilhões de dólares por ano em energia, vamos ter um colapso energético em 1995. Isso para mostrar o que representa a gravidade de geração e transmissão.

A energia elétrica representa de 1,5 a 3% do valor agregado na produção. A falta de energia elétrica, uma simples interrupção, pode provocar um prejuízo de 3% do PIB. Essa é a importância de se pensar seriamente nessa área.

Quanto ao gás natural. Conforme já disse, o Brasil tem apenas 2%. Há um plano do Ministério das Minas e Energia para elevar-se para 10%. O Brasil tem poucas reservas de gás natural. São 117 bilhões de metros cúbicos; gastam-se 10 milhões de metros cúbicos/dia. Isso é insuficiente para que a nossa matriz energética se eleve para 10%, o que faz com que o Brasil precise importar gás, através de dutos ou de navios metaneiros de gás liquefeito, que poderão vir da Venezuela ou da Argélia.

Um dos empreendimentos que se pensa fazer é trazer o gás da Bolívia, através do gasoduto, passando por São Paulo. Um outro da Argentina, com reservas de 750 bilhões de metros cúbicos através de São Miguel do Oeste, entrando para fazer a interligação do gasoduto da Bolívia com o da Argentina. A Infragás, uma empresa de Santa Catarina e do Paraná está junto com o pessoal São Paulo, estudando essa interligação dos gasodutos.

Na semana passada, estivemos no Rio Grande do Sul e estamos vendo se a Sulgás faz a interligação com o gasoduto da Infragás até Porto Alegre.

Existe uma grande reserva de gás no Peru, em Camisécia, que tem uma das maiores reservas do mundo, cerca de 16 trilhões de metros cúbicos inferidos.

Outra área importante para o desenvolvimento nacional é a telemática, que é a combinação do hardware com o software e a telecomunicação. Hoje, a telemática é fundamental para o desenvolvimento e o aumento da produtividade das indústrias.

Para se ter uma idéia, hoje, grande parte do país consegue uma velocidade de transmissão de dados de apenas 10 Kbytes por segundo. No triângulo Brasília/São Paulo/Rio, isso chega a 60 Kbytes por segundo. No mundo todo, há uma variação de 600 a 5.000 Kbytes por segundo. Na realidade, a Nissan deixou de existir no Brasil por causa dessa deficiência no sistema de telemática.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Aproveitando, quantas empresas japonesas existem hoje no Brasil?

O SR. RENATO PAVAN — Ninguém quis vir para o Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Eram quatrocentas empresas e agora são duzentas.

O SR. RENATO PAVAN — Inclusive a SHARP está indo para Montevideu e a APPLE para a Argentina. Por que isso? Porque na importação do hardware, o Brasil cobra 50% e há ainda o ICMS; a Argentina não cobra; no Paraguai há o contrabando e, no Uruguai, o produto é maquiado nas zonas francas. Não há a menor condição do Brasil concorrer nessa área, fundamental para o desenvolvimento econômico.

Na área de comunicação, hoje, temos quarenta insucessos a cada cem tentativas de ligações telefônicas. O Brasil tem apenas seis telefones para cada cem habitantes, quando os países desenvolvidos tem de cinquenta e seis a sessenta.

Esse é um panorama na área de infra-estrutura econômica, mostrando que o Brasil precisa, urgentemente, resolver esse problema para se inserir na competitividade internacional e poder atrair investimentos.

A área, social que é muito importante, é a área que vai ser beneficiada por esses investimentos. Todo o planejamento é feito para privilegiar a área social. Temos no Brasil um verdadeiro caos. Cinquenta por cento dos assalariados recebem até 1 salário mínimo, que varia de sessenta oitenta

dólares, quando nos países mais desenvolvidos ele é de seiscentos a um mil e duzentos dólares. Hoje, é quarenta. De repente, pode mudar para sessenta. O teto do salário mínimo está entre quarenta e oitenta dólares; na realidade, e quarenta e oitenta dólares para seiscentos e um mil e duzentos é uma barbaridade.

Temos um déficit habitacional de 12 milhões de moradias, o que é um problema bastante sério.

Na área da saúde, a mortalidade infantil vai de sessenta até cem; em algumas regiões do Nordeste, chega a atingir duzentas crianças a cada mil que nasce. O Brasil é o 65º país em desenvolvimento social. Os nossos hospitais são totalmente sucateados. A área da saúde precisa ser totalmente remodelada.

Na área da educação, a repetência, ocasionada pela desnutrição da criança, pela retirada da criança para o trabalho braçal, tem provocado uma geração de miséria insuportável no País. Além de termos uma parcela miserável da nossa produção, essa geração continua, porque os seus filhos não podem ter a educação necessária para que possam sair desse bolsão de miséria.

Outro problema existente é que todas as nossas salas de aula estão precisando ser readequadas, os nossos professores reciclados e o currículo universitário, urgentemente, ser adequado à economia nacional, para que possamos receber recursos de pesquisa, através da iniciativa privada.

No saneamento, os números são alarmantes, pois somente 40% da população têm acesso ao saneamento; 30% dispõe de esgoto, 50% de água tratada. Dessa água tratada 40% são desperdiçadas no sistema de distribuição, 90% do esgoto não tem tratamento, 95% do lixo não têm destino final, 60% do lixo são lançados nos rios e, como já mencionei, 40% da nossa água tratada são desperdiçadas, ao passo que nos países mais desenvolvidos esse número está em torno de 15%.

Na área econômica, o Brasil cresceu 1,5%, enquanto a população cresceu 2%. Temos problemas estruturais bastante sérios a serem resolvidos e importantes para a retomada do desenvolvimento. Conhecendo essa situação atual, o que o País precisa fazer para sair disso? Na realidade, voltando àquilo que a sociedade quer: a retomada do desenvolvimento, que esse seja auto-sustentado e que haja uma estabilidade econômica. Não precisamos reduzir a inflação a zero para retomar o desenvolvimento. Podemos, de uma forma global, retomá-lo gradativamente, através de um gerenciamento adequado da política financeira, e o Governo tem competência para isso. Ainda mais nessa fase da vida nacional, em que existe uma interação muito grande do Congresso Nacional com o Poder Executivo, vamos encontrar a forma de proporcionar esse gerenciamento das finanças públicas.

Mas o grande problema é que precisamos atrair investimentos. O governo, como não tem recursos, deve aplicar o pouco que tem na área social. O Brasil precisa buscar recursos na iniciativa privada nacional e internacional, para poder viabilizar os seus investimentos e traduzi-los em benefício da área social.

O planejamento estratégico que estamos fazendo é a tentativa de buscar, através desse equacionamento, os investimentos necessários para que isso seja possível. Na realidade, dentro dessa visão global, o que estamos pretendendo fazer é juntar as quatro infra-estrutura econômica, ou seja, transporte, energia, telemática e comunicação, para serem os pilares do desenvolvimento econômico, e é claro, isso aliado ao

desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia para aumentar a sua produtividade.

É importante, também, que haja uma mudança do papel do Estado e da iniciativa privada. O Estado foi muito importante para o desenvolvimento nacional. Sem ele não teria ocorrido a revolução industrial no País, que já veio atrasada. Os países europeus e americanos fizeram a sua revolução industrial no Século XIX, com um poder aquisitivo bastante grande com as populações que saíram do campo e foram para as áreas urbanas. No Brasil, ela veio atrasada e foi feita de uma forma muito rápida, com um baixo poder aquisitivo dessa população que saiu do campo e veio despreparada e desqualificada para a zona urbana, criando hoje enormes bolsões de pobreza.

É importante, com essa visão, entendermos que esse Estado empresário e paternalista esgotou-se, porque também o mundo mudou. Ele precisa, então, em vez de empresário, ser parceiro da iniciativa privada para que possa viabilizar esses investimentos.

A iniciativa privada também precisa mudar o seu papel, quer dizer, precisa deixar de mamar nas tetas do Governo. Precisamos desprivatizar o Estado, para o que a iniciativa privada possa assumir o seu verdadeiro papel, que também é de planejamento, de encontrar os problemas e trazê-los ao Governo e, através dessa interação, promoveremos os investimentos necessários.

Para que se faça o planejamento, foram eleitas algumas áreas estratégicas. Uma delas é o **agribusiness**, que engloba, todos os serviços, a agroindústria e também a mineração. Seu objetivo é privilegiar produtos que tenham alto volume, baixo valor agregado como matéria-prima, mas que possam receber, através do processo agroindustrial, um aumento desse valor agregado, para poder transferir a renda para as regiões que produzem.

Para elaborarmos as estratégias para esse tipo de produto, que privilegia o País como um todo, tivemos que fazer uma nova conceituação do problema de transporte e da reordenação física e econômica do território nacional.

Há pouco tempo, toda a conceituação do sistema de transporte era feita baseada na idéia das vias de transporte: as rodovias, ferrovias, portos e hidrovias. Mas isso era feito de uma forma isolada; não se pensava na integração das diversas modalidades de transporte, na intermodalidade, e por isso o Brasil tem 60% das suas cargas transportadoras por rodovia.

Como se pode, então, utilizar a intermodalidade para baixar os custos e fazer com que o País seja competitivo a nível internacional? No planejamento estratégico, estamos introduzindo um novo conceito de planejamento na área de transportes, que é o de eixo de desenvolvimento.

O eixo de desenvolvimento é aquele que, pelo menor custo, transfere um bem da região de produção até as regiões de consumo, interna e externamente, ou seja, até a prateleira do cliente lá fora, na Europa — Le Havre, Rotterdam — ou não no Japão, Oita.

O eixo de transporte tem esta visão: como vamos combinar as várias modalidades — ferrovias, hidrovias, porto, navegação transoceânica — até chegar aos postos de destino. Esse eixo de transporte por si só não representa nada; são apenas linhas físicas nesses eixos de transporte — no caso do grão, a armazenagem a nível de fazenda, as rodovias vicinais, os silos coletores, os terminais intermodais ao longo do eixo de transporte, a coordenação aduaneira, a nevegação de cabotagem, a navegação transoceânica e o **marketing** —,

se não transformamos esses eixos de transporte em sistema de logística, não conseguiremos transportar esses produtos a baixo custo. Então, estamos verificando agora, num convênio que fizemos como o Geipot e o BNDES, quais são os sistemas de logística que podemos identificar e que podem ser utilizados a curto prazo. Esse é um primeiro desenho das informações que obtivemos, onde o que está aqui, em preto, são as ferrovias existentes, o que está tracejado são as ferrovias que necessitam ser construídas para atender a uma projeção futura da expansão das nossas fronteiras; o que está em amarelo é a região apta à produção de grãos na Argentina, Uruguai e no Brasil; em azul, as hidrovias e, em vermelho, as rodovias.

Voltando ao conceito do eixo de transporte e do sistema de logística introduzimos, agora, o conceito do eixo de desenvolvimento, que é para evitar centralização de recursos em regiões que já estão concentradas, como é o caso de São Paulo, algumas regiões do Paraná e algumas regiões do Rio de Janeiro. Nós precisamos encontrar, através dessa estratégia, uma forma de desconcentrar o desenvolvimento. Para isso precisamos dotar, esse eixo de transporte e esse sistema de logística, dos insumos e infra-estrutura de energia e de telemática. Feito isso, transformamos, então, o eixo de transporte em eixos de desenvolvimento, onde as indústrias vão se relocar, onde os investimentos vão ser feitos, permitindo, então, a geração de empregos e a melhor distribuição de renda.

O alcance econômico desses eixos, o que significa isso? O custo de transporte mais econômico, determina, então, as macrorregiões estrategicamente econômicas, que são essas que estão em branco. Ou seja, tudo que se produzir nesta região será muito mais econômico sair ou ser transportado por aqui, para o mercado interno, do que para o Porto de São Sebastião ou para o de Santos, por exemplo. Dessa forma, criamos o conceito e redividimos o País, para efeito de planejamento estratégico, em nove macrorregiões estrategicamente econômicas, independente das fronteiras geopolíticas dos Estados, que foram feitas por fatores históricos ou geográficos, fazendo com que essas macrorregiões possam interagir entre si e interligadas por um sistema eficiente de cabotagem, que vai viabilizar, impedir ou diminuir os desequilíbrios econômicos inter-regionais que estamos verificando hoje, e também vias internas. Estava dizendo para o Senador Beni Veras que, nesse planejamento, descobrimos que pode ter um novo trecho ferroviário. Essa região aqui de Goiás, ela exporta, por ano, hoje, cerca de 1.500 toneladas de produtos agrícolas para o Nordeste, arroz e milho; isso está custando 65 dólares por caminhão. Com essa ferrovia, que vai beneficiar uma região altamente viável de Minas Gerais, que tem cerca de 10 milhões de hectares, muitos dos quais podem ser irrigáveis — e o ex-Ministro Fialho conhece bem essa situação da região de Paracatu, de Jaíba — então, essa ferrovia permite interligar esta região de Goiás com a hidrovia do São Francisco e aqui, através desse anel interno e através da transnordestina, ligar, aqui, à Suape e à Fortaleza. É uma forma de integração do Centro-Oeste com o Nordeste. E a Norte-Sul seria a integração do Centro-Oeste com a Região Norte; e essa nova ferrovia, que é a segunda etapa da Ferronorte, interligaria, então, novamente com o Nordeste e sairia aqui por Ponta da Madeira para Rotterdam.

Bom, o que verificamos neste estudo? Que também é muito importante a situação portuária. E o Brasil precisa ter, então, portos eficientes que estejam, hoje, adaptados ou que sejam competitivos, a nível internacional, diante da

modernidade da navegação transoceânica que está se instalando em todo o mundo. Está havendo uma grande transformação no conceito de navegação transoceânica — a maior parte dos navios foram construídos há 15 anos, ou eram navios muito grandes ou eram navios muito pequenos. Os navios muito grandes foram inviabilizados pelo problema do seguro, e os pequenos pelo custo do frete. Então, está-se desenvolvendo o navio *cape size*, de 150 a 200 mil toneladas, com caso duplo, com todo o compartimento de carga duplo, portanto, se houver algum impacto, ele não vai poluir o meio ambiente e também como convés adaptado para levar *containers*. Assim, teríamos os berços dos portos sendo adaptados para que se possa carregar grãos, graneis e *containers*, em navios que permitam um custo muito mais barato.

Se verificarmos que, hoje, o custo de transporte nos navios *panamax* é de 50 dólares e no navio *cape size*, de 5 a 8 dólares, isso vai representar para o País uma grande economia e vai permitir que ele comece a entrar na concorrência internacional com os Estados Unidos.

Vamos dar alguns exemplos: esta região aqui, de Rondônia, tradicionalmente, leva o seu produto para São Paulo e para Paranaguá. O custo do transporte é de 85 dólares por tonelada. Se verificarmos mais o custo portuário e mais a navegação transoceânica, hoje, para se tirar um produto de Rondônia e levá-lo até Rotterdam, está custando 110 dólares por tonelada, via Santos-Paranaguá. Se olharmos um pouco para o mundo, aqui, vamos verificar o seguinte: não tem sentido sair daqui, vir para cá para depois... será que não tem um caminho mais econômico por aqui? Aí fomos verificar: temos a BR-364, que já está construída, precisa alguns investimentos para ter condições melhores de tráfico.

O SR. LUIZ GIRÃO — Isso é rodovia?

O SR. RENATO PAVAN — Nós já temos a Rodovia 364 construída aqui.

O SR. LUIZ GIRÃO — Mas os traços pretos não significam linhas ferroviárias?

O SR. RENATO PAVAN — Sim, mas é que está por baixo, aqui. Existe aqui esse vermelho, que não está aparecendo, que é a BR-364, que pode absorver a produção dessa região mais Rondônia, trazer para Porto Velho a 20 dólares por tonelada. O custo de transporte de Porto Velho até Itacoatiara é de 10 dólares por tonelada. Então, já temos 30 dólares. E o custo de Itacoatiara, aqui no Amazonas, entra navios *panamax*, de 50 mil toneladas. Esse custo de Itacoatiara até Rotterdam é de 15 dólares por tonelada. Então, se somarmos tudo, dará 45. Se imaginarmos que os transbordos aqui e aqui são mais cinco, então, por 50 dólares podemos tirar, hoje, da região de Rondônia um produto e colocarmos em Rotterdam.

Vamos ver o que representa isso com relação aos Estados Unidos? Os Estados Unidos têm o rio Mississippi, são 1.000 quilômetros para chegar em New Orleans, custa 10 dólares; depois tempos, aqui, essa pernada, que, felizmente para o País, só entram navios *panamax* em New Orleans, eles não podem entrar com navios de *cape size*, então, esse custo sempre será 15 dólares, com mais 3 no porto, são 28 dólares. Acontece que a soja americana custa 20 dólares a mais que a brasileira para ser produzida. Então, em valores comparativos, a soja americana é colocada em Rotterdam a 48 dólares; aqui, podemos colocar a 50. Ou seja, essa região é alta-

mente competitiva, se viabilizarmos os investimentos que permitam tirar a produção por essa via de transporte.

Temos conversando com vários grupos empresariais e já tem um grupo que está fazendo um estudo bastante grande para que, no ano que vem, possamos tirar um milhão de tonelada dessa região, por essa via, fazendo, então investimentos privados, totalmente privados, desde que seja aprovada a lei de concessão e, inclusive, a lei de cabotagem que nós, como disse no início, pretendemos encaminhar ao Congresso Nacional para melhorar a produtividade desse trecho.

Com a iniciativa privada, já podemos fazer investimentos nessa região e eliminar os desequilíbrios inter-regionais. Em Cuiabá, a mesma situação, pois o trajeto até Paranaguá custa US\$55/tonelada. Se as distâncias de mil quilômetros pudessem ser percorridas por ferrovias, então teríamos a diminuição de custo para US\$18, em vez dos US\$40 que gastamos hoje.

Com a Lei dos Portos, a Lei de Concessões e os terminais privativos operando, chegou-se a estudar a possibilidade dos custos portuários caírem para US\$3/tonelada.

Se usarmos os navios *cape size* que podem operar em Ponta da Madeira, Tubarão, São Francisco do Sul, ou São Sebastião, que é um porto bem abrigado e de investimentos relativamente pequenos para poder operar esses navios, o custo para Roterdã será de US\$5 a US\$6 e, para o Ita (?), de US\$8 a US\$9, perfazendo US\$28/tonelada. Ou seja, o mesmo custo dos americanos.

Para isso, temos que mudar a nossa matriz intermodalidade, ou seja, ir para 60-ferroviário, 15-rodoviário, 8-hidrovioário.

Através dos investimentos privados no interior do País, podemos operar essas mudanças. A Ferromonte, por exemplo, já está construindo um trecho que passa por Chapadão do Sul, chegando a Cuiabá; o Paraná, com recursos próprios do Tesouro, está fazendo a Ferroeste, chegando até Guaíra; além da Transnordestina. Em Santa Catarina, estamos estudando, com a Fiesc, a possibilidade de se construir a Ferrovia do Frango e novo Porto de São Francisco do Sul.

Portanto, é perfeitamente viável a idéia de transformarmos todas essas regiões competitivas com relação aos Estados Unidos. Inclusive, já existe uma série de investidores aptos a aplicar esses recursos, por exemplo, nessa sul-americana, de Buenos Aires até Porto Alegre.

Passo a falar agora do Nordeste e do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — V. S^a citou Rondônia e Tocantins.

O SR. RENATO PAVAN — Nesse convênio como o Geipot, estamos começando exatamente a fazer esses estudos: hidrovio versus a ferrovia, que é, inclusive, uma discussão do governo passado.

A hidrovio tem alguns problemas. Com a movimentação das águas, os bancos de areia se deslocam com uma facilidade muito grande. Para se evitar isso, teria que se fazer um canal permanente; quer dizer, colocar as pranchas ao longo do rio, fazer a dragagem, além da manutenção desses trechos, porque o rio tem um calado muito pequeno. As barcas econômicas têm calado de 2 metros e meio, o que requer um custo elevadíssimo para se manter no Araguaia, afora as eclusas, necessárias para que eles sejam totalmente navegáveis.

O outro problema da hidrovio são os transbordos. Às vezes, gasta-se US\$10 para se transportar em mil quilômetros, mas um transbordo custa 2 dólares e meio. Quer dizer, tirar do caminhão, colocar na hidrovio, tirar da hidrovio, colocar

no vagão, às vezes gastamos 50% do custo do transporte hidroviário. Enquanto a ferrovia tem a grande vantagem de fazer carga porta a porta. Então, provavelmente, esses 5 dólares de transbordo fazem com que a ferrovia ganhe, além de outras vantagens, o fato de ser mais rápido e poder ser carregada ao longo do percurso, e esse traçado poder preferencialmente ser feito nas regiões de maior produção, quando a hidrovia é fixa.

A hidrovia é um acidente geográfico e que nem sempre está localizada economicamente. Ou seja, as distâncias rodoviárias para se chegar à hidrovia, fazer o transbordo, mais o transporte hidroviário, mais o outro transbordo, é mais caro do que diminuir a distância rodoviária para chegar na ferrovia e ir direto, sem fazer transbordo.

Aparentemente, a ferrovia Norte-Sul tem mais vantagens do que a hidrovia Araguaia-Tocantins, mas são estudos que estão sendo feitos e que vão demonstrar isso.

O SR. LUIZ GIRÃO — Quanto é o custo de uma tonelada aérea por quilômetro, em relação à ferrovia, no avião mais econômico do mundo, hoje?

O SR. RENATO PAVAN — Acho que varia. Não tenho esse número, mas são muitas vezes mais caro do que uma hidrovia, uma ferrovia, uma ferrovia ou uma rodovia. E só chega a se viabilizar para cargas de altíssimo valor agregado. Por exemplo, flores e alguns tipos de frutas viabilizam-se por via aérea. E também depende muito das linhas, porque há muitas rotas em que se aproveitam retornos, se vazio, para carregar a carga. Também equipamentos já especializados que tenham rotas, ou seja, o avião não pode voar sem carga. Então, por exemplo, se, de repente, ele tivesse que fazer uma viagem para vir pegar uma carga aqui, em Juazeiro ou Petrolina — que já tem um projeto bastante avançado — se ele visse aqui só para fazer isso sem trazer uma carga para o Nordeste, então provavelmente, esse custo se viabilizaria.

É nisso que estamos pensando, em termos de Nordeste, em termos, aqui, da Bahia, em termos do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Então para o transporte da produção agrícola do Centro-Oeste, principalmente Tocantins, a parte mais alta, o mais viável seria a ferrovia Norte-Sul?

O SR. RENATO PAVAN — Sem dúvida, o Tocantins tem aqui o projeto do rio Formoso que tem 1.200.000 ha irrigáveis, dos quais 20 mil já estão sistematizados. Nesse projeto do rio Formoso, produzem-se duas culturas por ano, com a maior produtividade que tem no Brasil. Chega a se produzir 7 toneladas de arroz por hectare e 3 toneladas de soja por hectare. Só que quando vai se tirar essa produção, inviabiliza-se.

Então, também achamos que a ferrovia Norte-Sul tem que ser construída aos poucos. Por exemplo: uma região muito importante que tivesse, inclusive, recursos orçamentários e privados, seria esse trecho aqui de Imperatriz-Araguaína, numa primeira etapa e, depois, de Imperatriz até Balsas. Balsas é uma das regiões hoje mais viáveis para a agricultura de grãos do País. Inclusive no ano passado, já foi feito um primeiro embarque combinado, da Ceval, de 30 mil toneladas, por conta da madeira. Já existem vários investimentos, tem uma cooperativa de São Paulo que está comprando 250 mil hectares aqui, tem uma área com excelente possibilidade de irrigação. Então, acredito que seria importantíssimo que esses investi-

mentos tivessem recursos a curto prazo para começar a viabilizar esta região, que é uma região bastante importante e essa região do Maranhão, que é uma região excepcional e que pode colocar os produtos com uma excelente competitividade. Pelos números que temos, isso representa um investimento de cerca de 280 milhões de dólares até Araguaína e US\$180 milhões este trecho aqui.

Se analisarmos o custo-benefício disso, sem dúvida nenhuma, na situação de estabelecer prioridades de investimentos, esta seria uma das prioridades bastante grandes.

Uma outra seria esse trecho aqui de Ceres.

O SR. LUIZ GIRÃO — A ligação Rio-Barreiras.

O SR. RENATO PAVAN — Barreiras é uma região que, hoje, está produzindo cerca de 560 milhões de toneladas. Há, inclusive, indústrias instaladas com essa capacidade.

Então, a tendência de Barreiras, a curto prazo, é produzir pellets para o mercado interno. Essa região consome bastante pellets de soja, porque tem indústria de ração e uma avicultura bem adiantada. Normalmente, a soja vem das indústrias do Centro-Oeste para cá. Já se instalara a Ceval, a Overbase e a Hicks(?). A tendência da produção dessa região é sair sob a forma de pellets e óleo para abastecer o mercado interno.

O SR. LUIZ GIRÃO — E a integração de Barreiras com o Tocantins?

O SR. RENATO PAVAN — Com o Tocantins teria que ser rodoviária, via Gurupi-Dianópolis-Barreiras. Essa seria a forma de integração de Tocantins com Barreiras, cuja viabilidade econômica precisa ser analisada para saber qual vai ser a troca econômica entre esses dois pontos. Dianópolis é uma região bastante fértil junto com essa região de Barreiras. Mas acredito que a tendência não é vir para Tocantins, mas, futuramente, quando houver um excedente agrícola, deve-se ir ao sul do Piauí, que é uma região altamente produtora, onde se encontram os Municípios de Gilbués, Corrente, e na região de Balsas, no Alto Parnaíba.

Numa projeção para o ano 2005, teremos um excedente que vai começar a viabilizar esse trecho ferroviário. Será mais econômico tirar a produção dessa região através de Ponta da Madeira do que através de Aratum, um porto, aliás, onde só atracam navios do Panamá com 50 mil toneladas.

Com relação à construção de novos trechos da Ferrovia Norte-Sul, possibilitará o desenvolvimento econômico da região como um todo, permitindo a integração do Centro-Oeste com o Nordeste através de investimentos nos eixos de desenvolvimento, desconcentrando a economia.

Entretanto, devemos investir nas outras áreas, tais como a energia elétrica e o gás.

Existe a possibilidade de viabilizarmos a navegação de cabotagem.

Existe, hoje, uma demanda no mercado internacional para ferro-esponja. O minério de ferro pelotizado já está perdendo espaço no mercado por ser altamente poluente. Assim, a siderurgia está mudando para fazer a redução direta, ou com energia elétrica, ou com gás, e fazer o que eles chamam de esponja de ferro.

No Porto de Suape, podem atracar navios *cape siza*. Conseqüentemente, pode-se pegar o minério de ferro e levar para Suape. Na volta, todo o retorno de carga de minério de ferro para o Japão, ou pega carvão na Austrália, ou retorno para Tubarão, a fim de abastecer as siderúrgicas nacionais, como pode também uma parcela dirigir-se para Suape, onde, utili-

zando-se o gás, pode-se fazer a esponja, ou, utilizando-se um processo chamado corex, que consiste na introdução do oxigênio, gerar o frio ou o nitrogênio. esse nitrogênio pode gerar o frio e viabilizar aqui a criação de um grande pólo agroindustrial, onde o frio é importante, como acontece com o gás.

Temos este mapa aqui que representa os investimentos na área de gás: o vermelho são os gasodutos existentes; os pontilhados, a construir; o azul são os polidutos; o amarelo, o gás da Bolívia; este seria o gás de Infragás, de Santa Catarina e do Paraná, que interligaria com o da Bolívia. Futuramente, haverá o gasoduto do Rio Grande do sul. A idéia agora é interligar esse empreendimento da Infragás com a Sulgás para trazer o gás até Porto Alegre.

Aqui, temos uma das maiores reservas do mundo, que é Camisêia, com 16 trilhões de metros cúbicos inferidos. Esse gás pode, nesta região, produzir energia elétrica a US\$42/quilowatts. Penso ser importante que o País comece a negociar esse gás. Tentou-se a ligação desse gasoduto com o Pacífico, mas isso demonstrou ser inviável.

Na realidade, há dificuldades para um gasoduto transpor os Andes. Então, como a reserva boliviana é pequena — é de apenas 220 bilhões de metros cúbicos —, seria importante que começássemos já a pensar nesse gás. Temos também Urucu, que poderia abastecer Manaus na geração de energia elétrica.

Voltando ao problema do Nordeste, de Fortaleza, o minério de ferro pode, através do gás, fazer gerar o frio nessa região, ou através do GNL — importa-se o gás liquefeito e, pela descarbonização, gera-se o frio, permitindo a criação de pólos e de frigoríficos.

É importante ressaltar isso, porque, no Nordeste — e o Ministro Vicente Fialho sabe disso melhor do que ninguém — existem regiões excepcionais para a irrigação.

Temos o Jaguaribe, a Chapada do Apodi, essa área do Rio Grande do Norte, o Baixo Souza, algumas regiões ao longo do São Francisco — Juazeiro e Petrolina —, a região de Balsas e o AltoParnaíba. Se somarmos todas essas áreas, dá quase 3 milhões de hectares irrigados.

O grande problema é o gerenciamento dos recursos hídricos: saber o que vai ser utilizado para a geração de energia elétrica e o que vai ser utilizado para a irrigação.

O rio São Francisco tende a gerar 12 mil megawatts com diversas hidrelétricas. Para tanto, precisa ter uma ponta firme de água.

Existe o projeto da transposição — que, inclusive, já está pronto — para levar água do São Francisco para o Jaguaribe. No entanto, existe uma discussão do gerenciamento dos recursos hídricos. estamos começando a estudar com a Secretaria Nacional de Irrigação, com o Ministério de Integração Regional, com o DNAE. Sabemos exatamente como vamos gerenciar esses recursos, tendo em vista a existência da Jafba, do projeto de Petrolina e Juazeiro e os vários projetos que se utilizam da água do São Francisco.

Só vou dar um exemplo com relação à irrigação. O Chile, com 176 mil hectares, está faturando US\$12 bilhão por ano. Aqui é possível viabilizar pelo menos cinco grandes projetos de irrigação de 100 mil hectares, que são importantes, porque esses pólos de irrigação têm que estar dentro do contexto se criarem ou se viabilizarem, pelo menos, cinco grandes projetos de irrigação de 100 mil hectares. Eles são importantes, porque esses pólos de irrigação têm que estar dentro do contexto da modernidade e da competitividade internacional, ou

seja, capazes, aptos a atrair investimentos de fora. Toda essa estratégia que estamos adotando tem como objetivo a retomada do desenvolvimento, com aplicação de recursos da iniciativa privada para resolvermos o problema social.

É preciso que estejamos atentos para o fato de que Israel não pode usar mais água, porque é anti-econômico; de que a Espanha tem problemas de água; de que a Califórnia só está podendo utilizar 30%; de que o Chile já não tem mais área para irrigar e está buscando alternativas. Eles têm uma preciosidade na mão, que é o cliente, porém, não têm terra e nem água. Nós temos a terra e a água.

Portanto, trata-se de fazer um projeto — e novamente entra o Governo, no caso, como parceiro, junto com a iniciativa privada — para pegar 70% dessa área, encontrar uma fórmula de ceder em comodato e do pessoal pagar isso por determinado tempo; reservar 30% dessa área para atrair, levar, relocar uma grande parcela da população que, hoje, sofre com o problema da seca. Sabemos que são regiões inviáveis economicamente, sem condições de gerar recursos econômicos e fazer uma recuperação dessa área, tentando relocar essa população para um local onde ela possa ter emprego, possa ser treinada, melhorada.

No caso, entra a parte social do Governo, treinando para saber a respeito dos que tiverem mais aptidão para possuir o seu pedaço de terra, aprendendo, com a tecnologia avançada, que está do lado, a produzir não somente o seu próprio sustento como também obter melhoria de vida.

Outro fato importante é — inclusive estamos fazendo o mapa da irrigação, para mostrar onde eles vão ser alocados — trazer as agroindústrias que, novamente, vão relocar-se no interior. Af, sim, teríamos os aeroportos.

Temos, hoje, doze grupos de trabalho estudando desde armazenagem a nível de fazenda até os terminais intermodais, ferroviários, hidroviários e aeroportuários. Daí por que esses terminais têm que ser próprios, com pistas adequadas, com frio, com um sistema retroaeroportuário, que permitam, então, a instalação de empresas produtoras, produtos de alto valor agregado viabilizados por aviação.

Existem outros investimentos. Temos, por exemplo, o pólo de turismo. O turismo, hoje, representa uma receita de quase US\$400 bilhões em todo o mundo, e o Brasil não se aproveita dessa vantagem que tem, porque falta infraestrutura, cultura para o turismo. A meu ver, o nosso País seria um pólo de desenvolvimento turístico excepcional.

Já se começa a construir uma parte de infra-estrutura de transporte, com os diversos projetos governamentais, que, na nossa opinião, deveriam ser interligados para se criar uma faixa contínua e permitir atrair investimentos internacionais que estão, inclusive, buscando opções de mercado.

Por outro lado, precisamos dar outras condições básicas para atrair o turismo. Entramos, novamente, no social, que é o problema do saneamento básico. Por isso, é preciso saber o que investir no saneamento básico da região, para que, ao buscar investimentos privados, possa estar resolvendo conjuntamente o problema social.

Turismo não é apenas o problema da paisagem, da água quente, da sua beleza natural, mas também a infra-estrutura, inclusive o problema das escolas.

Quando falamos em macrorregião estratégico-econômica, estamos pensando no social. Vamos interligar as regiões, as vocações das regiões para o ensino universitário, para o ensino técnico.

Então, ao repensarmos isso como macrorregião, vamos repensar o problema de educação, de habitação, de saúde e de saneamento básico.

As escolas de gerenciamento de turismo precisam ser instaladas para poderem dar o suporte de que o turismo internacional necessita.

Outra área muito importante — e que tem possibilidade: tem Campina Grande, Fortaleza e Recife — é a do **software**.

Como eu disse, o **software**, no Brasil, depende de recursos da telemática para poder se desenvolver. A telemática no Brasil, hoje, é coberta pela comunicação, através das linhas telefônicas normais, que permitem apenas a transmissão a 10 Kbytes por segundo, nessa região, atendida por satélite, ela chega até 60.

Mas, na realidade, como dia V. Ex^a, a grande solução para a telemática é a fibra ótica.

Existem, então, dois grandes projetos: um, é esse de **The ATT**, que em 1994 estará chegando em Fortaleza a um custo de US\$220 milhões, interligando os Estados Unidos a Fortaleza. Há um cabo que vai interligar o País com a rede global mundial com o **ISDN, Integrated System Digitalizer Network**, que permite a transmissão de texto, voz, som e imagem ao mesmo tempo, ou seja, a multimídia, a uma velocidade que varia de 2.500 a 5.000 kbytes por segundo, dando, então, condições a essa região de se instalar, usando o **hardware** e o **software**; fazer com que as empresas japonesas voltem para o País. Esse é um fator que fará com que elas repensem a sua relocação.

Um outro projeto é a ligação de Buenos Aires, Montevideo, passando por toda a costa brasileira, interligando todas as Capitais e parando em Fortaleza, o que permite a instalação dos pólos de **software**.

Para V. Ex^a terem uma idéia, o **software**, hoje, representa US\$120 bilhões de faturamento.

A projeção para o ano 2000 é a de que esse mercado vai se ampliar para US\$400 bilhões. O Brasil está instalando a sua central de **software** no Espírito Santo; é um dos países que tem a maior aptidão por **software** — o povo brasileiro, pela sua criatividade, pelo seu “jogo de cintura”, tem condição de criar **software** com muito mais facilidade do que o americano e o japonês.

Na realidade, para se fazer geração de **software**, o investimento é pequeno.

O CNPq identificou 12 pólos de **software**, cada um com US\$10 milhões, permitindo que o Brasil comece a participar desse mercado, utilizando os seus técnicos, que tiveram o seu conhecimento bastante ampliado com o fechamento do mercado interno e que hoje, infelizmente, estão desempregados, mas que podem gerar o seu **software** nesses pólos que seriam instalados. O Nordeste tem, pelo menos, quatro pólos, inicialmente identificados, que seriam Fortaleza, Recife e Campina Grande e Salvador, com possibilidade de se instalarem pólos de **software**.

Esses são os cabos de fibra ótica interiores; os pontilhados são as ampliações. O resto do país seria coberto por satélite, numa velocidade de transferência menor.

Então, voltando, o **software** também é uma grande alternativa para o Nordeste em fazendo aquilo que havíamos comentado — começando a transformar o Nordeste no “tigre asiático brasileiro” ou na “onça pintada brasileira”. Começaremos com o gás, com a telemática, com a geração hidrelétrica — como a de Xingó — e criaremos as condições para atrair esses investimentos. Há uma série de outros investimentos,

como, por exemplo, a pesca, não a artesanal, mas a pesca moderna, transoceânica, com navios altamente especializados. Podemos criar, ao longo da costa, uma série de pontos de apoio a essa pesca, para aproveitar a fauna acompanhante, para poder fazer a geração do frio e a estocagem dos produtos que estão sendo pescados. É claro que isso tem de ser reestudado pelos Ministérios do Meio-Ambiente e da Agricultura. A idéia é a de criarmos um grupo de trabalho com uma atividade multidisciplinar e multisetorial e começarmos a desenvolver a estratégia da pesca moderna no País.

Então, podemos criar vários pontos e aquele pescador que hoje vive para o seu sustento diário, com dificuldades, que vende o seu produto a um preço vil, tem duas opções: pode ter um emprego e ganhar muito mais — ou embarcando nos navios ou ficando no continente, prestando serviço para essas atividades econômicas que podem ser instaladas em função da pesca.

O SR. VICENTE FIALHO — A pesca da água doce, no Nordeste, em reservatórios, é um negócio fenomenal que está se desenvolvendo.

O SR. RENATO PAVAN — Existe, na realidade, um grande potencial nos reservatórios, inclusive aqui na Amazônia, o grande problema é o mercado, que não tem condição de absorver, sequer, 1% de tudo o que poderia ser produzido aqui no Brasil, tamanho o potencial brasileiro de pesca, não só interna como oceânica, do qual o mundo teria condições de absorver apenas 1%. existe também o costume alimentar dos diversos povos de diversos países que exige, atualmente, um produto muito mais sofisticado, inclusive na sua embalagem.

Também está se desenvolvendo no mundo o pólo de fabricação. Na economia globalizada, hoje, citando o exemplo da Coreia — com essa política que pretendemos adotar para que o Nordeste tenha esse desenvolvimento —, eles importam tudo, manufaturam e reexportam tudo. Entretanto, estão fazendo uma coisa interessantíssima. Outro exemplo é o da confecção. Todo o desenvolvimento do Japão e da Coreia começou pela indústria têxtil.

O SR. LUIZ GIRÃO — E está invadindo o Brasil, no Estado de Goiás.

O SR. RENATO PAVAN — Veja só o potencial que temos no Nordeste para isso: uma mão-de-obra que, facilmente, pode ser treinada e com uma habilidade enorme.

A Coreia está fazendo o seguinte: um mercado de confecção, onde há uma determinada loja de Paris que quer 10 mil unidades de tal produto; e outra, macys, dos Estados Unidos, que quer tantas mil unidades de tal produto; eles têm um sistema sofisticadíssimo de corte desses produtos. Então, eles desenham, fazem o corte, colocam no avião, saindo de madrugada, aproveitando o fuso horário, para chegar de manhã no outro país. A Coreia está fazendo com as Filipinas, pode fazer com o Brasil; e esses aeroportos que estamos planejando para a agroindústria servirão também para isso.

O SR. LUIZ GIRÃO — Os Estados Unidos estão usando muito a República Dominicana.

O SR. RENATO PAVAN — Também! De repente, vamos receber aviões, pela manhã; os grandes pólos vão trabalhar esses produtos, que serão reembarcados à noite; e quando chegarem lá já será no dia seguinte, de manhã de novo.

O SR. LUIZ GIRÃO — Isso já existe aqui na Feira do Guarã.

O SR. RENATO PAVAN — É verdade!

O SR. LUIS GIRÃO — A propósito, sobre as ZPE, como V. S.^a acha que poderia se encaixar nesse processo de embarque?

O SR. RENATO PAVAN — Qual é a finalidade das ZPE? Por que se busca? Para que se possa trazer tecnologia de fora, utilizar-se a mão-de-obra e eventuais produtos que tenham competitividade para que eles possam ser melhorados e, depois, transportados.

Acontece que o avanço da tecnologia vem, cada vez mais, tirando a necessidade de mão-de-obra. Atualmente, a mão-de-obra barata já não é tão importante no desenvolvimento industrial ou da economia.

Então, é preciso pensar muito bem para que essas Zonas vão servir? Para fazer o quê? Que tipo de produto vai interessar a uma empresa transnacional?

O SR. LUIZ GIRÃO — Imagino que uma empresa, no exemplo da Coreia, sentir-se-á muito melhor se puder dirigir o seu negócio no Nordeste. Para dirigir um negócio no Nordeste, fora de uma ZPE, ela tem problemas legais muito sérios. Numa ZPE ela estaria melhor situada na facilidade de legalização.

O SR. RENATO PAVAN — Exatamente! Aí existe um problema sério, que é o do câmbio. Uma empresa dessas só viria se a sua moeda pudesse operar na ZPE. Haveria um dólar especial, de paridade internacional, com o qual ela poderia comercializar interna e externamente o produto — por exemplo, o "dólar ZPE". Os produtos que saem do país e a mão-de-obra têm um tratamento especial. Mas, acima de tudo, antes do problema operacional, há o problema econômico, ou seja, que tipo de indústrias viria para cá, para apenas maquiagem o seu produto e voltar? Uma que poderia fazer é a indústria eletro-eletrônica. É a que está acontecendo com a SHARP, que está indo para Montevidéu, buscando os benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Ocorre o seguinte: tenho uma certa familiaridade com esse problema, porque estive no Oriente, tratando da questão.

Imagino que as firmas orientais poderiam muito bem, num território do Nordeste, por exemplo, ter suas filiais que controlassem o processo de montagem, de fabricação. Então, a ZPE, para isso, é perfeita porque ela seria uma espécie de extraterritorialidade — ficariam com a mão-de-obra da região, teriam a segurança de que o produto estaria sob controle e utilizariam isso com muita franqueza.

O SR. RENATO PAVAN — Eu diria que para exercer atividade industrial eles questionarão o seguinte: tem telemática? Tem energia elétrica garantida? Qual o custo de transporte para sair dessa região e vir para cá? Infelizmente, não temos condição, no curto prazo, de darmos esta resposta. Estamos caminhando para o nosso planejamento estratégico, mas acredito que isso é uma coisa necessária: então, eu diria o seguinte: ela é necessária a médio prazo e o efeito disso vai ser a longo prazo. Apenas em algumas regiões, onde esses isenções importantes já estivessem garantidos, é que existiria a tendência de se viabilizar.

O SR. LUIZ GIRÃO — Teria esta questão, como vantagem, a estrutura de cidades grandes do Nordeste, com mão-de-

obra disponível em grande quantidade, com uma população enorme. A forma de ZPE, por exemplo, talvez fosse própria para esse fim.

O SR. RENATO PAVAN — Eu concordo com V. Ex.^a. O importante é redesenharmos o País, inclusive estamos fazendo lá na SAE um macrozoneamento ecológico-econômico, para definir claramente quais são as aptidões econômicas da região. Porque já sabemos, pelo land use, que é feito pelos próprios Estados, deixar de uma forma bastante clara, utilizando a tecnologia moderna, o que é viável para que possamos, então, apresentar projetos viáveis que o mundo está querendo. Então, inverter. De repente, questiona-se: "Olha, há uma ZPE, quem quer? Eu tenho um projeto aqui; quem quer tomar esse projeto? Temos aqui o projeto dos 5 pólos de irrigação, quem quer tomar esse projeto? Temos os pólos de facção com o aeroporto, com energia etc; quem quer fazer pólo de facção? "Ou seja, eu diria que temos que caminhar um pouco mais com coisas concretas e objetivas, para poder-mos oferecer. Então, de repente esse mapa deixa de ser de rodovias, ferrovias, para se tornar um mapa de oportunidades, de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A propósito, estive nos na Amazônia para conversar sobre os problemas da região, e vimos que Manaus concentra hoje 98% da produção econômica do Estado do Amazonas. Então, parece-me um vazio geográfico e demográfico que pode ser pensado e planejado. Há uma região desocupada; deve-se fazer um zoneamento econômico adequado aí, pois há na Amazônia regiões capazes de produzir determinados bens; e como não há população, devia-se pensar em grandes projetos de colonização para ela.

O SR. RENATO PAVAN — Estamos terminando, agora, o macrozoneamento ecológico da Amazônia. Inclusive, através de processo de digitalização, estamos levantando o meio abiótico e o meio biótico, para verificar claramente onde há área de mineração, que área pode ser utilizada para a agricultura, isso sempre dentro do princípio da auto-sustentabilidade proposta pela Eco-92, para, aí então, novamente dizer que aqui pode-se desenvolver um projeto sustentável de agricultura.

Agora, temos alguns eixos de desenvolvimento na Amazônia, que são os hidroviários, e vai-se pensar o que se pode desenvolver aqui, se um outro eixo hidroviário. Estamos formando um grupo de trabalho com a Guiana, com a Venezuela, mais Boa Vista, Pará e Amazonas, para vermos o que se pode fazer com essa rodovia, e com essa outra, como saída para essa região do Caribe, para integrar, aqui, então, o mercado norte-americano.

Mas, na realidade, está-se pensando, inclusive, em se fazer alguns projetos binacionais, com a CGV e a Vale, para explorar cassiterita. Quer dizer, precisamos descobrir atividades econômicas que possam viabilizar o social sem agredir a natureza. Esse é um trabalho que, diuturnamente, estamos fazendo na Secretaria do Planejamento Estratégico.

Na região de Tucuruí, por exemplo — se conseguirmos viabilizar as tarifas de Tucuruí —, podemos criar uma outra indústria de ferro esponja, porque temos o minério de ferro que pode vir por hidrovia, e com a energia elétrica fazer a redução direta, para ter mais essa atividade.

Mas, na realidade — já me estendi demais —, para poder-mos concluir, quero dizer o seguinte: a integração econômica

inter-regional depende de algumas coisas de curtíssimo prazo, e o Congresso Nacional pode ajudar bastante: através da aprovação das leis de concessão, do PL nº 66, da Lei de Patentes e, principalmente, da navegação de cabotagem, que vai interligar os nove brasis de uma forma econômica. E, internamente, através de ferrovias e hidrovias, para permitir a uma região que não tem condição de produzir uma quantidade de matérias-primas locais importantes para se tornar auto-sustentável economicamente, poder, com essa estratégia de trazer as matérias-primas a um custo barato, transformá-las aplicando alta tecnologia, e fazermos a transformação de que o Brasil precisa, para que ele possa, então, pagar a sua grande dívida social através da geração de empregos em lugares que serão claramente definidos, que é o que a sociedade quer, promover uma melhor distribuição de renda, uma maior equalização das oportunidades, mostrando que é possível, com poucos investimentos, e atraindo os investimentos privados, retomarmos o desenvolvimento, sem que para isso seja necessário, primeiro, ter estabilidade econômica e segurarmos a inflação.

Basicamente é isso. Fico à disposição de V. Ex^a para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Dentro das normas dos trabalhos das comissões, segue-se à fase de exposição um outro período de interperlações.

Quero, primeiramente, dizer a V. S^a que a sua exposição foi extremamente valiosa para nós, da Comissão; ela foi de uma riqueza extraordinária em matéria de informações no campo dos transportes, das comunicações; foi de grande utilidade para a Comissão.

Na fase de interperlações, passamos a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Primeiramente, quero fazer minhas as palavras do Deputado Vicente Fialho, quando fala no conteúdo da exposição, que realmente foi brilhante em conteúdo; e sobre os tópicos apresentados, eu diria que não há muito o que debater.

Mas a primeira pergunta que eu faço, penso que de natureza até logística, do ponto de vista de governo, é sobre a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Parece-me que ela define as grandes linhas, as grandes metas e, para mim ficou claro, o objetivo maior de se alcançar um melhor desenvolvimento econômico e social. Como ela interage com os outros ministérios? Parece-me que se envolveu tantos ministérios, que pergunto como fica o planejamento desses ministérios dentro da Secretaria de Assuntos Estratégicos. São compartimentos estanques, ou existe uma diretriz do Governo Federal no sentido de que os ministérios absorvam aquelas diretrizes maiores e aprofundem os seus projetos? Esse seria o primeiro ponto que eu gostaria de discutir.

Anotei uma frase, logo no início da sua exposição, em que V. S^a diz que em todas essas ações se busca sobretudo a competitividade, que é a palavra-chave. Penso que o grande referencial, hoje, do mundo, é a competitividade. E no meu ponto de vista não se consegue competitividade sem educação, ciência e tecnologia. Para mim é um ponto básico que sem ação efetiva nesses três segmentos — educação, ciência e tecnologia — não vamos chegar a nada, principalmente quando há o avanço das tecnologias de ponta, que são as grandes responsáveis, hoje, pelo desenvolvimento mundial. São aquelas tecnologias que conhecemos, a informática, a química fina,

a biotecnologia. E há uma que pode ser um fator preocupante, que é a tecnologia dos novos materiais.

E quando falo em novos materiais, vem uma segunda pergunta. Houve um destaque muito grande para a exportação de materiais como o minério de ferro, as ferroligas, o ferro esponja. Com o avanço dos novos materiais, dos aços especiais, das ligas especiais, não há uma tendência de desvalorização dessas grandes reservas que o País tem na forma de reservas minerais? A informação que temos é que com o avanço dos novos materiais, os materiais cerâmicos, as fibras óticas, as ligas, a tendência dessas reservas é se desvalorizarem. Mesmo porque os seus processos são eletro-intensivos.

E no final V. S^a colocou uma questão que para mim é importante. V. S^a falou que todas essas ações têm o objetivo, sobretudo, de distribuição da renda, de um equilíbrio maior. E tenho a seguinte convicção: não se distribui renda para analfabetos e desqualificados profissionalmente; o que se distribui é esmola, e é o que o País tem feito hoje. Todas essas ações que vemos hoje, de distribuição de merenda escolar, de cesta básica, para mim tudo isso é esmola. Num país altamente desenvolvido o Ministério da Ação Social deixaria de existir. E aí volto ao ponto que considero mais nevrálgico da questão. Acho perfeitamente dispensáveis os quatro pilares básicos de infra-estrutura: energia, comunicação, agricultura e transporte, mas eles só serão fortalecidos com ações muito precisas. Se não resolvermos o problema educacional do País, o resto para mim é inconsequente.

Fora aqueles dados, que considero relevantes e graves dos indicadores sociais, eu diria que existem outros que me preocupam muito. Atualmente, 30% da nossa população vive em estado de pobreza absoluta, ganhando menos que um quarto do salário mínimo. Existem cerca de trinta milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, e há outros analfabetos culturais, que sabem ler e escrever, porém não sabem para o que serve ler e escrever. Essa também é uma situação muito grave.

Dados do Ministério do Trabalho informam que temos 22 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho, que deveriam constituir a população economicamente ativa e estão fora; porque não sabem fazer absolutamente nada. Volta-se aí ao problema da educação. No primeiro grau, há evasão de 80%; o segundo grau não ensina nada a ninguém; o ensino profissionalizante é esse vazio que todos conhecemos, e o ensino superior está invertido.

Na CPI sobre o atraso tecnológico, da qual participamos, ouvimos um depoente afirmar — o que considerei muito grave — que a base do desenvolvimento econômico se dá ou na agricultura ou na indústria e no comércio ou serviço. Para isso, é preciso tecnologia.

Ora, no ensino superior 67% do alunado, de um total de 1 milhão e meio, distribuídos em 4.300 cursos de nível superior, estão nas áreas de Humanidade — é quadro-negro e giz; somente 9% nas Engenharias e 3% nas áreas agrônomicas, para atender a toda essa população. O que verificamos é um modelo totalmente invertido. Concorro quando o senhor afirma que esse currículo tem que ser mudado rapidamente. Temos que ter coragem de avançar.

Na fase de pós-graduação, da pesquisa e desenvolvimento, existe uma massa de pessoas até qualificadas, mas totalmente desintegradas dos objetivos maiores do País. Não atendem realmente à demanda tecnológica do meio, porque falta ao País planejamento estratégico. O que é que se pesquisa

neste País? Atendendo a quem? A extensão rural está em processo de extinção. Não existe mais extensão rural no País. É um fato extremamente grave.

Ficou bem acentuado que a educação é o pilar mais importante de tudo. Precisamos avançar nessas ações, que considero da mais alta relevância, estrategicamente bem definidas. Eu não teria nada a acrescentar aí. Quero apenas fazer algumas indagações a respeito da energia. Como se insere a energia nuclear nesse contexto? Sobre o assunto, destaco que o Ceará tem a maior reserva de jazidas de rocha fosfática associada ao urânio, que é a reserva de Itaituba. Temos fosfato, que poderia ser um pólo de fertilizantes fosfatados para atender a todo esse complexo de irrigação. Temos também a maior jazida de urânio do País. Na Secretaria para Assuntos Estratégicos, esse tema estaria em pauta.

Não disponho de dados de como estão os outros países em termos de energia eólica. Parece-me que a França está bem avançada, não sei a Itália. O Nordeste possui uma zona de muito vento. Poderia ser interessante uma ação no sentido do aproveitamento da energia eólica. Lógico que não em grandes potências. Talvez pudéssemos começar em áreas determinadas.

Entendemos as ZPE como um enclave econômico, mas faço a mesma pergunta feita pelo senhor: o que iremos usufruir com a ZPE? É pena que o Senador Beni Veras não esteja aqui, apaixonado que é pelas ZPE. Eu diria que, em determinado momento, ela poderia ser útil, mas à medida que a tecnologia avança, o que é que vai ficar na região? Vai ser muito intensiva em capital, em conhecimento e em mão-de-obra, que é o que a região está precisando. Mas ela não vai absorver tanta mão-de-obra. Para o Ceará, só vejo um tipo de ZPE: aquela para exportar o granito, porque o Ceará tem uma grande riqueza de granito ornamental. Utilizando teares, poderia fazer a exportação de granitos, usando tecnologias avançadas. Aí, sim, seria como se estivesse exportando para dentro de uma ZPE uma riqueza, o granito, que iria ser trabalhado para ser exportado. Não vejo grandes possibilidades de que a ZPE absorva grande mão-de-obra. Talvez nos pólos de irrigação, havendo uma ZPE que permita processar as frutas para exportar. No mais, eu não vejo como muito importante esse problema da ZPE.

O que me preocupa é o problema do gerenciamento de água. Se não houver transcurso de bacias — e fala-se até da bacia de Tocantins, por ocasião do ano 2020 ou 2030 — Fortaleza entrará em colapso. Se não construirmos o Castanhão, a cidade terá sérios problemas de água.

O ponto sobre o qual temos que nos debruçar é o da educação e da ciência e tecnologia. Tenho convicção de que outrora as riquezas das nações dependiam dos recursos naturais e de mão-de-obra abundante e barata. O grande erro que se cometeu no País foi dizer que o País tinha riquezas abundantes e mão-de-obra barata. Ora, mão-de-obra barata é mão-de-obra desqualificada. Ou avançamos na qualificação da nossa mão-de-obra, na capacitação do homem, ou não sairemos desse estágio. Muito obrigado.

O SR. VICENTE FIALHO — Em primeiro lugar, quero agradecer a sua explanação. Realmente, este País precisa tanto de planejamento estratégico quanto de planejamento a longo prazo, o que não temos visto. Às vezes, pegamos um retalho e isso nunca dura muito; os governos acabam assumindo o poder e até esquecem que foram feitos certos planejamentos. Não encontro outra forma de olhar este País sem que haja

um planejamento estratégico de médio e longo prazo. Entristece-me muito tomar conhecimento de explanações como a que foi feita na Comissão de Orçamento, se não me engano, em dia de aprovação de emendas. Às vezes, certos companheiros têm boa vontade, mas são míopes: retiram dinheiro deste para fazer varejo e acabam deixando de resolver os problemas das suas regiões, o que seria conseguido se esses recursos fossem concentrados em uma só obra. É preciso que o País negocie com esta Casa urgentemente, tentando provar a necessidade de se concentrar investimentos macroeconômicos em determinados projetos.

Em segundo lugar, quando ouço falar em retomada do crescimento com inflação, pergunto-me: como? Essa deve ser a pergunta de quase todos os brasileiros, ou seja, como fazer este País voltar a desenvolver-se? Cheguei a pensar inclusive que podíamos “queimar” uns quatro ou cinco bilhões de dólares das nossas reservas. Fariamos isso na situação em que este País se encontra? Iriamos aplicar essas reservas em investimentos macroeconômicos, que geram poucos empregos, ou a situação é tal que teríamos que, como bem disse o Deputado Ariosto Holanda, segurar a situação para não deixar a miséria tomar conta do resto?

Eu pensava que a saída para o Brasil seria a educação. Depois cheguei à conclusão de que talvez não seja, porque a situação ficou tão preta nesses últimos anos que não sei se podemos educar aqueles que não comem, que não se alimentam. Não sei se isso é possível. Eu queria saber como vamos educar, por exemplo, a população faminta do Nordeste, que não consegue completar dois anos de idade sem sequelas mentais. Não sei se é mais importante alimentar, dar habitação, cuidar da saúde, gerar empregos ou educar. Hoje não tenho resposta, não sei dizer.

Se pudéssemos dispor de quatro bilhões de dólares de reserva — do montante de vinte bilhões — para melhorar a vida do brasileiro, em que seriam aplicados? Essa é uma pergunta, um exercício que poderíamos fazer aqui. Como o Presidente Itamar Franco, se tivesse a coragem de romper com esses bancos, com esses banqueiros, poderia fazer isso? Fica a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Tem a palavra o nobre Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO — Dr. Pavan, eu tinha algumas perguntas ligadas ao setor de transportes. A primeira refere-se à rodovia Transamazônica. A concepção dessa rodovia foi no sentido de se fazer com que o Nordeste seco, densamente habitado, pudesse ter uma janela de migração para a região da Amazônia e do Centro-Oeste através da Transamazônica. A concepção da rodovia era interessante. O tema foi largamente debatido na época no País; houve também repercussão internacional. Mas, no momento de construir, de implantar essa rodovia, nossos companheiros do Ministério dos Transportes implantaram principalmente o segmento da Amazônia, onde a densidade demográfica é muito pequena. Houve a falta de conexão do segmento da Transamazônica na Amazônia com a parte do Nordeste. Como V. Ex.^a se recorda, a Transamazônica começava na Paraíba, no Porto de Cabedelo — uma das idéias era essa — atravessava aquele Estado e ia se conectando com o sistema rodoviário nordestino. Passava por Picos, ia a Floriano, daí a Balsas e, a seguir, partia para a região amazônica, integrando-se com a região Centro-Oeste. Esqueceram-se exatamente do trecho que liga o Nordeste à Amazônia, ou seja, o trecho de Floriano a Balsas.

Assim, continua hoje esse vazio de interligação — de Florianópolis a Balsas — no setor de transportes do Nordeste seco com a Amazônia e o Centro-Oeste.

Não ouvi, durante o período em que aqui estive, V. S^a fazer nenhuma menção a esse trecho. Gostaria que fizesse algum comentário em relação a essa conexão rodoviária — parece-me muito importante — porque daria acesso a toda aquela região produtora de soja, milho e arroz, que seriam insumos para a avicultura da região Nordeste.

Com a palestra, V. S^a consegue levantar nosso ânimo, pois verificamos que, através do trabalho que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, a potencialidade do País é extraordinária. Conseguimos sair desse pessimismo que tomou conta de nós nesses últimos anos e verificamos que o País tem perspectivas positivas em relação ao futuro.

Já temos mais de vinte e cinco anos de setor público, seja como prefeito, seja como secretário. Convivi com vereadores, com prefeitos e com governadores. Confesso a V. S^a que o homem público brasileiro é bem intencionado. Não procede a idéia de que o homem público brasileiro é espúrio. O que pude constatar, ao longo dos meus vinte e cinco anos de vida pública, foi uma enorme boa vontade das pessoas. E, ao lado disso, muita necessidade de informação. Como Prefeito de Fortaleza, de São Luís, como Secretário de Obras do Estado do Ceará, como Ministro duas vezes, o que deixei de fazer foi mais por falta de informação do que por falta de desejo. Constatei, ao longo desse período em que estive na vida pública, que as pessoas de modo geral, quando assumem a função pública, desejam fazer o melhor. Muitas vezes não o fazem porque não estão informadas, nem habilitadas para isto. Por isso, a informação é fundamental para o Senador, para o Deputado Federal para os Governadores, para os Prefeitos; enfim, para toda a comunidade da vida pública.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos, por exemplo, já soma hoje uma quantidade extraordinária de informações para o desenvolvimento do País, em todos os setores, desde o setor de produção direta, de transportes até comunicações. Isso diz respeito à perspectiva dos diversos pólos de produção do País. Essas informações estão limitadas a um pequeno número de pessoas do Governo da União.

Pego ao Coordenador da Comissão que atente para esse aspecto que considero muito relevante, ou seja, uma forma de levar essas informações para a comunidade que decide no País. São poucas as pessoas que têm conhecimento desse quadro que V. S^a mostrou aqui.

Já tivemos oportunidade de participar de um encontro com o Dr. Eliezer Batista e já havíamos divisado alguma coisa sobre esse trabalho extraordinário que está sendo realizado na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Mas não há divulgação; essas informações deveriam chegar até os Governadores de Estado, chegar de forma mais aberta ao Congresso Nacional. Talvez esse trabalho possa ser realizado por esta Comissão — nesse sentido dirijo-me ao Senador Beni Veras; talvez possamos fazer com que essas valiosas informações possam, de alguma forma, chegar aos Senadores, aos Deputados Federais, a todas as pessoas que tenham poder de decisão neste País. Devem chegar também aos Governadores, aos outros escalões do próprio Governo Federal. Sabe V. S^a que, no Governo Federal, existem ilhas, setores que estão isolados, que não têm acesso a essas informações da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Portanto, considero importante fazer com que essas informações fluam no sentido de gerar resultados efetivos, positivos para a sociedade brasileira.

Um terceiro aspecto diz respeito a um tema que tem sido suscitado praticamente em todas as reuniões e audiências públicas realizadas pela Comissão Mista. Trata-se da necessidade do planejamento do desenvolvimento integrado do País, pois sabemos que a Secretaria de Assuntos Estratégicos está elaborando esse trabalho, mas não sentimos que o Governo esteja absorvendo esse planejamento, nem dando a ele continuidade. Sentimos uma imensa carência, falta de planejamento global no país, que era feito até o final dos anos 70, os planos de desenvolvimento estratégico que eram feitos de cinco em cinco anos e que, de alguma forma, balizavam a ação do Governo no setor da energia, dos transportes, das comunicações, da produção agrícola, científica, em todos os setores.

De forma que essa foi também uma das preocupações dos companheiros Luiz Girão, Ariosto Holanda, as quais têm sido levantadas em todas as audiências da Comissão Mista, não só em Brasília, mas também em outros Estados, onde ela já se reuniu.

Por fim, gostaria de fazer uma indagação, pois as informações não estão fluindo. Moro em Fortaleza, sou Deputado Federal pelo Ceará e não tinha nenhum conhecimento de que esse cabo com fibra ótica estivesse sendo executado, ligando os Estados Unidos a Fortaleza. Quem está executando isso? Qual instituição? Com quais recursos? Para que fins imediatos em termos de integração com o restante do País?

São essas as indagações que gostaria de fazer. Muito obrigado.

O SR. RAUL JULGMAM. — Sou Raul Julgman, da SENIR — Secretaria Nacional de Irrigação, e gostaria de me associar às palavras finais do Deputado Vicente Fialho e me sinto como que recebendo uma dádiva. Vim aqui um pouco por acaso e, de repente, encontro-me diante dessa exposição que é extremamente rica; começo de um lado a gostar do que estou vendo e a sofrer pelo que perdi.

Em segundo lugar, ainda me associando às palavras do nobre Deputado, quero dizer que também estranho muito — inclusive como cidadão — esse trabalho desenvolvido pela SAE, não no sentido do que aí está, mas no sentido da sua não-divulgação, de desconhecimento, e aí um pequeno dado pode ser capital.

Voltei-me para trás e perguntei a um senhor, que era assessor, se tinha alguma coisa escrita, já angustiada pelo que havia perdido; o qual me respondeu que não. Então, se existia alguma coisa escrita, por que não ela não nos foi fornecida ou é alguma concepção militar — digamos assim — do planejamento estratégico nacional que ainda vigora?

O perfil, pelo pouco que conheço do Almirante Flores, não condiz com isso. Mas a verdade é que acho extremamente procedente essa preocupação, sobretudo neste instante, pelo clima psicossocial do País, uma discussão ou mesmo acesso a esse tipo de informação é fundamental — eu diria até decisivo — o que irá crescer, mais uma vez, a responsabilidade do nosso coordenador aqui presente, Senador Beni Veras, de conseguir extrair essas informações ou quando menos nos repassar a transcrição das fitas — digamos assim — como um placebo para essas necessidades.

Agora vamos às questões.

1^o Não pude assistir à primeira parte, e se esse ponto foi tocado, considere como respondido, já que isso tudo se

articula para fora, sobretudo com as correntes internacionais, com os novos paradigmas de desenvolvimento. Mas a minha concepção do que hoje são as principais tendências sobre a dívida externa, elas me parecem que significam alguns bloqueios. Identificar isso enquanto potencialidade, o que não significa que isso passa a ter teor econômico, na medida em que não se encontra real articulação, e aqui eu me refiro especificamente a um dado da ZPE ou do Costa Dourada, não; o que coloco é no sentido do paradigma maior hoje, em termos de desenvolvimento mundial.

Alguns dados, por exemplo, que me preocupam e que gostaria de sair daqui com um astral aqui mais alto, os blocos e a sua auto-suficiência, a quarta ou quinta geração tecnológica que existe.

Em resumo, esse conjunto todo de informações que fazem com que nos preocupemos com essa articulação do que estamos fazendo aqui com aquilo que é a tendência mais global e esse paradigma.

A terceira questão é exatamente a seguinte: qual é a prioridade? qual a hierarquia disso? transporte, ferrovia, irrigação, turismo?

Só para citar um caso específico do Nordeste, por exemplo, recentemente participamos de alguns debates onde foi colocado o seguinte: podemos ter alguma chance na medida em que o paradigma está mudando, muito menos industrializante hoje e muito mais voltado para a área de serviços. Isso significaria um certo vetor em termos de prioridade com relação a determinadas alternativas mais industrializantes especificamente.

Quanto à última questão, ela diz respeito a alguns problemas que temos no Nordeste e que são seculares. Vou citar dois: No caso do meu Estado, Pernambuco, a agroindústria canavieira é um velho problema histórico que temos. Devemos passar ao largo disso ou a dinâmica econômica fará com que isso seja insignificante e desapareça?

Um outro dado, um outro problema histórico do Nordeste — o Senador Beni Veras conhece muito bem — é a estrutura fundiária que do jeito que está, seja pela hiperfragmentação ou pela hiperconcentração, gera uma série de problemas. Isso também não é tocado.

Então, coisa como a agroindústria açucareira e essa estrutura fundiária geram um determinado tipo de elite e vou terminar concluindo, mais uma vez, colado à fala do Ministro Vicente Fialho, para dizer que gera um determinado tipo de elite que participa do processo de tomada de decisão.

A pergunta ou a provocação é a seguinte: esse planejamento, essa concepção estratégica inclui a variável política, ou seja, em que medida é possível colar isso que está proposto ao que é hoje, ao que nós temos, em termos de processo de tomada de decisão de elite e de projeto de poder no País?

O SR. RENATO PAVAN — Foram formuladas perguntas bastante enriquecedoras que agradeço e vou procurar respondê-las de tal forma a satisfazer os interlocutores. A quase realidade das perguntas é sobre o que a SAE tem feito.

Ela sempre foi tida como uma Secretaria voltada para assuntos militares, área nuclear, SNI e, de repente, está fazendo planejamento estratégico, que ninguém sabe bem o que é. Será isso mais algum projeto militar que está escondido? Essa é uma preocupação muito grande que temos de mostrar que houve uma transformação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, quando o Dr. Eliezer Batista a assumiu.

Na realidade, ela cuidava muito mais de macroestratégia ligada aos problemas macroeconômicos e sociais do que, na realidade, de planejamento estratégico que exige um conhecimento profundo dos problemas econômicos, sociais e ambientais, sob pena de não se conseguir fazer planejamento.

Então, veja que é uma coisa muito recente. O Dr. Eliezer entrou em abril, saiu em outubro e depois, de lá para cá, com a vinda do Almirante Mário Flores, foi editada uma medida provisória que alterava toda a estrutura do Governo, inclusive da própria SAE e, inclusive, nessa alteração foi incluída a Subsecretaria do Planejamento Estratégico, depois de uma longa discussão para que tivéssemos um fórum bastante específico para poder entrarmos profundamente no assunto estratégico.

Então, na realidade, precisamos ver o texto da Lei nº 84/90, que criou a subsecretaria. Ela diz claramente o seguinte:

“Compete à Subsecretaria do Planejamento Estratégico coordenar a formulação do planejamento estratégico, em articulação com todos os órgãos do Governo Federal.”

O que significa isso? Quando a SAE está falando como uma instituição que executou o planejamento estratégico, não temos uma equipe própria que vai gerar todos os dados, analisar e criar o banco de dados. Na realidade, tudo isso que está sendo feito é com o Governo.

Temos hoje 12 grupos de trabalho e identificamos a necessidade de haver 35 grupos e somos os grandes administradores, pois fazemos a supervisão dos grupos, damos toda a estrutura administrativa para que se faça a ata das reuniões, para que um grupo interaja com o outro. Mas é uma coisa bastante recente. Os grupos de trabalho têm apenas quatro meses e nós os estamos transformando, agora, em comitês temáticos permanentes, porque o planejamento estratégico é dinâmico. O que está dito hoje não é verdade absoluta e eterna, vai mudando constantemente à medida que muda o País, que o mundo sofre as suas transformações.

Então, na realidade, quando nós elaborarmos o plano estratégico, ele vai representar a opinião de todo o Governo. Mas antes de chegarmos a esse documento, à finalização, estamos exatamente interagindo com o Congresso Nacional. Nós esperamos que outras reuniões como essa possam ser feitas, e com a sociedade, com os órgãos de classe representativos, com os Estados. Nós já fomos a oito Estados. Estamos, inclusive, sugerindo aos governadores a criação das Secretarias de Assuntos Estratégicos nos Estados, para que se faça nos Estados o que estamos fazendo no Governo Federal, que é conhecer os problemas.

Por que, como o planejamento era feito? Ele era feito de forma estanque e pontual. Cada ministério fazia o seu. Um exemplo é o que ocorreu com o plano agrícola do ano passado. Disseram: “Vamos produzir uma super-safra, vamos produzir 70 milhões de toneladas. Então, vamos dar dinheiro, e tal”. Mas se esqueceram de ver se haveria jeito de transportar isso, se haveria recursos para financiar uma super-safra. E verificamos uma transferência de renda de quase 3 bilhões de dólares na última safra.

Na realidade — e isso hoje é institucionalizado pelo Decreto nº 84/90 —, a SAE coordena os diversos ministérios e órgãos para encontrar, reconhecer o problema; e ao conhecê-lo, confrontá-lo com o dos países mais evoluídos, saber como é que nós podemos chegar à competitividade necessária para o desenvolvimento.

Espero, com isso, ter dado uma explicação de como está se processando o planejamento. E a idéia é que haja uma interação muito grande com a SEPLAN, porque feito o planejamento estratégico nós saberemos para onde o País quer ir. Isso vai ser quantificado, e vai-se estabelecer em quanto custa, e a idéia é que a SEPLAN, depois, vá fazer planos de ação governamental. Então, a SAE vai fazer um plano de curto, médio e longo prazos, estratégicos, identificando as áreas estratégicas, os programas e ações que levem ao atendimento das estratégias, e a SEPLAN vai coordenar as ações executivas dos ministérios para que esses planos sejam transformados em projetos e obras.

Ora, é preciso que o Congresso Nacional entenda que ao enviarmos um projeto, o Orçamento da União, por exemplo, ele deve ser estabelecido de forma a atender as prioridades que o País tem de uma forma global, no campo social, econômico, tecnológico, ambiental. Essa que é a idéia.

Agora, a cultura disso é muito pequena, porque todos os planos de ação que foram feitos no passado foram planos voltados à ação governamental. Eram planos muito pontuais e que tinham períodos de duração pequenos: eram os planos quinquenais, decenais, que com a mudança de governo eram completamente esquecidos.

A idéia é que o planejamento estratégico possa ter continuidade. E aí vem a interação com a classe política. Se ele é importante para o País e se ele está levando o País a atender os seus objetivos nacionais, acho que ele precisa ser mantido, interagindo com a classe política acima dos interesses regionais, dos interesses políticos e, às vezes, até clientelistas.

Segundo, com relação ao problema da competitividade, educação, ciência e tecnologia, a outra idéia é o outro conceito que nós estamos formando é que não é possível desenvolver no País tudo ao mesmo tempo, e nós temos que tratar de formas diferentes coisas diferentes.

Então, é impossível que se pretenda, de repente, que o Norte e o Nordeste tenham o nível de desenvolvimento da região Centro-Sul. Mas, por outro lado, precisamos saber em quanto tempo é possível eliminar esse desequilíbrio econômico inter-regional. Quer dizer, o que é possível se fazer, em quanto tempo isso se faz, quanto custa fazer e onde vamos buscar os recursos para isso.

O planejamento estratégico é muito mais profundo, e o Brasil também não tem a do dado e do conhecimento; quer dizer, ninguém sabe quanto custam as coisas. As informações são bastante divergentes.

Então, com relação à boa safra agrícola, temos cinco informações de cinco órgãos e que são completamente diferentes umas das outras. A nossa grande preocupação é sistematizar as informações, isto é, dar-lhes credibilidade e, quando não tiver, buscá-las de uma forma bastante objetiva e confiável.

Quanto ao problema da educação — acredito que não chegamos a entrar profundamente no mérito dessa questão — temos uma área social que, inclusive, conta com vários convênios. Assim como temos convênio com o GEIPOT para tratar dos problemas de transporte, com o Ministério das Minas e Energia para tratar do problema mineral, com o Ministério das Comunicações e Energia Elétrica para a telemática, temos um convênio com o IPEA para estudar os problemas socio-econômicos.

Dessa forma, entendemos que o problema de educação não vai ser resolvido a curto prazo no País, porque temos a geração da miséria que aí está. É muito importante o que

V. Ex.^a disse a respeito da objetividade dessa educação. Que educação queremos para o nosso País, diante da modernidade que estamos vivendo? Que isso seja compatível com o desenvolvimento econômico.

Como vamos, paulatinamente, resolver o problema da educação fundamental? O primeiro ponto é aplicar corretamente os recursos. Existe hoje na Constituição Federal e dos Estados a obrigatoriedade de se aplicar, no mínimo, 18% dos recursos na educação.

Pergunto: será que o Orçamento que está sendo votado está contemplando a área de educação fundamental, ou seja, 18%? Será que os estados e municípios estão determinando para essa área os 25% que cabem a cada um? Como esses recursos serão administrados, já que o grande problema do País é o de gerenciamento, de administração e de programa?

O problema da educação fundamental, que fica muito mais na área política, transcende um pouco a esfera federal. A execução tem que ser transferida para os estados e municípios. A meu ver, recursos têm que ir para lá. Por isso é importante a Secretaria de Assuntos ou Estratégicos ou os governos saberem quais são os interlocutores que vamos buscar em cada governo para que, juntos, possamos equacionar o problema da educação fundamental com a política federal.

Existem outras áreas como, por exemplo, a de Ciências e Tecnologia, na qual o CNPq não tem a menor possibilidade de financiar pesquisas, pois não há recursos para tanto. Parece-me que somente repassou, até agora, 20% dos recursos da bolsa de estudos. Assim, entendo que temos de interagir com a classe política. Essa grande preocupação social é fazer com que o CNPq tenha recursos.

Deve-se levar em consideração, entretanto, que o País não tem recursos suficientes para atender todas as áreas ao mesmo tempo. Entendemos que os poucos recursos governamentais devam ser aplicados na área social e dentro, é claro, de uma prioridade. Entendo que educação é prioritária, assim como saúde, saneamento básico e habitação, porque é fundamental, mas a educação total não está na Constituição.

Cabe ao Governo Federal estabelecer as políticas do ensino básico e universitário. Além disso, essa é uma área muito importante, inclusive, para atrair recursos privados, especialmente a universitária. As universidades federais deveriam se voltar para a pesquisa, e as particulares para a formação profissional dentro daquela ótica de que isso tem que estar adequado à economia. Temos que formar profissionais que possam atender às necessidades do desenvolvimento econômico. Para tanto é preciso que haja uma grande transformação do currículo universitário.

É claro que isso é algo muito preliminar. Vamos entrar profundamente no mérito dessa questão quando tivermos mais tempo porque temos, na realidade, de tempo efetivo de trabalho apenas três meses.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Permita-me apenas um comentário, porque é importante aproveitar a sua abordagem.

Defendo a tese de que os desequilíbrios regionais cujas causas esta comissão busca identificar e eliminar, tendem a se acentuar à medida que avança a tecnologia porque quem está mais apto a absorver as tecnologias são as regiões onde há mais poder econômico e mais capacitação. Por exemplo, o Centro-Sul está muito mais apto a absorver as novas tecnologias e avançar do que as áreas mais deprimidas como o Norte e Nordeste.

Então, estrategicamente, ou avançamos numa política de educação, ciência e tecnologia para aquelas áreas, ou os desequilíbrios tendem a se acentuar. Não sei se o senhor concorda comigo. Por isso é que coloco como estratégico, dentro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o tema da educação, ciência e tecnologia, que deve figurar como um dos primeiros planos para que possa haver uma idéia de equilíbrio e harmonia dentro das regiões. Do contrário, vão-se acentuar cada vez mais os desequilíbrios.

O SR. RENATO PAVAN — Concordo com isso. Essa é, também, a nossa preocupação. Estamos buscando como e o que fazer. Esse é o nosso grande desafio. A Secretaria de Assuntos Estratégicos está tentando resolver o problema, ou seja, procurando saber como atrair tecnologia, que é importante para as regiões menos favorecidas para as quais temos que trazer os investimentos que possam viabilizar a sua economia. Paralelamente, com as universidades, têm que haver interação dentro desse processo econômico onde foram determinadas as vocações regionais para que possam formar, inclusive, os técnicos que estejam compatíveis com essa atividade econômica. Esse é o grande problema.

O senhor abordou muito bem a questão, mostrando exatamente essa disparidade entre o desenvolvimento econômico e a formação universitária. Quando formos estudar o nordeste, teremos que pensar que o turismo, por exemplo é um grande potencial. Portanto, precisamos ter as escolas de turismo para preparar o pessoal. Se estamos falando em transformá-lo em pólo industrial bastante importante, é preciso que as universidades se adequem a essa capacitação.

No caso, entraríamos no segundo problema, que é como compatibilizar o desenvolvimento com a inflação. Precisamos, para a retomada do desenvolvimento, de investimentos que somente serão possíveis nessa fase. Além disso, essa retomada é pequena. Não se pode pensar em um número maior do que 2% ou 3% para o ano que vem. O importante é que esse desenvolvimento seja contínuo estável.

Dessa forma, é perfeitamente possível retomarmos o desenvolvimento e termos o objetivo de o PIB crescer 2%, e a inflação, em vez de ser 20%, seja 15% no ano que vem. Há, ainda, problema dos juros do mercado. Na medida em que o Governo precisa ir ao mercado buscar recursos para comprar dólares da exportação para financiar o déficit público, já que o Governo, infelizmente, tem pouca credibilidade, o mercado é que estabelece os juros altos.

É necessário termos um gerenciamento adequado das finanças públicas. O problema é que os credores não querem basicamente receber o dinheiro. Eles querem é ter a garantia de que vão receber. Então, creio que é possível o alongamento do perfil da dívida externa, e essa sinalização é muito clara. Com relação à dívida externa, o problema não é ela em si e sim como está sendo financiada a juros muito altos. Na medida em que baixarem os juros, também a dívida interna melhora.

O problema é que o dinheiro é necessário, gira a guitarra, e o Banco Central tem que ser independente. Aliás, essas são medidas que estão sendo anunciadas pela área econômica e que temos a obrigação de conhecer porque é fundamental no nosso planejamento estratégico. Então, pensa-se em abandonar a idéia de que a inflação precisa ser zero para se retomar o desenvolvimento, caso contrário, estaremos, na realidade, estabilizando a recessão.

Li um recente artigo no *Jornal do Brasil*, mostrando que a Alemanha, há dez anos, estava com problemas seríssimos, mas resolveu retomar o desenvolvimento, baixou os juros, aumentou a sua produção e, hoje, vemos que está com novas dificuldades porque absorveu a Alemanha Oriental, mas cresceu. É um país que deu um salto enorme na balança comercial e está aplicando esses recursos no seu desenvolvimento.

É possível fazer tudo isso desde que exista decisão política para tanto e uma visão, uma demonstração global da economia com o problema social. Essa idéia é um pouco no sentido de administrar a economia com a educação, a saúde, e o saneamento básico.

O problema da distribuição da renda é uma verdade, quer dizer, vai ocorrer à medida em que os investimentos, não só da iniciativa privada, mas do Governo, nas áreas fundamentais e importantes, não ocorrerem. Por isso volto, mais uma vez, a dizer que é importante a atuação do Congresso. Penso que essas medidas clientelistas aprovadas no Orçamento têm que ser repelidas, com rigor, pelos Congressistas sérios que querem o desenvolvimento do País. Cada cruzado desviado de suas finalidades é um atraso enorme no desenvolvimento do País. É falta de patriotismo, numa hora em que o País se ressentir desses investimentos, aplicar recursos para defender interesses políticos efêmeros, que, na realidade, não irão se traduzir em votos em 1994. Essa postura do Congresso também é importante para que essa distribuição de renda seja feita de forma mais rápida.

A energia nuclear começa a ser contestada. Há alguns países que não conseguem viver sem energia nuclear — os Estados Unidos e o Japão, por exemplo —, e, por isso, estão buscando novas alternativas. Há o nitrogênio líquido, o plasma de nitrogênio, que está sendo desenvolvido e que pode eventualmente substituí-la.

O Deputado Ariosto Holanda mencionou a rocha fosfática. As reservas de urânio estão diretamente ligadas à importância da energia nuclear, que começa a ser revista.

Quanto à pergunta do Deputado Luiz Girão sobre a retomada do desenvolvimento, não sou único o dono da verdade, mas pelo menos está-se pretendendo compatibilizar a nível de Governo.

Deputado Vicente Fialho, V. Ex^a, que é um grande conhecedor da região, tocou num ponto importante: a ligação de Florianópolis a Balsas, uma ligação de uma região produtora com o Nordeste seco.

Quando fizemos o estudo das ferrovias e verificamos que, dos quarenta mil quilômetros, trinta vão ser abandonados porque não têm o menor sentido econômico — não há carga a transportar, estão lá tendo uma enorme despesa, mantendo uma estrutura que não traz retorno —; pensamos exatamente nesse grande anel ferroviário. A tentativa é evitar o máximo possível o transporte ferroviário quando for mais econômico o transporte rodoviário. Quando existe uma solução ferroviária mais econômica do que rodoviária, evidentemente, privilegiamos a situação mais econômica, independente do problema político. Para que esse anel funcione, é preciso fazer alguns novos trechos ferroviários. Um é no Ceará, de Crateus a Piquet Carneiro, A Transnordestina vai até Salgueiro e daí até Missão Velha. Ela já tem recursos orçamentários. A idéia é fazer essa transferência via ferroviária e usar a rodovia para fazer a captação e transferência de carga na origem.

Analisamos quanto custa para transportar um produto até a região Nordeste e a possibilidade de usar essa ferrovia. O acesso de Carajás à SR-2 é um trecho de 17km ligando

o km 91 à Itapecuru Mirim, há, inclusive, uma estação de transferência de carga, com tecnologia americana, em Santa Fé, onde existem duas alternativas: ou o transbordo ou a troca do vagão, que é relativamente fácil de ser feita. Uma das opções seria a ferroviária. Apesar de essa distância ser maior, é muito mais econômico do que por rodovia.

Outra alternativa que estamos estudando é fazer o transporte rodoviário até Teresina. Mas o transbordo encarece a operação; custa US\$2,5 dólares para sair de uma modalidade para outra. Como essa região é produtora, há grande possibilidade de se fazer o transporte ferroviário com linhas diretas, a um custo menor. Nesse sentido, foi criado esse anel interno, abastecendo, por ferrovia, Teresina, Fortaleza e Recife, que fará a transferência por caminhão.

A outra pergunta é a seguinte: de onde virão os recursos para fazer os investimentos?

Uma parte dos recursos do Governo, evidentemente, tem de ser aplicada na infra-estrutura econômica. Em alguns trechos, por exemplo Piquet Caneiro-Crateús, não vamos encontrar, provavelmente, ninguém da iniciativa privada interessada em fazer o investimento. Então, o governo tem que investir, a Transnordestina tem que investir. Por quê? Porque é através desses investimentos que eliminaremos o desequilíbrio econômico e daremos competitividade à região. Um frete que seria feito a 65 dólares, com a ferrovia será feito a 18 dólares. Essa é a grande diferença. O produto vai chegar mais barato; as fábricas de ração vão receber milho e pellets de soja. A medida em que a fronteira agrícola se desloca - a soja, principalmente -, as indústrias vão atrás, fazendo pellets. Vai ser a grande integração da região de Balsas com o Nordeste e do Centro-Oeste com o Nordeste.

Existe uma série de investimentos nos quais a iniciativa privada nacional e internacional têm interesse de investir; é a lei de concessão do serviço público. É claro que na região Centro-Sul ela tem mais atratividade. Os novos Portos de São Sebastião e de São Francisco do Sul e a Rodovia Sul-Americana já têm tomadores no investimento. No Nordeste existem tomadores indetificados - a irrigação existe. A Califórnia, a Espanha e o próprio Chile têm interesse. Mas é preciso, nesse projeto, resolver o problema fundiário; serão necessários 100 mil hectares, dos quais 30 serão distribuídos para os irrigantes que vierem das regiões mais inóspitas do Nordeste. Mas é um problema a ser resolvido. Começamos a discutir esse projeto.

Há um grupo de trabalho na Secretaria de Assuntos Estratégicos que já realizou três reuniões com a Secretaria Nacional de Irrigação, com o IAC, do Ministério da Aeronáutica, e com o pessoal da infra-estrutura aeroviária.

Mas esses investimentos virão, como eu disse, na medida em que os projetos forem viáveis economicamente e cujo retorno seja compatível com as linhas de financiamento internacional. Dentro dessa ótica é que temos de buscar esses investimentos. Ai, mais uma vez, há necessidade de parceria entre o Governo e a iniciativa privada.

Com relação à interação com os governos, temos recebido vários convites.

Estivemos no Rio Grande do Sul, onde participamos de um seminário feito por iniciativa da SAE, juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, foi feita uma reunião com todas as secretarias e órgãos do Governo Estadual. Durante dois dias ficamos reunidos, debatendo todos os problemas do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS GIRÃO — V. Sr. tem informações estadualizadas?

O SR. RENATO PAVAN. — Como disse, estamos começando, agora, a buscar essas informações, a interagir com os Governos de Estado. Após a realização do Seminário, ficou, no Rio Grande do Sul, uma Secretaria encarregada da coordenação das demais; foram formados 12 grupos de trabalho, que estão levantando as informações. Em fevereiro faremos, então, uma nova reunião para compatibilizar os interesses do Rio Grande do Sul com o Governo Federal. Fizemos uma reunião na Fiergs, que se encarregou de mobilizar toda a iniciativa privada. Vamos fazer uma reunião na segunda quinzena de janeiro, porque em fevereiro vamos interagir o Governo Federal, o Estado e a iniciativa privada. É a primeira Secretaria que está implantando assuntos estratégicos na sua organização.

Já fizemos várias reuniões em Santa Catarina, em São Paulo e temos feito várias reuniões, inclusive, com empresários, buscando mostrar a oportunidade de investimentos nos projetos nacionais. É muito válida a idéia de interagir com os Governos. Mas, evidentemente, precisamos fazer reuniões. Os governadores, talvez até por falta de informação, não têm nos solicitado essas reuniões, que são importantes. Talvez, se for possível, numa próxima reunião de governadores, possamos tentar essa articulação, que é fundamental para o planejamento.

Com relação à cana-de-açúcar e o planejamento econômico, é claro que existem algumas áreas nas quais não podemos nos aprofundar. A cultura da cana vem de uma tradição muito grande. É importante que essa cultura, sem subsídio, se adapte à economia internacional. Saber o que é possível fazer para que ela possa sobreviver. Temos o exemplo do GATT; os Estados Unidos investem 50 bilhões de dólares na agricultura e a Europa mais 70 bilhões de dólares estão chegando à conclusão de que não é possível manter os níveis de subsídios. A mesma coisa vai ocorrer no Brasil. Essas atividades que não conseguirem sobreviver economicamente, por mais força política que elas tenham, não terão condições de se sustentar, porque as prioridades...

O SR. LUIS GIRÃO — Mas agora democratizou.

O SR. RENATO PAVAN — É muito importante, porque agora o Governo tem que entender aquilo que a sociedade quer e não o que meia dúzia de burocratas quer impor à população. Isso é importante. A sociedade mudou, se organizou, ela hoje tem órgãos representativos de classe muito importantes e uma grande representação, que é o Congresso Nacional, que deve estar atento aos seus anseios e vai cobrar. Vai ficar insustentável o apoio político daquilo que a sociedade não quer.

Espero ter respondido satisfatoriamente as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Dr. Renato Pavan a Presidência agradece a V. S.ª pela presença nesta Comissão, que foi de extrema utilidade.

Chamo atenção apenas para alguns aspectos. Estamos num momento em que não há uma visão macro no País a qual V. S.ª tem razão em levantar. O Brasil perdeu a sua visão de futuro, o que faz muita falta, porque há uma desesperança muito grande, em parte, motivada pela incerteza quanto ao futuro; fica melhor a medida em que conhecemos possibilidades que possam ser desenvolvidas.

No âmbito do Congresso Nacional também pouco se conhece do País. Há parlamentares que não têm uma visão nacional, porque se prendem à realidade de seus Estados e não vislumbram o País como um todo. Tivemos a oportunidade de detectar isso em visita a vários Estados, realizando audiências públicas; em consequência, conhecemos os problemas dessas regiões, as angústias dessas populações, as necessidades delas. Tivemos a oportunidade de conhecer muito bem esse aspecto mais integrado do País. Vemos que é possível as regiões resolverem seus problemas umas com as outras.

O Nordeste, para ser equacionado, deve ser visto como um problema nacional, dentro do contexto do País e não isoladamente. Isso ajuda a compreender as carências da região e buscar soluções.

O que mais nos falta, neste momento, é realmente uma visão nacional do Congresso Nacional, no sentido de poder ajudar o País a fixar suas normas ao futuro.

Vamos procurar editar um boletim da Comissão, fazendo referência à conferência de V. S., de maneira que possa divulgar mais o assunto.

A Presidência agradece a V. S. pela presença.

O SR. RENATO PAVAN — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h40min)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do .

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS